

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL

TIAGO MARTINS DA SILVA

**EFEITOS TERRITORIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA  
O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE  
DRACENA/SP E VERÊ /PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

2023

TIAGO MARTINS DA SILVA

**EFEITOS TERRITORIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA/SP E VERÊ/PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rosangela A. Medeiros Hespanhol

Co-orientador: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

MARECHAL CANDIDO RONDON – PR

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Martins da Silva, Tiago  
EFEITOS TERRITORIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA/SP E VERÊ/PR / Tiago Martins da Silva; orientador Marcos Aurelio Saquet; coorientador Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.  
291 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2024.

1. PNAE. 2. PAA. 3. Agricultura Familiar. I. Aurelio Saquet, Marcos , orient. II. Aparecida Medeiros Hespanhol, Rosangela , coorient. III. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO MARTINS DA SILVA

EFEITOS TERRITORIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
(PNAE) E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O  
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA/SP E  
VERÊ/PR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADO** pela seguinte banca examinadora:



Orientador - Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



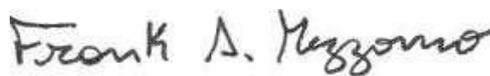
Dirceu Basso

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Everaldo Melazzo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (UNESP)



Frank Mezzomo

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão (UNESPAR)



Junior Scheuer Miranda

Universidad de la República (UDELAR)

Marechal Cândido Rondon, 18 de junho de 2024

Dedico esta tese aos meus pais, *in memoriam*, por terem ensinado-me um bom caminho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, a Ele toda a honra, louvor e glória.

As pessoas que mais amo, minha esposa e companheira de todos os dias, Cristiane, sem seu apoio, carinho e atenção tudo seria mais difícil e meu filho, Arthur, razão desta busca. Minha eterna gratidão por vocês participarem de todo esse processo me incentivando durante estes anos de estudo.

Agradeço ao meu orientador professor Marcos Aurélio Saquet, e meus co-orientadores Rosângela Medeiros Hespanhol e Adilson Francelino Alves meu respeito e admiração, gratidão pelos conhecimentos compartilhados e por acreditarem em minha capacidade no desenvolvimento da pesquisa.

A UNIOESTE e UNESP e todo corpo docente pelas contribuições durante meu aprendizado. Ao CNPq pela concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa. Aos meus companheiros de turma, sobretudo, os que fizeram parte do projeto de formação de doutores em parceria com a UNESP/Presidente Prudente: Joseane, Pedro e Juscelino.

Em Dracena, a toda diretoria, funcionários e cooperados da COOPADRA, Associação J Marques, Associação Nova Canaã e Associação dos Produtores de Dracena; em Verê, a toda diretoria, funcionários e cooperados da COOPERVEREDA, COOPERVIVE e CAPA que gentilmente me atenderam com tanto carinho durante minhas visitas, sempre dispuseram documentos com toda presteza para que eu pudesse obter as informações necessárias.

SILVA, Tiago Martins da. Efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena/SP e Verê/PR. 2023. XX f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal investigar os efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena/São Paulo e Verê/Paraná, a partir da sua implementação nos referidos municípios, no ano de 2006, até o ano de 2021. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados em fontes secundária e primária. Verificou-se que os efeitos territoriais a partir das políticas do PNAE e PAA nos municípios de Dracena e Verê podem orientar o desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas dos produtores rurais, associações de agricultores e cooperativas familiares. No entanto, identificou-se oscilações na participação dessas organizações coletivas nesses programas institucionais no período analisado, devido, principalmente, às mudanças institucionais desses programas, de forma especial, no PAA, no qual os cortes orçamentários do governo federal a partir de 2013 têm impactado negativamente o acesso aos benefícios dessa política que facilita a comercialização da produção familiar de alimentos. O desenvolvimento dos programas, a título de comparação nos dois municípios, dependeu das particularidades locais, sobretudo das estratégias adotadas pelos agricultores familiares por meio das suas organizações políticas e territoriais. Naquela localidade em que a mobilização e organização familiar está consolidada, como em Dracena, o enfrentamento foi mais forte, criando-se também outras estratégias de comercialização por meio dos circuitos curtos. Já naquela localidade em que a organização política é mais frágil, as dificuldades ainda não foram superadas de forma satisfatória, como o caso de Verê.

Palavras-Chaves: PNAE; PAA; Agricultura familiar.

SILVA, Tiago Martins da. Efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena/SP e Verê/PR. 2023. XX f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

### **ABSTRACT**

The main objective of the research was to investigate the territorial effects of the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA) to strengthen family farming in the municipalities of Dracena/São Paulo and Verê/Paraná, based on their implementation in the aforementioned municipalities, from 2006, until 2021. The methodological procedures used were bibliographic review, documentary research, data collection from secondary and primary sources. It was found that the territorial effects of PNAE and PAA policies in the municipalities of Dracena and Verê can guide sustainable rural development, contributing to the improvement of the socioeconomic conditions of rural producers, farmer associations and family cooperatives. However, fluctuations were identified in the participation of these collective organizations in these institutional programs in the period analyzed, mainly due to the institutional changes in these programs, especially in the PAA, in which the federal government's budget cuts from 2013 onwards have impacted negatively affect access to the benefits of this policy that facilitates the commercialization of family food production. The development of the programs, for the sake of comparison in the two municipalities, depended on local particularities, especially on the strategies adopted by family farmers through their political and territorial organizations. In that location where family mobilization and organization is consolidated, such as in Dracena, the confrontation was stronger, also creating other marketing strategies through short circuits. In that location where the political organization is more fragile, the difficulties have not yet been overcome satisfactorily, as in the case of Verê.

Keywords: PNAE; PAA; Family farming.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Associações e cooperativa em Dracena que comercializaram ou tentaram comercializar junto ao PNAE e/ou PAA em 2021.....	30
Tabela 2 – Associação e Cooperativas em Verê que comercializaram ou tentaram comercializar junto ao PNAE e/ou PAA em 2021.....	31
Tabela 3 – Dados populacionais de Dracena e Verê em 1990, 2010 e 2000.....	64
Tabela 4 – PIB a Preços Correntes, PIB Per Capita, Valor Adicionado por setor da economia e Impostos Líquidos dos municípios de Dracena e Verê nos anos de 2009 e 2019.....	68
Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e suas três dimensões nos municípios de Dracena e Verê, 1991, 2000 e 2010 .....	71
Tabela 6 - Área da agricultura familiar e não familiar em Dracena e Verê em 2006 e 2017...	85
Tabela 7 - Valor da produção por grupos de atividade econômica e tipo de agricultura em Dracena e Verê em 2017.....	88
Tabela 8 - Número de Associados/Cooperados em Dracena entre os anos 2006 a 2021.....	104
Tabela 9 - Número de Associados/Cooperados em Verê entre os anos 2006 a 2021. ....	106
Tabela 10 - Faixa Etária dos Associados e Cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021.....	109
Tabela 11 - Escolaridade dos Associados e Cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021.....	111
Tabela 12 - Quantidade de terra dos associados e Cooperados em Dracena Verê no ano de 2021.....	112
Tabela 13 - Condição do uso da terra pelos associados e cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021 .....	113
Tabela 14 - Número de pessoas por residência dos associados e cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021 .....	114
Tabela 15 - Composição da renda familiar dos associados ou cooperados vinculados as organizações sociais pesquisadas.....	116
Tabela 16 - Receitas com vendas nas organizações sociais da agricultura familiar de Dracena do ano de 2006 a 2021 .....	118
Tabela 17 - Receitas com vendas nas organizações sociais da agricultura familiar de Verê do ano de 2006 a 2021 .....	123

Tabela 18 - Comercialização pelo PNAE e PAA e sua representação e vendas no mercado convencional em Dracena e Verê entre 2006 a 2021 (em mil reais) .....	130
Tabela 19 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2006 a 2008. ....	139
Tabela 20 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2006 a 2008.....	140
Tabela 21 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2009 a 2010. ....	142
Tabela 22 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2009 a 2010.....	144
Tabela 23 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2011 a 2013. ....	147
Tabela 24 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2011 a 2013.....	150
Tabela 25 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2014 a 2015 .....	153
Tabela 26 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2014 a 2015.....	154
Tabela 27 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2016 a 2018. ....	156
Tabela 28 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2016 a 2018.....	158
Tabela 29 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2019 a 2021. ....	161
Tabela 30 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2019 a 2021.....	162
Tabela 31 - Desafios, estratégias, oportunidades e limites do PAA e PNAE para as organizações sociais de Dracena e Verê .....	166
Tabela 32 - Desafios, oportunidades, limites e estratégias do PAA e PNAE para os agricultores familiares de Dracena e Verê .....	184
Tabela 33 - Contribuições do PAA e PNAE para as organizações sociais de Dracena e Verê.....	199
Tabela 34 - Contribuições do PAA e PNAE para os produtores rurais vinculados as organizações sociais pesquisadas de Dracena e Verê .....	208

Tabela 35 - Valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Dracena entre os anos de 2006 a 2021 .....	213
Tabela 36 - Valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Verê entre os anos de 2006 e 2021.....	218

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de divisão territorial do Estado de São Paulo, destacando o município de Dracena. ....	62
Figura 2 – Mapa de divisão territorial do Estado do Paraná, destacando o município de Verê.....	63
Figura 3 – Localização do município de Dracena na microrregião geográfica de Dracena.....	74
Figura 4 – Localização do município de Verê na microrregião geográfica de Francisco Beltrão.....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas em Dracena entre os anos de 2006 a 2021 .....	122
Gráfico 2 – Variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas de Verê entre os anos de 2006 a 2021 .....	127
Gráfico 3 – Comportamento das receitas e das compras de produtores rurais em Dracena entre 2006 e 2021 .....	216
Gráfico 4 – Comportamento das receitas e das compras de produtores rurais em Verê entre 2006 e 2021 .....	221

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acesso inicial ao PNAE e PAA pelas associações e cooperativas em Dracena....	26
Quadro 2 – Acesso inicial ao PNAE e PAA pelas associação e cooperativas em Verê.....	27
Quadro 3 – Diretrizes do PNAE na alimentação escolar.....	41
Quadro 4 – Operacionalização do Programa PNAE .....	43
Quadro 5 – Normativos do PNAE entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar.....	45
Quadro 6 – PAA: Modalidades, fontes de recursos, órgão executores. Forma de acesso e limites por DAP .....	47
Quadro 7 – Normativos do PAA entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar ...	56
Quadro 8 – Principais autores, obras e abordagens sobre território segundo Saquet (2007) ...	58
Quadro 9 - Normativos do PAA e PNAE entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar.....	137

## LISTA DE SIGLAS

AEE	– Atendimento Educacional Especializado
APAVE	– Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê
APRD	– Associação dos Produtores Rurais de Dracena
APROVIVE	– Associação dos Vitivinicultores de Verê
CADÚNICO	– Cadastro Único para Programas Sociais
CAE	– Conselho de Alimentação Escolar
CANGO	– Colônia Agrícola General Osório
CAPA	– Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia
CATI	– Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CD/FNDE	– Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
CDS	– Compra com Doação Simultânea
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAFA	– Cooperativa de Alimentos da Agricultura Familiar de Verê – PR
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERVEREDA	– Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná
COOPERVIVE	– Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê
CPR	– Cédula de Produto Rural
CUT	– Central Única de Trabalhadores
DAP	– Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
ESTAB.	– Estabelecimento
FAEP	– Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FISI	– Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
GGPAA	– Grupo Gestor /PAA
HA	– Hectare
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IGP-M	– Índice Geral de Preços – Mercado

INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
KM	– Quilômetro
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAST	– Movimento dos Agricultores sem Terra
MC	– Ministério da Cidadania
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	– Medida Provisória
MST	– Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	– Programa Bolsa Família
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	– Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNUD	– Programa das Nações Unidas
PPAIS	– Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PPGDRS	– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
PPGG	– Programa de Pós-Graduação em Geografia
PR	– Paraná
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	– Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
SDT	– Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	– Secretaria Estadual de Educação
SIDRA	– Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIGPC	– Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SISAN	– Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPAA	– Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos
SP	– São Paulo
TON.	– Tonelada
UNESP	– Universidade Estadual de São Paulo
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>2 TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>35</b>
2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	39
2.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) .....	46
2.3 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL INTERDISCIPLINAR VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL .....	57
<b>3 OS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ .....</b>	<b>61</b>
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS .....	61
3.2 COMPOSIÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS .....	64
3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS.....	67
3.4 DIMENSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS .....	71
3.5 A AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ .....	79
<b>3.5.1 Dados Gerais da Agropecuária .....</b>	<b>79</b>
<b>3.5.2 As dimensões da Agricultura Familiar.....</b>	<b>84</b>
<b>4 OS SUJEITOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ: ENTRE REDES E IDENTIDADES .....</b>	<b>91</b>
4.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA E RESISTÊNCIA FAMILIAR .....	91
<b>4.1.1 Formação das Organizações Sociais: Entre 1970 a 2001.....</b>	<b>91</b>
<b>4.1.2 Acesso as Políticas Públicas do PNAE e PAA: os anos de 2002 a 2011 .....</b>	<b>93</b>
<b>4.1.3 O protagonismo do PNAE e as rupturas do PAA: os anos de 2012 a 2021.....</b>	<b>98</b>
4.2 O QUADRO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS.....	104
<b>4.2.1 Características do quadro social das organizações coletivas em Dracena e Verê.....</b>	<b>108</b>
<b>5 PNAE E O PAA NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>118</b>
5.1 A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021 .....	118
5.2 A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021 .....	123

5.3	PARIDADES E DISTINÇÕES: A COMERCIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ .....	128
5.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA EM DRACENA E VERÊ ENTRE 2006 A 2021 .....	133
<b>6</b>	<b>OS EFEITOS TERRITORIAIS DAS MUDANÇAS POLÍTICO INSTITUCIONAIS DO PNAE E PAA: OS REFLEXOS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ .....</b>	<b>137</b>
6.1	DO PROTAGONISMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS INCERTEZAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS: OS ANOS 2006 A 2013 .....	138
6.2	O PROTAGONISMO DO PNAE E A DESCONTINUIDADE DO PAA: OS ANOS DE 2014 A 2021 .....	152
<b>7</b>	<b>OS DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ACESSO AO PNAE E PAA EM DRACENA E VERÊ .....</b>	<b>165</b>
7.1	DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	166
7.1.1	<b>Os Desafios da Agricultura Familiar no acesso do PNAE e PAA.....</b>	<b>167</b>
7.1.2	<b>As Oportunidades da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA.....</b>	<b>172</b>
7.1.3	<b>Os Limites da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE E PAA .....</b>	<b>175</b>
7.1.4	<b>As Estratégias da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA .....</b>	<b>180</b>
7.2	DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS PRODUTORES RURAIS.....	184
7.2.1	<b>Desafios da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA.....</b>	<b>184</b>
7.2.2	<b>As Oportunidades da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA.....</b>	<b>188</b>
7.2.3	<b>Os Limites da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA .....</b>	<b>191</b>
7.2.4	<b>As Estratégias da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA .....</b>	<b>194</b>
<b>8</b>	<b>AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E DO PAA PARA OS SUJEITOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ .....</b>	<b>199</b>
8.1	AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E PAA À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS .....	199

<b>8.1.1</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise na Perspectiva Econômica e Produtiva .....</b>	<b>200</b>
<b>8.1.2</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Social.....</b>	<b>204</b>
<b>8.1.3</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Ambiental .....</b>	<b>207</b>
<b>8.2</b>	<b>AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E PAA À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRODUTORES RURAIS .....</b>	<b>208</b>
<b>8.2.1</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Econômica .....</b>	<b>208</b>
<b>8.2.2</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Social.....</b>	<b>210</b>
<b>8.2.3</b>	<b>As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Ambiental .....</b>	<b>211</b>
<b>8.3</b>	<b>PNAE E PAA COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO E MELHORA DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>212</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>226</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>231</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>236</b>
	APENDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTORES RURAIS .....	236
	APENDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTES.....	238
	APÊNDICE 3 - RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELO FNDE PARA EXECUÇÃO DO PNAE EM ESCALA NACIONAL E AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2021. ....	239
	APÊNDICE 4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PESSOAS ATENDIDAS, NÚMERO DE UNIDADES RECEBEDORAS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, EM ESCALA NACIONAL, ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2021.....	240
	APÊNDICE 5 - NÚMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR REGIÕES DO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2020. ....	241
	APÊNDICE 6 – VARIAÇÃO POPULACIONAL TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2022.....	242
	APÊNDICE 7 - POPULAÇÃO DE DRACENA E VERÊ DISTRIBUÍDAS POR FAIXA ETÁRIA NOS ANOS DE 2000 E 2010.....	243

APÊNDICE 8 – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO COR OU RAÇA SEGUNDO CENSO DE 2010.....	244
APÊNDICE 9 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ - 2010.....	245
APÊNDICE 10 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO CENSO DE 2000 E 2010 .....	246
APÊNDICE 11 - NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 2010 E 2021.....	247
APÊNDICE 12 - IDEB DOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 2011 E 2019.....	248
APÊNDICE 13 - TAXA DE OCUPAÇÃO SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 2000 E 2010. ....	249
APÊNDICE 14 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 2010.....	250
APÊNDICE 15 - RECEITAS, DESPESAS E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 2013 E 2017 .....	251
APÊNDICE 16 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE 18 ANOS QUE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE 25 ANOS QUE CONCLUIU O ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.....	252
APÊNDICE 17 - INDICADORES DE POBREZA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 1991, 2000 E 2010.....	253
APÊNDICE 18 - ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 1991, 2000 E 2010.....	254
APÊNDICE 19 - IDM – M DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2010. ....	255
APÊNDICE 20 - ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E DE VERÊ E ENTORNO NO ANO DE 2010. ....	256
APÊNDICE 21 - RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2010.....	257

APÊNDICE 22 - PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2019. ....	258
APÊNDICE 23 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO A CONDIÇÃO DE USO EM 2006 E 2017. ....	259
APÊNDICE 24 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO O USO DA TERRA EM 2006 E 2017. ....	260
APÊNDICE 25 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017 .....	261
APÊNDICE 26 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE DRACENA NOS ANOS DE 2006 E 2017 .....	262
APÊNDICE 27 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE VERÊ NOS ANOS DE 2006 E 2017 .....	263
APÊNDICE 28 - PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2017 .....	264
APÊNDICE 29 - PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2017 .....	265
APÊNDICE 30 - PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2017.....	266
APÊNDICE 31 - ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017 .....	267
APÊNDICE 32 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR POR GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM DRACENA NO ANO DE 2017.....	268
APÊNDICE 33 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR POR GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM VERÊ NO ANO DE 2017 .....	269
APÊNDICE 34 - QUANTIDADES PRODUZIDA NA HORTICULTURA E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017 .....	270
APÊNDICE 35 - QUANTIDADES PRODUZIDAS NA CULTURA PERMANENTE E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017. ....	271

APÊNDICE 36 - QUANTIDADES PRODUZIDA NA CULTURA TEMPORÁRIA E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017. ....	272
APÊNDICE 37 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017.....	273
APÊNDICE 37 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO DE DRACENA, 1991 A 2001.....	274
APÊNDICE 38 - QUANTITATIVO DE ASSOCIADOS OU COOPERADOS EM DRACENA E VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2021 .....	275
APÊNDICE 39 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM DRACENA NO ANO DE 2021 .....	276
APÊNDICE 40 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM VERÊ NO ANO DE 2021.....	277
APÊNDICE 41 - QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM DRACENA NO ANO DE 2021 .....	278
APÊNDICE 42 - QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM VERÊ NO ANO DE 2021 .....	279
APÊNDICE 43 - NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM DRACENA NO ANO DE 2021 .....	280
APÊNDICE 44 - NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM VERÊ NO ANO DE 2021 .....	281
APÊNDICE 45 - COMERCIALIZAÇÃO POR TIPOS DE MERCADOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021 .....	282
APÊNDICE 46 - COMERCIALIZAÇÃO POR TIPOS DE MERCADOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021 .....	283
APÊNDICE 47 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS EM DRACENA ORIUNDOS DE SEUS ASSOCIADOS / COOPERADOS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021.....	284
APÊNDICE 48 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS EM VERÊ ORIUNDOS DE SEUS ASSOCIADOS / COOPERADOS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021.....	285

APÊNDICE 49 - VALORES PAGOS AOS PRODUTORES RURAIS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPO DE MERCADO EM DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021.....	286
APÊNDICE 50 - VALORES PAGOS AOS PRODUTORES RURAIS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPO DE MERCADO EM VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021 .....	287

## 1. INTRODUÇÃO

O tema, políticas públicas voltadas para o espaço rural vêm ganhando destaque nas pesquisas acadêmicas, principalmente em relação aos seus efeitos no incentivo e fortalecimento da agricultura familiar. A partir de meados da década de 1990, parte das políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro passou a incorporar a perspectiva territorial e a dimensão ambiental relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Neste contexto, a agricultura familiar dissemina informações para inúmeros estudos, proporcionando a identificação da influência desta categoria no desenvolvimento do espaço rural. A capacidade produtiva, criativa e organizacional nesse espaço são objetos de análise e, se somadas às políticas públicas, podem contribuir para a geração de emprego e renda, diminuição do êxodo rural e a sustentabilidade de certas atividades realizadas no campo.

Quando se discute políticas públicas sob o viés da resolução de conflitos sociais, historicamente, no espaço rural brasileiro, as políticas são concebidas a partir de interesses econômicos dominantes em decorrência do caráter centralizador do Estado brasileiro. Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2009), até os anos de 1970, as políticas públicas rurais eram orientadas pelo caráter setorial, voltadas, sobretudo, ao crescimento do valor produzido e aos índices de produtividade agropecuária.

Nesse contexto, muitos dos pequenos produtores de mercadorias que compõem o espaço rural ficaram à margem desse processo, expostos à pobreza e à fome. Apenas a partir da Constituição de 1988, que desencadeou um processo de descentralização político-administrativo, começou-se a dar ênfase ao poder local, à participação social e à própria agricultura familiar.

Nessa perspectiva, discute-se a correlação do fato de que os agricultores familiares, no Brasil, historicamente, sempre encontraram dificuldades para a efetivação da produção agropecuária, seja pela baixa capitalização, pelas limitações de acesso às linhas de créditos, à tecnologia, à assistência técnica ou até ao acesso às políticas públicas de custeio e infraestrutura.

Nesse sentido, apenas a partir de meados de 1990, algumas políticas públicas, em particular as direcionadas ao espaço rural brasileiro, passaram a incorporar em seu escopo algumas mudanças. Uma delas foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1996 que, na perspectiva territorial implementada a partir de 2003, e com o plano safra da agricultura familiar, procurou-se valorizar a diversidade econômica, social, política e cultural que compõe o espaço rural brasileiro.

Posteriormente ao PRONAF foram reelaboradas outras políticas públicas importantes para o espaço rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que subsidia a comercialização de parte da produção agropecuária dos agricultores familiares e, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que tem como intuito, dentre outros, a compra de produtos da agricultura familiar para melhorar as condições nutricionais e de aprendizagem de alunos das escolas da educação básica.

Assim, nesta pesquisa, abordar-se-ão as políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e seus efeitos territoriais na agricultura familiar. Considerando que as políticas públicas são geradas e implantadas no bojo de conflitos sociais, acredita-se pertinente um estudo sobre o PNAE e PAA sob a perspectiva do conceito de território que, segundo Saquet e Sposito (2015), está diretamente ligado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico, seja no campo, seja na cidade.

Nesse sentido, os efeitos territoriais vinculam-se às diversas formas de apropriação das instâncias política, social e econômica mobilizadas pelos sujeitos, atuando no conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades humanas materiais e imateriais.

A principal questão que norteia a pesquisa é: Quais são os efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena no estado de São Paulo (SP) e Verê no estado do Paraná (PR) entre os anos de 2006 a 2021?

Nessa perspectiva, o objetivo principal da pesquisa foi investigar os efeitos territoriais do PNAE e do PAA no fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena/SP e Verê/PR, a partir da sua institucionalização, no ano de 2006 até a ano de 2021.

Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Verificar as dinâmicas políticas que desencadearam mudanças institucionais no PNAE e PAA e seus reflexos na agricultura familiar em Dracena e Verê entre os anos de 2006 a 2021.
- Analisar e comparar as estratégias, desafios, oportunidades e limites enfrentados pelos agricultores familiares e suas organizações no acesso ao PNAE e PAA nos municípios de Dracena e Verê.
- Analisar de que forma a compra governamental do PNAE e PAA tem contribuído para a melhoria de renda, comercialização de alimentos pelos agricultores familiares e o desenvolvimento rural sustentável de Dracena e Verê.

A hipótese que permeia a pesquisa é a de que os efeitos territoriais do PNAE e o PAA se difundem efetivamente para a estruturação e o fortalecimento dos agricultores familiares, suas organizações e o desenvolvimento no campo. Porém, as mudanças nas políticas de acesso a esses programas, nos últimos 8 anos, podem apresentar um grande desafio para a reprodução econômica e social dos agricultores e suas famílias em Dracena e Verê.

A justificativa desse estudo se dá por meio percepção da necessidade de maiores incentivos para ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar nas compras governamentais. Com isso, faz-se necessário estudos que contextualizem as estratégias, desafios, oportunidades, limites e os benefícios que agricultores e organizações têm ao se articularem com as políticas do PNAE e PAA. Portanto, pretendemos produzir conhecimento geográfico que seja útil para os agricultores familiares de Dracena e Verê.

Justifica-se o estudo do PNAE e PAA, simultaneamente, pois entende-se que existe uma complementariedade desses dois programas: o PAA pode ser um programa que permite promover o planejamento e potencializar a organização da produção da agricultura familiar, favorecendo assim a regularidade, a diversificação da matriz produtiva e o processamento de alimentos, de forma a permitir o alcance de volumes e da condição de comercializações demandadas inclusive pelo PNAE.

A justificativa para escolha do estudo em Dracena e Verê, está pautada inicialmente, por esses municípios terem organizações e produtores rurais que operam recorrentemente junto ao PNAE e PAA e que essa pode se tornar uma fonte de renda estável e significativa para esses produtores e suas organizações. Outro aspecto relevante é o fato de que Verê e Dracena fazem parte de diferentes territórios, em virtude dos processos histórico-cultural e natural.

Nos municípios de Dracena e Verê, o primeiro acesso ao PNAE e PAA se deu conforme os quadros 1 e 2 conforme seguem:

Quadro 1 – Acesso inicial ao PNAE e PAA pelas associações e cooperativas em Dracena

Associação/Cooperativa	Constituição	Acesso Inicial	
		PNAE	PAA
Associação dos Produtores Rurais de Dracena	27/03/1991	2009	2006
Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã	05/02/2003	2009	2006
Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena	14/09/2009	2010	2010
Associação de Produtores Rurais do Assentamento Nova Canaã	23/03/2017	2018	2018

Fonte: SEED/SP, Casa Civil, CONAB (2021). Elaboração do autor.

Em Dracena, de acordo com o quadro 1, as primeiras organizações coletivas de produtores rurais a acessar o PAA foram a Associação dos Produtores de Dracena e Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã, no ano de 2006. O acesso inicial do PNAE se deu por meio dessas mesmas organizações, mas no ano de 2009.

Quadro 2 – Acesso inicial ao PNAE e PAA pelas associação e cooperativas em Verê

Associação/Cooperativa	Constituição	Acesso Inicial	
		PNAE	PAA
Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê – APAVE	22/08/2001	2010	2006
Associação dos Viticultores de Verê – APROVIVE	16/08/2005	2010	2006
COAFA – Cooperativa de Alimentos da Agricultura Familiar de Verê – PR	31/03/2009	-	2010
COOPERVEREDA – Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná	06/07/2015	2013	2016
COOPERVIVE – Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê	22/02/2017	2017	-

Fonte: SEED/PR, Casa Civil, CONAB (2021). Elaboração do autor

De acordo com o quadro 2 as primeiras organizações coletivas de produtores rurais em Verê a acessar o PAA foram a APAVE e a APROVIVE, em 2006, que também foram as primeiras organizações sociais que operaram com o PNAE, em 2010.

Com isso, justifica-se o período da pesquisa, que se deu a partir da institucionalização do PNAE e PAA nos municípios de Dracena e Verê, isto é, partir do ano de 2006 até o ano de 2021.

Justifica-se, também, estudar Dracena e Verê, pelo fato de que, o pesquisador pertence a um Projeto de formação de doutores do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, derivado da Chamada Pública CNPq 01/2019, no qual, para o cumprimento do Edital, deve-se realizar teses de doutorado que permeiam a temática de políticas públicas, produção e consumo de alimentos saudáveis a serem aplicadas no Oeste-Sudoeste do Paraná e no Oeste de São Paulo. Projeto este, resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon e o Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – *Campus* de Presidente Prudente.

A tese que se pretende defender é a de que os efeitos territoriais, na agricultura familiar, a serem verificados a partir das políticas no PNAE e PAA no município de Dracena e Verê, podem orientar o desenvolvimento rural sustentável e que, o desenvolvimento dos programas, a título de comparação nos dois municípios, dependerá das particularidades territoriais, mas sobretudo, das estratégias, oportunidades e criatividade dos agricultores familiares e suas organizações políticas.

Nesse contexto, Saquet (2007), concebe o território como área, com características políticas, econômicas e culturais específicas, onde seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras localidades. Em muitos desses territórios, o rural tem participação importante na formação das sociedades e, segundo Alves e Guivant (2010), o desenvolvimento sustentável é um grande desafio que precisa ser analisado de maneira específica que, por sua vez, requer envolvimento do pesquisador e construção ativa com o máximo possível de participação social dos sujeitos de cada programa ou projeto.

A diversificação da economia rural e das formas de produzir (pluriatividade agrícola, redefinição dos espaços rurais ou a discussão sobre o território), segundo Alves e Guivant (2010), tem um papel importante, pois é necessário inovar para contrapor as fronteiras rurais e urbanas, em amarrações que conectam saberes, lugares, tradições, produtores e consumidores.

E as diversas mudanças, a reestruturação e diversificação do rural passam, geralmente, por ações políticas do Estado e, segundo Secchi (2013), essas políticas podem ser compreendidas como estratégias de atuação pública, composta de variáveis complexas que impactam a realidade de determinado local. O Estado, portanto, tem papel fundamental na construção de cada território, bem como nas condições de vida da população.

No entanto, somente no início dos anos 2000, emergiram direcionamentos de políticas públicas para agricultura familiar, orientadas para novos canais de comercialização e segurança alimentar e nutricional (GRISA e SCHNEIDER, 2015). As ações políticas do Estado por meio do PNAE e PAA, conforme Hespanhol (2013), podem produzir padrões diferenciados de reprodução social e dinâmicas locais, principalmente na agricultura familiar, quando orientadas adequadamente ao desenvolvimento.

O PNAE, que, se instituiu no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição se centrava na proposta de o Governo federal oferecer alimentação adequada aos alunos. Após a criação da lei 11.947/2009, determinou que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) destinados aos municípios sejam utilizados para alimentação escolar com a aquisição de alimentos da agricultura familiar. O PAA instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003 que possui por finalidade promover o

acesso à alimentação adequada e incentivar a agricultura familiar (CONAB, 2018). Esse Programa foi criado como política pública estrutural do Programa Fome Zero e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que alinha primordialmente de forma intersetorial programas e ações governamentais e não governamentais à garantia dos direitos humanos e ao acesso à alimentação adequada e saudável.

Com isso, a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar por meio do PNAE e PAA, sob a ótica do conceito de território, no caso em Dracena e Verê, poderá facilitar a participação dos atores locais nas diversas etapas de planejamento territorial, objetivando agregar lugares conectados pela identidade cultural e com interesses em comum.

De forma geral, a investigação em questão se caracterizou como exploratória e qualitativa, pois como descreve Richardson (2012), o estudo exploratório conduz o pesquisador a estabelecer prioridades e desenvolver conceitos mais claros. A pesquisa qualitativa possibilita o uso de diversas técnicas de tratamento, coleta e análise dos dados (RICHARDSON, 2012).

Enquanto o estudo empírico, caracteriza-se como descritivo, pois segundo Richardson (2012) buscou analisar, observar e correlacionar fatos sem manipulá-los. Nesse sentido, o pesquisador procurou conhecer determinado espaço, procurando analisar as informações por meio de diversos instrumentos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas revisão bibliográfica, coleta e sistematização de dados e informações de fontes primárias e secundárias. Na revisão bibliográfica discutiu-se conceitos e considerações sobre território, políticas públicas no contexto da agricultura familiar, PNAE, PAA e desenvolvimento rural sustentável. As fontes secundárias foram consideradas fontes bibliográficas adicionais, relatórios e documentos disponíveis nas literaturas publicadas e, portanto, de acesso público, ou documentos internos e externos solicitados às organizações coletivas pesquisadas.

Nesta pesquisa, os dados secundários se constituíram de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já publicada que se faça necessária ao tema estudado. Segundo Richardson (2012) sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre o assunto. Na pesquisa documental foram considerados relatórios disponibilizados pelas organizações coletivas como diário e razão contábil dos anos de 2006 a 2021, relatórios de compras e vendas, atas, contratos, livros de matrícula, notas fiscais, entre outros.

Para caracterizar os municípios de Dracena e Verê foram levantados aspectos históricos, geográficos, populacionais, sociais e dinâmicas produtivas. Para isso foram utilizadas as plataformas oficiais do governo federal, estadual e municipal. O *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), *site* da Prefeitura Municipal de Dracena e Verê que apresentam aspectos históricos, geográficos e econômicos dos municípios. O *site* do Programa das Nações Unidas (PNUD) foi utilizado para descrever a dimensão social dos municípios estudados.

O *lôcus* da análise foram os municípios de Dracena e Verê. A unidade de análise foram as cooperativas e associações com sede em Dracena e Verê, que comercializaram junto ao mercado institucional do PNAE e/ou PAA entre os anos de 2006 a 2021, bem como, os agricultores familiares residentes nesses municípios vinculados às estas instituições no ano de 2021, conforme tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Associações e cooperativa em Dracena que comercializaram ou tentaram comercializar junto ao PNAE e/ou PAA em 2021

Associação/Cooperativa	Associados	
	Nº total de associados	Nº de associados em Dracena
Associação dos Produtores Rurais de Dracena	93	61
Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã	26	26
Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena – COOPADRA	79	37
Associação de Produtores Rurais do Assentamento Nova Canaã	22	22
Total	220	146

Fonte: SEED/SP, Casa Civil, CONAB (2021). Elaboração do autor

O município de Dracena possui quatro organizações coletivas que operaram junto ao PNAE e PAA entre 2006 a 2021, a Associação dos Produtores de Dracena, Associação J Marques e a COOPADRA comercializaram com o PNAE em 2021, a Associação Nova Canaã, devido questões de classificação do programa não conseguiu acessar o PAA. Em 2021, juntas somaram 220 associados/cooperados, deste quantitativo, 146 são associados/cooperados residentes no município de Dracena.

Tabela 2 – Associação e Cooperativas em Verê que comercializaram ou tentaram comercializar junto ao PNAE e/ou PAA em 2021

Associação/Cooperativa	Associados	
	Nº total de associados	Nº de associados em Verê
Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê – APAVE	-	-
Associação dos Viticultores de Verê – APROVIVE	-	-
Cooperativa de Alimentos da Agricultura Familiar de Verê – PR – COAFA	-	-
Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná – COOPERVEREDA	54	39
COOPERVIVE – Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê	20	18
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>57</b>

Fonte: SEED/PR, Casa Civil, CONAB (2021). Elaboração do autor

O município de Verê possuía cinco organizações coletivas, que operaram junto ao PNAE e PAA entre 2006 a 2021. No entanto, em 2021 apenas duas organizações se mantiveram ativas e comercializando produtos agroecológicos da agricultura familiar, a COOPERVEREDA e a COOPERVIVE. A COOPERVEREDA teve acesso ao PNAE em 2021 a COOPERVIVE por questões burocráticas não conseguiram se classificar no PNAE em 2021. Juntas, as cooperativas somaram 74 cooperados, destes 57 são residentes no município de Verê.

Para compor o universo desta pesquisa estão sendo consideradas as cinco associações (três associações de Dracena e duas de Verê) e as quatro cooperativas (uma de Dracena e três cooperativas de Verê) e os 203 associados/cooperados residentes nesses municípios no ano de 2021 (146 em Dracena e 57 em Verê).

Para representação da instituição associativa ou cooperativa, com intuito de responder aos efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar na organização social, serão entrevistados os presidentes das associações/cooperativas ou pessoa designada por eles.

Em relação aos associados, para analisar de que forma a compra governamental do PNAE e PAA tem contribuído para a melhoria de renda e comercialização de alimentos, bem como, identificar os desafios, oportunidades, limites e estratégias no acesso a essas políticas públicas alguns critérios foram observados para seleção dos sujeitos da pesquisa. Para

composição da amostra intencional não probabilística, procurou selecioná-los levando em consideração:

- A forma de interação na associação ou cooperativa: os aspectos relevantes serão o tempo de envolvimento na associação/cooperativa;
- Implicações e efeitos do programa PNAE e PAA sobre seus negócios: quantidades de produtos destinados a essas políticas, especificações do produto e diversificação.

Desta maneira, são sujeitos da pesquisa, os atuais presidentes das cooperativas/associações ou pessoa por eles designada e cinco associados de cada organização coletiva, levando em consideração as especificações acima mencionadas. Vale destacar que, em Verê, a APAVE e a APROVIVE tiveram seus cadastros como pessoas jurídicas baixadas e a COAFA, desde 2014, não operacionaliza com produtos agroecológicos.

Desse modo, estão sendo entrevistados seis presidentes (quatro presidentes em Dracena e dois presidentes em Verê) e 30 associados/cooperados (20 associados/cooperados em Dracena e 10 cooperados em Verê). A partir dessas informações, estão sendo entrevistados 12 sujeitos em Verê, ou seja, 21% do universo da pesquisa e 24 sujeitos em Dracena, isto é, 16% do universo da pesquisa.

Segundo Richardson (2012), o pesquisador pode selecionar, por meio de amostra intencional, membros que atendam determinados critérios, possuam conhecimento sobre o assunto e potencial de fornecer informações relevantes para atender aos objetivos da pesquisa. Nesse caso, a amostra intencional total é de 36 associados/cooperados para serem entrevistados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Esses dados primários são coletados diretamente pelo pesquisador e são utilizados para verificar as contribuições, desafios, oportunidades, limites e estratégias no acesso ao PNAE e PAA para as organizações sociais e para os produtores rurais em Dracena e Verê.

Para esse fim, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental. Os dados primários, segundo Richardson (2012), devem ser coletados no local onde os eventos estão sendo estudados, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas.

Outrossim, o pesquisador desenvolveu um trabalho de extensão durante seis meses, de janeiro a junho de 2022, em Verê e, seis meses, de julho a dezembro de 2022, em Dracena. O trabalho objetivou criar e desenvolver controles internos operacionais e financeiros em Verê, bem como, promover cursos junto a diretoria executiva e cooperados sobre planejamento estratégico e contabilidades aplicadas a realidade local. Em Dracena, o trabalho

versou o aperfeiçoamento de controles de internos de custos e a criação de um sistema de custeio para a indústria, foram realizados cursos para a diretoria, conselho fiscal e funcionários, sobre temas por eles solicitados, planejamento estratégico, contabilidade financeira, sistemas de custos e controle orçamentário pessoal. Em ambos municípios a implantação e formato dos controles foram direcionados a realidade dos sujeitos e a adaptação e ajustes dos mesmos foram acompanhadas durante toda a execução do trabalho.

As oficinas realizadas junto aos sujeitos da pesquisa, além de versar assuntos estratégicos demandados pelas organizações coletivas, teve como objetivo somar experiências e proporcionar possíveis melhorias na operacionalização com o PNAE e PAA. Durante o desenvolvimento desse trabalho foram realizadas as entrevistas, coletados documentos e tabulados os dados secundários.

Sobre a especificidade das entrevistas, segundo Richardson (2012), entrevista é uma técnica flexível capaz de produzir dados de grande profundidade. As entrevistas podem ser individuais ou grupais. Entretanto, as pesquisas individuais estão focadas no entrevistador e entrevistado como ator individual.

Em relação ao tipo de entrevista, estruturada ou não estruturada, as entrevistas estruturadas, segundo Richardson (2012), seguem um roteiro previamente estabelecido, as perguntas são predeterminadas, já na entrevista não estruturada o entrevistador tem liberdade para desenvolver suas perguntas na direção que considere adequada. Contudo, entrevistas semiestruturadas têm sido utilizadas de forma ampla, segundo Richardson (2012), pela expectativa de que é mais provável que os sujeitos entrevistados expressem seus pontos de vista em uma entrevista com um planejamento relativamente aberto.

Com isso, para se alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram utilizados dados primários por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com a utilização de um roteiro previamente estabelecido, para que o entrevistado tenha liberdade para responder de acordo com sua compreensão, que no entendimento do pesquisador, trará informações mais precisas para questões essenciais da investigação.

Os produtores entrevistados, de acordo com especificações anteriormente determinadas, foram designados pelas associações e cooperativas onde esses sujeitos estão vinculados. Os dados e contatos dos presidentes e produtores foram disponibilizados pelas cooperativas e associações, e as entrevistas foram agendadas diretamente com os entrevistados. Para cada entrevistado foi informado o objetivo da pesquisa e após assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que as entrevistas fossem gravadas por

meio de um aplicativo no aparelho celular do entrevistador de acordo com o consentimento dos sujeitos entrevistados.

Algumas entrevistas foram realizadas na sede da cooperativa/associação, outras na propriedade rural do entrevistado, as entrevistas duraram em média trinta e cinco minutos. Após a tabulação dos dados, algumas informações tiveram que ser complementadas, para isso, utilizou-se o aplicativo WhatsApp como ferramenta de comunicação entre os sujeitos.

Por fim, cabe destacar que esta tese está dividida em oito capítulos, o primeiro inclui essa introdução identificando os objetivos, justificativas e as técnicas de pesquisa. O segundo capítulo procurou-se abordar considerações teóricas sobre território, políticas públicas e agricultura familiar e uma abordagem territorial interdisciplinar voltada para o desenvolvimento sustentável. Além de trazer um instrumental teórico sobre o histórico, diretrizes, funcionamento, recursos financeiros aplicados, dinâmicas políticas e mudanças institucionais do PNAE e PAA no contexto da agricultura familiar.

No terceiro capítulo abordou-se os aspectos históricos e geográficos, populacionais e infraestruturais dos municípios de Dracena e Verê, junto a apresentação de dados econômicos, sociais e produtivos da agricultura familiar desses municípios. No capítulo quatro foi abordado apontamentos históricos sobre a formação das organizações dos movimentos sociais de luta e resistência familiar em Dracena e Verê, trazendo as políticas públicas do PNAE e PAA como referência, além de apresentar os sujeitos da agricultura familiar nesses municípios.

No quinto capítulo foi apresentado considerações sobre aspectos produtivos e comerciais das organizações coletivas entre 2006 a 2021, evidenciando, sobretudo, o desenvolvimento do PNAE e PAA. No sexto capítulo foram trazidos os efeitos territoriais das mudanças político-institucionais do PNAE e PAA para a agricultura familiar nos municípios estudados.

No sétimo capítulo foram apresentados os desafios e estratégias, as oportunidades e limites à agricultura familiar de Dracena e Verê no acesso ao PNAE e PAA. E, subsequentemente, no último capítulo, foram abordadas as contribuições dessas políticas públicas para as organizações coletivas e para os produtores da agricultura familiar. Na sequência foram apresentadas as conclusões, referências bibliográficas e apêndices.

## 2 TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

A discussão sobre território tem passado por diversas reformulações nas últimas décadas, o pensamento renovado passou a questionar o movimento entre as relações sociais e acumulação de capital, relações de produção, tradições culturais, ação do Estado, lutas de classes, divisão do trabalho, entre outros.

O território, segundo Saquet (2007), acontece a partir da apropriação do espaço geográfico, é constituído mediante forças concretas – relações de poder – que agem na ativação ou retração da vida comunitária, na construção de identidades e de distintas redes, impactando o espaço apropriado. Segundo Saquet e Sposito (2015) a questão do poder é essencial para a definição de território, o poder é um processo que mediante ações cotidianas tece o domínio sobre alguém, um recurso natural ou econômico em determinado espaço-tempo. O poder não é, em si, a propriedade de alguém, mas é exercido na estrutura social que engloba todo tipo de energia para tentar controlar os recursos que envolvem a vida humana (RAFFESTIN, 1993).

Ainda segundo Saquet (2007), o território é o produto dos sujeitos sociais, são esses que determinam o território, partindo de dada realidade, que é o espaço. O território é produzido por sujeitos por meio da efetivação das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas, econômicas e ambientais), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas (SAQUET, SPOSITO, 2015)

As relações de poder, portanto, estão difusas nas relações sociais, no Estado, na sociedade civil organizada e no mercado. Isto inclui, evidentemente, as políticas públicas que, segundo Secchi (2013), são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, organizadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam a realidade de determinado local (TUDE, 2010).

Segundo Castro, Gontijo e Amabile (2012), as políticas públicas são a concretização da ação governamental, consideram atores formais e informais num curso de ação intencional que visa ao alcance de determinado objetivo. Secchi (2013) conceitua política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Estas políticas são feitas de diretrizes, de acordo com Castro, Gontijo e Amabile (2012), podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva, regulatória e constitutiva que inspiram o constante debate sobre a modernização e o Estado.

Para Frey (2000), políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que só parece distribuir vantagens e não acarretam custos percebíveis para outros grupos. Segundo Tude (2010), políticas redistributivas são orientadas para o conflito, onde o objetivo é a redistribuição de recursos financeiros entre camadas sociais. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, seus custos e benefícios são distribuídos de forma igualitária e equilibrada entre grupos e setores da sociedade (FREY, 2000). E as políticas públicas constitutivas incorporam os outros três tipos de políticas e seriam responsáveis pelos procedimentos necessários para que outras políticas entrem em vigor (TUDE, 2010)

O estudo de políticas públicas, segundo Secchi (2013), não prescinde de um problema que seja entendido como coletivamente relevante, e sim na diferença entre a situação atual e a situação possível para a realidade pública. Para ser considerado um problema público, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas.

Segundo Secchi (2013) e Tude (2010), os atores das políticas públicas podem ser governamentais e privados. Secchi (2013) define como atores governamentais aqueles diretamente ligados à administração pública, estando envolvidos na burocracia estatal ou ocupando cargos legislativos e executivos. Pode-se citar como exemplo desses atores os políticos, designados politicamente, burocratas e juízes.

Os atores privados podem ser conceituados como aqueles que não estão ligados à administração pública, mas procuram participar das decisões do Estado, principalmente pela influência que essa política acarretará a sua conjuntura (TUDE, 2010). Como exemplos desses atores, podemos citar organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, associações da sociedade civil, cooperativas, etc.

Nesse sentido, a abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural, voltadas aos atores privados, segundo Echeverri (2009), apoia-se basicamente em quatro aspectos:

o rural é mais abrangente que o setor agrícola; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para tratar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento; e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições, que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento (ECHEVERRI, 2009).

As políticas públicas territoriais apresentam inovações em relação às abordagens reacionárias do desenvolvimento rural, pois sempre associam o rural ao agrícola e, a ideia de território indica a inclusão de atividades não agrícolas (BRASIL, 2005). Como exemplo dessas atividades realizadas no espaço rural, pode-se citar o turismo rural, o artesanato e a industrialização. Assim, além da produção de matéria-prima e alimentos, os territórios rurais envolvem pequenas cidades, aglomerados populacionais e os demais agentes que fazem parte desses espaços.

No Brasil, desde o final da década de 1950, o governo adotou de forma mais acentuada e estratégica a industrialização por substituição da importação de produtos. Nos anos de 1960 essa estratégia apresentou sinais de crise em razão dos problemas no abastecimento alimentar brasileiro, no aumento da inflação e na manifestação crítica ao padrão excludente gerado pela industrialização implementada (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Neste cenário, duas alternativas surgiram na agenda pública, a primeira sugeria reformas de base, como a reforma agrária, e outra era orientada pela modernização da tecnologia na agricultura. De acordo com Grisa e Schneider (2015), o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, no final dos anos 1970, cobrou por parte do governo brasileiro uma política apropriada às características dos pequenos agricultores produtores de mercadorias.

No âmbito da agricultura familiar, conforme já mencionamos, apenas a partir de meados de 1980 e com o debate da constituinte em 1988 determinadas ações começaram a se sobressair, com a constituição da Central Única de Trabalhadores (CUT), o nascimento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), dentre outros.

Nesse período, a dimensão territorial foi introduzida na gestão de políticas públicas a partir do processo de democratização ocorrido na segunda metade da década de 1980, em que a sociedade civil reivindicou a descentralização político-administrativa. Essa década foi marcada por uma forte crise econômica e, segundo Schneider, Cazella e Mattei (2009), teve como consequências para os agricultores, a dificuldade de disponibilidade de crédito e a queda da renda.

Após diversas mudanças e intensas mobilizações sociais efetivadas por movimentos ligados à agricultura familiar, na década de 1990, criou-se a primeira política agrícola de crédito rural nacional direcionada aos agricultores familiares, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), supracitado.

Segundo Cazella *et al.* (2016), conceitualmente, o PRONAF visava a construção de um conjunto de ações orientadas para o fortalecimento e garantia da produção agrícola aos

agricultores familiares. Segundo Grisa e Schneider (2015), a criação do Programa de Garantia da Agricultura Familiar e do Seguro da Agricultura Familiar além da retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural reforçariam este contexto

Na década de noventa, um dos fatores decisivos que mudou os rumos da compreensão de desenvolvimento rural, sobretudo na esfera governamental, segundo Schneider, Cazella e Mattei (2009), foi a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais, principalmente dos três Estados do Sul do país. Os trabalhadores rurais alinhados a sindicatos e movimentos sociais no campo já tinham começado as suas reivindicações e lutas no momento de redemocratização do Brasil em meados da década de 1980.

A partir de meados dos anos 1990 com a desestruturação de órgãos de políticas públicas e a liberalização dos mercados que refletiu em ações de desenvolvimento para a agricultura familiar, entendia-se que o Estado precisaria corrigir as falhas que esse sistema econômico capitalista gerava, no caso da agricultura, o combate à pobreza rural. Segundo Grisa e Schneider (2015), a partir de 1997, as políticas para agricultura familiar aportaram um novo referencial setorial focado em ações sociais e assistenciais.

Contudo, as próprias organizações da agricultura familiar começaram a pautar suas necessidades de o PRONAF atender a diversidade da agricultura familiar, culminando na criação de grupos e linhas direcionadas aos produtores rurais mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Cazella *et al.* (2016) e Hespanhol (2013), no início dos anos 2000, emergiu um conjunto de ações de transferência de renda que contemplaram, ainda que não exclusivamente, a agricultura familiar como o Programa Fome Zero, abarcando outras políticas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e etc.

Para Leite *et al.* (2007), a inovação das políticas públicas de desenvolvimento territorial diz respeito ao processo escolhido pela sua elaboração e ao tipo de recorte territorial no qual se aplica. Efetivamente, ao elaborar a política a partir da articulação de dinâmicas sociais locais, a SDT/MDA (Secretaria do Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário) se afasta da tradição da planificação pública descendente e centralizada. Essa Secretaria inovou quando, em 2003, decidiu aplicar suas políticas públicas através de Territórios Rurais de Identidade, que se diferenciam das unidades administrativas estabelecidas: nação, estados e municípios.

Nesta mesma época, emergiram direcionamentos de políticas públicas para agricultura familiar como o Programa Garantia Safra, Programa de Habitação Rural. Também

foram implementadas políticas orientadas para novos canais de comercialização e segurança alimentar e nutricional (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Com base nos objetivos do Programa Fome Zero, ressaltando o potencial do mercado institucional no fortalecimento da agricultura familiar, agregado ao intuito de dinamizar a economia dos municípios e dos territórios somada a importância da criação de hábitos alimentares saudáveis, culminou-se na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e regulamentado em 2008 e, mais adiante, o PNAE que após algumas reformulações estruturais, sobretudo, advindas da Lei federal nº11.947 de 2009 que instituiu repasse aos municípios de, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra direta de produtos da agricultura familiar.

Para garantir a efetivação desses programas em todas as unidades federativas no Brasil, exigem do governo brasileiro um conjunto alinhado de capacidades instrumentais como recursos humanos, tecnológicos e orçamentários.

Contudo, a estrutura normativa do PNAE e PAA permite disputas de interesses públicos e privados. Os resultados dessas disputas são visíveis nas mudanças institucionais ocorridas durante o período de existências dessas políticas.

Tais mudanças impactam o processo de formação nos padrões normativos desses programas no contexto da agricultura familiar, assim como as instituições não surgem por si só, pois são resultados da interação humana e se solidificam com base em interesses da sociedade; o processo de mudança institucional também não é motivado pelo acaso e por sua vez e podem bloquear ou potencializar os agentes e redes que nelas estão inseridas (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Por conta disso, nas próximas seções serão apresentadas um arcabouço teórico, histórico normativo e institucional do PNAE e PAA.

## 2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O PNAE foi um dos primeiros programas que conciliava a alimentação e a educação, conforme Villar (2013), em 1920, ocorreram as primeiras medidas governamentais de oferta de alimentação escolar no Brasil, época onde ocorriam grandes discussões sobre a alimentação.

Nesta época, em São Paulo, conforme Villar (2013) o “Instituto de Hygiene” foi predecessor na implementação de propostas de políticas públicas sobre questões alimentares.

Em meados dos anos de 1920, este instituto financiou estudos específicos em diversos países, divulgando importantes pesquisas sobre o assunto. Nesse contexto, destaca-se a primeira tese de doutorado do Professor Dr. Antônio de Almeida Júnior, nominada “O saneamento pela educação”, do ano de 1922 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia que discutiu sobre política pública de alimentação escolar.

O PNAE se instituiu no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição se centrava na proposta de o Governo Federal oferecer alimentação adequada aos alunos. Entretanto, naquele período não foi possível efetivá-la, por falta de recursos financeiros (BRASIL. FNDE, 2017).

Durante a década de 1950, foi criado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), chamado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”. Neste plano, de forma inédita, apresenta um programa de merenda escolar com dinâmica nacional, sob a responsabilidade do Governo Federal. Desse Plano Nacional de Alimentação, apenas o Programa de Alimentação Escolar se consolidou, executado com recursos financeiros do Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI, que atualmente se chama Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, que permitiu que fosse distribuído o excedente de leite em pó que era destinado à campanha de nutrição materno-infantil aos alunos para alimentação escolar (BRASIL. FNDE, 2017).

Por meio do Decreto nº 37.106/1955 foi instituída a Campanha de Merenda Escolar, pelo governo Café Filho, vinculada ao Ministério da Educação, segundo BRASIL, FNDE (2017), no momento foram celebrados contratos e parcerias diretamente com a FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância.

Após meados da década de 1970, ainda que mantido pelo Ministério da Educação e executado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa fazia parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Apenas no fim da década de 1970 essa política passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Vale a pena mencionar que a execução do programa, nesse período, se dava de forma centralizada pois, segundo Hespanhol (2013), o órgão federal gerenciava e planejava os cardápios de forma padronizada, por meio de processos licitatórios adquiria gêneros alimentícios, se responsabilizava pelo controle da qualidade dos alimentos e pela distribuição da merenda escolar no território nacional.

Esse modelo centralizado de gestão trazia consigo diversos problemas, dentre eles, conforme FNDE (2021) o custo elevado com a logística para distribuição da merenda escolar

em todo o país; os cardápios padronizados, em diversas situações não eram alinhados aos diversos hábitos alimentares no Brasil; e o conseqüente monopólio de mercado.

Apenas nos anos de 1980, após um longo período de ditadura militar o Brasil, retomou-se a democracia, assim, apenas no governo Sarney, a participação da população brasileira na política e luta pelos direitos humanos se intensificou. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, ficou assegurado por força de lei que, por meio dos governos municipal, estadual e federal o direito à alimentação escolar a todos os alunos que frequentavam o ensino fundamental (BRASIL. FNDE, 2017).

No ano de 1994, um importante avanço se deu no contexto dessa política, mediante promoção de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, foi instituída a descentralização dos recursos para execução do Programa por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, o qual se delegou competência para que cada rede de ensino atendesse seus respectivos alunos no que se refere a merenda escolar.

A solidificação da descentralização, já sob ótica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ocorreu por meio da Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98 (BRASIL. FNDE, 2017). Com isso, a transferência de recursos passou a ser realizada de forma automática, do governo federal, sem a necessidade de celebração de termos cooperativos ou convênios, para municípios e secretarias de educação. Assim, ficaram a cargo dos municípios e estados a elaboração do cardápio, a compra dos alimentos, efetuar o controle de qualidade dos alimentos, providenciar os recursos humanos e infraestrutura necessários para operacionalizar o programa, proporcionando maior agilidade ao processo.

No ano de 2000 um importante avanço no PNAE foi a reedição da Medida Provisória 1.784/98, que institui a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão fiscalizador, deliberativo e de assessoramento para a execução do PNAE em cada município brasileiro. Outro evento que possibilitou grandes avanços no PNAE foi a Medida Provisória nº 2.178, de 28 de junho de 2001, dentre os quais destaca-se: a obrigação de que, pelo menos 70% dos recursos repassados pelo Governo Federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e a atenção aos hábitos e costumes alimentares regionais ligados às atividades agrícolas do município, fomentando com isso o desenvolvimento da economia local.

Nesse contexto, a Lei nº 11.947/2009 fortaleceu a abordagem multidisciplinar em relação aos objetivos do PNAE trazendo o modelo de desenvolvimento biopsicossocial (dimensões biológica, psicológica e social) ao aluno da educação básica. Além de visar o

atendimento as diretrizes de promoção ao desenvolvimento sustentável conforme indicado no quadro 3.

Quadro 3 – Diretrizes do PNAE na alimentação escolar

<b>Diretrizes</b>	<b>Descrição</b>
Alimentação Adequada e Saudável	Delibera o consumo de alimentos seguros e variados, que respeitem a cultura e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo, acima de tudo, para o desenvolvimento do aluno e seu rendimento escolar.
Educação Alimentar e Nutricional	Direciona no cardápio escolar a educação alimentar e nutricional, inserindo essa temática no currículo escolar abrangendo as práticas saudáveis de vida.
Universalização	Delibera o atendimento a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação da Sociedade	Permite que a execução do programa seja realizada com a participação da comunidade por meio de Conselhos de Alimentação Escolar.
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a compra de alimentos produzidos em esfera local, preferencialmente da agricultura familiar, comunidades indígenas e quilombolas.
Direito à Alimentação na Escola	Garante a segurança nutricional e alimentar dos alunos de forma igualitária em atenção especial aqueles que vivem em vulnerabilidade social.

Fonte: BRASIL, FNDE (2017). Adaptação Própria.

Conforme apresentado, o PNAE, no decorrer de sua implementação, passou por várias reformulações que resultaram em avanços significativos, dos quais se destacam o incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, diversificados, produzidos localmente, e o respeito aos hábitos alimentares saudáveis (VILLAR *et al.*, 2013).

Em especial, para efeitos no desenvolvimento da agricultura familiar, a Lei nº 11.326/2006 instituiu o que se considera um agricultor familiar:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. (BRASIL, 2006, p. 1)

No PNAE, a agricultura familiar passou a ganhar mais espaço com o advento da Lei Federal nº11.947 de 16 de junho de 2009, instituiu que para o PNAE, do total de recursos direcionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos

municípios, estados e Distrito Federal, pelo menos 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, FNDE, 2017).

Em 2013, segundo a Resolução/CD/FNDE nº 25, de 17 de junho, desde o ano de 2013, as creches recebem R\$ 1,07 por aluno em dia letivo; A pré-escola recebe R\$ 0,53; As Escolas indígenas e quilombolas recebem R\$ 0,64; No Ensino Fundamental e Médio recebem por aluno em dia letivo R\$ 0,36; Na Educação de Jovens e Adultos auferem R\$ 0,32; Ensino Integral: R\$ 1,07 por aluno em dia letivo; O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral recebe R\$ 2,00 por aluno em dia letivo. Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: recebem R\$ 0,53.

A Resolução FNDE nº 26 trouxe outro avanço relevante na estrutura do PNAE, inicialmente essa resolução determinou a chamada pública para a agricultura familiar, essa resolução trouxe a atenção aos alunos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade semipresencial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. Esta resolução institui que a rede atendida pelo PNAE corresponde as escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, desde que tenham convênios com o poder público, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL. FNDE, 2017).

Segundo o FNDE (2020), o valor repassado do governo federal aos estados e municípios para alimentação escolar no PNAE é efetuado em dez parcelas mensais, tem como base o censo escolar e é definido para cobertura de duzentos dias letivos para cada aluno em concomitância à etapa e modalidade de ensino.

Em 2013 a Resolução nº 26 também estabeleceu os órgãos que operacionalizariam o Programa, conforme sistematizado no quadro 4:

Quadro 4 – Operacionalização do Programa PNAE

<b>Órgão</b>	<b>Responsabilidade</b>
Governo Federal/FNDE	Definição das regras do programa
Entidades Executoras	Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios desenvolvem condições para que o PNAE seja executado.
Unidade Executora	Sociedade 7Civil com personalidade jurídica representam a comunidade educativa
Conselho de Alimentação Escolar	Controle Social do PNAE
Tribunal de Contas da União	Órgão de fiscalização do Governo Federal
Ministério Público Federal e FNDE	Investigam denúncias sobre má gestão do Programa PNAE
Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos	Cuidam da qualidade dos produtos utilizados na alimentação escolar

Municípios
------------

Fonte: Resolução nº 26, adaptado pelo autor.

Em 2 de abril de 2015, a Resolução nº 4 do FNDE, levando em conta o fortalecimento da agricultura familiar e seu aporte para o desenvolvimento socioeconômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26 de 2013, que versavam sobre a aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações.

Essa Resolução nº 4, publicada em 2015, modificou o modo de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; definiu os locais em que deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; estabeleceu o que são grupos formais e informais de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, assentados da reforma agrária; definiu critérios para desempate; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora, que de acordo com essa resolução era de vinte mil reais por agricultor familiar/ano; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar; constituiu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato (BRASIL. FNDE, 2017).

Em 2017 a resolução nº 1 de 8 de fevereiro, permitiu aumento de 20% dos valores per capita para a oferta da alimentação escolar, para alunos do ensino fundamental e médio e 7% para os valores per capita destinados aos estudantes das outras etapas de ensino. As creches recebiam R\$ 0,60, passaram a receber R\$ 1,07 por aluno em dia letivo; A pré-escola recebia R\$ 0,30 passaram a receber R\$ 0,53; No Ensino Fundamental e Médio recebiam R\$ 0,30 passaram a receber por aluno em dia letivo R\$ 0,36; Na Educação de Jovens e Adultos auferiam R\$ 0,30 passou a R\$ 0,32, e; no Ensino Integral de R\$ 0,90 saltou para R\$ 1,07 por aluno em dia letivo.

A resolução 6/2020 (CD/FNDE) instituiu que 75% dos recursos utilizados no PNAE sejam destinados a aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados, a redação contempla o aumento da obrigatoriedade da oferta semanal de frutas in natura e hortaliças. No artigo 29 é estabelecido que o não cumprimento de no mínimo 30% de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar por parte da Entidade Executora poderá acarretar na devolução do valor correspondente na prestação de contas.

Em 2020 foi promulgada a lei nº 13.987/2020 que autoriza a utilização de recursos do PNAE para distribuição de alimentos aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica em momentos excepcionais e períodos de emergência ou calamidade pública, como foi o caso da COVID-19.

Em especial, no Estado do Paraná, o governador Carlos Massa em 06 de março de 2020 por meio do Decreto nº 4.211 instituiu a alimentação orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Nele destaca-se um plano de introdução progressiva de produtos orgânicos na alimentação escolar que deverá ser avaliado a cada três anos a contar da publicação do Decreto.

O decreto apresenta um incentivo à alimentação saudável e o desenvolvimento dessa cultura, porém não traz detalhes sobre preferência de produtos oriundos da agricultura familiar ou produzidos por beneficiários da reforma agrária, indígenas e povos tradicionais, além de retirar a participação da sociedade civil no Comitê Gestor do Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar do Estado do Paraná.

Em 2021 a resolução nº 21 do FNDE alterou a resolução nº 04/2015 que aumenta o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar no PNAE. A partir dessa resolução, os fornecedores individuais e grupos informais, devem respeitar o valor máximo de quarenta mil reais por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) familiar no ano, o dobro do valor estabelecido pela antiga resolução.

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE para execução do PNAE, conforme apêndice 3, percebe-se que o advento da Lei federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que instituiu que o PNAE direcione pelo menos 30% de seus recursos na compra direta de produtos da agricultura familiar, num contexto geral no Brasil, ainda não se efetivou.

De acordo com os dados disponibilizados pelo FNDE, dispostos no apêndice 3, os repasses de recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE para execução do PNAE em escala nacional, em geral, foram oscilantes em todos os períodos. Do ano de 2014 ao ano de 2018 foram os anos que os recursos financeiros estiveram crescentes em todos os períodos. O ano de 2020, ano pandêmico, foi o período que o FNDE mais disponibilizou recursos para o PNAE.

Em relação a obrigatoriedade da compra de, pelo menos, 30% dos valores repassados pelo FNDE para aquisições da agricultura familiar, num contexto geral em nível de Brasil, ainda não está sendo respeitada, pelo menos nos períodos em que o FNDE disponibilizou as informações da agricultura familiar (2011 a 2017), porém, de acordo com o relatório de

gestão do FNDE ano de 2018, 2019 e 2020 é apontado como desafio o melhoramento da performance dos sistemas e ferramentas a fim de apoiar a aquisição de gêneros diretamente da agricultura familiar para o PNAE e o fortalecimento das aquisições da Agricultura Familiar de modo a alcançar o mínimo de 30% nas aquisições (FNDE, 2018; FNDE, 2019; FNDE, 2020).

Conforme apresentado ao longo de sua trajetória o PNAE passou por diversas mudanças e adequações do ponto de vista institucional, legal e orçamentário, porém, as mudanças que provocaram reflexos à agricultura familiar e consideradas no período da pesquisa, entre 2006 a 2021, estão contidas no quadro a seguir:

Quadro 5 – Normativos do PNAE entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar

<b>Normativo</b>	<b>Disposição</b>
Lei Federal nº 11.947/2009	Direcionou, pelo menos, 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar
Resolução/CD/FNDE nº 25 de 2012	Elevou o valor máximo de venda individual por agricultor
Resolução/CD/FNDE nº 26	Determinou a chamada pública para a agricultura familiar
Resolução/CD/FNDE 4º de 02 de abril/2015	Tornou mais claros e objetivos os critérios de definição de preços
Resolução/CD/FNDE nº 1, de 8 de fevereiro de 2017	Aumentou os valores per capita para a oferta da alimentação escolar
Resolução/CD/FNDE nº 6/2020	Institui que 75% dos recursos utilizados no PNAE sejam destinados a aquisição de alimentos in natura.
Lei 13.987/2020	Autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis
Resolução/CD/FNDE nº 21/2021	Elevou o limite individual de venda ao agricultor familiar

Fonte: BRASIL, 2017; BRASIL, 2021. Adaptado pelo autor

## 2.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, como política pública estruturante do Programa Fome Zero, sendo regulamentado no ano de 2008 pelo decreto Lei nº 6.447. Conforme Diniz, Neves Neto e Hespanhol (2016), pautada no mercado institucional para agricultura familiar, o PAA é uma política destinada as populações em situação de risco e vulnerabilidade social e voltada à segurança alimentar e nutricional.

De modo resumido, Hespanhol (2013), destaca que o PAA foi lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Teve como aporte inovador o fato de, por um lado, definir como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e, por outro lado, promover a segurança se alimentar. A discussão sobre desenvolvimento nesse contexto se dá pelo fato de induzir a elevação do excedente econômico dos produtores familiares, com base na

garantia de comercialização e fortalecimento de suas organizações coletivas. (HESPANHOL, 2013, p. 418).

O surgimento do PAA ocorreu por meio de diversas transformações. Segundo Hespanhol (2013) o contexto se dá ao passo que o Estado brasileiro passa a direcionar sua atenção, principalmente os recursos públicos, na agricultura familiar e na segurança alimentar.

Na questão institucional, a operacionalização do PAA é realizada por estados, Distrito Federal e, ainda pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo que, segundo BRASIL, CONAB (2018) a participação no programa por ser dada de forma avulsa ou por meio de organização coletiva (associação ou cooperativa) e possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. Segundo Hertz e Hespanhol (2019), o público-alvo é constituído por agricultores familiares, silvicultores, assentados da reforma agrária, indígenas e de comunidades quilombolas. E recentemente foram inseridos nesse contexto as mulheres produtoras rurais e os jovens rurais.

Segundo Diniz, Neves Neto e Hespanhol (2016), as normas do programa, o assessoramento e acompanhamento das atividades são definidas por meio de um grupo gestor. São os gestores que definem preços, regiões a serem beneficiadas, as formas como esses produtos serão adquiridos, onde serão destinadas as doações, a formação de estoques públicos, dentre outros.

A execução do programa, conforme Mielitz (2014, p. 63), fica a cargo dos governos estaduais, municipais e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio de diversas modalidades que orientam valores máximos a serem pagos aos agricultores por ano.

De acordo com BRASIL, CONAB (2018), ao longo de sua trajetória, o PAA foi sendo aprimorado em seu aparato jurídico e institucional, sendo constituído por seis modalidades diferentes, conforme apresenta o quadro 6.

Quadro 6 – PAA: Modalidades, fontes de recursos, órgão executores. Forma de acesso e limites por DAP

<b>Modalidade</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Órgão Executor</b>	<b>Forma de Acesso</b>	<b>Limite por DAP</b>
Compra com doação Simultânea	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	CONAB, Estados e Municípios	Avulsa, Associações Cooperativas Agricultura Familiar ou da	R\$ 8.000,00
Compra Direta	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	CONAB	Avulsa, Associações Cooperativas Agricultura ou da	R\$ 8.000,00

Modalidade	Fonte de Recurso	Órgão Executor	Forma de Acesso	Limite por DAP
			Familiar	
Apoio a Formação de Estoques	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	CONAB	Associações ou Cooperativas Agricultura Familiar	R\$ 8.000,00
Incentivo à Produção e consumo de Leite	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	Estados do nordeste brasileiro e norte do Estado de Minas Gerais	Avulsa, Associações ou Cooperativas Agricultura Familiar	R\$ 8.000,00 (semestral)
Compra Institucional	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	Recursos do Proponente	Avulsa, Associações ou Cooperativas Agricultura Familiar	R\$ 20.000,00
Aquisição de Sementes	Ministério da Cidadania / Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	CONAB	Associações ou Cooperativas Agricultura Familiar	R\$ 6.000,00

Fonte: BRASIL, CONAB (2018). Adaptado pelo autor

A **modalidade de Compra com Doação Simultânea** tem como finalidade o atendimento de demandas de suplementação alimentar em nível local. Segundo Hertz e Hespanhol (2019), essa modalidade se destina a aquisição de alimentos da agricultura familiar objetivando doá-las às populações carentes em situação de risco alimentar que, por sua vez, são atendidas por entidades de assistência social. Segundo Brasil, Conab (2018), essa modalidade se destina também para complementação alimentar de equipamentos públicos como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Os alimentos adquiridos são próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e alimentos característicos de culturas locais, podem ser *in natura* ou processados. Essa modalidade é executada apenas com recursos do Ministério da Cidadania, e segundo Brasil, CONAB (2018) que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implantação: Parcerias estabelecidas por meio de Termo de Adesão e formalização por meio de Termo de Cooperação.

As parcerias estabelecidas por **Termos de Adesão**, são realizadas com Municípios, Estados, Distrito Federal ou consórcios públicos. Os agricultores ou organização coletiva entregam seus produtos em uma central de distribuição para serem doados (BRASIL, CONAB, 2018, p. 15)

No âmbito do **Termo de Cooperação**, os recursos financeiros para execução do programa são repassados do Ministério da Cidadania para a CONAB, que fica responsável

pelo pagamento aos produtores. Segundo Diniz, Neves Neto e Hespanhol (2016), para participar da modalidade de Compra com Doação Simultânea por meio da CONAB, os agricultores familiares podem participar individualmente ou podem estar organizados em associações ou cooperativas.

Na **modalidade de Compra Direta**, o objetivo é a melhoria na comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja por meio de formação de estoque ou por processamento para agregação de valor ao produto (HERTZ e HESPANHOL, 2019, p. 419). A Compra Direta, segundo Mielitz (2014, p. 63), tem como finalidade “a sustentação dos preços de uma linha específica de produtos, a constituição dos estoques públicos desses produtos [...] e o atendimento de demandas específicas de programas de acesso à alimentação”.

Nesta modalidade, os alimentos adquiridos segundo Brasil, CONAB (2018, p. 16) são: arroz, feijão, trigo, milho, mandioca, leite em pó, dentre outros definidos pelo Grupo Gestor do PAA. Para execução dessa modalidade, o Ministério da Cidadania repassa, por meio de termo de cooperação, recursos financeiros a CONAB que fica responsável pela sua operacionalização.

A **modalidade de Apoio a Formação de Estoques**, segundo Hertz e Hespanhol (2019), tem a finalidade de adquirir alimentos para formação de estoques em suas próprias organizações. Mielitz (2014) afirma que a organização coletiva adquire os produtos dos agricultores familiares, transforma o alimento para geração de valor agregado, os mantém em estoque próprio até sua comercialização para estoques públicos ou mercado convencional.

Segundo Brasil, Conab (2018), os produtos alimentícios a serem estocados devem ser da safra vigente e cumprir todos dispositivos em normas específicas de boas práticas de alimentos. Assim como a modalidade de Compra Direta, os recursos financeiros são repassados a CONAB por meio de Termo de Cooperação que é responsável pela operacionalização dessa modalidade.

A execução dessa modalidade fica a cargo da CONAB que recebe a Proposta de Participação pela organização coletiva e identifica a possibilidade de formação de estoque de um determinado produto. Segundo Brasil, CONAB (2018), a proposta inclui as especificações do produto, sua quantidade, preço proposto, validade, os agricultores familiares envolvidos e o prazo necessário para formação desse estoque.

Segundo Mielitz (2014), com a aprovação da proposta, a CONAB emite uma Cédula de Produto Rural – CPR/Estoque, momento que o recurso é disponibilizado à organização que tem o prazo de 12 meses para quitá-la. Conforme o caso, a organização poderá realizar o pagamento com os próprios produtos.

O limite financeiro para participação dessa modalidade é de R\$ 8.000,00 por DAP Segundo Brasil, Conab (2018) o valor anual não poderá ser superior a R\$ 1,5 milhão por organização.

A **modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite** – PAA/Leite, tem finalidade de assegurar o consumo de leite a crianças, idosos, gestantes (HERTZ e HESPANHOL, 2018). Mielitz (2014) destaca que a área de atuação dessa modalidade se limita a região da atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que abrange os estados do nordeste e norte de Minas Gerais.

Segundo Hertz e Hespanhol (2018), a aquisição é feita de agricultores com produção leiteira máxima de 150 litros por dia e a compra é limitada em, no máximo, 100 litros por dia. Nessa modalidade pode-se adquirir leite de vaca ou de cabra, as unidades executoras contratam laticínios que serão responsáveis por coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite do produtor familiar até os pontos de distribuição (BRASIL, CONAB, 2018, p. 21).

Na modalidade do PAA/Leite, o produtor pode receber pela venda de seu produto semestralmente no máximo R\$ 4.000,00 por unidade familiar, caso o valor não seja utilizado em sua totalidade em um semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte (BRASIL, CONAB, 2018).

A **modalidade de Compra Institucional** tem objetivo de realizar compras voltadas ao atendimento de demandas regulares de consumo que ficam a cargo dos Estados, União e Municípios (HERTZ e HESPANHOL, 2018). Nesse contexto incluem restaurantes universitários, hospitais, presídios, departamentos da polícia, creches e escolas filantrópicas entre outros.

O funcionamento ocorre por meio de definição da demanda, momento em que o órgão comprador elabora o edital de chamamento público. Nesse contexto, as organizações coletivas da agricultura familiar fazem suas propostas de acordo com os critérios do Edital. Após realizado o chamamento os produtores devem atender a um cronograma de entregas de produtos estabelecido, bem como, ao cronograma de pagamentos que são realizados diretamente aos produtores ou a suas organizações (BRASIL, CONAB, 2018, p. 21).

O limite financeiro anual dessa modalidade é de R\$ 8.000,00 por DAP independentemente se a organização coletiva ou o produtor rural participa de outra modalidade do PAA (MIELITZ, 2014).

A **modalidade de Aquisição de Sementes** tem como fonte de recursos o Ministério da Cidadania e é executada pela CONAB e podem participar associações e cooperativas. Segundo Hertz e Hespanhol (2018), essa modalidade permite a compra de sementes por meio

da CONAB para atender determinadas demandas de organizações anteriormente já definidas. Segundo Brasil, Conab (2018) o limite estabelecido por unidade familiar é de R\$ 6.000,00 por ano.

Conforme dito, o PAA é coordenado pelo Ministério da Cidadania e executado por Municípios, Estados e pela CONAB. Seu aporte legal, leis e decretos, tem como fonte o Diário Oficial da União e o Portal da Legislação mantido pela Presidência da República, as resoluções são emanadas pelo Grupo Gestor do PAA.

Segundo a Lei 10.696/2003 e o decreto 7.115/2012, o PAA tem por finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN instituído pela lei 11.346/2006 que tem as seguintes finalidades:

- I – Incentivar a agricultura familiar, gerando a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, apoio ao processamento da produção e à geração de renda;
- II – Incentivar a valorização e o consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III – Promover o acesso à alimentação, em qualidade e quantidade ideais, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV – Promover o fornecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para fornecer à alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos estadual, municipal, federal e distrital, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V – Compor estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI – Apoiar a constituição de estoques por cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII – Fortalecer redes locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII – Promover e valorizar a produção orgânica, a biodiversidade e a agroecologia, estimular costumes alimentares saudáveis em nível regional e local; e
- IX – Estimular o associativismo e o cooperativismo. (CONAB, 2018, p. 11)

Em 2012 o programa passou a integrar o eixo “inclusão produtiva” do Plano Brasil sem Miséria que tem por objetivo erradicar a pobreza extrema. O marco legal do Programa passou por alterações por meio da Lei 12.512/2011 e o Decreto nº 7.775/2012 e de suas alterações que permitiram a parceria com Estados e Municípios sem necessidade de celebração de convênios, utilizando apenas o termo de adesão.

De forma resumida, essas alterações trouxeram ao Programa a possibilidade de pagamento em cartão bancário aos beneficiários fornecedores por meio de Instituição financeira oficial, Novo Instrumento de parceria por meio de Termo de Adesão, fim da necessidade de contrapartida financeira para execução do programa e execução do programa

por meio de sistemas informatizados, o Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA).

Segundo determinações do Decreto 7.775/2012, o PAA passou a ter instâncias de controle social por meio de conselhos de segurança alimentar e nutricional nas esferas municipal, estadual e federal.

Segundo o Decreto 7.775/12, a instância de controle social tem o seguinte papel:

- a) Manifestar-se formalmente, dando ciência quanto à adesão do ente ao PAA e quanto à sua proposta de participação;
- b) Participar ativamente nas diversas etapas execução do Programa, visando dar maior transparência e ser uma instância de participação do público beneficiário do programa. (BRASIL, 2021)

No Capítulo VII, art. 44 que são atividades das instâncias de controle social, conforme realidade local: Acompanhar o processo de seleção dos beneficiários fornecedores e à seleção das entidades receptoras de alimentos; avaliar a execução do Programa e; comunicar à unidade Executora, a CONAB ou o Ministério da Cidadania qualquer irregularidade identificada na execução do Programa.

Segundo orientação do mesmo Decreto e suas alterações, inclusive o Decreto nº 10.357/2020, a Gestão do PAA passa a ser conduzida pelo Ministério da Cidadania que são nominadas de Unidades Gestoras, as Unidades Executoras são as entidades ou órgãos da administração pública municipal, estadual e consórcios públicos que celebram o Termo de Adesão com essas unidades Executoras, além da CONAB que tem o termo de cooperação com o Ministério da Cidadania.

Com relação aos modelos de adesão, a Legislação do PAA por meio da Lei 7.775/12 instituiu quatro modelos:

A adesão estadual com execução direta onde o Termo é celebrado diretamente entre o Ministério da Cidadania e a unidade Federativa Estadual. A Adesão estadual com execução indireta, onde o PAA é executado por um órgão da Administração indireta, como uma autarquia ou uma fundação. Adesão Municipal Pura onde o município é responsável por todas as atividades necessárias à execução do PAA. E a Adesão Municipal Mista, nesse caso o estado assume o compromisso de cooperar com a execução do Programa em seu território (BRASIL, 2021).

Um aspecto muito importante a ser considerado é que de acordo com a lei 7.775/12 e atualizações posteriores, os recursos financeiros serão disponibilizados para as unidades executoras por meio de um estudo realizado pelo Ministério da Cidadania, que utiliza

parâmetros definidos pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social considerando a disponibilidade financeira do Ministério para aquele determinado exercício.

Os critérios para alocação de recursos se dão conforme levantamento preliminar de demanda contidos no Anexo II e III da lei 7.775/12 que considera população total e concentração de agricultores familiares, índice estadual de insegurança alimentar.

Por meio da Portaria nº 4 de 02 de janeiro de 2014 todas as propostas deverão ser cadastradas através do SISPAA e todos os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares sem admissão de repasse ou revenda.

A Lei 11.326/2006 considerou como beneficiários fornecedores os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, e deverão apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Física ou fazê-lo por meio de Pessoa jurídica que possua a DAP especial para Pessoa Jurídica.

A execução do PAA é realizada com recursos repassados do Ministério da Cidadania às Unidades Gestoras do Programa, por meio de contratos. O apêndice 4 evidencia os resultados do PAA entre os anos de 2003 a 2020, no âmbito da variação dos recursos orçamentários, número de pessoas, unidades receptoras e municípios atendidos.

De forma geral, o apêndice 4 evidencia um crescente em números de municípios atendidos, pessoas atendidas, número de unidades atendidas e recursos orçamentários aplicados do ano de 2003 até 2012. Com a queda de 38% dos recursos orçamentários do ano de 2012 para o ano de 2013 que impactou negativamente no número de pessoas atendidas em 44%, unidades receptoras em 25% e municípios atendidos em 44%.

Apesar de aumento de 33% dos recursos orçamentários entre 2013 para 2014, que refletiu no número de municípios e pessoas atendidas, após o ano de 2014 até o ano de 2019, em geral, o apêndice evidencia uma queda acentuada em todos elementos apresentados. Os recursos orçamentários entre 2014 a 2019 caíram cerca de 88%.

Em 2019, a CONAB operacionalizou R\$ 41.380.857,00 de Recursos oriundos do Ministério da Cidadania (MC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esses recursos foram distribuídos entre as modalidades Compra com Doação Simultânea que representou 79% desse montante, Aquisição de Sementes que representou 10% e Apoio a Formação de Estoques com representatividade de 11%.

Segundo CONAB (2019), a distribuição dos recursos orçamentários em 2019 se deu da seguinte forma: As regiões Norte e Nordeste do Brasil, que seguindo a metodologia aprovada pelo Grupo Gestor do PAA que analisa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Declaração de Aptidão ao PRONAF, foram as regiões que mais destinaram os recursos

do PAA. A região Norte recebeu cerca de 19% dos recursos orçamentários totais distribuídos no Brasil, a região Nordeste 32%, a região Centro-Oeste 11%, a região Sudeste 28% e a região Sul 9%.

No ano de 2019 a modalidade mais acessada foi a Compra com Doação Simultânea – CDS com 78% de acessos, seguida da modalidade de Aquisição de Sementes com 11% e a CPR-Estoque com 11%.

Segundo CONAB (2019), em 2019 participaram do PAA, 377 organizações coletivas no Brasil e 5.885 agricultores familiares foram beneficiados com o Programa. Na região Norte foram 1.107 agricultores familiares participantes do PAA, representando 19% em relação as demais regiões brasileiras; na região Nordeste foram 1900 agricultores familiares, representando 32%; a região Centro-Oeste com 619 agricultores familiares (11%); a região Sudeste com 1737 agricultores familiares (30%); e na região Sul participaram do PAA, 522 agricultores familiares que representaram 9% dos agricultores familiares atendidos nas outras regiões brasileiras. Destaca-se que a participação das mulheres no PAA por meio da agricultura familiar em 2019 alcançou a marca de 80%.

Em 2019, conforme apêndice 4, foram 350 unidades receptoras que atenderam 2.065.442 pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional. Destas unidades receptoras, 11% estão na região Norte do Brasil, 39% na região Nordeste, 16% na região Centro-Oeste, 25% na região Sudeste e 10% na região Sul (CONAB, 2019)

Os produtos mais adquiridos no PAA em 2019, segundo CONAB (2019), foram raiz de mandioca e a melancia que são distribuídos principalmente na região Nordeste (650 toneladas) e Norte (537 toneladas), respectivamente. Em 2019, na região Centro-Oeste e Sudeste adquiriu-se com mais frequência a banana com 71 e 658 toneladas, respectivamente. Na região Sul, o produto mais adquirido por meio do PAA em 2019 foi o arroz a ordem de 129 toneladas.

O ano de 2020, por ser um ano pandêmico, a CONAB operacionalizou R\$ 223.487.793 com o PAA, aumentou cerca de 540% dos recursos orçamentários aplicados em 2019. Esses recursos foram oriundos do Ministério da Cidadania, de Emendas Parlamentares e dos Recursos Covid descritos na Medida Provisória nº 957/2020.

Em 2020, a distribuição dos recursos orçamentários do PAA se deram em cerca de 20% para região Norte, 44% para o Nordeste, 8% para o Centro-Oeste, 18% para o Sudeste e 10% para a região Sul (CONAB, 2020). No Paraná, a modalidade executada foi apenas a Compra com Doação e o valor distribuído foi de R\$ 8.065.045,77, ou seja, cerca de 37% dos valores distribuídos na região Sul do Brasil. Em São Paulo, a modalidade executada também

foi apenas a Compra com Doação e o valor distribuído foi R\$ 15.399.867,28, ou seja, cerca de 38% dos valores distribuídos na região Sudeste.

Em 2020, segundo Conab (2020), foram contratados para entrega 281 tipos de produtos, destacando as frutas e os hortigranjeiros, com 69% das aquisições, seguidos dos processados com 16%, carnes com 8% e grãos e oleaginosas com 7%. O produto mais adquirido na região Sul e Sudeste foi a banana, com distribuição de 654 toneladas e 2 mil toneladas, respectivamente.

Em relação aos fornecedores, no ano de 2020, foram participantes no PAA, 31.196 agricultores familiares em 869 municípios do Brasil (CONAB, 2020). Na região Norte participaram 5.868 agricultores familiares, ou seja, representando 19% de todo Brasil; na região Nordeste participaram 13.847 agricultores familiares, representando 44%; região Centro-Oeste participaram 2.678 agricultores familiares (9%); na região Sudeste participaram 5.829 agricultores familiares (19%); e a região Sul 2.974 agricultores familiares (10%). Vale a pena ressaltar que, a partir do ano de 2011, de acordo com a Resolução 44/2011 do Grupo Gestor do PAA, a execução do programa deve ter participação mínima de 40% de mulheres na modalidade Compra com Doação Simultânea e 30% na modalidade CPR Estoque. Em 2020, a participação feminina alcançou 74% nas Modalidades no PAA, ou seja, foram participantes do PAA 23.085 mulheres (CONAB, 2020).

Em 2020, conforme apêndice 4, foram 2.535 unidades receptoras no Brasil, que proporcionaram atendimento a 11.174.389 indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Desse quantitativo, 10% dos indivíduos foram atendidos na região Centro-Oeste do Brasil, 48% na região Nordeste, 16% na região Norte, 17% na região Sudeste e 9% na região Sul.

Em 2021 foram 912 municípios atendidos, 10.395.228 pessoas atendidas, 2.764 unidades receptoras e os recursos orçamentários totalizaram 238.184.253,00.

De forma pontual, no estado de São Paulo em 2021, a operacionalização com o PAA se deu na modalidade CPR-Doação e os recursos orçamentários executados somaram R\$ 1.298.916,00 e os municípios selecionados foram: Araçatuba, Araraquara, Castilho, Estrela d'Oeste, Guarantã, Jaboticabal, João Ramalho, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Alves, Presidente Venceslau, Promissão, Sandovalina, Santa Isabel. Destaca-se que nenhum município pertence a microrregião de Dracena.

No Paraná, em 2021 o PAA teve execução orçamentária de R\$ 1.320.006,65, por meio da modalidade CPR-Doação pelo Ministério da Cidadania, os municípios selecionados foram: Cândido de Abreu, Cerro Azul, Cruzeiro do Sul, Guamiranga, Rebouças, Tamarana,

Telêmaco Borba e Tibagi. Destaca-se que nenhum município pertence a microrregião de Verê.

Em relação as operações do PAA, o apêndice 5, evidencia por região do Brasil, do ano de 2003 ao ano de 2020, o quantitativo de agricultores familiares que operaram com o Programa.

O apêndice 5 apresenta uma oscilação na participação dos agricultores familiares no programa PAA durante o período analisado, entretanto, vale a pena destacar que, entre os anos de 2014 a 2019, houve uma queda acentuada no número de agricultores familiares operando com o PAA, nesse período, a queda percentual representou cerca de 89%. A única região que apresentou crescimento nesse período foi a região Nordeste entre os anos de 2015 e 2016, impulsionada pelo aumento de agricultores familiares operando junto ao PAA nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Entre o período de 2014 a 2019 as regiões que mais tiveram decréscimo da participação dos agricultores familiares no PAA foram as regiões Sul e Sudeste, com queda percentual de 94% e 91%, respectivamente. Na Região Sul, do ano de 2014 ao ano de 2019, o estado do Paraná teve queda percentual de participação dos agricultores familiares junto ao PAA da ordem de 78%. Na região Sudeste, no estado de São Paulo, deixaram de participar do PAA cerca de 96% dos agricultores familiares entre os anos de 2014 a 2019.

O ano de 2020, de acordo com CONAB (2020), operaram com o PAA 31.197 agricultores familiares, cerca de 5,4 vezes maior que a participação dos mesmos no ano anterior – 2019. Segundo CONAB (2020), em média, cada agricultor familiar recebeu em 2020 cerca de R\$ 7.161,94. Como observado no apêndice 5, em 2020 os recursos orçamentários do PAA aumentaram 540%, fazendo com que o número de agricultores familiares participantes aumentasse a mesma ordem, e conseqüentemente sua renda, motivando o desenvolvimento da economia local, hábitos alimentares saudáveis, além de minimizar os efeitos da pandemia da COVID-19.

Os dados do PNAE e PAA no Brasil refletem os resultados das pesquisas de Diniz, Neves Neto e Hespanhol (2016) e Hertz e Hespanhol (2019) quando descrevem que mercados institucionais constituídos pelo PNAE e PAA têm estimulado a valorização e diversificação produtiva, bem como a dinamização dos mercados, contribuindo para a ampliação da comercialização da agricultura familiar. Embora, conforme apresentado nesta seção e na seção anterior, no PNAE, os recursos financeiros para sua operacionalização junto a estados e municípios pareceram estáveis nos períodos analisados, no PAA isso não ocorreu, principalmente entre os anos de 2014 a 2019.

Nesse sentido, a relação território, políticas públicas e o desenvolvimento sustentável no campo acadêmico, político e nas práticas sociais, especialmente ao que tange a dinâmica rural familiar, apontam melhoria das condições objetivas de reprodução social e nesse sentido, as ações políticas do Estado por meio do PNAE e PAA podem produzir padrões diferenciados de reprodução social e dinâmicas locais. Dessa forma, no próximo tópico será abordado o território em uma dimensão interdisciplinar voltada para o desenvolvimento rural sustentável.

Conforme apresentado ao longo de sua trajetória o PAA passou por diversas mudanças e adequações do ponto de vista institucional, legal e orçamentário, porém, as mudanças que provocaram reflexos à agricultura familiar e consideradas no período da pesquisa, entre 2006 a 2021, estão contidas no quadro a seguir:

Quadro 7 – Normativos do PAA entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar

Normativo	Disposição
Lei 11.326/06	Definiu princípios e instrumentos direcionados à agricultura familiar.
Decreto nº 5.876/06	Previu o aumento do limite de compra pública
Decreto nº 6.447/2008	Expandiu o escopo de atuação
Decreto nº 6.959/2009	Permitiu diversos ajustes nas modalidades e nos limites de compra
Lei 12.512/2011	Estabeleceu novas finalidades para o Programa
Resolução nº 44/2011	Estabeleceu ampliar a participação das mulheres no PAA
Resolução nº 59/2013	Estabeleceu prioridades de acesso
Resolução nº 62/2013	Delimitou o conceito de rede sócio assistencial
Decreto nº 8.293/2014	Alterou o papel da modalidade compra direta
Decreto no 8.293/2014	Introduziu o acesso de municípios no Programa
Lei 13.844/2019	Limitação da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar
MP nº 1.061/2021	Origem do Programa Alimenta Brasil

Fonte: BRASIL, 2018; BRASIL, 2021. Adaptado pelo autor

### 2.3 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL INTERDISCIPLINAR VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Consoante já afirmamos, o conceito de território está interligado ao de espaço geográfico, já que é a partir do espaço que ocorre sua apropriação e repartição, a organização de unidades elaboradas segundo os interesses de cada grupo e classe social, que exercem uma forma de poder (RAFFESTIN, 2009).

Segundo Saquet e Sposito (2015, p. 7) “o conceito de território, onde muitos preferem qualificar de categoria, tem rivalizado com o de espaço, no que se refere às escolhas teóricas dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para

entender o mundo em que vivemos”. Nessa perspectiva, Fernandes (2005, p. 4) afirma que “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”.

Existem relações entre espaço e território, pois “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 2009, p. 18). Essas relações, por sua vez, abarcam um campo de poder (RAFFESTIN, 2009).

Segundo Vasconcellos Sobrinho (2009, p. 319), os territórios são, por natureza, espaços de conflito e o autor vê nesse conceito:

[...] um espaço de conexão, pois é nele que permeia as relações entre pessoas, instituições, conhecimento produzido e práticas políticas. A análise do território de forma integrada torna visível o papel e a forma como indivíduos, grupos sociais, instituições e organizações governamentais e não governamentais estão integrados para criação de estratégias de desenvolvimento para uma mudança social positiva para o conjunto da sociedade (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009, p. 319).

Nesse sentido, o território envolve o estabelecimento de relações que permitem a criação e manutenção hegemônica de poder, bem como contra hegemônias, seja na forma política, cultural, ambiental e econômica. De acordo com Bueno (2009), o território precisa ser entendido e analisado tendo em consideração três elementos associados, a saber: identidade, poder e gestão. Cumpre lembrar que, na (re)construção dos territórios, há inúmeros fatores que a fundamenta, sejam materiais ou imateriais, os quais devem ser estudados a partir das vinculações entre o local, regional, nacional e global.

De acordo com Saquet (2007), alguns estudos têm orientado o conceito de território subsidiando de forma objetiva a compreensão das diferentes concepções. O quadro 8 apresenta alguns autores fundamentais e suas principais obras, preocupações e abordagens produzidas cientificamente:

Quadro 8 – Principais autores, obras e abordagens sobre território segundo Saquet (2007)

<b>Autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Preocupações</b>	<b>Abordagens</b>
Gottmann (1973)	<i>The significance of territory</i>	Ao tratar dos significados do território, afirma que estes evoluíram desde a antiguidade até o século XX. Esta evolução ocorreu em virtude da mudança dos significados da soberania, em razão do progresso tecnológico e do exercício da soberania. O território é organizado historicamente por agentes humanos, política, jurídica e economicamente.	Política, jurídica e econômica
Vagaggini e Dematteis (1976)	<i>I metodi analitici della geografia</i>	Indicam os caminhos teórico-metodológicos realizados na geografia moderna, evidenciando procedimentos para este tipo de pesquisa e a possibilidade de apreensão do movimento territorial	Material, relacional e processual

		através do método dialético.	
Raffestin (1980/1981/1993)	<i>Pour une géographie du pouvoir / Per una geografia del potere / Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione</i>	Após fazer uma importante discussão sobre a geografia política e sobre o conceito de poder, reflete sobre os conceitos de território e territorialidade e seus componentes basilares, contendo várias referências e apontamentos sobre a história da geografia e a interpretação destes conceitos. Produz uma concepção multidimensional de geografia, poder, redes e território.	Políticos e econômicos e culturais
Dematteis (1970, 1985 e 1995)	<i>“Rivoluzione quantitativa” e nuova geografia / Le metafore della Terra / Progetto implicito</i>	Ao estudar a história da geografia moderna, evidenciara suas bases epistemológicas e a necessidade de superação da dicotomia existente entre a geografia física e a geografia humana. O território é uma construção social, com desigualdades sociais, características naturais e relações horizontais e verticais.	Econômicos e culturais e políticos
Quaini (2003 e 2005)	<i>Costruire ‘geostorie’ – un programma di ricerca per i giovani geografi / Paesaggio, ambiente e geografia. há vita <del>per</del> há uma geografia attiva</i>	Detalha os procedimentos para uma pesquisa histórico-crítica. São eles: selecionar e utilizar as obras produzidas com bastante tempo e dedicação; narrar com reflexão, mais como uma problemática do que como uma solução; apreender a complexidade de relações sociais existentes entre pesquisadores, grupos de estudos e universidades; identificar as categorias utilizadas, reconstruindo caminhos percorridos e entrevistando autores sobre sua história de vida e produção intelectual.	Culturais e políticos

Fonte: Saquet (2009, p. 56 – 62)

Um aspecto fundamental que percebemos é a polissemia (multidimensionalidade) do conceito de território que, a partir dos anos 1970-90, vai sendo relacionada diretamente com a problemática do desenvolvimento.

Nesse sentido, ao estabelecer os pilares do desenvolvimento sustentável, Sachs (2008, p. 15) relacionou o conteúdo territorial “à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades”. Essa esfera do desenvolvimento daria conta da diversidade socioeconômica e cultural, bem como da disponibilidade de recursos financeiros nas micro e mesorregiões. Isso implica a adoção de estratégias de desenvolvimento específicas para cada região, que permita a participação dos atores locais nas diversas etapas de planejamento territorial, objetivando agregar lugares unidos pela identidade cultural e com interesses em comum.

O pensamento sobre as dinâmicas de desenvolvimento com ênfase nos territórios está relacionado a enfoques socioeconômicos, políticos e ambientais que ganharam dimensão a partir, sobretudo, da década de 1980 (CARRIÈRE, CAZELLA, 2006). Essa abordagem

apresenta uma vertente de caráter socioeconômico e outra relacionada à degradação socioambiental e transformações políticas, que nem sempre estão articuladas.

A vertente que trata dos aspectos socioeconômicos, cuja essência está relacionada à formação dos sistemas industriais localizados, se inspirou nas reflexões sobre as experiências italianas dos distritos industriais, iniciadas no final da década de 1970. Conhecida como “Terceira Itália”, essa experiência auxiliou na percepção da importância da dimensão territorial nos processos de desenvolvimento. A “Terceira Itália” se diferencia das demais pela sua dinâmica socioeconômica específica em função da existência de diversas redes de pequenas e médias empresas (CARRIÈRE, CAZELLA, 2006).

A outra vertente diz respeito aos fenômenos de degradação socioambiental e transformações políticas que reforçaram o pensamento de que os atores locais devem coordenar o desenvolvimento da sua região. Segundo Saquet (2011):

É necessário entender o desenvolvimento local como um processo histórico, relacional e territorial, portanto, sendo caracterizado pela apropriação e construção dos territórios por meio, sobretudo, das identidades culturais, dos jogos de poder e das redes de circulação e comunicação (SAQUET, 2011, p. 13).

No caso brasileiro, durante o processo de democratização política, que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1980, a temática do desenvolvimento começou a ser discutida com mais ênfase. A Constituição de 1988 apresentou avanços no campo da descentralização político administrativa, que abriram novas possibilidades para a construção de uma esfera pública e democrática no país. No meio rural, as reivindicações de segmentos sociais até então excluídos de políticas públicas começaram a ser atendidas (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

A noção de desenvolvimento territorial apresenta, no entanto, um sentido bastante diferente nos países da Europa Ocidental e no Brasil. Essa observação é importante, pois as formulações teóricas “pioneiras” sobre essa temática têm como referencial, países ou regiões que apresentam bons indicadores de desenvolvimento. Para situações como a do Brasil, o desenvolvimento territorial precisa levar em consideração as carências no suprimento das necessidades básicas, como moradia, segurança alimentar, abastecimento de água, saúde e educação, entre outros (CARRIÈRE, CAZELLA, 2006).

Para Abramovay (2010), a noção de território favorece o avanço no estudo das regiões rurais em, pelo menos, quatro dimensões básicas. A primeira convida a abandonar o horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura como um único setor e os

agricultores como os únicos atores do meio rural. A segunda pode impedir a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento. A terceira diz respeito ao estudo empírico dos atores e de suas organizações para compreender as especificidades locais. Por fim, a quarta se refere ao fato do território enfatizar a maneira de como uma sociedade utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, a considerar a relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Nesse sentido, a fim de colaborar com o avanço no estudo das diversas regiões, conforme a quarta dimensão de Abramovay (2010) que aborda o território, no capítulo subsequente será apresentado os municípios de Dracena e Verê, de forma específica, serão abordados aspectos históricos, geográficos, demográficos, estruturais, econômicos e sociais. Este estudo ajudará a compreender o desenvolvimento das organizações coletivas nos programas institucionais do PNAE e PAA, sobretudo, a título de comparação nos dois municípios, que dependerá, além das estratégias adotadas, das particularidades locais.

### 3 OS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ

Este capítulo aborda alguns aspectos históricos de Dracena e Verê, bem como, informações ligadas a questões geográficas, demográficas, estruturais, econômicas e sociais. Essa radiografia se faz importante para compreender a relação do desempenho das políticas públicas do PNAE e PAA com as particularidades territoriais, os aspectos econômicos, sociais e políticos da região onde essas organizações estão inseridas.

#### 3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS

O município de Dracena está localizado no mesorregião de Presidente Prudente, sendo apresentado como sede da Microrregião. Sua colonização foi dada inicialmente por migrantes vindos da região Sul do Estado de Minas Gerais interessados por terras do Sudoeste de São Paulo para o cultivo do Café. (DRACENA, 2021).

Até as décadas de 1920 a região de Dracena se destacava pela extração de madeira e a criação de gado. Nos anos de 1920 o café começou a se destacar como atividade econômica principal e, com a expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, o fácil escoamento da produção do café, a necessidade de grande número de mão de obra e, mais tarde, a construção de moderna estação ferroviária, permitiu à região crescimento instantâneo. Foi ao longo dessa ferroviária que se multiplicaram os núcleos urbanos, tornando a colonização da região mais intensa.

No início da década de 1930 com a decadência do café no Brasil e na região, deu espaço a inserção de outras atividades agrícolas como o cultivo do algodão que apresentava um mercado internacional promissor. Com o aparecimento da fibra sintética a cultura do algodão declina, dando espaço a cultura do amendoim. A partir da década de 1940 a atividade econômica da região passou a ser o gado de corte que, trazida pelos seus colonizadores mineiros, apresentou condições satisfatórias para desenvolver-se.

Ainda na década de 1940, a Zona da Mata foi invadida por desbravadores, que tinha por objetivo formar vilarejos, povoados e formar propriedades agrícolas na região. Dracena foi emancipada de Gracianópolis, atualmente Tupi Paulista, com gleba de 300 alqueires foi subdividida em pequenas propriedades, proporcionando melhores oportunidades de aquisição (IBGE, 2021).

Fundada em 08 de dezembro de 1945 por Írio Spinardi e João Vendramini, o município de Dracena foi criado pela Lei Estadual nº 233 de 24 de dezembro de 1948 e em 04 de abril de 1949 teve a posse do primeiro prefeito Írio Spinardi (DRACENA, 2021).

Conforme Dracena (2021) o nome Dracena foi dado por meio de um concurso lançado por seus fundadores, em Tupã significa a designação de uma planta ornamental, da família das liliáceas, com folhas verdes e amarelas.

O município de Dracena está situado geograficamente a uma latitude Sul 21°29'0", e longitude oeste 51°32'1". Em relação a altitude o município fica a 419 metros acima do nível do mar. Está aproximadamente a 290 km de São Paulo, a capital do Estado.

Figura 1 – Mapa de divisão territorial do Estado de São Paulo, destacando o município de Dracena.



Fonte: IBGE Cidades (2021)

O referido município localiza-se na Região sudeste de São Paulo, o relevo do município está situado no Planalto Ocidental Paulista, com topografia entre suave e levemente ondulada, o município possui uma área de 487.688 km<sup>2</sup>. Tem como municípios limítrofes, Tupi Paulista ao norte, Piquirobi, Presidente Venceslau e Ribeirão dos Índios ao Sul, Junqueirópolis ao leste e Ouro Verde ao oeste.

O município pertence às sub-bacias dos rios Aguapeí e do Peixe localizadas na Bacia do Rio Paraná. Em relação ao acesso rodoviário à Dracena se tem a SP-294 que dá acesso as das principais rodovias do Estado.

Já o município de Verê está localizado na mesorregião do Sudoeste Paranaense, apresentado o município de Francisco Beltrão como sede de sua Microrregião. A colonização do município de Verê foi dada por colonos descendentes de italianos e alemães vindos

principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para o cultivo de milho e feijão (IBGE, 2021)

O início do desbravamento da região onde é localizado o município de Verê, se deu por volta dos anos de 1934, até então a região era ocupada por indígenas que habitavam as extensas matas (VERÊ, 2021). A política de colonização do Presidente Getúlio Vargas em 1938, com o objetivo de preenchimento de grandes vazios demográficos, permitiu a ocupação das regiões de fronteira com o Paraguai e Argentina. No entanto, apenas no ano de 1943, por meio do Decreto-Lei 12.417/43, foi instalada a primeira colônia da região, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) (CASARIL, 2017).

Inicialmente a CANGO foi instalada no distrito de Bom Retiro, atual cidade de Pato Branco, logo adquiriu máquinas e caminhões com objetivo de extrair madeiras, abrir estradas e construir pontes. Essa colônia permitiu um efetivo processo de colonização e povoamento da região de Verê dinamizando a vida cultural e social da comunidade.

As primeiras atividades desenvolvidas pelos colonos foram a extração da erva mate e a produção de suínos. A partir de 1960 as instalações urbanas começaram a intensificar e processo produtivo rural era focado para o abastecimento dessas comunidades (VERÊ, 2021).

Em 1963 o município de Vere foi desmembrado do município de Dois Vizinhos e em 26 de outubro de 1963, por meio da lei nº 4.730/63, o município de Verê foi instalado. O nome Verê se origina do indígena caiguangue “Viry” que significa ‘sempre, eternamente’ (IBGE, 2021).

O município de Verê está situado geograficamente a uma latitude Sul 25°53’1”, e longitude oeste 52°55’11”. Em relação a altitude o município fica a 514 metros acima do nível do mar. Está aproximadamente a 485 km de Curitiba, a capital do Estado.

Figura 2 – Mapa de divisão territorial do Estado do Paraná, destacando o município de Verê.



Fonte: IBGE Cidades (2021)

O referido município localiza-se na Região sudoeste do Paraná o relevo do município está situado no Terceiro Planalto, com topografia acidentada, o município tem área de 311,801 km<sup>2</sup> e tem como municípios limítrofes, São Jorge d'Oeste, Itapejara d'Oeste, São João, Francisco Beltrão, Enéas Marques e Dois Vizinhos.

O município pertence a Bacia Iguaçu. Em relação ao acesso rodoviário à Verê se tem a PR-475 que dá acesso as das principais rodovias do estado.

### 3.2 COMPOSIÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS

A população estimada de Dracena em 2021, segundo IBGE (2022) era de 47.287 habitantes. Conforme dados oficiais do censo demográfico, em 1990, o município de Dracena tinha 39.406 habitantes, em 2000 o município tinha uma população de 40.500 habitantes, em 2010 e a população perfazia um total de 43.258 habitantes, conforme descrito na tabela 3. Nesse período estima-se um aumento populacional de 3.852 habitantes, ou seja, um aumento de 9,77% entre 1990 a 2010.

Tabela 3 – Dados populacionais de Dracena e Verê em 1990, 2010 e 2000

<b>Anos</b>	<b>Município</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>	<b>Urbana</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
1990	Dracena	4.830	12	34.576	88	39.406
	Verê	7.448	74	2.657	26	10.105
2000	Dracena	3.347	8	37.153	92	40.500
	Verê	5.692	65	3.029	35	8.721
2010	Dracena	3.312	7	39.946	93	43.258
	Verê	4.597	58	3.281	42	7.878

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria

No município de Verê a população estimada em 2021, segundo IBGE (2022) era de 7.094 habitantes. Segundo censo, em 1990 município de Verê tinha 10.105 habitantes, no ano de 2000 o município tinha 8.721 habitantes, em 2010 a população de Verê somava 7.878, conforme tabela 3. Entre os anos de 1990 e 2010 o município de Verê apresentou uma perda populacional de 22,04%.

No município de Dracena, em 1990, a população rural representava 12% do total da população, no ano de 2000 essa representatividade caiu para 8% e, segundo censo, no ano de 2010, a população rural representava 7% da população total. Percebe-se que no município de Dracena, nos períodos analisados, a população urbana sempre foi maior.

No município de Verê, a população rural representava 74% da população total em 1990, no ano de 2000 esse indicador caiu para 65% e, no ano de 2010, a população rural ainda se manteve acima da população urbana, representando 58% da população total.

Conforme apontado na tabela 3, percebe-se que, entre os anos de 1990 e 2010, a população urbana do município de Dracena aumentou 15%; no município de Verê esse aumento foi de 23%. Em relação à população rural, entre os anos de 1990 e 2010, a população rural em Dracena diminuiu 31,42% e, no município de Verê, essa perda de populacional rural foi de 38,27%.

O apêndice 6 mostra a variação populacional dos municípios de Dracena e Verê entre os anos 1970 a 2022. Conforme apêndice 6, em 1970, o município de Dracena possuía 35.347 habitantes em 2022, segundo dados do IBGE Cidades, o município possuía 45.474 habitantes, ou seja, houve um aumento populacional no período de 29%. Em Verê, do ano de 1970 até o ano de 2010 perda populacional foi de 38%, do ano de 2010 para o ano de 2022 houve um aumento populacional de 0,68%.

O apêndice 7 evidencia a população de Dracena e Verê distribuídas por sexo e faixa etária nos anos de 2000 e 2010. Os dados revelam que, no ano de 2000, cerca de 49% da população do município de Dracena era do sexo masculino e 51% feminino, no ano de 2010 esses percentuais se mantiveram em Dracena. No ano de 2000, em Verê, a população masculina representava 51% da população total e, no ano 2010, a população masculina representava 49% da população total do município.

Conforme apêndice 7, em Dracena, no ano de 2010, a população economicamente ativa totaliza (dos 15 aos 59 anos de idade) somam 36.114 habitantes, ou seja, 84%, da população desse quantitativo, 18.198 habitantes (50,39%) são homens e 17.916 (49,61%) são mulheres.

Nesse mesmo período, no município de Verê, a população economicamente ativa soma 6.744 pessoas, ou seja, 85,6% da população, desse quantitativo, semelhante ao município de Dracena, 50,4% são homens e 49,6% são mulheres. Em 2010, a população acima de 65 anos representa 12% da população de Dracena e 9% em Verê.

Em relação as características da população de Dracena segundo cor ou raça, o apêndice 8 mostra que, em 2010, cerca de 69% da população Dracenense era branca, e 24,33% era parda. No município de Verê a população branca representava de 81,18% e a população parda 16,62%.

Em Dracena a população amarela representava 3,58% da população, preta 2,59% e indígena 0,01%. No município de Verê a população amarela representava 0,52% da

população e preta 1,68%, justamente em virtude do processo de colonização e migração efetivado a partir dos anos 1940, já mencionado.

Em relação a quantidade de domicílios o apêndice 9 mostra que o município de Dracena possuía 14.266 domicílios em 2010, destes, 94,87% estão localizados na planta urbana do município. O município de Verê continha 2.450 domicílios e 56,17% ficam situados na zona rural do município.

O apêndice 10 mostra como era a densidade demográfica dos municípios de Dracena e Verê segundo os censos demográficos de 2000 e 2010. A densidade demográfica é um dado que expressa a relação entre a população e a superfície do território (IBGE, 2022). No ano de 2010, o município de Dracena possuía cerca de 88,64 habitantes por km<sup>2</sup>, bem abaixo da média da densidade demográfica do Estado de São Paulo, que era de 166,23 habitantes por km<sup>2</sup> no mesmo ano. No município de Verê, a densidade demográfica, no ano de 2010, foi de 25,27, também abaixo da média do estado Paraná que, naquele ano, era de 52,40 habitantes por km<sup>2</sup>.

Apesar do município de Dracena possuir uma área de 487.688 km<sup>2</sup>, cerca 36% maior que Verê que tem 311,801 km<sup>2</sup>, o quantitativo populacional desses municípios é bem distinto: no ano de 2010 Dracena possuía 43.258 habitantes e Verê 7.878, ou seja, a população de Dracena é 5,4 vezes maior que a população de Verê, esse fato pode ser uma das explicações da diferença da densidade demográfica de Dracena e Verê.

O aspecto educacional dos municípios de Dracena e Verê é um elemento importante para ser apresentado uma radiografia populacional desses municípios. Segundo o apêndice 11, em 2021, o município de Dracena possuía 19 organizações de ensino infantil, 17 instituições de ensino fundamental e 8 instituições de ensino médio, totalizando 44 instituições. Em Verê, no ano de 2021, o município possuía 10 estabelecimentos de ensino da educação básica, 6 estabelecimentos de educação infantil, 3 instituições de educação fundamental e 1 instituição de ensino médio.

De acordo com o apêndice 11, no município de Dracena o número de matrículas diminuiu 3,93% do ano de 2010 para o ano de 2021, nesse período foi acrescentado duas instituições da educação básica no município, uma instituição da educação fundamental e uma do ensino médio. Em Verê o número de matrículas também diminuiu, porém, a ordem de 7,7% do ano de 2010 para o ano de 2021, mantendo os mesmos quantitativos de estabelecimentos de ensino desse período.

Segundo IBGE (2022) no ano de 2021, em Dracena/SP, cerca de 91,1% das matrículas do ensino infantil estavam concentradas na rede pública de ensino. No ensino

fundamental 79,4% das matrículas estavam vinculadas a rede pública. Em relação ao ensino médio, 82,6% das matrículas estão na rede pública de ensino.

Em 2021, no município de Verê, não houve matrículas no ensino infantil da rede particular. No ensino fundamental apenas 1,35% estavam matriculadas na rede particular de ensino e no ensino médio todos alunos matriculados frequentavam a rede pública de ensino (IBGE, 2022).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é utilizado pelo Governo Federal para medir a taxa de aprovação e desempenho escolar do ensino fundamental e médio. O apêndice 12 mostra o IDEB das escolas públicas nos anos iniciais e finais do município de Dracena e Verê comparando com seus respectivos Estados.

A nota do IDEB pode variar entre 0 a 10 e, segundo MEC, uma boa nota é considerada se obtida acima de 6 pontos. Segundo o apêndice 12, em Dracena, o IDEB das séries iniciais do ensino fundamental em 2011 era de 6,4 e no ano de 2019 melhorou em dois décimos. O IDEB dos anos finais do ensino fundamental também melhorou do ano de 2011 para o ano de 2019 em 1,2 ponto, entretanto, por ter pontuação 5,4 em 2019, não considerada uma boa nota de acordo com as diretrizes do MEC. Observa-se que as notas do IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental no município de Dracena são superiores que a nota média do estado de São Paulo, tanto no ano de 2011 como no ano de 2019.

Em Verê, as notas do IDEB aumentaram do ano de 2011 para o ano de 2019, tanto nos anos iniciais do ensino fundamental como nos anos finais, esse aumento foi de 0,7 nos anos iniciais e 1,3 nos anos finais. As notas do IDEB do município de Verê são superiores as notas médias do estado do Paraná em 0,5 ponto nos anos iniciais e 1,0 ponto nos anos finais.

Em relação a nota do IDEB no ensino médio houve um aumento de 0,4 ponto tanto em Dracena como em Verê, porém, ambas não atingiram a pontuação mínima de 6,0 para ser considerada uma nota boa.

Segundo IBGE (2021), no ano de 2000, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no município de Dracena de 9,0% e no ano de 2010 esse índice reduziu para 5,8%. Em Verê a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no ano de 2000 era de 13,9% no ano de 2010 reduziu para 10,8%. A faixa etária que apresenta maior índice de analfabetismo é de 60 anos ou mais, com taxa de 32% e 39% em Dracena e Verê, respectivamente.

### 3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

Para confecção do perfil dos municípios de Dracena e Verê, torna-se importante discutir outra dimensão essencial: a econômica. Neste tópico não será tratado com detalhes o setor agropecuário, o mesmo será discutido a diante em outra seção.

O Produto Interno Bruto – PIB é a soma de todas as riquezas produzidas numa localidade (IBGE, 2022), a tabela 4 apresenta o PIB, o PIB per capita e o valor adicionado por setores da economia nos anos de 2009 e 2019. Os dados mostram que o PIB do município de Dracena, no ano de 2009, era de R\$ 656.6 milhões, no ano de 2019 esse montante se elevou para 1.290 bilhões, nesse período o aumento do PIB foi de 96%. Esse impulso foi motivado, principalmente, pelo setor de serviços.

Tabela 4 – PIB a Preços Correntes, PIB Per Capita, Valor Adicionado por setor da economia e Impostos Líquidos dos municípios de Dracena e Verê nos anos de 2009 e 2019.

Localidade	Dracena		Verê	
	2009 (R\$)**	2019 (R\$)	2009 (R\$)**	2019 (R\$)
PIB/Ano				
PIB a preços correntes*	656.627	1.290.236	95.392	284.315
PIB per capita		27.573		39.718
Valor adicionado*	594.455	1.189.575	89.139	257.610
Agropecuária	39.038	41.755	36.653	85.865
Indústria	86.156	143.707	4.202	25.164
Serviços	469.260	1.004.112	48.285	146.580
Impostos Líquidos*	62.172	100.660	6.253	26.704

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria. \*(x 1000), \*\*Atualizada pelo IGP-M. Calculadora do Cidadão.

No município de Verê em 2009 o PIB era de R\$ 95.3 milhões, no ano de 2019, esse valor saltou para R\$ 284.3 milhões, ou seja, aumento de 198%, esse aumento se deu por conta do setor industrial, mas, sobretudo, ao setor de serviços. Segundo IBGE (2021) o PIB do estado do Paraná aumentou 133% do ano de 2009 para o ano de 2019.

O PIB Per Capita se dá mediante a divisão da renda total de uma localidade pela sua quantidade de habitantes (IBGE, 2022). De acordo com a tabela 4, no ano de 2019, a PIB Per Capita do município de Dracena era de R\$ 27.573 e do município de Verê R\$ 39.718, ou seja, o PIB per capita Verê é de 15,03% maior que PIB Per Capita de Dracena. Esse indicador não é ideal para medir o desenvolvimento de uma localidade, visto que o indicador considera toda riqueza gerada, desconsiderando questões ligadas a concentração de renda.

Em relação ao valor adicionado, que é a riqueza gerada por determinado lugar, a tabela 4 mostra que o valor adicionado total no município de Dracena aumentou 100,11% do ano de 2009 para o ano de 2019. No município de Verê o valor adicionado aumentou 188,9% nesse período.

Em 2009, no município de Dracena, a agropecuária contribuiu com 6,56% da riqueza gerada no município, a indústria contribuiu com 14,49% e o setor de serviços contribuiu com 78,95%. Em 2019 a agropecuária contribuiu com 3,51% do valor adicionado total, a indústria contribuiu com 12% da riqueza total gerada e o setor de serviços contribuiu com 84,4% do valor adicionado gerado.

Em Verê no ano de 2009 o valor adicionado da agricultura foi de R\$ 36,65 milhões que representava 41,12% das riquezas geradas no município. Em 2019 a agropecuária representava 33,33% do valor adicionado do município. No ano de 2009, a indústria representava 4,71% do valor adicionado total do município de Verê, em 2019 a indústria representava 9,76%. Em relação ao setor de serviços, o município de Verê apresentava, em 2009, um valor adicionado de R\$ 48,2 milhões que representava 54,16% da geração de riquezas no município, em 2019 o setor de serviços representava 56,8% das riquezas geradas.

Tanto no município de Dracena como no município de Verê o setor de serviços é o que mais contribui com o valor adicionado municipal, entretanto, a representatividade desse setor nesses municípios é bastante distinta. No ano de 2019, em Dracena o setor de serviços contribuiu com 84,4% da riqueza gerada, no município de Verê esse setor representa 56,8% do valor adicionado. O setor agropecuário em Verê tem maior contribuição no valor adicionado municipal que o setor agropecuário de Dracena, em 2019, a representatividade desse setor na geração de riqueza municipal de Verê era 33,33% e Dracena era de 3,51%.

O setor agropecuário de Dracena é composto principalmente pela criação de bovinos e a produção de cana-de-açúcar, porém, produtos como amendoim, café, acerola e banana são muito cultivados no município. Segundo dados do censo de agropecuário de 2017, o município possuía 572 estabelecimentos agropecuários que ocupavam cerca de 1.715 pessoas. Em Verê a agropecuária é bem diversificada, é composta pela criação de galináceos, produção agrícola de soja, milho, fruticultura entre outros. Segundo censo agropecuário, em 2017, no município, havia 1.011 estabelecimentos agropecuários que ocupavam 2.561 pessoas.

O setor de industrial em Dracena é composto por diversos seguimentos entre eles a construção civil, fabricação de produtos alimentícios, fabricação de móveis, fabricação de produtos de metal, confecção de artigos do vestuário entre outros. Em 2020, SEBRAE (2021) apontava a existência 204 empresas no setor. Em Verê o setor industrial é composto por indústrias de produtos minerais, metalúrgicas, madeireiras e produtos alimentícios, segundo IPARDES (2021) no ano de 2020, o setor tinha 28 estabelecimentos e empregavam 398 pessoas.

O setor de serviços em Dracena é bem diversificado além da administração pública que gera riquezas e empregos, o setor de construção civil, comércio varejista e supermercados se destacam na composição do setor. Segundo SEBRAE (2021), em 2020, Dracena possuía 2.134 empresas ligadas ao setor, distribuídos em diversas atividades como: em varejo do vestuário, farmácias, varejo e bebidas, serviços de alimentação, transporte terrestre, serviços de saúde, educação, entre outras.

Em Verê, o setor de serviços é muito influenciado pela administração pública que, de acordo com IPARDES (2021), possui dois estabelecimentos e, em 2020, empregavam 282 pessoas. Os demais estabelecimentos do setor de serviços do município são distribuídos em varejo do vestuário, restaurantes, farmácias, supermercados, entre outros. De acordo com IPARDES (2021), no ano de 2020, totalizavam 146 estabelecimentos que empregavam 749 pessoas.

Em relação a população ocupada, segundo IBGE (2022), no ano de 2019, o município de Dracena possuía 29,8% da população economicamente ativa desenvolvendo algum trabalho no período da pesquisa. Nesse mesmo período, no município de Verê esse índice era de 24,3%.

O apêndice 13 evidencia a taxa de ocupação segundo os setores da economia: a taxa de ocupação no município de Dracena era maior no setor de serviços tanto no ano de 2000 como no ano de 2010. A taxa de ocupação do setor agropecuário, em 2010, era de 6,68% e, se comparado ao ano de 2000, reduziu 24,9%. No município de Verê o setor que mais ocupava trabalhadores era o agropecuário nos dois períodos analisados; em 2000, a taxa de ocupação desse setor era de 56,8%, em 2010 era de 45,14%.

Com relação aos rendimentos domiciliares mensais, o apêndice 14 aponta que, em Dracena, no ano de 2010, cerca de 18,86% dos domicílios tinham renda entre 1 a dois salários-mínimos, 42,88% tinham renda entre 2 a 5 salários-mínimos e 20,67% dos domicílios recebiam entre 5 a 10 salários-mínimos. No município de Verê, cerca de 25,58% dos domicílios tinham rendimentos entre 1 a 2 salários-mínimos, 36,23% recebiam entre 2 e 5 salários-mínimos e 17,5% dos domicílios ganhavam entre 5 a 10 salários-mínimos.

Ainda de acordo com o apêndice 14, no município de Dracena cerca de 27,84% dos domicílios recebem menos de 2 salários-mínimos, em Verê esse dado é um pouco mais elevado, cerca de 40,29%. Em Dracena, 8,61% da população tinha rendimentos superiores a 10 salários mínimos e, em Verê, 5,98%

Para poder concluir a dimensão econômica dos municípios de Dracena e Verê o apêndice 15 evidencia as receitas orçamentárias, despesas e o Fundo de Participação dos Municípios nos anos de 2013 e 2017.

De acordo com o apêndice 15 as receitas orçamentárias realizadas no município de Dracena, no ano de 2017, foram R\$ 119.3 milhões, as Despesas realizadas somaram R\$ 109.3 milhões. No município de Verê, em 2017, as receitas realizadas pela prefeitura municipal totalizaram R\$ 34.6 milhões e as despesas realizadas somaram R\$ 31.1 milhões. Em 2017, ambas prefeituras municipais fecharam os períodos analisados com superavit, em Dracena o superavit representou 8,38% da receita bruta e em Verê o superavit representou 10,06% da receita bruta.

Do de 2013 para o ano de 2017, o aumento das receitas orçamentárias do município de Dracena foi de 18,2%, em relação as despesas orçamentárias o aumento foi de 26,26%. Em Verê as receitas orçamentárias tiveram um aumento de 75% do ano de 2013 para o ano de 2017, nesse período as despesas orçamentárias aumentaram 96,27%. Percebe-se que em Dracena e Verê, nesse período, as despesas orçamentárias estão aumentando de forma desproporcional as receitas, de acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Paraná (2021), destaca-se nos dois municípios, o aumento com despesa com pessoal.

### 3.4 DIMENSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS

Após uma caracterização econômica dos municípios de Dracena e Verê, torna-se importante discutir a dimensão social destes municípios. Para essa discussão, destacou-se o Índice de desenvolvimento humano municipal e suas três dimensões, indicadores de pobreza, índice de Gini, indicador de Theil-L e com o objetivo de completar a radiografia dos municípios estudados, foi realizado uma análise de desempenho destes municípios dentro de suas microrregiões.

A tabela 5 apresenta os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal dos anos de 1991, 2000 e 2010. O IDH-M é uma medida geral do desenvolvimento de territórios de diferentes dimensões, as faixas de desenvolvimento são fixas, segundo PNUD (2021), é considerado baixo desenvolvimento indicador menor que 0,550; médio desenvolvimento, entre 0,550 e 0,699; alto desenvolvimento, entre 0,700 e 0,799 e; muito alto, acima de 0,800.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e suas três dimensões nos municípios de Dracena e Verê, 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
--	------	------	------

	<b>Dracena</b>	<b>Verê</b>	<b>Dracena</b>	<b>Verê</b>	<b>Dracena</b>	<b>Verê</b>
IDH-M	0,574	0,427	0,717	0,642	0,776	0,720
IDHM-Educação	0,408	0,217	0,690	0,515	0,737	0,626
IDHM-Longevidade	0,695	0,723	0,836	0,803	0,842	0,840
IDHM-Renda	0,668	0,497	0,724	0,639	0,752	0,709

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

No ano de 2010 o município de Dracena alcançou um IDH-M de 0,776. Nos períodos analisados, esse indicador apresentou sucessivos aumentos, no ano de 1991 seu desenvolvimento foi considerado médio, em 2000 e 2010 foi considerado alto. Do ano de 1991 para o ano de 2010 o IDH-M aumentou 35,1%, todas as suas variáveis educação, longevidade e renda foram crescentes e contribuíram para esse aumento. Se compararmos o IDH-M de Dracena em 2010 que foi 0,776, com o IDH-M do Estado de São Paulo, que em 2010 foi de 0,783, percebe-se pertencem à mesma faixa de desenvolvimento, alta.

Em Verê, no ano de 2010, o IDH foi de 0,720, considerado alto desenvolvimento. Nos períodos analisados, assim como Dracena, também apresentou sucessivos aumentos, do ano de 1991 para o ano de 2010, esse indicador aumentou 68%. No ano de 1991, o IDH-M de Verê foi considerado baixo (0,427) e em 2000 foi considerado médio (0,642). O IDH do Estado do Paraná, em 2010, foi 0,761, considerado alto, assim como no município de Verê no mesmo período.

O IDH-M de Dracena e Verê são considerados altos. Em 2010, o município paulista possuía superiores 0,056 décimos se comparado com o município paranaense. A variável educação em Dracena possui maior diferença se comparada a Verê, seguida da variável renda.

O IDHM-Educação se dá pela média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais e a frequência escolar dos jovens. Esse foi o indicador que mais aumentou nos períodos, no município de Dracena, em 1991, era de 0,408; em 2000, era de 0,690 e; em 2010 era de 0,737, o aumento do ano de 1991 para o ano de 2010 foi de 80,6%. Em Verê essa variável aumentou 217% do ano de 1991 para o ano de 2000 e 21,55% do ano de 2000 para o ano de 2010.

O apêndice 16 se pode visualizar o percentual da população acima de 18 anos que concluiu o ensino médio, bem como da população acima de 25 anos que concluiu o ensino superior nos anos de 1991, 2000 e 2010, nos municípios de Dracena e Verê. Segundo (PNUD, 2021) em 1991, no município de Dracena, apenas 20,77% da população acima de 18 anos tinham ensino médio completo e 8,34% dos habitantes acima de 25 anos tinham grau superior. No ano de 2000 cerca de 31,14% tinham ensino médio completo e 9% possuíam

grau superior, no ano de 2010 cerca de 41,48% da população Dracense acima de 18 anos possuíam ensino médio completo e 15% ensino superior completo.

No município de Verê, em 1991, apenas 5,95% da população acima de 18 anos tinha ensino médio completo e 0,65% da população acima de 25 anos possuíam grau superior completo; no ano de 2000, apenas 15,2% da população acima de 18 anos possuíam ensino médio completo e 1,28% possuíam ensino superior; no ano de 2010, cerca de 20,57% tinham completado o ensino médio e 5,81 haviam completado o ensino superior.

O IDHM-Longevidade revela a expectativa de vida ao nascer. De acordo com PNUD (2021) no município de Dracena, em 1991, essa variável era de 0,695; em 2000, era de 0,836 e; em 2010 era de 0,842, o aumento do ano de 1991 para o ano de 2010 foi de 21,15%. Em Verê, no ano de 1991, o IDHM-Longevidade (0,723) foi a única variável maior se comparada a Dracena (0,695). Esse indicador aumentou 21,15% do ano de 1991 para o ano de 2000 e 4,6% do ano de 2000 para o ano de 2010.

Segundo dados do PNUD (2021), a taxa de esperança de vida ao nascer em Dracena em 2010 era de 75,51% e, do ano de 1991 para 2010, essa taxa aumentou 13,25%. Em Verê a esperança de vida ao nascer em 2010 era de 75,38% e, do ano de 1991 ao ano de 2010, esse dado aumentou 10,25%. Segundo dados do IBGE (2021), a taxa de envelhecimento em Dracena no ano de 2010 foi de 11,88% e, do ano de 1991 para o ano de 2010, essa taxa aumentou 70,6%. Em Verê a taxa de envelhecimento em 2010 foi de 9,6% e, do ano de 1991 para o ano de 2010 essa taxa aumentou 129,6%.

A expectativa de vida ao nascer e a taxa de envelhecimento em Dracena, no ano de 2010, eram maiores se comparada ao município de Verê, isso pode ser percebido pelos dados no PNUD (2021) que mostra a expectativa de vida ao nascer de 75,51% em Dracena e, 75,38% em Verê e a taxa de envelhecimento que, em 2010, era de 11,88% em Dracena e 9,6% em Verê.

O IDHM-Renda mostra a renda mensal Per Capita. Segundo PNUD (2021) no município de Dracena, em 1991, essa variável era de 0,668; em 2000, era de 0,724 e; em 2010 era de 0,752, o aumento do ano de 1991 para o ano de 2010 foi de 12,57%. Em Verê, no ano de 1991, o IDHM-Renda foi de 0,497; em 2000, foi de 0,639 e; em 2010, foi de 0,709. Esse indicador aumentou 28,57% do ano de 1991 para o ano de 2000 e 10,95% do ano de 2000 para o ano de 2010.

O apêndice 17 apresenta indicadores de pobreza dos municípios de Dracena e Verê. Essa taxa de pobreza engloba questões de vulnerabilidade, falta de acesso a conhecimento, acesso a trabalho, escassez de recursos e desenvolvimento infantil.

Em Dracena, segundo PNUD (2021) o percentual de pobres foi de 2,4% no ano de 2010 e, em Verê foi de 9,29. A renda *Per Capita* dos pobres em Dracena, no ano de 1991 foi de R\$ 92,59; em 2000, foi de R\$ 75,47 e; em 2010, R\$ 116,81. A renda *Per Capita* dos pobres, entre os anos de 1991 a 2010, aumentou em 26,15%. Em Verê a renda dos pobres em 2010 foi de R\$ 82,10 e do ano de 1991 para o ano de 2010 essa renda aumentou 35,23%.

Considerando a questão da renda, vale a pena salientar que, em 2010, o salário-mínimo era de R\$ 510,00. A renda média *per capita* dos considerados pobres no município de Dracena representava cerca de 22,9% do salário-mínimo da época e, em Verê, renda média *per capita* dos considerados pobres, representava cerca de 16,09% do salário-mínimo. Nesse cenário, cabe destacar que cerca de 2,4% da população de Dracena estava nessa situação e 9,29% no município de Verê.

A desigualdade de renda também é uma variável importante a ser analisada, o Índice de Gini é uma ferramenta que mede o grau de concentração de renda, ele vai apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, onde, 0 representa igualdade de renda e 1 representa desigualdade de renda.

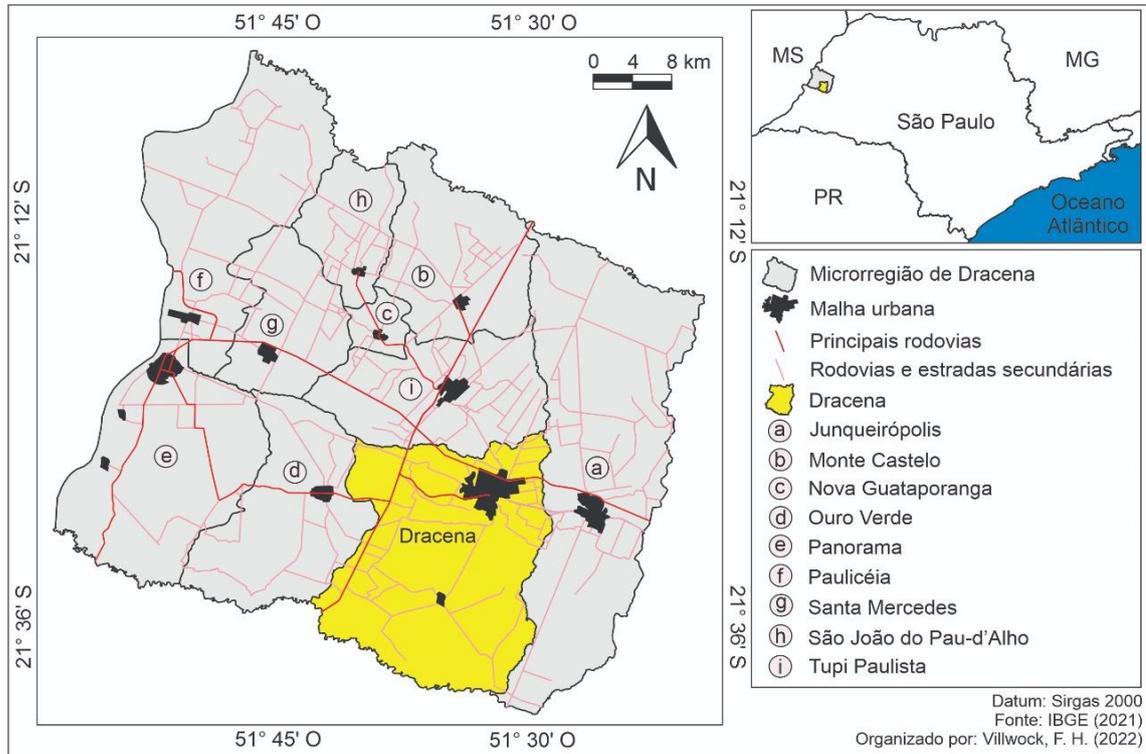
O apêndice 18, apresenta o Índice de Gini dos municípios de Dracena e Verê. E PNUD (2021) aponta que, entre os anos de 1991, 2000 e 2010, no município de Dracena, o ano que houve mais concentração de renda foi em 2000, onde o indicador apresentou 0,59, para o ano de 2010 esse resultado diminuiu 25%. Em Verê, a maior concentração de renda se deu em 1991 (0,57), reduzindo para 0,51 em 2000 e chegando a 0,47 no ano de 2010.

No ano de 2000, havia mais concentração de renda em Dracena se comparada com o município de Verê. Em 2010, a maior concentração de renda se deu no município de Verê por 0,03 ponto. No ano de 2010, o Estado de São Paulo apresentou um Índice de Gini de 0,56, ou seja, 27% acima do município de Dracena. No Paraná, o Índice de Gini foi de 0,53, ou seja, 12,7% maior que do município paranaense de Verê.

Com o objetivo de completar a radiografia dos municípios de Dracena e Verê, tornou-se importante situar o desempenho destes municípios dentro de suas respectivas microrregiões. A microrregião de Dracena congrega 10 municípios e a de Verê 19 municípios. Serão apresentados os indicadores sociais: o IDH-M, Índice de GINI, a renda *per capita* e o PIB *per capita* segundo PNUD (2021).

A microrregião geográfica de Dracena possui o município de Dracena como sede, conforme figura 3. Os municípios que compõem essa microrregião são: Tupi Paulista, São João do Pau D'Alho, Junqueirópolis, Monte Castelo, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, Panorama, Paulicéia e Ouro Verde.

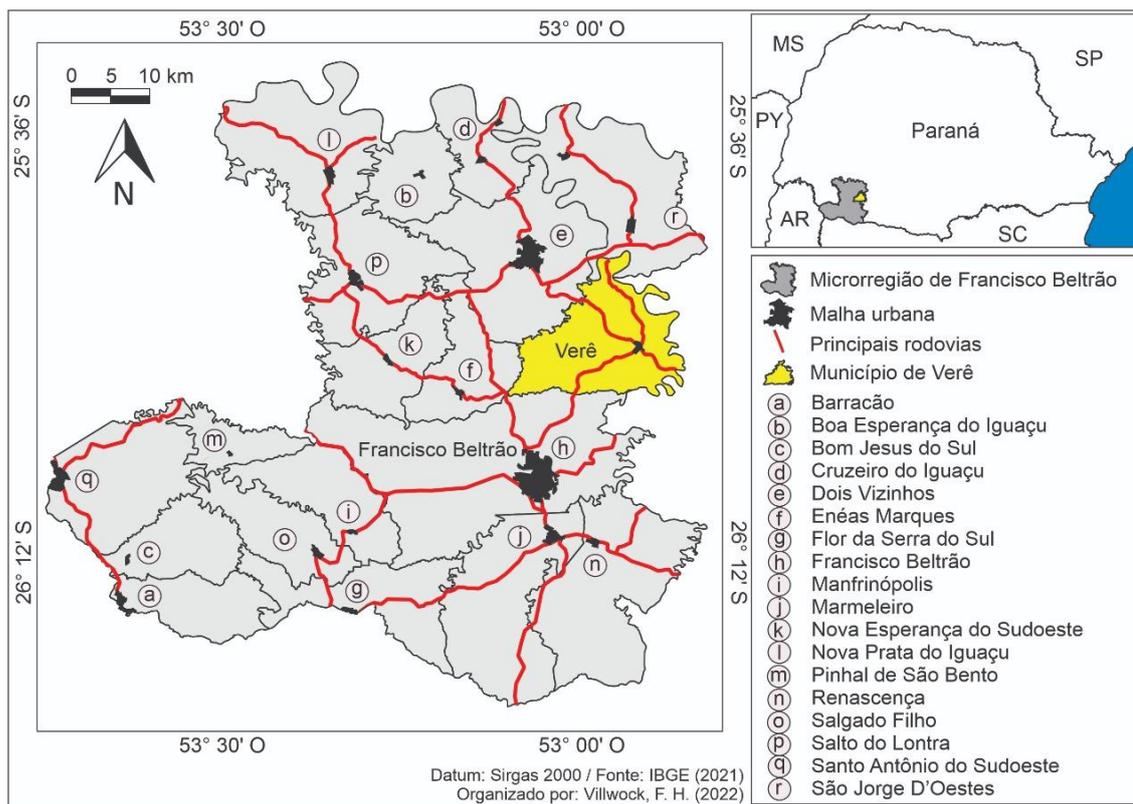
Figura 3 – Localização do município de Dracena na microrregião geográfica de Dracena.



Fonte: IBGE (2021).

Conforme a figura 4, os municípios que compõem a microrregião de Francisco Beltrão são: Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Renascença, Marmeleiro, São Jorge D' oeste, Verê, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguçu, Nova Esperança do Sudoeste, Cruzeiro do Iguçu, Barracão, Boa Esperança do Iguçu, Salgado Filho, Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento, Flor da Serra do Sul, Santo Antônio do Sudoeste e Manfrinópolis.

Figura 4 – Localização do município de Verê na microrregião geográfica de Francisco Beltrão.



Fonte: IBGE (2021).

Em relação ao IDH-M, o apêndice 19 mostra que, no ano de 2010, o município de Dracena ocupava a 1ª posição dentre os municípios de sua microrregião, o município de Verê ocupava o 7º lugar. Segundo PNUD (2021), no ranking estadual, Dracena ocupa o 83º lugar das 645 colocações do Estado de São Paulo e Verê ocupa o 127º lugar das 399 colocações do Paraná.

Na microrregião geográfica de Dracena e Francisco Beltrão, a maioria dos municípios são classificados como alto desenvolvimento e nenhum município tem IDH-M classificado como muito alto ou baixo. Na microrregião de Dracena apenas o município de Ouro Verde tem desenvolvimento classificado como médio. Já na região de Verê, há cinco municípios com médio desenvolvimento, Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento, Flor da Serra do Sul, Santo Antônio do Sudoeste e Manfrinópolis.

O desempenho de Verê no IDH-M em relação aos municípios do entorno pode ser explicado pelo fato de seu IDH-Renda ser inferior ao IDH-renda dos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Renascença, Marmeleiro, e São Jorge D'Oeste, todos seus antecessores no ranking. Em relação a variável renda do PIB, o município de Francisco Beltrão possui 0,049 ponto à frente de Verê.

Segundo dados do IBGE (2021) o setor de serviços, que detém maior participação no Valor Adicionado é mais desenvolvido em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Marmeleiro. Em relação ao Valor Adicionado da Indústria todos os municípios antecedentes no ranking possuem participação mais efetiva que Verê. No setor da agropecuária, os municípios que tem melhor desempenho no Valor Adicionado que Verê são apenas Renascença e Enéas Marques.

Em relação ao indicador de Longevidade apenas os municípios de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Marmeleiro se sobressaem a Verê. Na variável Educação do IDH-M o município de Verê se destaca apenas sobre o município de Marmeleiro.

Em relação ao Índice de Gini, que tange ao aspecto de desigualdade de renda, o apêndice 20 mostra que o município de Dracena ocupa a 3º posição do município que mais concentra renda na sua microrregião, em Verê o município ocupa a 12º posição em relação aos municípios do entorno.

Esse indicador permite informar que a concentração de renda apenas nos municípios de Panorama e Tupi Paulista é maior que Dracena em sua microrregião, a diferença pontual entre o primeiro colocado e Dracena é de 0,07, entretanto, é importante destacar que existem sete municípios em sua microrregião que a concentração de renda é inferior a Dracena, a diferença percentual do primeiro colocado com o último no ranking é de 65%.

Em Verê e os municípios do entorno se destaca o município de Enéas Marques como o maior concentrador de renda e, por outro lado, Pinhal de São Bento com menor concentração de renda, a diferença entre o primeiro colocado e último é de 62%. Os municípios de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Manfrinópolis e São Jorge D'Oeste, que antecedem o município de Verê no ranking, possuem o mesmo grau de concentração de renda.

Verê e os municípios do entorno apresenta maior média de concentração de renda se comparado a microrregião de Dracena. A média calculada do nível de concentração de renda dos municípios da microrregião de Dracena é 0,422 e de Verê e os municípios do entorno é 0,461.

Com relação a renda Per Capita, o apêndice 21 mostra que, em 2010, o município de Dracena ocupava a 3º posição em sua microrregião, que significa que apenas dois municípios têm renda per capita maior que a sua, que são os municípios de São João do Pau-D'Alho e Tupi Paulista. O município de Verê ocupava a 9º posição dos municípios do entorno.

O apêndice revela que, embora Dracena possuía maior IDH-M da microrregião, a maior renda *per capita* na microrregião pertencia ao município de São João do Pau-D'Alho, seguido por Tupi Paulista com rendas *per capita* de R\$ 915,13 e R\$ 914,36, respectivamente.

O município que possuía menor renda *per capita* era Ouro Verde com diferença em cerca de 55% da primeira colocada do ranking.

Segundo dados do PNUD, o setor que mais ocupava e gerava renda na microrregião de Dracena era o setor de serviços, destacando os municípios de Dracena, Nova Guataporanga, Santa Mercedes e Tupi Paulista, no setor agropecuário se destaca apenas no município de Monte Castelo.

O município de Verê, em 2010, possuía uma renda *per capita* de R\$ 661,18, em relação aos municípios do entorno, o município que tem maior renda *per capita* é Enéas Marques, e a menor renda *per capita* pertencia ao município de Bom Jesus do Sul, a diferença percentual na renda *per capita* era de 45,4%.

Segundo dados do PNUD, os setores que mais ocupavam e geravam renda nos municípios do entorno de Verê eram: o setor de serviços em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Marmeleiro e o setor agropecuário em Enéas Marques, Renascença e Verê. O setor de comércio se destaca apenas em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

É importante ressaltar que a renda média *per capita* nos municípios da microrregião de Dracena era de R\$ 710,92 e nos municípios que contemplam o entorno de Verê era de R\$ 624,97, ou seja, a renda *per capita* média na microrregião de Dracena era maior que em Verê e municípios do entorno, em cerca de 13%.

Em relação ao PIB Per Capita, o apêndice 22 mostra que o município de Dracena possuía o valor de R\$ 27,57 mil e Verê R\$ 39,17 mil e, ambos ocupavam, em 2010, a 2ª posição em suas respectivas microrregiões.

Na microrregião de Dracena/SP, o município que detém maior PIB *per capita* é Junqueirópolis e, na microrregião em que Verê está situado, destaca-se o município de Dois Vizinhos. O município que possui menor PIB *per capita* na microrregião de Dracena é o município de Ouro Verde e na microrregião de Verê é Bom Jesus do Sul. A diferença entre o PIB *per capita* do primeiro colocado no ranking em que Dracena está colocada e o último é de 52%, na microrregião de Verê essa diferença é de 53%.

O PIB *per capita* médio é maior na microrregião em que município de Verê está instalado e equivale a R\$ 27.774,50 por ano e em Dracena R\$ 20.776,00 anuais, diferença de 25%. Vale a pena salientar que o PIB *per Capita* de Verê de R\$ 39,17 é 36,6% maior que o PIB *per Capita* do 1º colocado do *ranking* da microrregião de Dracena, que é R\$ 28,66, o município de Junqueirópolis.

Após apresentado alguns apontamentos importantes sobre os aspectos históricos, populacionais, estruturais, econômicos e sociais dos municípios de Dracena e Verê, é de suma

importância a continuidade dessa caracterização sob um olhar voltado a agricultura, objeto do estudo. Nesse sentido, na próxima seção, serão abordadas algumas dimensões da agricultura em Dracena e Verê, os dados levantados por fontes secundárias caracterizam a agricultura de forma geral e a agricultura familiar, com intuito de analisar os efeitos territoriais das políticas públicas do PNAE e PAA, eles permitirão a compreensão da dinâmica agrícola das organizações coletivas pesquisadas que são influenciadas meio que estão inseridas.

### 3.5 A AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ

Nessa seção foi feita uma caracterização da agricultura como um todo e a agricultura familiar dos municípios de Dracena e Verê, a fim de delimitar a análise e contribuir para a investigação dos efeitos territoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar, objetivo do estudo.

#### 3.5.1 Dados Gerais da Agropecuária

Segundo dados do Censo Agropecuário, a área dos estabelecimentos agropecuários no município de Dracena, em 2006, era de 43.169 ha; em 2017 essa área era de 42.409 ha, registrando uma diminuição de 1,76%. No município de Verê, em 2006, a área dos estabelecimentos agropecuários era 27.843 ha, em 2017 era de 27.834 ha, diminuindo 3,57%.

De forma geral, conforme aponta o apêndice 23, em 2006, o município de Dracena possuía 656 estabelecimentos agropecuários, em 2017 havia 572, ou seja, houve uma diminuição de 12% dos estabelecimentos. Em Verê, no ano de 2006, havia 1.322 estabelecimentos agropecuários, em 2017 esse número foi reduzido para 1.011 estabelecimentos, diminuição de 23,52%.

Embora a redução dos estabelecimentos agropecuários no município de Verê entre 2006 a 2017 tenha sido maior que no município de Dracena, no ano de 2017 o município de Verê possuía 76% mais estabelecimentos agropecuários que Dracena.

Em 2017 a área dos estabelecimentos agropecuários no município de Dracena era 66% maior que a área agropecuária de Verê, nesse contexto, se compararmos esse dado com o número de estabelecimentos, percebemos que, o município de Dracena, com área agropecuária muito maior que Verê, possui muito menos estabelecimentos agropecuários.

O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários de Dracena em 2017, segundo o apêndice 23, era há 42 ha, em Verê há 27 ha. Nesse sentido, observa-se que o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários de Verê são cerca de 64% menor que os de Dracena. Indicando que a quantidade de estabelecimentos característicos da agricultura familiar em Verê são mais expressivos que em Dracena.

O apêndice 23 aponta que, no município de Dracena, em 2006, cerca de 66,6% dos estabelecimentos agropecuários eram empreendidos por produtores na condição individual, porém, a maior área explorada, cerca de 60,6%, era realizada por sociedades anônimas, por cotas de responsabilidade limitada ou cooperativa. Em 2017, a maior parte dos estabelecimentos, ainda eram empreendidos por produtores na condição individual, porém numa representatividade 61,3% menor.

Nota-se que, em Dracena, o número de estabelecimentos e a área dos produtores que trabalham na condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas teve um expressivo aumento do ano de 2006 para 2017, cerca de 288% e 598% respectivamente. A utilização da terra na condição individual sofreu sensível diminuição nos períodos analisados, tanto na quantidade de estabelecimentos como na sua área, em 2006 tinha 437 estabelecimentos e área há 15.335 ha, em 2017 os estabelecimentos somavam 351 com área há 13.928 ha. A exploração da terra na condição de sociedade teve diminuição no número de estabelecimentos de 161 estabelecimentos em 2006 para 7 em 2017, a área explorada na condição de sociedade também diminuiu de 26.167 ha em 2006 para 16.625 ha em 2017.

Verê, em 2006, o maior número de estabelecimentos e área eram de produtores que trabalhavam na condição individual, que representavam cerca de 94,9% e 92,7% respectivamente. Em 2017 cerca de 56,1% dos estabelecimentos estavam na condição de individual e 43,5% de condomínio. Em relação a área, no ano de 2017, cerca de 53,6% era de produtores na condição individual e 43,6% na condição de condomínio. Em 2006 haviam 30 estabelecimentos na condição de sociedade e, em 2017 apenas 1; em relação a área, verifica-se uma diminuição de 131 há em 2006, para 27 ha em 2017.

Tanto em Dracena como em Verê, em 2017, a maior parte dos estabelecimentos são trabalhados por produtores na condição de legal individual, porém, em relação a maior área explorada, em Dracena é feita por produtor na condição de sociedade e Verê na condição de individual.

Em relação à condição do produtor quanto à propriedade e uso da terra, o apêndice 24 mostra que, em Dracena, no ano de 2006, 41.873 hectares, ou 97,7%, eram empreendidos por proprietários, o que correspondia a 622 estabelecimentos, ou seja, 94,8%. Em 2017,

98,3% dos estabelecimentos agropecuários eram geridos pelos próprios proprietários da terra. Em relação aos estabelecimentos que o uso da terra é feito por arrendatários houve aumento de 104% do ano de 2006 para o ano de 2017, a área empreendida por essa condição de uso também aumentou de 690 ha em 2006 para 1.412 ha em 2017. A condição de uso da terra por parceria e outros, que engloba comodatário, ocupante e sem área, em 2017 somou 27 estabelecimentos com área de 121 ha.

Em relação a Verê, no ano de 2006, cerca de 82,8% dos estabelecimentos agropecuários eram utilizados pelos proprietários da terra, em 2017 eram 91,7%. A área por essa condição de uso correspondia 93,0% em 2006 e 94,9% em 2017. Percebe-se que do ano de 2006 para o ano de 2017 o número de estabelecimentos na condição de proprietário do uso da terra diminuiu 15%, porém, a área empreendida por eles aumentou 1,9%. Em relação aos arrendatários, parcerias e outros (comodatário, ocupante e sem área), do ano de 2006 para o ano de 2017 houve diminuição, tanto no número de estabelecimentos como na quantidade da área.

Em relação ao pessoal ocupado na agropecuária, o apêndice 25 aponta que, em 2006, no município de Dracena estavam ocupadas 2.794 pessoas, cerca de 69% eram homens e 31% mulheres. No ano de 2017 havia 1.715 pessoas ocupadas, 74% eram homens e 26% mulheres. Assim, percebe-se uma diminuição de 38% do pessoal ocupado na agropecuária do ano de 2006 para o ano de 2017. Em Verê, no ano de 2006, estavam ocupadas 3.320 pessoas em atividades agropecuárias, 62% eram homens e 38% mulheres. Em 2017, o município ocupava na agropecuária 2.561 pessoas, 63% homens e 37% mulheres, ou seja, o pessoal ocupado na agropecuária em Verê/PR diminuiu 22,86% de 2006 para 2017.

Percebe-se que, em 2017, o município de Verê ocupava nas atividades agropecuárias 34% mais pessoas que Dracena. Nesse período, a presença das mulheres no trabalho agropecuário reduziu de 2006 para 2017, tanto em Dracena como em Verê.

Segundo dados do Censo Agropecuário, em 2017, cerca de 53,3% do pessoal ocupado em Dracena têm laços parentescos, ou seja, trabalham em família; 40% não têm laços parentescos e trabalham de forma permanente na propriedade rural; 6,5% não possuem laços parentescos e trabalham de forma temporária e; 0,2% não tem vínculo parentesco e se consideram parceiros.

Em Verê, segundo Censo Agropecuário (2017), cerca de 90,4% do pessoal ocupado possuem laços parentescos; 6,4% não têm laços parentescos e trabalham de forma permanente na propriedade rural; 3% não possuem laços parentescos e trabalham de forma temporária e;

0,2% não tem vínculo parentesco e se consideram parceiros. Nota-se que o pessoal ocupado, em Verê, tem características que parecem ser mais familiares do que em Dracena.

Em relação à cor ou raça, segundo Censo Agropecuário (2017), em Dracena, cerca 78% da população agropecuária se declararam brancos, 3,5% se declararam pretos, 8% se declararam amarelos, 9,8% se declararam pardos e 0,35% se declararam indígena. Em Verê, cerca de 90,9% se declararam brancos, 2% pretos, 0,09% amarelos e, 7,01% pardos.

Os apêndices 26 e 27 apresentam como se dá a utilização de terras em relação às lavouras, pastagens e matas em Dracena e Verê respectivamente. O apêndice 26 mostra que a utilização de terras para o fim de pastagem no município de Dracena é predominante, observa-se ainda que, do ano de 2006 para 2017, esse tipo de utilização aumentou 38%, destaca-se a produção bovina, caprina e equina. Em relação as florestas, tanto as matas naturais como as plantadas tiveram quedas em suas áreas.

Ainda nesse apêndice, em Dracena, no ano de 2006, as lavouras temporárias ocupavam 11.746 ha e em 2017 ocupavam 17.895 ha, percebendo um aumento de 52% do ano de 2006 a 2017, em relação as culturas permanentes, houve uma redução de 34,6% nesse período.

As principais culturas temporárias que expandiram suas áreas de cultivo no período em Dracena foram a cana-de-açúcar, o milho, a mandioca e o feijão, outras culturas temporárias foram inseridas, como o amendoim, tomate e abóbora. Em relação as culturas permanentes, a área plantada do café, nesse período, teve acentuada queda, dando espaço para outras culturas permanentes como a acerola, a manga, o urucum e a uva.

Em Verê, o apêndice 27 mostra que, diferente de Dracena, a utilização da terra por lavouras temporárias é predominante no município. Percebe-se que, entre 2006 e 2017, houve diminuição nas áreas de lavouras permanentes em 73% e aumento nas áreas lavouras temporárias em 18%.

As culturas temporárias que mais aumentaram suas áreas de cultivo, nesse período, no município de Verê foram, a soja, o trigo, o milho, a cana-de-açúcar e o feijão, nesse período foram inseridas culturas novas, como: a abóbora, a aveia, o fumo, a melancia e as hortícolas. A área da cultura permanente, em 2017, não era muito expressiva como a área da cultura temporária, mas podemos destacar a diminuição da área de cultura da banana, e a inserção da cultura da uva e laranja no município.

Em Verê, as pastagens plantadas diminuiram do ano de 2006 para o ano de 2017, em 2006, as pastagens plantadas representavam 87% das pastagens totais, no ano de 2017, representavam 70%, ou seja, as pastagens naturais têm aumentado nesse período. Destaca-se

que, segundo censo agropecuário (2017) a área para pecuária bovina e suína diminuiu, a área de produção de galináceos aumentou consideravelmente. Em relação as matas, as plantadas diminuíram de 2006 para 2017 e as matas naturais aumentaram nesse período.

Segundo Censo Agropecuário (2017) a agropecuária tem visível participação na geração de riquezas desses municípios, em 2019, no município de Dracena essa participação foi de 3% em Verê 33%. Essa participação se deu por meio de transação econômica de diversos produtos que serão apresentados a seguir.

Na sequência, os apêndices 28, 29 e 30 apresentam dados da quantidade de estabelecimentos, área, e valor da produção das principais culturas permanentes, temporárias a pecuária em Dracena e Verê no ano de 2017.

De acordo com os dados do apêndice 28, em Dracena, no ano de 2017, haviam 22 estabelecimentos agropecuários que cultivavam acerola, com área plantada de 29 hectares que produziam cerca de 259 toneladas de acerolas e com valor da produção anual de R\$ 256 mil. A banana com área plantada de 136 ha, produziram 397 toneladas que geraram um valor de R\$ 605 mil anuais.

A cultura do café, em Dracena, se destacou com o maior valor da produção entre produtos da cultura permanente, gerando R\$ 949 mil reais. Nesse contexto, vale a pena mencionar que o café ocupava 50 estabelecimentos em 2017, no ano de 2006, de acordo com o censo agropecuário (2006), eram 155 estabelecimentos. O valor da produção dessa cultura sofreu queda de 34,5% do ano de 2006 para o ano de 2017.

Um dos produtos que detém maior área plantada em Dracena é o urucum, que em 2017, ocupava uma área de 248 ha, produziu 15 toneladas e um valor da produção de R\$ 153 mil.

Em Verê, a cultura permanente que mais têm estabelecimentos, área plantada e maior valor da produção é a uva que, segundo dados do apêndice 28, possuía 12 estabelecimentos, com área plantada de 28 ha, gerando um valor da produção de R\$ 198,8 mil. Além da uva, no município de Verê produz banana e laranja.

O município de Dracena, se comparado a Verê, possui maior quantidade de estabelecimentos que produzem produtos da cultura permanente, assim como a área e valor da produção.

Em Dracena as culturas temporárias mais produzidas, segundo dados do apêndice 29, foram a cana-de-açúcar e o amendoim. A cana-de-açúcar teve o maior número de estabelecimentos, maior área plantada e, por conseguinte, teve maior valor da produção, apenas a cultura da cana-de-açúcar representa aproximadamente 80% (R\$ 52,1 milhões) do

valor total da produção das culturas temporárias (R\$ 64 milhões) em 2017. Três estabelecimentos produzem amendoim, com área de 1.461 ha, que geraram um valor da produção de R\$ 11.898.

O Censo Agropecuário (2017), disponibilizou poucas informações sobre as culturas temporárias do município de Dracena ano de 2006, mas, o que se percebe é que, o número de estabelecimentos que cultivam a cana-de-açúcar reduziu de 2006 para o ano de 2017 em 64%, entretanto, a produção de cana-de-açúcar aumentou nesse período em 19%. Houve redução também no número de estabelecimentos que produzem milho e mandioca. Em relação ao número de estabelecimentos, a cultura do feijão se destacou se compará-la do ano de 2006 para o ano de 2017, em 2006 eram 5 estabelecimentos e em 2017 eram 14 estabelecimentos, aumento de 180%.

Em Verê, o feijão, o milho, a soja e o trigo, são os produtos que têm maior número de estabelecimentos, área e valor da produção. 190 estabelecimentos cultivam feijão, numa área de 2.818 ha, que geram um valor de R\$ 4,23 milhões. O milho possui uma área de cultivo de 66.693 ha, em 752 estabelecimentos, que gera um valor da produção de R\$ 24,336 milhões, a soja possui uma área produtiva de 12.605 ha, em 549 estabelecimentos e gera um valor da produção de R\$ 46.87 milhões.

As culturas temporárias além de ocuparem maior parcela da área produtiva agropecuária em Verê, também produzem maior valor da produção, predomina a soja, o milho, o trigo, e o feijão. Enquanto em Dracena se destaca a cultura do amendoim, cana-de-açúcar e, um pouco menos expressivo, o feijão e a mandioca.

Em relação a pecuária, o apêndice 30 mostra que, o município de Dracena, possui 415 estabelecimentos que produzem bovinos, representando 64% dos estabelecimentos pecuários, juntos somam 31.771 cabeças; 117 estabelecimentos produzem equinos numa quantidade de 667 cabeças. Segundo Censo agropecuário (2017), a produção de leite de vaca gerou um valor da produção de R\$ 2.619 milhões.

Em Verê destaca a produção de bovinos, em 2017, haviam 18.761 cabeças e perus 159.040 cabeças. Os galináceos também são expressivos no município, cerca de 4,115 milhões de cabeça. Segundo Censo Agropecuário (2017), a produção de leite de vaca gerou um valor da produção de R\$ 30,463 milhões. Tanto Dracena como Verê a produção agropecuária é vendida para empresas e cooperativas de suas respectivas regiões.

### **3.5.2 As dimensões da Agricultura Familiar**

Em relação à agricultura familiar, a lei nº 8.629/1993 define que pequena propriedade é o imóvel cuja área compreenda entre 1 e 4 módulos fiscais, a média da propriedade varia entre 4 a 15 módulos fiscais e, a grande propriedade é aquela que têm mais de 15 módulos fiscais. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com município onde está localizada a propriedade. Segundo a Embrapa (2021), no município de Dracena e Verê um módulo fiscal corresponde a uma área de 20 hectares ou 8,26 alqueires-paulistas.

Além da identificação acima, segundo a lei 11.326/2006, para ser considerada agricultura familiar, a maior parte da força de trabalho empregada na propriedade deve ser familiar e a gestão do estabelecimento deve ser da família.

Em Dracena, de acordo com a tabela 6, a área produtiva da agricultura familiar em 2006 era de 3.702 ha e representava 9% da área agropecuária total; em 2017 essa área era de 6.447, ou seja, representava 15% da área agropecuária total. Em Dracena, a área da agricultura familiar aumentou 74,14% do ano de 2006 para o ano de 2017.

No município de Verê, a área da agricultura familiar era de 18.855 ha e representava 67% da área agropecuária total; em 2017 a área cultivada na agricultura familiar era de 16.834 ha, representando 61% da área agropecuária total, ou seja, de 2006 para 2017 apresentou redução de 10,71%.

Tabela 6 - Área da agricultura familiar e não familiar em Dracena e Verê em 2006 e 2017.

Tipo de agricultura	Área (ha)							
	Dracena				Verê			
	2006	%	2017	%	2006	%	2017	%
Agricultura Familiar	3.702	9	6.447	15	18.855	67	16.834	61
Agricultura não Familiar	39.467	91	35.962	85	9.096	33	11.113	39
Total	43.169		42.409		27.951		27.947	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria.

A área agropecuária produzida pela agricultura familiar em Verê é mais extensa e representativa que em Dracena, porém, do ano de 2006 para o ano de 2017, em Dracena percebeu-se um aumento de 74,14% nessa área, quando, em Verê uma redução de 10,71%.

O apêndice 31 apresenta os estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em Dracena e Verê nos anos de 2006 e 2017, os dados mostram que, no ano de 2006 haviam 382 estabelecimentos da agricultura familiar em Dracena, que representavam 58% dos estabelecimentos. Em 2017, apesar do número de estabelecimentos agropecuários totais diminuir se comparado a 2006, as propriedades da agricultura familiar aumentaram em 7,3%

nesse período. Em 2017, os estabelecimentos da agricultura familiar representavam 71% dos estabelecimentos agropecuários.

O município de Verê tinha 1.322 estabelecimentos agropecuários em 2006, os estabelecimentos da agricultura familiar representavam 91% desse montante. Em 2017 os estabelecimentos agropecuários em geral tiveram redução de 30,76%, ou seja, passou para 1.011 estabelecimentos, desses, 87% eram estabelecimentos da agricultura familiar.

O município de Verê possuía maior número de estabelecimentos da agricultura familiar em 2017 que Dracena. Percebeu-se que, do ano de 2006 para o ano de 2017, em Dracena, o número de estabelecimentos da agricultura familiar aumentou em 7,3%, quando os estabelecimentos da agricultura não familiar reduziram 40,8%. Em Verê o número de estabelecimentos da agricultura familiar reduziu 36,4% nesse período, quando que os estabelecimentos da agricultura não familiar aumentaram 10,6%, o inverso do acontecido em Dracena.

Os apêndices 32 e 33 apresentam o número de estabelecimentos e a área por grupos de atividade econômica desenvolvidas em Dracena e Verê, na agricultura familiar e não familiar em 2017.

Em Dracena, 69,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar operacionalizavam a atividade pecuária, 9,27% ocupam com atividades temporárias e 4,28% na horticultura. Em relação a área, na agricultura familiar, a maior parte é destinada a atividade pecuária, cerca de 82,4%.

Na agricultura familiar em Dracena, a pecuária se destaca na produção de bovinos (leite), galináceos, ovinos e equinos; na cultura temporária destaca-se o cultivo de feijão, mandioca, abóbora, amendoim, tomate, horticultura e diversas frutas como a melancia; na cultura permanente destaca-se a acerola, a banana, café, manga, maracujá, urucum e uva.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, dos 410 estabelecimentos da agricultura familiar, apenas um possui produção orgânica; na agricultura não familiar, dos 162 estabelecimentos, apenas um possui produção orgânica.

O mercado consumidor dos produtos da agricultura familiar de Dracena se concentra na sua região, entre supermercados, feiras e órgãos governamentais e não governamentais por meio de políticas públicas como o PNAE, o PAA e PPAIS (Programa Paulista da Agricultura e Interesse Social). As organizações sociais da agricultura familiar no município de Dracena têm promovido o processamento de diversos produtos, como leite e frutas, gerando maior valor agregado e contribuindo para geração de riquezas no meio rural familiar.

Em Verê, conforme apêndice 33, a maior parte dos estabelecimentos da agricultura familiar são ocupados por culturas temporárias, em 2017 eram 505 estabelecimentos somando uma área de 11.071 ha, que representavam 57% dos estabelecimentos e 66,29% da área. A pecuária na agricultura familiar também ocupa lugar de destaque, em relação a área, representa cerca de 33,67% da área total da agricultura familiar, essa atividade representa 40,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar.

A agricultura familiar em Verê se destaca pelo cultivo de hortícolas, banana, laranja, uva, abóbora, batata, feijão e mandioca; na pecuária, a produção de galináceos, perus e suínos. O mercado consumidor, assim como Dracena, é regional e, além de supermercados e feiras, os produtos são destinados às políticas públicas como o PNAE e PAA. As organizações sociais familiares, associações e cooperativas, desempenham um papel muito importante, principalmente na comercialização e transformação de produtos.

O apêndice 34 apresenta as quantidades produzida na horticultura e valor da produção da Agricultura Familiar e não familiar de Dracena e Verê em 2017. Segundo IBGE (2017), a agricultura familiar de Dracena produziu 74 toneladas de alface, 17 toneladas de almeirão, 8 toneladas de cebolinha, 2 toneladas de espinafre, 1 tonelada de pimenta, 5 toneladas de quiabo e 2 toneladas de salsa.

Em Verê a produção hortícola familiar contém a alface, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, couve-flor, rúcula, salsa, vagem e outros produtos. Em 2017, segundo censo, a alface produziu 338 toneladas, beterraba produziu 1 tonelada, 50 toneladas de brócolis, 7 toneladas de cebolinha, 2 toneladas de cenoura, 50 toneladas de couve-flor e 77 toneladas de rúcula.

Na cultura permanente, o apêndice 35, informa as quantidades produzidas e valor da produção da Agricultura Familiar e não familiar de Dracena e Verê em 2017, de acordo com o censo agropecuário (2017). Em Dracena, a agricultura familiar produzia acerola, banana, borracha, café, limão, manga, urucum e uva de mesa, desses produtos, os mais expressivos em quantidades produzidas eram a acerola, o café e manga que produziram 259, 133 e 139 toneladas respectivamente.

Em Verê, a cultura permanente pela agricultura familiar produziu acerola, banana, borracha, laranja, limão, manga, maracujá e uva. A acerola produziu 64 toneladas, banana produziu 16 toneladas, laranja 43 toneladas, limão 21 toneladas, a manga 144 toneladas e a uva com 303 toneladas. A agricultura não familiar em Verê produziu, de forma expressiva, 24 toneladas de banana e 36 toneladas de manga.

De forma comum, a agricultura familiar de Dracena e Verê produzem acerola, banana, borracha, limão, manga e uva. A produção de acerola, borracha, banana e limão são mais expressivas em Dracena, a produção de manga e uva são mais significativas em Verê.

Em relação a agricultura temporária, o apêndice 36 apresenta que, em Dracena, a agricultura familiar produz abóbora, feijão de cor, mandioca, melancia, soja, tomate rasteiro e cana forrageira. De forma mais expressiva, a mandioca produz 172 toneladas, a melancia 351 toneladas e a cana forrageira 1.901 toneladas.

A agricultura não familiar em Dracena tem expressiva produção de cana-de-açúcar com 716.406 toneladas, que equivalem a 98% da produção total da cultura temporária, o valor da produção dessa cultura equivalia a R\$ 52 milhões. A cultura do amendoim também é expressiva pela agricultura não familiar e quantifica 7.009 toneladas e perfaz um valor da produção de R\$ 11 milhões.

Em Verê, a agricultura familiar produz abóbora, cana-de-açúcar, feijão-preto e de cor, fumo, mandioca, milho, soja, trigo e milho forrageiro. A cultura mais expressiva na agricultura familiar é a soja com produção de 25.051 t, que equivale a 55% da produção da agricultura familiar em Verê, a título de comparação, nem a agricultura não familiar tem produção equivalente. A produção do milho e trigo também são expressivos na agricultura familiar de Verê, totalizando produção de 14.253 t e 2.030 t, que também, assim como na soja, é superior a produção da agricultura não familiar.

O produto que tem maior valor da produção em Verê é o milho, seguido da soja e o milho forrageiro que totalizam R\$ 30,9395 milhões, R\$ 24,314 milhões e R\$ 12.276 milhões respectivamente. Na agricultura não familiar, esses produtos são os que promovem maiores valores da produção.

Em comum, na agricultura familiar de Dracena e Verê, a cultura temporária produz abóbora, feijão de cor, mandioca e soja. A cana-de-açúcar é bem mais expressiva em Dracena e a soja mais significativa em Verê. Em relação a produção orgânica, em Verê, de acordo com censo agropecuário de 2017, dos 886 estabelecimentos familiares, 24 possuem produção orgânica, ou seja, cerca de 2,7%. Dos 125 estabelecimentos de agricultura não familiar 7 possuem produção orgânica, ou seja, cerca de 5,6%.

O valor da produção agropecuária é um elemento importante para se ter dimensão econômica desse ramo em seus municípios. A tabela 7, aponta o valor da produção agropecuária em 2017, por grupos de atividade econômica e tipo de agricultura. Segundo essa tabela, em 2017, o município de Dracena tinha um valor da produção de R\$ 87,6 milhões, desse quantitativo, apenas 9,4% eram valores provindos da agricultura familiar. Em Verê o

valor da produção foi R\$ 140,0 milhões e 57,6% desse valor era proveniente da agricultura familiar.

Tabela 7 - Valor da produção por grupos de atividade econômica e tipo de agricultura em Dracena e Verê em 2017.

Município	Grupos de atividade econômica	Tipologia		
		Total*	Agricultura não Familiar	Agricultura Familiar
Dracena	Total	87.659	79.479	8.179
	Produção temporária	67.093	66.605	488
	Horticultura	1.320	1.320	
	Produção permanente	2.707	1.489	1.218
	Pecuária e criação de outros animais	16.364	10.920	5.444
Verê	Total	140.041	59.313	80.728
	Produção temporária	75.985	36.593	39.392
	Horticultura e floricultura	872	872	
	Produção permanente	165	165	
	Pecuária e criação de outros animais	62.931	22.710	40.222

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria. \* Em Mil.

Em Dracena, no ano de 2017, o valor da produção temporária da agricultura familiar representava cerca de 0,72% do valor da produção temporária total; do valor da produção permanente, cerca de 44,9% eram provindos da agricultura familiar e; na pecuária essa representatividade era de 33,2%; o valor da produção da horticultura era integralmente da agricultura familiar.

Em Verê o valor da produção da cultura temporária na agricultura familiar representava cerca de 51,8% do valor da produção da cultura temporária total; o valor da produção da horticultura e da cultura permanente era integralmente realizada pela agricultura familiar; o valor da produção da pecuária e criação de outros animais na agricultura familiar representava cerca de 63,9% da produção da pecuária total.

Na agricultura familiar, em se tratando do valor da produção, o município de Verê totaliza R\$ 80,7 milhões e Dracena R\$ 8,1 milhões, ou seja, o valor da produção da agricultura familiar no município de Verê é maior, em cerca de 89,86%, que o valor da produção da agricultura familiar do município de Dracena.

Em relação a taxa do pessoal ocupado na agropecuária, o apêndice 37 mostra que, em 2006, 53% do pessoal ocupado na agropecuária no município de Dracena era proveniente da

agricultura não familiar; em 2017 esse quantitativo aumentou para 55%. O pessoal ocupado na agricultura familiar em Dracena correspondia a 47% em 2006 e 45% em 2017. Segundo dados do Censo agropecuário houve aumento do pessoal ocupado na agropecuária em Dracena de 20% de 2006 para 2017, porém, embora a taxa do pessoal ocupado na agricultura familiar tenha aumentado 15%, a participação da agricultura familiar no total do pessoal ocupado na agropecuária caiu para 45% em 2017.

Em Verê, em 2006, o pessoal ocupado na agricultura familiar possuía o quantitativo de 679, ou seja, representava 89% de todo pessoal ocupado na agropecuária; em 2017 representava 83%. O número de pessoas ocupadas na agropecuária reduziu 23% de 2006 para 2017, ou seja, em 2006 foi de 3.320 trabalhadores rurais para 2.561 em 2017, a representatividade da agricultura familiar nesse contexto reduziu 28%.

Segundo dados do Censo Agropecuário, em 2006 dos 382 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em Dracena, 154 (40%) estavam vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe. Em 2017 dos 410 estabelecimentos familiares, 168 (41%) estão vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe. Em Verê, segundo Censo Agropecuário de 2006, dos 1.209 estabelecimentos da agricultura familiar 690 (57%) estão vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe. Em 2017 dos 886 estabelecimentos familiares 597 (67%) estão vinculados a uma associação, cooperativa ou entidade de classe.

Conforme requisitos para participação do PNAE e PAA é necessário que o produtor rural possua DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF) válida ou ativa. Segundo dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2021), o Município de Dracena, em dezembro de 2021, possuía 524 produtores familiares com DAP, cerca de 19,4% estavam ativas e 80,6% estavam inativas. No mesmo período, em Verê, 1.965 produtores familiares possuíam DAP, cerca de 50,1% estavam válidas.

Após a caracterização dos municípios estudados, se faz necessário apresentar aspectos relacionados aos sujeitos da pesquisa, as organizações sociais em Dracena e Verê, bem como, os associados e cooperados a elas arrolados. Serão apresentados elementos sobre a formação histórica dessas organizações, compreendendo as influências econômicas, sociais e produtivas das políticas públicas do PNAE e PAA nesse processo. A compreensão desse texto permitirá relacionar os sujeitos pesquisados com a reprodução econômica e social da agricultura familiar fomentada pelas políticas públicas do PNAE e PAA.

## **4 OS SUJEITOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ: ENTRE REDES E IDENTIDADES**

Em consonância ao segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa, a fim de trazer elementos que contribuam para uma análise fundamentada, esse capítulo traz detalhes sobre as organizações coletivas da agricultura familiar de Dracena e Verê e seus associados/cooperados. Foram levantadas informações sobre o acesso as políticas públicas do PNAE e PAA, dados quantitativos, qualitativos e comparativos dos sujeitos da agricultura familiar pesquisados.

### **4.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA E RESISTÊNCIA FAMILIAR**

#### **4.1.1 Formação das Organizações Sociais: Entre 1970 a 2001**

Em Dracena, meados de 1970 a cultura do café era a atividade de maior importância econômica; em 1975 uma forte geada afetou significativamente a produção; final da década de 1980, a crise da cultura do café afetou novamente a produção e entrou em declínio e assim permanecendo até hoje, dando espaço a outras culturas como a cana-de-açúcar.

De acordo com a presidenta da Associação dos Produtores de Dracena, com intuito de superar as dificuldades provenientes da produção e comercialização do café, em 1991, um grupo de 21 produtores rurais sentiu a necessidade de se organizar para tratar coletivamente de problemas comuns, e conforme Saquet (2007) destacando a constituição do território por meio de movimento histórico, constante e que se materializa em aspectos ligados a economia, política, cultura entre outros.

Isso, levou uma parte dos produtores rurais a adotar novas estratégias, como a diversificação de culturas, para a manutenção de suas pequenas propriedades rurais e, com a orientação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Prefeitura Municipal de Dracena, a criação de uma organização social a Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), com objetivo de unir os pequenos produtores rurais para auxílio na reestruturação produtiva e comercial, bem como, inserção desses atores sociais no processo de desenvolvimento econômico e social.

Em razão das dificuldades que envolveram a cultura do café, havia necessidade eminente de se buscar alternativas de utilização das terras e de geração de renda. Esta busca

culminou com a instalação de diversas culturas entre elas o amendoim, o feijão, a fruticultura, que se tornaram viáveis pelo baixo investimento inicial, disponibilidade de mão de obra familiar e rápido retorno de investimento (APRD, 2022).

No início, devido o individualismo, o grupo apresentou dificuldades em adaptar-se a forma de trabalho associativo, pois, ele exigia integração social, confiabilidade na forma de organização. Estas dificuldades fizeram com que, a partir de 1995, grande parte de associados se desligassem e os demais agricultores, que apresentavam interesse em ingressar na sociedade, desistissem (APRD, 2022).

O apêndice 37 apresenta a evolução do número de associados em Dracena entre 1991 a 2021. Em 1999, com 17 associados, a associação foi fortalecida, buscando e oferecendo melhores condições de comercialização, compra de insumos, fornecimento de mudas, serviços de moto mecanização aos seus associados, capacitação técnica de vários grupos de produção.

Nesse sentido, as formas econômicas, políticas e culturais, conforme Saquet (2007), relacionadas em unidades passaram a modelar o processo social que, em 2000, permitiu na Associação de Dracena, a permanência do pequeno grupo de 17 sócios, que trabalharam assiduamente no sentido de demonstrar e conscientizar os demais agricultores das vantagens em se trabalhar em grupo através do sistema associativo.

Já no município de Verê, a formação do território foi marcada por conflitos sociais, em 1957 a revolta dos trabalhadores rurais com as colonizadoras pela posse das terras teve muita influência na formação das organizações familiares, porém, seus efeitos foram evidenciados a partir dos anos 1960, quando se deu a regularização e legalização dos pequenos lotes rurais. Isso promoveu migração de diversos camponeses para o Sudoeste do Paraná, que gerou uma peculiaridade regional, inclusive, em Verê, a predominância da policultura com a produção vegetal de alimentos como milho, mandioca, feijão, trigo, batata, fumo, além da criação de galinhas, suínos entre outros.

Ainda em 1960 o feijão era o destaque produtivo do município, seguido pelo trigo, início dos anos 1970 com aumento da produção de suínos houve uma maior produção do milho. O modelo agrícola chamado Revolução Verde, instituído no Sudoeste do Paraná, sofreu influência do pacote tecnológico dos governos militares, ou seja, a agricultura passou da característica camponesa para empresarial de exportação com destaque para a produção de soja.

As mudanças provocadas pela imposição da agricultura empresarial tiveram seus efeitos percebidos imediatamente. Segundo CAPA (2022), em meados de 1980 havia redução significativa das pequenas propriedades rurais, a policultura foi sendo substituída pela cultura

da soja, milho, cana-de-açúcar e fumo e, conseqüentemente, êxodo rural dos pequenos agricultores.

Nos anos de 1990, as transformações na organização do trabalho no campo em Verê eram perceptíveis, o aumento na produção de grãos e pecuária o aumento do Valor Adicionado na Agropecuária contrastava com a expropriação, pobreza e o alto endividamento do pequeno produtor rural (CAPA, 2022). O território sendo constituído socialmente (RAFESTTIN, 1993), em Verê, foi resultado do processo de apropriação e domínio social, as relações de poder foram sendo manifestas em movimentos de resistência entre os sujeitos socialmente envolvidos.

Em função desses problemas, considerando Saquet (2007) a história como processo de constituição do território materializado pela vida cotidiana, apoiados pela Prefeitura Municipal de Verê e o CAPA (Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia), em 2001, com 13 associados, foi criada a Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê – APAVE, que tinha por objetivo a defesa dos interesses dos sujeitos da agricultura familiar (CAPA, 2022).

#### **4.1.2 Acesso as Políticas Públicas do PNAE e PAA: os anos de 2002 a 2011**

Em Dracena, no ano de 2003, a Associação dos Produtores de Dracena organizou um grupo de produtores com o objetivo de comercializar o leite *in natura*, sendo comercializada por meio da associação para um laticínio local, por um preço pré-fixado. A coleta era realizada pelo laticínio, diariamente, em 11 tanques comunitários pertencentes a APRD, estrategicamente distribuídos no espaço rural do município, de modo que, a distância para os produtores rurais seja, em comum, a menor possível, neste ano, eram captados em torno de 102.000 litros de leite por mês (APRD, 2022).

Nesse sentido, percebe-se que a atuação dos sujeitos sociais na organização do território (SAQUET, 2007), segundo a presidenta da APRD, com esta nova forma de comercialização, os resultados econômicos foram imediatos, melhorando a autoestima dos produtores rurais e possibilitando a capacitação através de cursos, palestras e treinamentos ministrados por agrônomos, zootecnistas e veterinários. Visitas técnicas foram realizadas mensalmente para melhorar a capacidade de produção, de modo individualizado, visando atender à necessidade de cada produtor, o que foi contribuindo para uma maior produtividade e gerado maior renda aos produtores. Segundo Livro de Matrícula, no ano de 2003 eram 38 associados, em 2004, 2005 e 2006 eram 40, 44 e 49 associados respectivamente (APRD, 2022).

Consonante a isso, ainda em 2003, um grupo de produtores rurais sem-terra do Distrito de Jaciporã que ocupavam uma fazenda, fizeram uma negociação entre a líder do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), a senhora Edna de Barros, com a proprietária da fazenda que resultou em um contrato de arrendamento de terras, que possibilitou a formação de uma associação em 05/02/2003, a Associação de Trabalhadores Rurais J. Marques (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2022)

Segundo a Presidenta da Associação, o nome J. Marques foi escolhido para homenagear a memória do Senhor José Marques, quem esteve à frente na ocupação da fazenda no Distrito de Jaciporã. Segundo os registros de Matrícula dos Associados, a associação foi constituída com 70 produtores rurais, sendo, 32 arrendatários, 21 trabalhadores acampados, 14 funcionários de fazendas e 3 proprietários de terras, a média da idade dos associados era de 40 anos, quanto a escolaridade era predominante o ensino fundamental completo. Inicialmente a Associação J. Marques incentivou a instalação de diversas culturas entre elas o feijão, o urucum, a fruticultura, sobretudo, verduras e legumes. A comercialização era feita para mercados da cidade e em feiras (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2022).

No ano de 2003 foi instituído o PAA, que se configura num mercado institucional para a comercialização da produção agrícola familiar, porém, as associações J. Marques e dos Produtores Rurais de Dracena, acessaram o PAA apenas no ano de 2006, quando a Lei 11.326/2006 considerou como beneficiários fornecedores os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e deveriam apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf - Pessoa Física ou fazê-lo por meio de Pessoa jurídica que possua a DAP especial para Pessoa Jurídica.

Em Verê, no ano de 2002, a APAVE além de operacionalizar com o segmento frutas e legumes *in natura* em circuitos curtos de comercialização como feiras e mercado local, com apoio do CAPA no repasse de conhecimentos sobre transformação de alimentos, foi viabilizada a primeira iniciativa de fabricação de doces e conservas. Segundo presidente da COOPERVEREDA, em 2003, por meio de emenda parlamentar estadual a associação garantiu um espaço físico para alavancar a transformação de frutas e legumes em doces e conservas. Em 2005, por meio do acesso ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), os equipamentos da cozinha industrial foram adquiridos (CAPA, 2022). Nesse sentido, as relações sociais entre os diversos agentes territoriais passaram a criar, por meio de redes de cooperação, processos de desenvolvimento. (GRISA e SCHNEIDER, 2015)

Em 2005, um grupo de 11 produtores de uva, que foram desassistidos por uma empresa exportadora de Santa Catarina que decretou falência, começaram a atuar de forma conjunta à APAVE, porém, entenderam que o seguimento deveria ser explorado de forma diferenciada, em função disso, resolveram criar uma organização para que a produção da uva fosse comercializada de forma independente.

Com auxílio do CAPA e a Prefeitura Municipal de Verê, em 16/08/2005 foi criada a Associação dos Viticultores de Verê (APROVIVE), que tinha por objetivo, entre outros, a comercialização da uva. Segundo presidente da COOPERVIVE, ao final de 2005 a Aproveive foi contemplada pelo programa PRONAT, na modalidade Infraestrutura e Serviços via Grupo Gestor do Sudoeste do Paraná, com uma agroindústria para produção de suco natural de uva e vinho. Em parceria com o CAPA, a fim de possibilitar assistência técnica, decidiu-se produzir alimento diferenciado e saudável, quando a produção deixou a produção convencional para migrar à produção orgânica (CAPA, 2022). Assim, uma identidade, a partir de estratégias produtivas, passaram a se conectar nas relações comerciais, conforme Saquet (2007) a identidade envolvendo pessoas e as relações econômicas e políticas no território.

Em 2006, o governo federal empregou R\$ 200.667.394,00 em recursos orçamentários aplicados no PAA em escala nacional. Em Dracena, a Associação J. Marques participou do PAA na modalidade de Compra para Doação Simultânea, com participação de 13 produtores rurais que comercializaram frutas, verduras e legumes (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2022). A Associação dos Produtores de Dracena, neste ano, também participou da modalidade de Compra para Doação Simultânea, participaram do projeto 17 associados entregando feijão, frutas e legumes (APRD, 2022).

Nos anos de 2007 a 2009, com a crescente disponibilização de recursos orçamentários para o PAA em escala nacional, as organizações coletivas de Dracena participaram na modalidade de Compra para Doação Simultânea (frutas e legumes) e Formação de Estoques com o produto acerola, perceberam aumento no quadro social e a influência crescente das vendas no PAA. (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2022; APRD, 2022). Nesse sentido, as políticas públicas começaram a se estruturar integradas a estratégias de desenvolvimento para mudança social no território, segundo Hespanhol (2013), passaram a compreender no PAA uma ferramenta útil em benefício de uma coletividade.

No município de Verê, tanto a APAVE como a APROVIVE, participaram do PAA no ano de 2006, a APAVE, comercializou no PAA frutas, verduras, legumes e conservas, na modalidade doação simultânea, com adesão de 36 associados (APAVE, 2022). A

APROVIVE, comercializou frutas, legumes e verduras orgânicos, suco de uva orgânico e diversas conservas orgânicas, com adesão de 12 associados (APROVIVE, 2022).

Nos anos subsequentes 2007, 2008 e 2009 as organizações coletivas de Verê participaram do PAA na modalidade de compra com doação simultânea e, assim como no município de Dracena, perceberam aumento produtivo, crescimento na composição social e grande influência da política pública no faturamento (APAVE, 2022; APROVIVE, 2022). Após a inserção da política pública do PAA, em Dracena e Verê, evidenciou-se no território, conforme Saquet (2009) um movimento conjuntural ligando redes, identidade e o poder, reconhecendo nessa nova forma de relação econômica (PAA), um movimento endógeno, que prospecta o território interna e externamente no espaço.

Em 06/01/2009, um grupo de produtores, com auxílio da Prefeitura municipal de Verê e o CAPA, motivados pelo impulso produtivo do PAA, potencial inserção no mercado varejista de frutas, legumes e hortaliças e a fim de atender as regras fiscais do Paraná, realizaram uma reunião com a participação de outros 49 produtores rurais e discutiram sobre a necessidade de uma reconfiguração político comercial, propondo o modelo cooperativista para subsidiar a comercialização dando respostas aos problemas enfrentados, sobretudo fiscais, e projeções do grupo de produtores. Nesse sentido, as relações sociais e políticas, no âmbito do território, permitiram compreender que, conforme Saquet (2007) esses problemas, interesses e posteriores necessidades de reconfiguração determinam e caracterizam o campo do poder.

A princípio esse novo modelo empresarial foi recebido com receio entre os agricultores, visto que histórias de endividamento de produtores pelo insucesso do modelo foram levantadas. Por conta disso, apenas em 31/03/2009 foi realizada assembleia para abertura da cooperativa, a Cooperativa de Alimentos da Agricultura Familiar de Verê – PR (COAFA) com a participação de apenas 20 produtores (APAVE, 2022).

A partir de 2009, com impulso produtivo e econômico do PAA, o território, por meio das organizações sociais e produtores rurais, tanto de Dracena como Verê, mantiveram um público ativo, que a partir de um interesse inicial, a participação no PAA, ampliaram seus instrumentos de poder, instigando movimentos relacionadas ao desenvolvimento de estratégias, como a diversificação da matriz produtiva, reorganização político-administrativo, entre outras.

De forma mais pontual, em Dracena, como veremos adiante, esse protagonismo promoveu a busca por adquirir equipamentos e maquinários para industrialização do leite e frutas, direcionou produtos como o maracujá, goiaba, bem como, o miniprocessamento de

alguns legumes, como pimentão, mandioca, cenoura e outros, em escala. Em Verê promoveu o planejamento, potencialização e a organização da produção da agricultura familiar, favorecendo sua regularidade.

Ainda em 2009, com o advento da Lei federal nº11.947 de 16 de junho de 2009, instituiu que, para o PNAE, do total de recursos direcionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos municípios, estados e Distrito Federal, pelo menos 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, permitiu que essas organizações coletivas iniciassem a operar com o PNAE.

Nesse primeiro ano de operação com o PNAE, em Dracena, a Associação J Marques comercializou frutas, verduras e legumes (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2022). A Associação dos Produtores de Dracena entregou frutas, legumes e verduras como repolho, abóbora, mamão, uva, abacate, poncã, banana, mandioca, miniprocessados, entre outros (APRD, 2022).

Nesse sentido, a Associação dos Produtores Rurais de Dracena, com a formação de novas relações e potenciais de mercado, demandou uma reestruturação em seu sistema organizacional. Foi quando, em 14/09/2009, constituíram a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA), com objetivo de prestar serviços aos seus cooperados, congregar os produtores de sua área de ação e atender o interesse econômico dos mesmos, para oferecer melhores condições de produção e apoiar o processo de comercialização (COOPADRA, 2009).

A COOPADRA foi constituída por 28 cooperados com atividade econômica principal a fabricação de laticínios e, de forma secundária, atuar no comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (COOPADRA, 2009). Segundo a presidenta da COOPADRA, devido ao receio dos agricultores, em caso de insolvência da cooperativa e os produtores terem que arcar com suas obrigações, a cooperativa permaneceu sem movimentação até o ano de 2015.

Em 2010 e 2011 as organizações coletivas de Dracena participaram do PAA e PNAE simultaneamente. Na Associação J Marques essas políticas públicas representavam a totalidade do faturamento (ASSOCIAÇÃO J. MARQUES, 2011), na Associação dos Produtores de Dracena o PAA e PNAE representavam média de 80% das receitas. Essas políticas públicas, nesse sentido, constituíram novas dinâmicas nas relações comerciais do território, passaram a estabelecer, conforme Raffestin (2009) “a construção *de malhas, nós e redes*, delimitando campos de ação, de poder e práticas espaciais que constituem o território”.

Em Verê, o ano de 2010, a COAFA participou de seu primeiro PAA, na modalidade Doação. Nesse mesmo ano, a inserção no PNAE viabilizou receitas expressivas à APAVE e APROVIVE. Em 2011 a operacionalização nessas políticas públicas foi crescente em todas as organizações coletivas, que foram consideradas determinantes no desenvolvimento de seus quadros sociais e a participação no cotidiano associativo e cooperativista (COAFA, 2011; APAVE, 2011; APROVIVE, 2011)

De forma comum, em Dracena e Verê, é importante destacar que conforme as receitas das associações aumentavam devido, principalmente, a operacionalização junto às políticas públicas do PAA e PNAE, as vantagens da comercialização em grupo para conseguir melhor preço no mercado, o banimento dos atravessadores ia se viabilizando, nas concepções de Raffestin (2009) as relações de poder do Estado em conjunto organizações e indivíduos produzem estruturas capazes de produzir dinâmicas políticas, econômicas e culturais. Em Dracena e Verê, automaticamente o número de associados passou a aumentar e outros mercados começaram a aparecer favorecendo o processo de desenvolvimento sustentável.

#### **4.1.3 O protagonismo do PNAE e as rupturas do PAA: os anos de 2012 a 2021**

Nas organizações sociais de Dracena, em 2012, os mercados do PNAE e PAA permitiram perceber o aumento do faturamento e número de sócios participantes dessas políticas. Segundo a presidenta da COPADRA, nesse ano, a participação da Associação dos Produtores de Dracena no Programa Microbacias II desencadeou uma série de benefícios operacionais para viabilizar a ação junto a essas políticas, como por exemplo, uma extratora e embaladeira de polpa de frutas, que permitiu a comercialização de produtos industrializados (polpa de maracujá, abacaxi, acerola e goiaba) a esses mercados institucionais. Conseqüentemente, a inserção desses produtos oportunizou melhores ganhos a associação e ao produtor rural a ela vinculado (APRD, 2022).

Em 2015, consonante a participação da Associação de Dracena no Programa Microbacias II do governo estado de São Paulo, foram concedidos R\$ 1.350.000,00 para construção de um minilaticínio, uma unidade de beneficiamento de produtos miniprocessados e ampliação de equipamentos para processamento de frutas, oportunizando outros canais de comercialização (APRD, 2022).

Nesse período, em virtude de um recrudescimento nacional das regras fiscais, somadas ao grande volume de produtos comercializados pelo PNAE, outros canais como PPAIS e a participação em licitações de Dracena e prefeituras da região a comercialização

passou a ser inviabilizada pela associação e passou a ser realizada, pelo menos em sua grande maioria, pela cooperativa.

A participação das organizações coletivas de Dracena no PAA e PNAE, entre 2012 a 2014, foram expressivas. Destaca-se nesse período a inserção da polpa de fruta, os laticínios e o aumento da comercialização com os minis processados. Em 2015, devido questões político-institucional e orçamentários do programa, não houve acesso ao PAA por nenhuma organização coletiva de Dracena. Em função disso, o mercado convencional, nesse período, ganhou destaque comercial na Associação dos Produtores de Dracena (APRD, 2015).

Em Verê, no ano de 2012, a participação no PAA foi muito expressiva, a APROVIVE, APAVE e COAFA, em conjunto comercializaram mais de 1 milhão de reais. Em 2013, devido a operação Agro-fantasma, deflagrada no Paraná, que teve por objetivo investigar supostos crimes de desvio de verbas públicas por agentes públicos da Conab e as organizações de produtores familiares no programa PAA, acabou por prejudicar muitas famílias de agricultores que não estavam envolvidos na operação, houve suspensões e paralisação das entregas de alimentos e, de acordo com o presidente da COOPERVEREDA, as associações e cooperativas de Verê, apesar de não serem alvos diretos da investigação, perceberam diferença significativa do valor formalizado e o valor executado. Nesse ano, as três organizações que haviam formalizado contrato junto ao PAA, porém, devido suspensões de contratos e paralisação de entregas apenas a APROVIVE o executou num valor muito inferior ao formalizado (APROVIVE, 2013).

Nesse contexto, foi evidenciado que o fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas que viabilize seu desenvolvimento, conforme Hespanhol (2013) o papel do Estado deve ser articulado por meio de instrumentos capazes considerar a pluralidade dos atores envolvidos. Entretanto, percebeu-se que, sobretudo no PAA, os cortes orçamentários trouxeram à tona um comportamento centralizador e autoritário do governo.

Esse fato, enfatiza simultaneamente as dimensões econômicas e políticas do território, onde as articulações dependem de múltiplas determinações a partir de elementos, muitas vezes, contraditórios (SAQUET, 2007). O corte orçamentário do PAA, nesse contexto, evidencia-se as interfaces do poder nas diferentes dimensões do território, ao passo que as estratégias de desenvolvimento, por meio das políticas públicas, foram se moldando em Dracena e Verê, as dinâmicas políticas do PAA contrastaram concomitantemente com o progresso da agricultura familiar.

Em 2014 a APAVE foi a única organização em Verê que participou do PAA, diante disso, a administração da cooperativa COAFA, desestimulada pela operação Agro-fantasma,

inacessibilidade ao PAA e novas oportunidades de negócios, começou a operacionalizar com o biodiesel, e expandir sua área de ação para diversos municípios como Ampére, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Planalto, Realeza, entre outros (COAFA, 2022). O quadro social da cooperativa entre 2013 e 2014 período dobrou. Em função desse direcionamento, alguns cooperados de Verê, que nesse período representavam uma pequena parcela do quadro social da COAFA, sentiram-se desestimulados a continuarem na cooperativa, visto que a produção e comercialização de alimentos estavam se tornando uma atividade secundária.

No início de 2015, segundo presidente da COOPERVEREDA, pelos novos direcionamentos da política brasileira, a associação assumiu baixa perspectiva de acesso a política do PAA em períodos posteriores e com potencial de novas relações de mercado, em reunião, os associados da APAVE levantaram todas suas dificuldades, incluindo a ausência de comercialização no PAA em 2013 e o seu baixo desempenho em 2014 e, conseqüente, queda no faturamento, a necessidade de escoar a produção de seus associados, os novos direcionamentos da COAFA cooperativa parceira e necessidade de inserção no mercado convencional, chegaram à conclusão que o sistema de Associação estava inviável para a realidade do momento. E a partir desta reunião que foi tomada a decisão de constituir uma sociedade cooperativa que congregasse objetivos comuns como caminho para a solução de seus problemas comerciais.

Em 06/07/2015 foi criada a Cooperativa de Alimentos da Agricultura Familiar de Verê (COOPERVEREDA) com a presença de 32 produtores. A nova organização passou a protagonizar as relações produtivas, econômicas e sociais dando ênfase na diversificação de culturas, sobretudo no que se refere a sua capacitação para o fomento da fruticultura e mini processados, visando o desenvolvimento local e o bom relacionamento entre o agricultor e a cooperativa (COOPERVEREDA, 2022).

Percebe-se que sendo o território um espaço dinâmico caracterizado por conflitos nas relações sociais (RAFFESTIN, 2009), em Verê o uso de recursos naturais, próprios da identidade comunitária local, foram ser sinalizados como instrumentos de poder que se reproduzem no processo de (re) construção e (re) estruturação do território (SAQUET, 2011).

Consonante a isso, ao final de 2015, em reunião, foi decidido dar baixa no cadastro da associação APAVE, visto que não havia mais interesse por parte dos associados em operacionalizar com ela. Destaca-se que nesse contexto que a APROVIVE não apresentou movimentação econômica em 2015, de acordo com o Presidente da COOPERVIVE, isso fez com que seu grau de estocagem aumentasse demasiadamente e ameaçando a segurança de recebimento por parte do produtor rural.

Em 2016, devido à redução orçamentária dos recursos do PAA, a Associação J Marques, em Dracena, teve seu faturamento reduzido, nesse sentido, segundo a Presidenta da Associação J Marques, os produtores rurais vinculados a ela, que potencializaram sua produção a fim de atender esse mercado, passaram a comercializar seus produtos de forma individualizada e procurando novas parcerias a fim de escoar sua produção. Nesse período, diversos produtores voltaram a comercializar junto a atravessadores que pagavam valores inferiores ao que estavam habituados no PAA, dificultando a organização da produção de forma coletiva, pela insegurança de venda e recebimento.

Em 2017 a cooperativa COOPADRA conquistou o SISP (Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal de São Paulo) e passou a pasteurizar e vender leite e bebida láctea para o PNAE, que antes, de acordo com a presidenta da COOPADRA, eram pasteurizados por um laticínio no município de Rancharia, cidade 151 km de Dracena. Diversos associados da Associação de Dracena e da Associação J Marques se vincularam a cooperativa com intuito de vender seus produtos às políticas públicas no PNAE e PAA, visto que, essas políticas permitiam potencializar a produção, além da possibilidade comercializar seus produtos com maior valor agregado, garantia de venda e recebimento (COOPADRA, 2022).

Mesmo com os investimentos no setor produtivo e condições sociais de participação na política pública no PAA, a Associação de Dracena e a Cooperativa COOPADRA se classificaram para participar do programa, porém não foram contemplados com a política. A representatividade das políticas públicas do PNAE e PAA no faturamento das organizações sociais foram reduzidas, bem como, o número de associados e cooperados (COOPADRA, 2022; APRD, 2022; ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS J. MARQUES, 2022).

Em 2017, um grupo de produtores rurais assentados da Reforma Agrária, agrupados desde 2009 no bairro de Santa Flora em Dracena, aguardando a possível desapropriação de uma área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, criaram uma associação a Associação de Produtores Rurais Nova Canaã.

Segundo ata de constituição, a Associação Nova Canaã foi criada com 46 associados e tinha como objetivo o apoio à agricultura por meio da produção de leite e hortifrutigranjeiros. Ao final de 2017, com o reconhecimento do assentamento pelo INCRA, foi declarada utilidade pública municipal. Nesse período, segundo o Presidente da Associação, foram oferecidos cursos de capacitação aos produtores rurais, que instigaram sua participação em políticas públicas de compras governamentais.

Em fevereiro de 2018 a Associação Nova Canaã participou de sua primeira licitação do PNAE, visto que, segundo regras institucionais do edital de chamamento, havia priorização as organizações sociais que tinham maior número de assentados. (ASSOCIAÇÃO NOVA CANAÃ, 2018).

Em 2018 e 2019 devido a drástica queda orçamentária do PAA em nível federal, as demais organizações da agricultura familiar de Dracena não acessaram o programa e viram, de forma geral, suas receitas diminuírem consideravelmente. As associações que não possuíam processo industrial, atuaram apenas com a política pública do PNAE distribuindo suas receitas entre os associados. A COOPADRA, por possuir relação constante com mercado convencional, manter processo de industrialização já consolidado, nesse período, com aporte de 19 funcionários registrados e, conseqüentemente, alta estrutura de custos, tiveram que se valer de cortes de custos e aquisição de recursos por parte de terceiros para financiar seu capital de giro e investimentos necessários (COOPADRA, 2022).

Em 2016, em Verê, as políticas do PNAE foram acessadas por todas suas organizações coletivas, com exceção da COAFA que, nesse ano, extinguiu totalmente a operação com alimentos das suas atividades econômicas atuando apenas com o Biodisel. Em relação ao PAA, acessaram a política, apenas a COOPERVEREDA.

Nesse sentido, de acordo com o Presidente da COOPERVIVE, com dificuldades para comercializar seus produtos via associação e por considerar uma atividade específica de transformação da uva, a APROVIVE, em reunião com seus associados, definiu como estratégia a criação de uma organização cooperativa para que facilitasse as vendas no mercado normal, visto que, a política pública do PAA, que instigou a organização produtiva e industrial, não estava mais atendendo seus objetivos sociais na comercialização, então, conforme Ata de Criação, em 22/02/2017, com 32 produtores rurais constituíram a Cooperativa de Sucos e Alimentos de Verê (COOPERVIVE).

De acordo com o Presidente da COOPERVEREDA, em 01/05/2016 foi criada pela COOPERVEREDA a loja da agricultura familiar com proposta de vender os produtos dos associados e cooperados vinculados a todas as organizações da agricultura familiar do município.

Em 2018 e 2019 destaca-se o aumento nas operações com mercado convencional e redução na participação de políticas públicas. Em relação ao PAA nenhuma organização de Verê acessou a política nesse período e o PNAE, embora crescente na composição do faturamento da COOPERVIVE e COOPERVEREDA, não supriu a lacuna comercial do PAA, motivou uma grande crise financeira e social.

Nesse sentido, Hespanhol (2013) assinala que as “políticas públicas de apoio a produção familiar rural no Brasil ainda são limitadas” e, por vezes, não limitadas apenas em quantidades e recursos orçamentários, mas limitadas também de vontade política e conhecimento sobre a realidade da agricultura familiar no Brasil. Por conta dessa limitação, percebeu-se que, em Dracena e Verê, a descontinuidade do PAA suscitou numerosos desafios, para suplantá-los a implantação de diversas iniciativas foram necessárias, sobretudo, para manter emprego e renda à agricultura familiar.

No período pandêmico da COVID-19, entre 2020 e 2021, em Dracena, nota-se a inatividade da Associação Nova Canaã, motivada por sua estrutura político administrativa dependente de outras organizações parceiras que, devido a pandemia, em algumas situações, se ausentaram, com isso, segundo o presidente da Associação Nova Canaã, a realocação de forma independente de parte de seus associados à Associação J Marques foi inevitável.

Em 2020, a COOPADRA, apesar de vivenciar dificuldades financeiras, ao perceber diminuição na operacionalização com o PNAE, não deixou de efetuar os pagamentos aos seus cooperados de forma regular, o que tornou constante suas relações, permitindo a abertura de novos canais de comercialização, principalmente com prefeituras e indústrias da região. Em 2021, segundo a presidenta da COOPADRA, a comercialização com mercado convencional foi constituída por meio de diversas visitas a empresas e órgãos públicos a fim de ofertar seus produtos, apresentando além da necessidade de parceria, visto desmonte do PAA, a importância da organização no contexto rural regional, essa ação resultou em uma alavancagem nas receitas que permitiu subsidio as operações básicas da cooperativa durante a pandemia (COOPADRA, 2022).

Em Verê, entre 2020 e 2021, apesar do apoio técnico das organizações parceiras, como CAPA e Prefeitura Municipal, o período foi marcado pela inatividade da APROVIVE. A COOPERVIVE, em 2020 e 2021, segundo seu Presidente, apesar de classificada, não conseguiu acesso ao PAA. Devido às questões internas, promovidas pelo desgaste gerado pela falta de comercialização na pandemia, a operacionalização com o PNAE não ocorreu (COOPERVIVE, 2022). Isto, segundo o presidente, provocou o estoque de produtos como vinho e sucos, muitos descartados por conta do prazo de validade, causando um efeito econômico negativo à Cooperativa e ao produtor rural.

Ainda, em meados de 2021, segundo o Presidente da COOPERVIVE, com intuito de amenizar os gastos e concentração de trabalhos da APROVIVE, todos cadastros, registros, direitos e obrigações, foram alocados à COOPERVIVE e, conforme registro da Ata 002/2021,

em Assembleia Extraordinária, com 14 associados, em 10/11/2021 foi dada baixa no registro empresarial da APROVIVE.

Na COOPERVEREDA, o acesso ao PAA em 2020 foi significativo, apesar dos recursos serem inferiores se comparado aos valores anteriormente acessados, a participação no PNAE foi muito expressiva, o que permitiu a diminuição no endividamento da cooperativa. Os resultados na participação nas políticas públicas do PNAE e PAA foram avaliados positivamente pela diretoria da Cooperativa, visto que, no mercado convencional a cooperativa ainda não produzia um bom desempenho, e que as relações comerciais nesse mercado, segundo o Presidente, quase sempre, lhes impunham uma reação passiva, principalmente, quando operacionalizadas com grandes empresas. Em 2021, apesar do alto endividamento de curto prazo, a cooperativa, segundo perspectiva do Presidente, obteve bons resultados com o PNAE e o início de parceria com outras cooperativas da agricultura familiar da região permitiram que as vendas no mercado normal fossem expandidas (COOPERVEREDA, 2022).

Percebe-se que as políticas públicas do PNAE e PAA se efetivam como estratégia para consolidação da agricultura familiar em Dracena e Verê, bem como, na sua reprodução social. A participação do produtor rural familiar nas organizações sociais se difundiu na operacionalização com políticas públicas como o caso do PNAE e PAA.

Nesses anos de história, as ações políticas institucionais do PNAE e PAA, promovem reflexos estruturais na agricultura familiar, no âmbito territorial, ao passo que essas políticas públicas passam por rupturas, como o caso do PAA, dependendo da estrutura e organização que envolvem esses produtores rurais, percebe-se a necessidade de uma reconfiguração político, social, produtivo e comercial nessas organizações.

#### 4.2 O QUADRO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

Nessa seção, a fim de contribuir com para as análises do segundo e terceiro objetivo específicos, serão apresentados os sujeitos da agricultura familiar em Dracena e Verê, as organizações coletivas e os produtores vinculados a elas na qualidade de associado ou cooperado. A Associação dos Produtores de Dracena, constituída em 1991, a mais antiga organização social dos produtores no município. Conforme tabela 8, em 2006, haviam 17 associados, sendo 15 homens e 2 mulheres.

Tabela 8 - Número de Associados/Cooperados em Dracena entre os anos 2006 a 2021.

	Associação J Marques	Associação dos Agricultores de Dracena	Cooperativa dos Produtores de	Associação Nova Canaã
--	----------------------	--	-------------------------------	-----------------------

Ano	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total	Dracena		Número de Sócios	Total		
	H*	M**		H	M		Número de Sócios	Total			H	M
							H	M				
2006	10	3	13	15	2	17						
2007	16	4	20	19	2	21						
2008	21	4	25	20	3	23						
2009	31	12	43	21	3	24	21	7	28			
2010	55	18	73	65	11	76	21	7	28			
2011	57	23	80	69	15	84	21	7	28			
2012	42	44	86	57	48	105	21	7	28			
2013	42	44	86	64	53	117	21	7	28			
2014	45	43	88	75	62	137	21	7	28			
2015	45	43	88	74	66	140	24	7	31			
2016	36	19	55	101	32	133	35	11	46			
2017	36	19	55	101	28	129	44	11	55	27	19	46
2018	35	12	47	80	24	104	49	13	62	27	19	46
2019	32	12	44	77	20	97	73	22	95	23	18	41
2020	30	8	38	75	18	93	54	30	84	12	10	22
2021	18	8	26	75	18	93	48	31	79	12	10	22

Fonte: Livro de Matrícula. Dados da Pesquisa. \*Homens \*\*Mulheres.

Entre 2006 até o ano de 2015 o número total de associados nessa organização foi crescente em 723%, ou seja, saltou de 17 associados para 140, nesse período destaca-se a participação das mulheres na composição total do quadro social que, em 2006, representavam 11,76%, em 2015 representavam 25,71%, nesse sentido, salienta-se que o ano de 2015 foi o ano que as mulheres tiveram maior representação no quadro social.

Entre 2015 a 2021, perceber-se um declínio gradual em relação ao número total de associados, bem como a participação das mulheres no mesmo. Conforme tabela 8, no ano de 2015, a Associação do Agricultores de Dracena possuía 140 associados, em 2021 esse quadro continha 93 sócios, diminuição de 33,57%.

A Associação J Marques foi constituída no ano de 2003, em 2006 possuía 13 associados, 10 homens e 3 mulheres, até o ano de 2015 o número de sócios foi ascendente nos períodos, em 2015, quando o número de associados ativos chegou ao ápice, o quadro social continha 88 associados, destes, 49% eram mulheres. Após 2015 o quadro social apresentou reduções anuais sequentes até 2021.

A Cooperativa dos Produtores de Dracena foi constituída no ano de 2009 com 28 cooperados e permaneceu com o mesmo quadro social até 2014, neste ano, as mulheres representavam 45% do total dos sócios. Conforme tabela 8, do ano de 2015 até 2021 no número de sócios aumentou 154%, saltando de 31 para 79 sócios, nesse intervalo o ano de 2019 foi o período que a cooperativa mais teve cooperados ativos, 95 cooperados sendo 73 homens e 22 mulheres.

A associação Nova Canaã foi fundada em 2017 com 46 associados, 27 homens e 19 mulheres. Conforme tabela 8, o número de associados foi decrescente até 2021. De todas as

organizações sociais em Dracena, essa associação é a que tem maior participação das mulheres no quadro social 41% em 2017 e 45% em 2021. Em 2021 o quantitativo de associados foi de 22, sendo 12 homens e 10 mulheres, número total 52% menor que o ano de 2017, sua constituição.

Os dados da pesquisa mostram que a redução de 37% dos associados da Associação de Produtores de Dracena entre 2015 e 2016 tem ligação ao fato da descontinuidade do PAA, que neste período gerou excedente produtivo e consequente impacto financeiro e social na associação. A fim de minimizar esses impactos, o grupo passou operar comercialmente junto a COOPADRA, a fim melhorar o escoamento de seus produtos no mercado convencional, essa ação, além de alavancar as receitas com o mercado convencional, permitiu aumento de cooperados em 64%, fruto da migração de associados das organizações coletivas locais.

Nota-se que em 2006 o quadro social das organizações coletivas de Dracena somava 30 associados, em 2015 esse quantitativo aumentou para 259 associados/cooperados. No ano de 2021, o número de produtores vinculados as organizações sociais de Dracena diminuíram, totalizando 220 produtores, ou seja, diminuição de 15% do quadro social das associações e cooperativas de Dracena entre 2015 a 2021.

Embora as políticas públicas tiveram êxito em Dracena, os resultados esperados, sobretudo com o PAA, não se perpetuaram ao longo dos anos. Esses reflexos foram percebidos, entre outros, no quadro social das organizações como um todo. Nesse sentido, segundo Saquet (2007) as forças econômicas, políticas e culturais condicionam a geração de um fluxo migratório entre os atores do território.

Em 2021 a Associação dos Produtores de Dracena possuía 93 sócios, destes 57 sócios (61%) residiam no município de Dracena, 1 sócio em Flora Rica, 4 sócios (4,3%) em Junqueirópolis, 19 associados (20,43%) em Mirandópolis, 2 associados residentes em Nova Guataporanga e 10 associados (10,75%) em Tupi Paulista.

Na Associação J. Marques, em 2021 todos os 26 associados eram residentes no município de Dracena. Na Cooperativa dos Produtores de Dracena 37 associados (46,84%) são residentes de Dracena, 1 sócio (1,27%) de Flora Rica, 3 sócios (3,8%) de Junqueirópolis, 23 associados (29,11%) de Mirandópolis, 3 associados (3,8%) de Nova Guataporanga e 12 sócios (15,19%) de Tupi Paulista. Na Associação Nova Canaã todos os 22 associados eram residentes de Dracena.

Em Verê, conforme apresenta a tabela 9, houve aumento no quantitativo de sócios, de forma comum, na APAVE e APROVIVE até o ano de 2012. Na COAFA, que operacionalizou com a política pública do PAA apenas nos anos de 2010 a 2012 e após

direcionou suas atividades para o biodiesel, teve aumento no quantitativo de sócios de 335%. Na COOPERVEREDA percebeu-se um aumento no quantitativo de cooperados até o ano de 2018 e a COOPERVIVE apresentou uma redução do seu quadro social de 37% entre os anos de 2017, sua constituição, até 2021.

Tabela 9 - Número de Associados/Cooperados em Verê entre os anos 2006 a 2021.

Ano	APAVE			APROVIVE			COAFA			COOPERVEREDA			COOPERVIVE		
	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total
	H*	M**		H	M		H	M		H	M		H	M	
2006	31	5	36	11	1	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	32	7	39	23	5	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	34	8	42	29	5	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	37	10	47	37	6	43	18	2	20	-	-	-	-	-	-
2010	37	13	50	42	6	48	25	9	34	-	-	-	-	-	-
2011	39	18	57	51	9	60	33	15	48	-	-	-	-	-	-
2012	45	33	78	41	23	64	52	19	71	-	-	-	-	-	-
2013	37	24	61	41	19	60	63	24	87	-	-	-	-	-	-
2014	40	28	68	33	14	47	141	35	176	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	30	11	41	-	-	-	23	9	32	-	-	-
2016	-	-	-	29	9	38	-	-	-	29	19	48	-	-	-
2017	-	-	-	29	9	38	-	-	-	33	21	54	25	7	32
2018	-	-	-	22	7	29	-	-	-	30	16	46	22	7	29
2019	-	-	-	20	6	26	-	-	-	27	15	42	20	6	26
2020	-	-	-	17	5	22	-	-	-	33	20	53	17	5	22
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	19	54	15	5	20

Fonte: Livro de Matrícula. Dados da Pesquisa. \*Homens \*\*Mulheres.

Na APAVE e APROVIVE, o PAA foi de suma importância no aumento da composição social, o fato dos agricultores estarem atraídos pela política que garantia a regularidade, diversificação produtiva, garantia de venda e recebimento permitiu na APAVE, entre 2006 e 2009, aumento de 31% no número de associados e 258% na APROVIVE. Após 2009 com a introdução do PNAE, os benefícios dessa política pública, como preço justo e agregação de valor, permitiram aumento produtivo e consequente estímulo para que o agricultor se filiasse às associações.

Nesse sentido, na APAVE, o número de sócios, entre os anos de 2009 a 2012, aumentou 66% e na APROVIVE 49%. Em 2012, devido as adequações institucionais propostas pelo PAA, o quantitativo de mulheres na composição social aumentou 83% na

APAVE e 155% na APROVIVE. Na perspectiva do desenvolvimento territorial a coesão social em volta das políticas públicas, no caso, PNAE e PAA, permitiu que grupos sociais distintos se relacionem por meio de processos específicos, em Verê, esses fatores contribuem para a manutenção do poder.

Entre os anos de 2012 a 2014, a queda no número de associados na APAVE foi de 13% e a queda no quantitativo de associados na APROVIVE, entre 2013 a 2016, ano que a associação deixou de operacionalizar comercialmente, foi de 37%. A APAVE encerrou suas atividades em 2015 que foram, logo na sequência, operacionalizadas pela COOPERVEREDA, nessa transição houve retratação do quadro social de 53%.

Em 2021 a COOPERVEREDA possuía 54 associados, 39 destes pertenciam ao município de Verê (72%), 1 cooperado de Ampere, 1 em Coronel Vivida, 8 em Itapejara d'Oeste, 1 em Pato Branco e 4 em São Jorge do Oeste. Na COOPERVIVE, em 2021, dos 20 cooperados, 18 residiam em Verê (90%), 1 em Itapejara d'Oeste e 1 em São Jorge d'Oeste.

Percebeu-se que, em Verê, a quantidade de produtores rurais vinculados as organizações coletivas saltou de 48 em 2006, para 213 em 2012, entre 2012 e 2021 houve diminuição do número de produtores associados/cooperados nessas organizações de 65%.

Dados do Censo Agropecuário (2006) mostram que em Dracena haviam 382 estabelecimentos agropecuários familiares, destes, 154 estabelecimentos estavam vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe, nesse caso, as organizações coletivas pesquisadas absorviam apenas 19% desse quantitativo. Em Verê, o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que, em 2006, haviam 1209 estabelecimentos da agricultura familiar, desse total, 690 estavam vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe, nesse contexto, as organizações coletivas pesquisadas absorviam cerca de 7% desse quantitativo.

Em Dracena, no ano de 2017, o Censo Agropecuário apontava 410 estabelecimentos agropecuários familiares, destes, 168 estabelecimentos estavam vinculados a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe, nesse caso, as organizações coletivas pesquisadas absorviam 41% desse quantitativo. Em Verê, o Censo Agropecuário (2017) revelou que, dos 886 estabelecimentos agropecuários familiares, 597 estabelecimentos vinculavam-se a, pelo menos, uma associação, cooperativa ou entidade de classe, ou seja, a COOPERVEREDA e a COOPERVIVE, nesse período, absorviam cerca de 21% desse universo.

Percebe-se que, do ano de 2006 para o ano de 2017, houve aumento de estabelecimentos rurais vinculados as organizações sociais estudadas tanto em Dracena como

em Verê, reforçando, conforme Grisa e Schneider (2015) a prática associativa como forma de garantir sustentabilidade na agricultura familiar no âmbito do território.

O apêndice 38 mostra o quantitativo de associados ou cooperados em Dracena e Verê entre os anos de 2006 e 2021, de forma comum, nota-se evolução no quantitativo de associados e cooperados até o ano de 2012, período que coincide com a ascensão do PAA e o advento da Lei Federal nº11.947/2009 que direciona, pelo menos, 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar. Segundo dados da pesquisa, a influência da restrição orçamentária do PAA impactou o quadro social em Verê em 2013 quando, deflagrou-se a operação Agrofantasma da Polícia Federal e a consequente queda orçamentária em escala nacional dessa política que, nas organizações sociais de Verê, impactaram com diminuição das receitas. Em Dracena, a redução do quadro social se deu em 2016 quando as organizações coletivas, até então existentes, não operacionalizaram mais junto ao PAA.

#### **4.2.1 Características do quadro social das organizações coletivas em Dracena e Verê**

Em 2021, segundo Livros de Matrículas (2021), Dracena possuía 220 associados/cooperados vinculados as organizações coletivas estudadas e Verê 74, as mulheres representavam 30% do quadro social de Dracena e 32% em Verê.

Em relação a faixa etária dos associados e cooperados das organizações coletivas estudadas, o apêndice 39 apresenta que, em 2021, na Associação J. Marques há um número maior de associados entre a faixa etária de 50 a 59 anos correspondendo a 23,08%, na Associação de Produtores de Dracena a maior concentração de associados se dá na faixa etária dos 50 aos 59 anos que corresponde a 31,18%, na Cooperativa dos Produtores de Dracena há um número maior de cooperados na faixa etária de 40 a 49 anos e a Associação Nova Canaã há um maior número de sócios na faixa dos 40 aos 49 anos de idade.

O apêndice 40 mostra a faixa etária dos associados e cooperados em Verê no ano de 2021. Na COOPERVEREDA, a faixa etária que concentra maior número de cooperados se dá na faixa de 40 a 49 anos que corresponde a 30% das demais faixas, na COOPERVIVE essa faixa etária se destaca com 40% do quadro social. Na COOPERVEREDA, 11% dos cooperados estão acima dos 60 anos de idade, destaca-se que 7% do seu quadro social é composto de produtores de até 21 anos. Na COOPERVIVE, outra faixa etária que se destaca é a de 30 a 39 anos que corresponde a 30% do total das demais faixas etárias.

Similarmente, nas organizações coletivas de Dracena e Verê, a faixa etária que possui maior concentração de associados ou cooperados é a faixa de 40 a 49 anos, entretanto,

conforme consta na tabela 10, a segunda faixa etária que mais se destaca em Dracena é a de 50 a 59 anos e em Verê a faixa de 30 a 39 anos. Em Dracena 11% dos associados ou cooperados possuem idade superior a 60 anos e em Verê essa representação é de 9%. Em Dracena, 26 associados, ou seja, 12% do quadro social total das organizações coletivas possuem idade inferior a 29 anos, em Verê são 13 cooperados que representa 17%.

Tabela 10 - Faixa Etária dos Associados e Cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021

Faixa Etária	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%
Até 21 anos	7	3	4	5
Entre 21 a 29 anos	19	9	9	12
Entre 30 a 39 anos	43	20	18	24
Entre 40 a 49 anos	66	30	24	32
Entre 50 a 59 anos	60	27	12	16
Acima de 60 anos	25	11	7	9
Total	220	100	74	100

Fonte: Livro de Matrícula. Dados da Pesquisa

Percebe-se que os atores sociais vinculados as organizações coletivas em Dracena e Verê concentram na idade acima dos 40 anos, contrariamente, associados abaixo dos 29 anos correspondem, em média, apenas 14%. O fato revela o que é percebido em Abramovay (2010) por um lado, o envelhecimento da população rural e, por outro lado, o desestímulo da população jovem permanecer no campo. Nas concepções de território propostas por Saquet (2011), conflitos estão presentes na vida cotidiana e podem corresponder a um processo construído por identidades, pertencimento e resistência, nesse caso, ações sustentáveis de uma sociedade local agregado as redes compreendidas no território que vão permitir a projeção de futuro.

Em relação as categorias de agricultores familiares, no ano de 2021 a Associação J. Marques possuía 3,85% dos associados classificados como assentados e 96,15% como agricultores familiares; a Associação dos Produtores de Dracena possuía 48% do quadro social enquadrado como assentado de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e 52% como demais agricultores familiares. Nesse mesmo período, a Cooperativa dos Produtores de Dracena possuía 48,1% de assentados pelo PNRA e 39,24% se enquadravam como demais agricultores familiares e a Associação Nova Canaã possuía em seu quadro social 100% dos agricultores enquadrados como assentado da reforma agrária. Em relação ao enquadramento quanto o critério de renda, apenas a COOPADRA obtinha essa informação, visto que as demais organizações coletivas de Dracena possuíam o *status* da DAP expirada, segundo Extrato de DAP Jurídica (2022), na COOPADRA 10,14% declararam ter

renda anual inferior a R\$ 23 mil; 89,86% declararam possuir renda entre R\$ 23 mil reais a R\$ 415 mil reais.

Em Verê, tanto a cooperativa COOPERVEREDA quanto a COOPERVIVE, possuem todo seu quantitativo de cooperados categorizados na composição societária de agricultor familiar. Em relação ao enquadramento quanto o critério de renda, segundo Extrato de DAP Jurídica (2022) na COOPERVEREDA 8% declararam possuir renda anual inferior a R\$ 23 mil e 92% afirmam obter receitas entre R\$ 23 mil a R\$ 415 mil reais. Na COOPERVIVE todos os cooperados se enquadram como agricultores familiares com renda entre R\$ 23 mil a R\$ 415 mil reais.

A escolaridade é um dado importante para a composição do diagnóstico dos sujeitos da agricultura familiar em Dracena e Verê. Segundo dados da pesquisa, em Dracena, na Associação J. Marques, dos 26 associados: 5 sócios (19,23%) possuíam o ensino fundamental incompleto, 12 associados (46,15%) possuíam o ensino fundamental completo, 6 sócios (23,08%) possuíam o ensino médio incompleto e 3 (11,54%) possuíam o ensino médio completo.

Na Associação dos Produtores de Dracena, dos 93 associados: 20 sócios (21,51%) possuíam o ensino fundamental incompleto; 39 associados (41,94%) possuíam o ensino fundamental completo; 19 sócios (20,43%) possuíam o ensino médio incompleto; e 15 associados (16,13%) possuíam o ensino médio completo.

Na Cooperativa dos Produtores de Dracena, dos 79 cooperados: 18 cooperados (22,78%) possuíam o ensino fundamental incompleto, 22 cooperados (27,85%) possuíam o ensino fundamental completo, 19 cooperados (24,05%) possuíam o ensino médio incompleto, 14 cooperados (17,72%) possuíam o ensino médio completo, 1 cooperado (1,27%) possuía ensino superior incompleto e 5 cooperados (6,33%) possuíam ensino superior completo.

Na Associação Nova Canaã, que possuía 22 associados em 2021, 5 associados (22,73%) possuíam ensino fundamental incompleto, 11, 4 e 2 associados possuíam respectivamente, ensino fundamental completo (50%), ensino médio incompleto (18,18%) e ensino médio completo (9,09%).

Em 2021 a COOPERVEREDA em Verê, possuía 54 cooperados, deste quantitativo: 13 possuíam ensino fundamental incompleto, 19 haviam concluído o ensino fundamental, 15 declararam ter o ensino médio incompleto, 6 possuíam ensino médio completo e 1 declarou possuir ensino superior completo. Na COOPERVIVE, dos 20 cooperados: 5 declararam ter ensino fundamental incompleto, 8 possuíam ensino fundamental completo, 3 informaram ter

ensino médio incompleto e 3 possuíam ensino médio completo, 1 cooperado informou ter ensino superior completo.

De acordo com a tabela 11, é possível verificar que Verê possuía um percentual maior de cooperados com ensino fundamental incompleto. Dracena possui em seu quadro social 38% de seus cooperados ou associados com ensino fundamental completo e Verê 36%. Em relação ao ensino médio completo, 15% dos associados ou cooperados de Dracena declararam possui-lo, dois pontos percentuais maiores que em Verê. Em relação ao ensino superior, 6 cooperados de Dracena informaram tê-lo acessado, destes, 5 associados o completou. Em Verê 2 cooperados declararam possuir ensino superior completo.

Tabela 11 - Escolaridade dos Associados e Cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021

Escolaridade	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%
Ensino Fundamental incompleto	48	22	18	24
Ensino Fundamental Completo	84	38	27	36
Ensino Médio Incompleto	48	22	18	24
Ensino Médio completo	34	15	9	12
Ensino Superior Incompleto	1	0,5	0	0
Ensino Superior Completo	5	2,5	2	3
Total	220	100	74	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação a quantidade de terras, de acordo com FAEP (2021), micro e pequeno produtor é considerado aquele que tem menos de 30 ha. De acordo com o apêndice 41, a maior parte dos agricultores familiares de Dracena vinculados as organizações sociais estudadas têm menos de 3 ha. Na Associação J Marques, 69,23% dos associados possuíam menos que 3 há de terras, na Associação dos Produtores de Dracena 58,06%, na Cooperativa dos Produtores de Dracena 49,37% e na Associação Nova Canaã 100%.

Em Verê, os dados do apêndice 42 apresentam que, em 2021, na COOPERVEREDA 50% dos cooperados possuíam área de produção inferior a 3 ha, 33% possuíam entre 3,01 ha a 5 ha, nenhum cooperado possuía área superior a 20 ha. Na COOPERVIVE, 70% do seu quadro social possuía área de produção inferior a 3 ha e apenas 1 cooperado possuía área superior a 30 ha.

De forma comum, a tabela 12, apresenta que os associados e cooperados das organizações coletivas pesquisadas de Dracena e Verê possuem, em sua grande maioria, uma área produtiva de até 3 ha. Destaca-se também que em Dracena 89% dos produtores vinculados as associações e cooperativa possuem até 5 ha e, em Verê, esse percentual é de

83%. Em Dracena e Verê apenas um produtor rural possuía área de produção maior que 20,01 ha.

Tabela 12 - Quantidade de terra dos associados e Cooperados em Dracena Verê no ano de 2021

Área de Produção (ha)	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%
Até 3 ha	133	60	41	56
3,01 a 5 ha	66	29	20	27
5,01 a 10 ha	17	8	9	12
10,01 a 20 ha	3	2	3	4
Mais que 20,01 ha	1	1	1	1
Total	220		74	

Fonte: Ficha de Matrícula. Dados da Pesquisa

De acordo com os registros das organizações sociais, em relação à condição de uso da terra, em 2021, dos 26 associados vinculados a Associação J. Marques, 21 associados, ou seja, 81% são proprietários da terra, 5 sócios (19%) declararam ser arrendatários. Na Associação dos Produtores de Dracena, dos 93 sócios, 83% são proprietários da terra, 16% são considerados arrendatários e 3% declararam usar a terra na condição de parceria. Na Cooperativa dos Produtores de Dracena, dos 79 cooperados, 83% são proprietários, 15% arrendatários e 2% na condição de parceria. Na Associação Nova Canaã, todos os associados são proprietários da terra.

Em relação a condição do uso da terra, na COOPERVEREDA, em Verê, 44 cooperados (81%) são proprietários da terra, 6 cooperados são arrendatários, que corresponde a 11%, 3 cooperados exploram a terra na condição de parceria e 1 cooperado usa a terra numa outra condição específica. Na COOPERVIVE, 16 cooperados exploram a terra na condição de proprietário, que corresponde a 80%, 2 cooperados são arrendatários, 1 utiliza a terra na condição de parceria e 1 em outra condição.

Em Dracena e Verê a maioria dos associados e cooperados vinculados as organizações sociais pesquisadas exploram a terra na condição de proprietário, em Dracena esse percentual é de 84% e em Verê 81%. Cerca de 14% usam a terra na condição de arrendatário em Dracena, em Verê esse percentual corresponde a 11%. Outra modalidade de uso da terra foi identificada apenas em Verê e tem relação ao uso da terra por cessão, sem documentação escriturada.

Tabela 13 - Condição do uso da terra pelos associados e cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021

Área de Produção	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%

Proprietário	185	84	60	81
Arrendatário	31	14	8	11
Parceria	4	2	4	5
Outra	0	0	2	3
Total	220	100	74	100

Fonte: Ficha de Matrícula. Dados da Pesquisa

Em relação ao estado civil, 73% dos produtores rurais informaram na Associação J. Marques (19 sócios) que são casados, 15% solteiros (4 sócios), 4% (1 sócio) viúvo e 8% (2 sócios) divorciados. Na Associação dos Produtores de Dracena dos 93 sócios, 77% (72 sócios) são casados, 12% solteiros (11 sócios), 3% (3 sócios) são viúvos, 5% (5 sócios) divorciados e 2% declararam outra condição. Na Cooperativa dos Produtores de Dracena dos 79 cooperados 70% (55 cooperados) são casados, 11% (9 cooperados) são solteiros, 5% (4 cooperados) viúvos, 8% (6 cooperados) estão registrados como divorciados e 6% (5 cooperados) se apresentam em outra situação. Na Associação Nova Canaã 55% (12 associados) são casados, 9% (2 associados) são solteiros, 5% (1 associado) é divorciado e 32% (7 associados) em outra condição.

Em Verê, os cooperados da COOPERVEREDA informaram à organização que seus estados civis se dão da seguinte maneira: 41 cooperados (75%) se declararam casados, 4 solteiros (7%), 2 viúvos e 6 (11%) informaram que seu estado civil se enquadra em outra situação. Na COOPERVIVE, 2 cooperados informaram o estado civil solteiro, 13 cooperados se declararam casados, 1 viúvo e 4 cooperados disseram viver em outra situação.

O apêndice 43 apresenta o número de pessoas por residência dos associados e cooperados em Dracena no ano de 2021. Esse apêndice apresenta essa informação por organização coletiva e categorizado por faixas, contendo o número de pessoas por residência.

De acordo com o apêndice 43, na Associação J Marques, Associação dos Produtores de Dracena e Cooperativa do Produtores de Dracena, a composição familiar se dá de forma mais expressiva entre 2 a 3 pessoas, na Associação Nova Canaã a composição familiar se dá entre 4 a 5 pessoas. Cinco associados da Associação J Marques informaram que suas residências possuíam de 4 a 5 pessoas. Cerca de 25% dos associados da Associação dos Produtores de Dracena e 36% dos cooperados da COOPADRA disseram conviver entre 4 a 5 pessoas em suas residências.

Apenas 1 associado da Associação J Marques informou residir entre 8 ou mais pessoas. Destaca-se que na Associação do Produtores de Dracena e na COOPADRA um produtor informou residir sozinho e na Associação J Marques e Associação Nova Canaã 2 associados informaram residir sozinhos.

Em Verê, o apêndice 44 apresenta o número de pessoas por residência dos cooperados em 2021. A composição familiar, na COOPERVEREDA e COOPERVIVE se dá de forma mais expressiva entre 2 e 3 pessoas por residência. Na COOPERVEREDA 61% dos cooperados informaram residir entre 2 a 3 pessoas e na COOPERVIVE 60%. Cerca de 35% dos cooperados da COOPERVEREDA afirmaram à cooperativa que vivem entre 4 a 5 pessoas em sua residência, na COOPERVIVE esse percentual é de 40%. Em Verê apenas um cooperado da COOPERVEREDA informou residir entre 6 a 7 pessoas.

Apenas um produtor rural vinculado a COOPERVEREDA informou residir sozinho e um cooperado declarou residir entre 6 a 7 pessoas na residência. Destaca-se que na COOPERVIVE nenhum cooperado convive com mais de 5 pessoas em sua residência.

A tabela 14 mostra um comparativo entre o número de pessoas por residência em Dracena e Verê no ano de 2021. Os dados apontam que, em Dracena, cerca de 58% dos produtores rurais vinculados as organizações sociais pesquisadas convivem entre 2 a 3 pessoas em sua residência, o que ocorre de forma similar em Verê, onde esse percentual é de 61%. Destaca-se que em Verê apenas 1% dos cooperados residem entre 6 a 7 pessoas em Dracena esse dado é de 7,5%.

Tabela 14 - Número de pessoas por residência dos associados e cooperados em Dracena e Verê no ano de 2021

Número de Pessoas	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%
Apenas 1 pessoa	6	3	1	1
De 2 a 3 pessoas	128	58	45	61
De 4 a 5 pessoas	68	31	27	36
De 6 a 7 pessoas	17	7,5	1	1
Mais que 8 pessoas	1	0,5	0	0
Total	220	100	74	100

Fonte: Ficha de Matrícula e Dados da Pesquisa.

Em Dracena, dos 220 produtores rurais vinculados as organizações sociais pesquisadas, seis declararam morar sozinhos e um informou morar entre 8 ou mais pessoas. Em Verê, dos 74 produtores rurais, um mora sozinho e 1 informou residir entre 6 a 7 pessoas. Nenhum produtor em Verê reside com 8 ou mais pessoas em Dracena apenas 1 produtor rural informou se enquadrar nessa situação.

Outro dado importante para o diagnóstico dos sujeitos da agricultura familiar, vinculados as organizações sociais pesquisadas em Dracena e Verê é a composição de renda. Em Dracena, de acordo com as informações levantadas da Associação J Marques, cerca de 58% dos associados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária, 31%

possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor de emprego informal, 12% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda derivada de emprego formal ou aposentadoria.

Na Associação dos Produtores de Dracena, 59% dos associados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária, 15% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal, 20% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda remetida de emprego formal ou aposentadoria, 5% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego formal ou aposentadoria e outra parcela menor da renda com a atividade agropecuária.

Na COOPADRA, cerca de 48% dos cooperados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária, 16% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal, 27% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda remetida de emprego formal ou aposentadoria, 4% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego informal e outra parcela menor da renda derivada da atividade agropecuária e, 5% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego formal ou aposentadoria e outra parcela menor da renda com a atividade agropecuária.

Na Associação Nova Canaã, 73% dos associados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária, 18% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal e, 9% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda recebida de emprego formal ou aposentadoria.

Em Verê, na COOPERVEREDA, de acordo com as informações levantadas, 24% dos cooperados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária, 11% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal, 15% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda remetida de emprego formal ou aposentadoria, 8% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego informal e outra parcela menor da renda derivada da atividade agropecuária e, 10% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego formal ou aposentadoria e outra parcela menor da renda com a atividade agropecuária.

Na COOPERVIVE, 18% dos cooperados possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária 5% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal, 36% possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda remetida de emprego formal ou aposentadoria, 18% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego informal e outra parcela menor da renda derivada da atividade agropecuária e, 23% possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego formal ou aposentadoria e outra parcela menor da renda com a atividade agropecuária.

A tabela 15 apresenta um comparativo sobre a composição de renda familiar dos associados ou cooperados vinculados as organizações sociais pesquisadas de Dracena e Verê no ano de 2021.

Tabela 15 - Composição da renda familiar dos associados ou cooperados vinculados as organizações sociais pesquisadas

Número de Pessoas	DRACENA		VERÊ	
	Sócios	%	Sócios	%
Possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária	124	56	23	31
Possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e outra parcela menor da renda provinda de emprego informal	39	18	10	14
Possuem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e a outra parcela menor da renda remetida de emprego formal ou aposentadoria	45	20	19	26
Possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego informal e outra parcela menor da renda derivada da atividade agropecuária	3	1	9	12
Possuem maior parte da renda familiar provinda de emprego formal ou aposentadoria e outra parcela menor da renda com a atividade agropecuária	9	4	13	18
Total	220	100	74	100

Fonte: Ficha de matrícula e Dados da pesquisa.

Conforme tabela 15, percebe-se que em Dracena e Verê a maior parte dos produtores rurais possuem renda familiar provinda apenas da atividade agropecuária em Dracena esse dado é um pouco mais expressivo, cerca de 56%, e em Verê 31%. Por outro lado, de forma antagônica, em Verê possuem mais produtores que a maior parte da renda familiar é provinda de emprego formal ou aposentadoria e menor parcela da renda provinda da atividade agropecuária que em Dracena, em Verê esse dado é de 18% e em Dracena 4%.

As organizações sociais de Dracena possuem mais produtores que tem maior parte da renda familiar provinda da atividade agropecuária e parcela menor da renda provinda de emprego informal que Verê. Porém, as organizações coletivas de Verê possuem maior quantidade de produtores com maior parte da renda familiar provinda da atividade

agropecuária e parcela menor da renda provinda de emprego formal ou aposentadoria, em Verê esse dado é de 26% e Dracena 20%.

Após caracterização dos sujeitos da agricultura familiar, vinculados as organizações coletivas estudadas e situá-los historicamente no contexto das políticas públicas do PNAE e PAA, a fim de responder o objetivo específico de analisar de que forma a compra governamental do PNAE e PAA tem contribuído para a comercialização de alimentos pelos agricultores familiares de Dracena e Verê, o próximo capítulo trouxe elementos sobre a produção e comercialização da agricultura familiar.

De forma pontual será apresentada a dinâmica comercial histórica das organizações sociais estudadas com o PNAE e PAA, desde 2006 até 2021, e sua contribuição no desenvolvimento da reprodução econômica, social e produtiva dos agricultores familiares em Dracena e Verê.

## 5 PNAE E O PAA NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A fim de completar o diagnóstico da agricultura familiar em Dracena e Verê, será apresentado aspectos relevantes sobre a comercialização e produção das organizações sociais, evidenciando a comercialização nas políticas públicas do PNAE e PAA, bem como, suas influências na composição econômica das mesmas.

### 5.1 A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

Em relação as receitas obtidas com as vendas das organizações sociais da agricultura familiar de Dracena, entre os anos 2006 a 2021, a tabela 16 apresenta as receitas com vendas das organizações sociais de Dracena, bem como, suas oscilações nos períodos e, nesse contexto, as políticas públicas do PNAE e do PAA tiveram importante influência (ver também apêndice 45 e gráfico 1).

Tabela 16 - Receitas com vendas nas organizações sociais da agricultura familiar de Dracena do ano de 2006 a 2021

DRACENA								
	Associação dos Produtores de Dracena	%	Associação J Marques	%	COOPADRA	%	Associação Nova Canaã	%
2006	73.067	100	45.000	100	-	-	-	-
2007	97.641	34	66.500	48	-	-	-	-
2008	110.690	13	77.000	16	-	-	-	-
2009	141.476	28	187.404	171	-	-	-	-
2010	347.241	145	323.823	34	-	-	-	-
2011	698.034	101	504.508	81	-	-	-	-
2012	729.968	5	545.955	8	-	-	-	-
2013	912.835	25	635.516	16	-	-	-	-
2014	736.638	-19	443.259	-30	-	-	-	-
2015	445.914	-39	379.978	-14	0,00	0	-	-
2016	290.315	-35	135.770	-64	393.457	100	-	-
2017	5.922	-98	110.541	-19	908.645	131	0,00	0
2018	0,00	-100	82.234	-26	1.124.640	24	306.701	100
2019	0,00	0	64.633	-21	1.193.964	6	198.121	-35
2020	0,00	0	62.684	-3	795.945	-33	0,00	-100
2021	680.031	100	71.665	14	1.174.599	48	0,00	0

Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Elaboração Própria.

Em 2006, a comercialização dos produtos da agricultura familiar em Dracena era realizada de forma individualizada pelos agricultores ou operacionalizada pela Associação

dos Produtores de Dracena ou Associação J Marques, essas organizações, nesse ano, tiveram juntas receitas de R\$ 118.067,00.

De forma específica, a Associação dos Produtores de Dracena vendeu R\$ 73.067 em 2006, em 2007 as vendas aumentaram 34%, totalizando R\$ 97.641,00. Até o ano de 2013 as vendas dessa organização cresceram de forma contínua 1.149%. Na Associação J Marques em 2006 as receitas totalizaram R\$ 45.000,00, no ano de 2007 as receitas aumentaram em 48%, até o ano de 2013 o faturamento anual dessa associação também cresceu de forma contínua totalizando 1.312%.

Entre 2006 a 2013, os produtos comercializados pelas associações em comum, destinados, tanto para a política pública do PNAE e do PAA quanto em outros mercados, eram a abobrinha, acelga, banana, berinjela, coco verde, limão, melancia, mamão, raiz de mandioca e tomate. De forma específica, a Associação dos Produtores de Dracena comercializava no PNAE e PAA os miniprocessados, panificados e bolachas e polpa de frutas, acompanhado de outros mercados, comercializava o leite, queijo muçarela e a farinha de mandioca.

Entre 2014 e 2016, as receitas da Associação dos Produtores de Dracena sofreram uma retração de 68%, em 2016, a fim de subsidiar as relações de mercado da associação, a COOPADRA, até então inativa, passou a comercializar e nesse ano angariou receita anual de R\$ 393.457,00. Em 2017 as receitas da cooperativa aumentaram 131%, em 2018 e 2019 aumentaram 24% e 6%, respectivamente. Em 2020, por conta da Pandemia da COVID-19, o faturamento da cooperativa retraiu 33%, em 2021, após muitos esforços, a fim de angariar novas receitas para pagamento dos altos custos industriais, a cooperativa teve um incremento nas vendas de 48%.

Na Associação J Marques, após 2013, as receitas foram decrescentes até 2020, a redução acumulada, nesse período, foi de 90%. Apenas em 2021 a associação aumentou as vendas em 14%. Na Associação Nova Canaã, as receitas foram registradas no ano subsequente a sua formação, em 2018, nesse ano a associação faturou R\$ 306.701,00, no ano de 2019 as vendas somaram R\$ 198.121,00, retração de 35%. Nos anos subsequentes a organização não registrou receitas.

Em Dracena, como se pode depreender da leitura de Saquet (2009), as forças econômicas, políticas e culturais efetivam o território no espaço geográfico, percebe-se que as organizações políticas permitiram dinamizar as relações comerciais, sobretudo, por meio das políticas públicas. Nesse sentido, os sujeitos se relacionam por meio de redes de poder e

através de articulações territoriais de forma horizontal e vertical, internas e externas ao território.

Na sequência, a fim de complementar as informações da tabela 16, o apêndice 45 apresenta de forma específica a composição das receitas por tipo de mercado, considerando o mercado institucional do PAA e PNAE e outros mercados que inclui o mercado convencional nas operações com supermercados, prefeituras, indústrias da região, entre outros, de cada organização coletiva de Dracena entre os anos de 2006 a 2021.

O que se observou no apêndice 45 é que, em Dracena, do ano de 2006 até o ano de 2013 a comercialização era realizada apenas pela Associação dos Produtores de Dracena e a Associações J Marques, de forma comum, notou-se um crescente nas vendas até 2013. Destaca-se que a influência das políticas públicas do PNAE e PAA nesse contexto, na Associação J Marques a composição das vendas era totalmente voltada para o atendimento dessas políticas, nesse período, o PAA representou média de 86% do total das receitas e o PNAE representou média de 14%. Na Associação de Produtores de Dracena, o PNAE e o PAA, nesse período, representaram média de 80% da composição do faturamento, de forma específica, o PAA representou 57% e o PNAE 23%.

Em 2006, os produtos comercializados destinados ao PAA pelas organizações coletivas eram abobrinha, acerola, alface, batata-doce, coco verde, feijão, quiabo e raiz de mandioca, no ano de 2007 foram inseridos diversos outros produtos, tais como o almeirão, o cheiro verde, chicória, destaca-se a inserção do doce de leite, produto minimamente processado com alto valor agregado. Em 2008 a acelga passou a ser comercializada no PAA, em 2009, as políticas públicas, sobretudo, do PAA fomentaram a comercialização de 22 novos produtos, entre eles o amendoim, banana, cenoura, laranja, manga, maracujá, milho verde, pepino, destaca-se a inserção de produtos processados como a farinha de mandioca, legumes e frutas miniprocessados e o queijo muçarela.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, nove novos produtos foram entregues nas políticas públicas do PNAE e PAA, entre eles: o urucum, panificados e bolachas, o leite, couve, ovos e polpa de frutas. O mercado convencional, entre 2006 a 2012, demandava produtos tradicionais, como a raiz de mandioca, abobrinha, acelga, amendoim, acerola, cheiro verde, farinha de mandioca, posteriormente o leite e a muçarela. Os clientes do mercado convencional, além da prefeitura municipal de Dracena, eram empresas do comércio varejista de alimentos de Dracena, Junqueirópolis e Tupi Paulista e indústrias do ramo de suco de frutas em Guaraçá e farinha de mandiocas situadas na região de Dracena.

Após 2013 percebeu-se que na Associação J Marques, o faturamento foi decrescente até 2020, motivado pela redução das vendas no PAA que perdurou até 2015 e, posteriormente, a ausência de comercialização nessa política. Destaca-se que, de 2015 até o ano de 2020, a participação do PNAE foi decrescente em todos os períodos.

Na Associação dos Produtores de Dracena, a política do PAA foi acessada até 2014, em 2014 o acesso a essa política se deu num montante 34% menor que no ano anterior, 2013. O PNAE foi operacionalizado a partir de 2009 com R\$ 242.294,00, em 2010 comercializou R\$ 38.971,00 nessa política e, até o ano de 2013, a participação no PNAE foi crescente.

Em 2014, na Associação dos Produtores de Dracena, as vendas sofreram uma retratação de 19% se comparada as receitas do ano anterior; na associação J Marques essa retratação foi de 30%, percebe-se que, nesse contexto, de forma comum, o desempenho das políticas públicas do PAA e PNAE, sobretudo, do PAA, devido questões institucionais e orçamentárias por parte do governo e no PNAE pelo aumento da concorrência e critérios de classificação, foram as grandes responsáveis pela retração econômica nas organizações.

Em 2013 a couve-flor e a vagem foram inseridos aos produtos demandados pelas políticas públicas. Em 2014, devido a diminuição das receitas advindas do PAA, motivadas, sobretudo, pelas políticas institucionais e orçamentárias em nível federal, alguns produtos deixaram de ser comercializados como a cavalinha, as quantidades de diversos produtos foram diminuídas, tais como o abacate, abobrinha, banana, melancia, repolho e tomate. No mercado convencional, nesse período, começaram a ganhar destaque a comercialização da polpa de fruta, acerola e uva.

Na Associação dos Produtores de Dracena e na Associação J Marques, essa redução das receitas perdurou até 2020. Em 2015, após a ruptura do PAA, o grupo de produtores estrategicamente passou a operar conjuntamente com a COOPADRA a fim de angariar outros mercados, visto que, para manutenção da reprodução social e ação coletiva, apenas a sociedade cooperativa possibilitava os novos direcionamentos.

A COOPADRA, passou a operacionalizar comercialmente a partir de 2016 e faturou R\$ 393.457,00, no ano posterior, suas vendas foram incrementadas em 131%, embora, nesse período, o aumento das vendas no PNAE foi significativo em 88%, as receitas oriundas de outros mercados aumentaram 254%, até 2019 as vendas da COOPADRA foram crescentes e a participação dos outros mercados se mostrou cada vez mais relevante.

Entre 2015 e 2019, a ausência comercial do PAA, permitiu a interrupção da produção e comercialização de diversos produtos, como a pimenta verde, vagem, fruta do conde, graviola, maxixe, abacaxi, brócolis, couve-flor, pimentão, nabo, entre outros. O PNAE passou

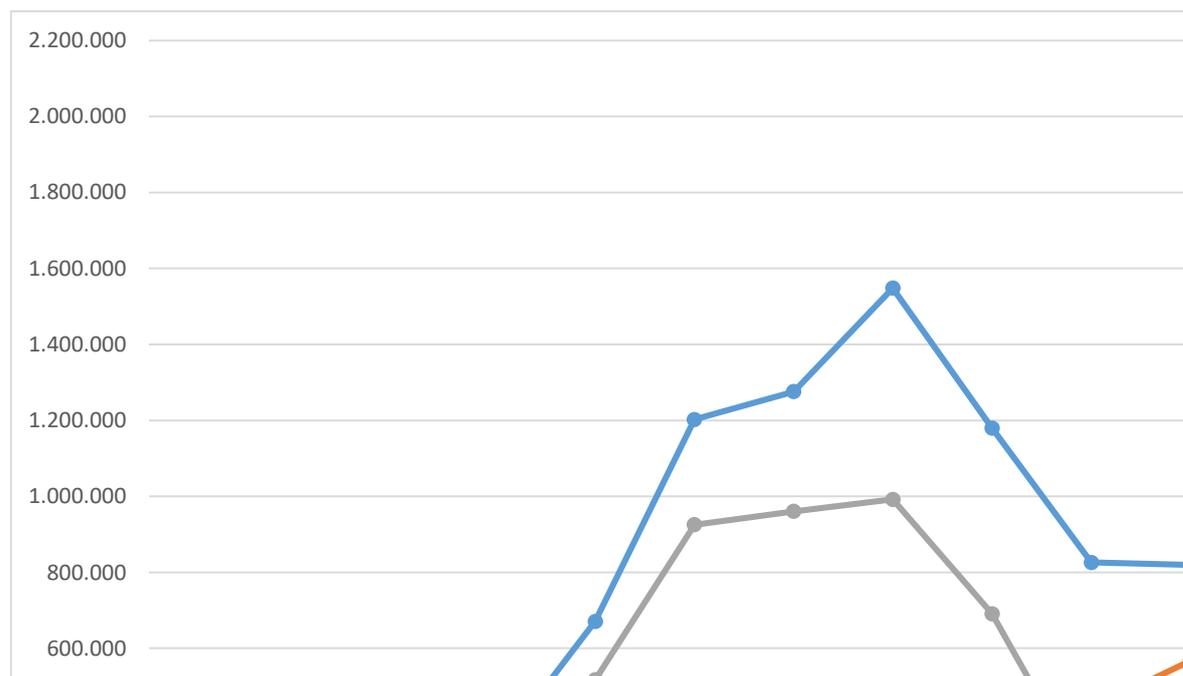
absorver, a partir de 2017, o iogurte, produto industrializado com alto valor agregado. O mercado convencional reduziu a demanda por farinha de mandioca, uva e laranja, porém, intensificou a comercialização do leite, ovo de galinha, repolho, entre outros.

Em 2020, na COOPADRA, primeiro ano da pandemia da COVID-19, o mercado do PNAE retraiu 60%, por conta de períodos em que houve paralisações no fornecimento de produtos às escolas. Em relação aos outros mercados, que incluem vendas para bares, supermercados, o Governo do Estado de São Paulo por meio do PPAIS, prefeituras de Dracena, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Santa Mercedes, Panorama e Paulicéia e indústrias regionais, até então crescentes, também retraiu devido, entre outros motivos, as regras impostas para o isolamento social.

A Associação Nova Canaã, criada em 2017, para auxiliar a comercialização de um grupo de produtores assentados da reforma agrária, acessou o PAA em 2018 no valor de R\$ 241.474,00, em relação ao PNAE comercializou em 2018 e 2019 o montante de R\$ 65.227,00 e R\$ 198.121,00, respectivamente. Após, devido a soma de fatores de ser uma organização nova, dependente de outros órgãos e entidades para auxílio na comercialização via políticas públicas e, sobretudo, a pandemia, a associação não operou comercialmente nos anos de 2020 e 2021.

A queda de receitas no ano de 2020, sobretudo no PNAE, que demandava maior diversificação produtiva permitiu que diversos produtos tivessem suas produções descontinuadas entre elas o coco verde, milho verde, laranja, chicória, maracujá e tangerina.

Gráfico 1 – Variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas em Dracena entre os anos de 2006 a 2021



Fonte: Relatórios de Venda, Livro Diário e Razão, Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

O gráfico 1 apresentou, de forma didática, a variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas de Dracena entre os anos de 2006 a 2021, percebeu-se que o eixo que identifica a política pública do PAA acompanha em quase todos os períodos o eixo que identifica a receita total, revelando a importância dessa política para a comercialização e geração de renda nessas organizações.

Após 2015, percebeu-se que o eixo que representa os outros mercados passou a refletir o comportamento das receitas. Em relação ao eixo do gráfico que identifica o PNAE, mesmo oscilando, apresentou, sobretudo em 2016 e 2021 importantes mercado para manutenção da receita, principalmente em épocas de crise.

Percebeu-se nos dados apresentados que, em Dracena houve melhoria da comercialização por meio do PNAE e PAA, e que a inserção dessas políticas públicas se difunde como mecanismo articulador do território. O concomitante aumento das receitas e quadro social nas organizações coletivas até 2013 depreende, conforme Raffestin (2009), um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível.

Entretanto, as relações sociais por meio de conexões comerciais, a partir de 2014, revelou o que Raffestin (2009) denomina de *sistema territorial* que, segundo o autor, são as relações de poder do Estado, organizações e indivíduos, que produzem mudanças no território, no caso de Dracena, essas mudanças permitiram a criação de novas dinâmicas,

relações e incentivos comerciais que correspondessem a articulação do território com estratégias de desenvolvimento, nesse caso, uma relação mais dinâmica com o PNAE e mercado convencional.

## 5.2 A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

Em Verê, entre os anos de 2006 a 2021, as receitas com vendas das organizações sociais da agricultura familiar pesquisadas, sofreram diversas oscilações nos períodos e, conforme mostra a tabela 17, nesse contexto, as políticas públicas do PNAE e do PAA tiveram importante influência, como se pode verificar também por meio do apêndice 46 e do gráfico 2.

Tabela 17 - Receitas com vendas nas organizações sociais da agricultura familiar de Verê do ano de 2006 a 2021

	VERÊ										
	APAVE	%	APROVIVE	%	COAFA	%	COOPERVEREDA	%	COOPERVIVE	%	
2006	180.633	100	36.000	100	-	-	-	-	-	-	
2007	197.494	9	89.930	150	-	-	-	-	-	-	
2008	189.936	-4	102.515	14	-	-	-	-	-	-	
2009	208.854	10	202.400	97	80.104	100	-	-	-	-	
2010	279.141	34	277.403	37	477.763	496	-	-	-	-	
2011	432.093	55	410.798	48	367.055	-23	-	-	-	-	
2012	755.078	75	441.918	8	514.887	40	-	-	-	-	
2013	396.882	-47	391.150	-11	247.317	-52	-	-	-	-	
2014	599.356	51	167.414	-57	288.941	17	-	-	-	-	
2015	-	-	0,00	-100	417.282	44	359.753	100	-	-	
2016	-	-	229.564	100	-	-	432.208	20	-	-	
2017	-	-	0,00	-100	-	-	442.108	2	302.731	100	
2018	-	-	0,00	0	-	-	225.461	-49	333.921	10	
2019	-	-	0,00	0	-	-	265.737	18	205.853	-38	
2020	-	-	0,00	0	-	-	485.196	83	38.440	-81	
2021	-	-	-	-	-	-	708.674	46	46.225	20	

Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Elaboração Própria.

A comercialização pela APAVE foi crescente entre 2006 e 2007 e entre 2009 a 2012. Destaca-se que no ano de 2012 a associação viveu seu melhor momento em termos de faturamento, o crescimento das vendas foi 75% maior que do ano anterior, 2011. Na APROVIVE, o faturamento foi crescente até 2012, o período de maior crescimento das vendas foi de 2008 para 2009, quando o volume de vendas em 2009 foi 97% maior que no ano anterior, 2008. Porém, o ápice do faturamento foi em 2012 quando atingiu o montante de R\$ 441.918,00. Destaca-se que em 2015 a associação não registrou receitas.

A COAFA, que teve suas atividades iniciadas em 2009, percebeu o ápice de seu faturamento em 2012, quando comercializou R\$ 514.887,00; em 2013 viu seu faturamento ser reduzido em 52% e, nos anos subsequentes, após mudanças de estratégias motivadas, entre outras, pela descontinuidade do PAA, deixou de comercializar produtos agroecológicos para se dedicar ao biodiesel.

A COOPERVEREDA, nascida em 2015 para dar suporte a comercialização da APROVIVE, percebeu um faturamento crescente até 2017, quando, no ano subsequente, teve redução nas vendas de 49%. Após o ano de 2019 seu faturamento foi crescente até 2021, destaca-se que no período pandêmico, de 2020 e 2021, as receitas foram ampliadas em 83% e 46%, respectivamente.

Em 2017, criada a fins de subsidiar as operações comerciais da APROVIVE, a COOPERVIVE, teve crescimento das vendas entre 2017 e 2018 de 10%, porém, entre 2019 e 2020, percebeu redução drástica das receitas em 38% e 81%, respectivamente. Em 2021, registrou receita de R\$ 46.225,00, apesar do crescimento das vendas anuais de 20%, comparada ao ano anterior, esse faturamento estava bem abaixo da média de vendas registradas nos três primeiros anos de sua existência, 2017 a 2019, que era de R\$ 180.835,00 anuais.

De acordo com o apêndice 46, que compõe a comercialização das organizações coletivas de Verê por tipo de mercado entre os anos de 2006 a 2021, a partir dele será identificado os motivos das oscilações das receitas registradas no período.

A comercialização da APAVE foi centrada no PAA de forma representativa até o ano de 2009, a representatividade média dessa política pública na composição do faturamento até este ano foi de 70%. De 2010 até o ano de 2014, seu último ano de operação, a organização operacionalizou junto ao PAA, ao PNAE e mercado convencional. As receitas com o PNAE foram crescentes nesses períodos, a partir de 2013, com o início da descontinuidade do PAA, o PNAE assumiu o protagonismo na composição de renda da associação.

Entre 2010 e 2014 as políticas públicas do PNAE e PAA representavam cerca de 84% do faturamento total da APAVE. A operação com o PAA foi crescente até o ano de 2012, seguindo o comportamento geral das receitas, quando em 2013 deflagrou-se a operação agrofantasma da polícia federal, e, mesmo não tendo envolvimento, diversas organizações do estado do Paraná, tiveram o fornecimento de produtos nessa política pública interrompido, incluindo a APAVE, por conta disso, em 2013, a receita total da associação reduziu 47%.

Com intuito de sobressair em outros mercados, visto dificuldades de classificação no PAA, a operação comercial da APAVE passou a ser gerida pela COOPERVEREDA a partir de 2015. O PAA, nessa organização, foi acessado nos anos de 2016, 2017 e 2020 e representavam cerca de 35%, 32% e 28% do faturamento total, respectivamente. A comercialização no PNAE foi decrescente entre os anos de 2015 a 2018. Junta as políticas públicas do PNAE e PAA nesse período representavam média de 73% das vendas totais.

As receitas com outros mercados, na COOPERVEREDA, sempre representaram a menor fatia do faturamento, se comparada as receitas com o mercado institucional. O ano de 2018 o mercado convencional teve sua maior participação comercial em relação a composição total das vendas se comparado aos outros períodos pesquisados, mesmo assim, representou apenas 38% das vendas. É importante destacar que, em 2018, a cooperativa percebeu queda de faturamento de 49% em relação ao ano anterior. Nesse contexto, até o ano de 2021, a política pública do PNAE assumiu o protagonismo comercial possibilitando renda e regularidade comercial à organização e aos cooperados a ela associados. No ano de 2020, as operações com outros mercados saltaram de R\$ 47.947,00 para R\$ 230.063,00 em 2021, aumento de 379%.

A cooperativa COAFA, iniciou suas operações em 2009 apenas com o mercado convencional, a cooperativa nunca operacionalizou com o PNAE, por questões estratégicas, visto que esse mercado, de acordo com negociações entre as organizações sociais de Verê, seria acessado, a princípio, apenas pelas associações. Em 2010, 2011 e 2012, o protagonismo comercial foi do PAA que representava 66%, 53% e 62% das receitas totais. As receitas com outros mercados sempre foram crescentes, porém, seu protagonismo se deu em função da descontinuidade do PAA em 2013. Nesse ano, a cooperativa registrou queda no faturamento de 52%.

Em relação à APROVIVE, até o ano de 2009 as receitas foram concentradas apenas no PAA, o aumento das receitas foi contínuo nesse período, e acumuladamente registrou alta de 462%. Entre 2010 a 2013, embora a inserção do PNAE e outros mercados, a principal fonte de renda da associação era o PAA, nesse período as políticas públicas do PNAE e PAA representavam média de 88% do faturamento.

A partir de 2014 a associação não conseguiu se classificar no PAA e o PNAE assumiu o protagonismo comercial, em 2015 a associação não registrou faturamento, segundo entrevista, esse ano a associação passava por readaptações e reformulações político-administrativos e os critérios de classificação no PNAE não foram atendidos, destaca-se que o grau de estocagem de produtos, suco de uva e vinho, teve considerável aumento.

Em 2016, a boa classificação no PNAE e a inserção em novos canais de comercialização permitiram que os associados da APROVIVE, criassem outra organização para subsidiar suas operações, em 2017, a COOPERVIVE passou a ser a organização responsável por comercializar os produtos do grupo de produtores. O PNAE teve destaque na comercialização da cooperativa até 2019, nesse período, essa política pública representava média de 64% do faturamento anual. Em 2020 e 2021 devido aos critérios de classificação a cooperativa não se classificou no PNAE e as vendas no mercado convencional foram retraídas, com isso, viram suas receitas diminuir 81%, devido contínuo custos de industrialização e grande crise econômica alcançou a organização.

De forma comum, entre as organizações coletivas de Verê, até 2009 o mercado institucional do PAA era o destaque das vendas, nesse período eram comercializados produtos orgânicos como a alface, almeirão, batata-doce, feijão-preto, milho verde, raiz de mandioca, tomate, entre outros. Nesse período, ao passo que a política do PAA ia se desenvolvendo nas organizações coletivas, a inserção de novos produtos ia ocorrendo, como o abacate, abobrinha, caqui, cenoura, laranja, repolho, suco de uva, entre outros.

Em 2010, com a introdução do PNAE em Verê, diversos produtos já demandados no PAA, tiveram suas produções aumentadas. Entre 2010 e 2012, diversos produtos foram inseridos na comercialização do PNAE e PAA, como o bolo caseiro, canjica de milho, conserva de vegetais, doce de frutas, farinha de milho, manteiga de leite, pão colonial, polpa de uva, macarrão, doce de leite, fubá, melão, entre outros. Em 2013 a ausência de comercialização no PAA pela APAVE e COAFA, permitiu que a produção de diversos gêneros fosse descontinuada, como a açúcar mascavo, beterraba, canjica de milho, cuca, escarola, macarrão, manteiga de leite, milho de pipoca, pé-de-moleque, entre outros.

O mercado normal, entre 2006 e 2009, era pouco dinamizado, a estratégia a fim de alavancar os resultados a comercialização era realizada por meio de circuitos curtos no município de Verê, como na prefeitura municipal, feiras abertas, comércio varejista local de alimentos e da região, como em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Entre 2010 e 2013, apesar de pouco representativo em relação as políticas públicas, o mercado convencional foi acessado de forma crescente por todas as organizações coletivas, sendo que os produtos demandados, apesar de menos diversificados, destacando-se, o suco de uva, milho verde, conserva de vegetais, laranja, raiz de mandioca, batata-doce, entre outros.

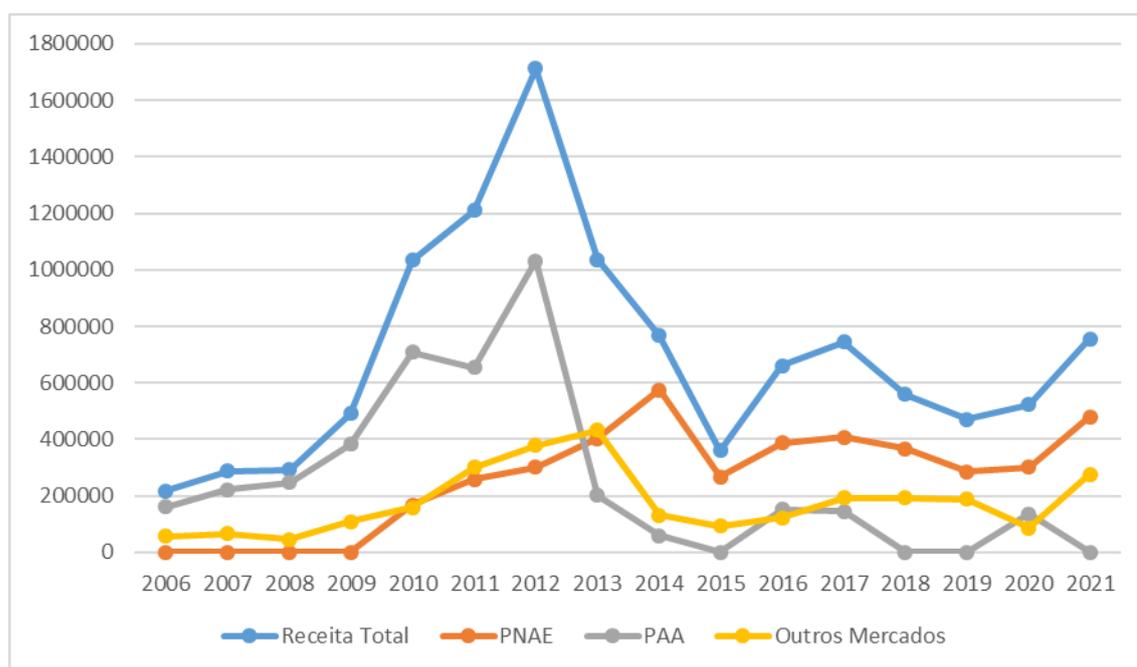
Entre 2014 a 2019 diversos produtos deixaram de ser comercializados pelas organizações sociais de Verê como o bolo caseiro, cheiro verde, melado, mel de abelha, pão de milho, entre outros. Alguns produtos tiveram sua demanda reduzida como a alface, a

conserva de vegetais, pepino em conserva, repolho, entre outros. Alguns produtos, devido acesso ao PAA emergencial em 2020, foram demandados novamente, como a bolacha, geleia de frutas e a couve. O mercado convencional, nesse período, passou a demandar maior número de produtos como a melancia, milho verde, laranja, tomate e raiz de mandioca.

No período pandêmico, 2020 e 2021, o PNAE se apresentou um mercado expressivo, que apesar de demandar os mesmos produtos, suas quantidades foram aumentadas, destacando-se a alface, conserva de vegetais, feijão-preto, laranja, milho verde, entre outros. O mercado normal, apesar de pouco expressivo em 2020, devido às restrições impostas pelo isolamento social, ganhou espaço em 2021, com a parceria comercial de outras cooperativas da região e indústrias de suco de frutas e produtos alimentares.

Em seguida, o gráfico 4 apresentará a variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas de Verê entre os anos de 2006 a 2021.

Gráfico 2 – Variação das receitas por tipo de mercado nas organizações coletivas estudadas de Verê entre os anos de 2006 a 2021



Fonte: Relatórios de Venda, Livro Diário e Razão, Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

Segundo dados do gráfico 2, percebeu-se que o eixo que identifica a política pública do PAA acompanha em quase todos os períodos a variação das vendas, com exceção os anos de 2011 e 2021, revelando a importância dessa política para a comercialização e geração de renda nessas organizações. Após 2013, percebeu-se que o eixo que expressa o PNAE passou a

refletir o comportamento das receitas, assumindo o protagonismo das vendas, se mostrando um importante mercado para agricultura familiar em Verê.

Em relação ao eixo do gráfico que identifica o mercado convencional, entre os anos de 2011 a 2013, se sobressaiu ao PNAE, em 2013, inclusive, teve melhor desempenho até mesmo que o PAA, porém, nos períodos subsequentes, até o ano de 2021, mesmo oscilando, não representou exatamente o comportamento das vendas totais, o que indica que esse tipo de receita, apesar de importante, não é representativo como as demais.

Como se vê, em Verê, o movimento está no interior do próprio território, o movimento é fruto das determinações territoriais, forças econômicas políticas e culturais (SAQUET, 2009). Nesse sentido, as forças das organizações sociais e os sujeitos nelas arrolados, que emanam no território em Verê, passam no bojo das políticas públicas do PNAE e PAA visto que elas, mesmo oscilando nos períodos analisados, são, de sobremaneira, influentes na composição de suas receitas.

### 5.3 PARIDADES E DISTINÇÕES: A COMERCIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ

Nesta seção serão apresentadas as semelhanças e diferenças da comercialização de Dracena e Verê, sobretudo, destacar-se-á nesse contexto a influência das políticas públicas do PNAE e PAA na reprodução econômica e social das organizações que os acessam.

Em Dracena, no ano de 2009, as políticas públicas do PNAE e PAA, quando operaram juntas a primeira vez, representavam 96% das vendas, em 2018, último ano que foram operadas conjuntamente, representavam 44%. Em 2010 se deu o primeiro acesso simultâneo do PNAE e PAA em Verê e representaram 85% do faturamento das organizações coletivas, em 2020, último acesso de forma conjunta, representaram 84%.

Em Dracena, entre 2006 a 2021, de forma geral, foram vendidos, em termos de valores, o quantitativo de R\$ 15.102.314,00, desse total, o PAA gerou receita de R\$ 4.987.688,00, contribuição de 33% no faturamento, o PNAE gerou receita de R\$ 4.909.780,00 representando 32% das vendas. Juntas, as políticas públicas do PNAE e PAA contribuíram com cerca de 65% do faturamento no período da pesquisa.

Em Verê, entre 2006 a 2021, as receitas das organizações coletivas estudadas totalizaram R\$ 11.122.025,00, o PAA representou 37% desse montante e o PNAE 38%. Juntas essas políticas públicas contribuíram com 75% de toda composição de vendas.

De forma comum, entre 2006 e 2021, em Dracena e Verê, as políticas públicas do PNAE e PAA juntas, representaram maior componente das receitas operacionais das organizações coletivas, entretanto, quando analisados de forma individualizada, percebe-se que em Dracena, o mercado convencional foi mais representativo no quantitativo das vendas, ao contrário de Verê, onde esse mercado representou menor participação no composto das receitas. Mesmo com a descontinuidade do PAA, essa política, nos períodos acessados, ainda é significativa no comportamento histórico das receitas, o PNAE, mesmo com os valores oscilando nos anos, se mostrou uma fonte de renda contínua para as organizações coletivas de Dracena e Verê.

A tabela 18 apresenta a comercialização das organizações coletivas de Dracena e Verê pelo PNAE e PAA e sua representação nas vendas totais entre os anos de 2006 a 2021. É possível notar que, em Dracena, até 2016, o mercado institucional do PNAE e PAA eram mais expressivos se comparados ao mercado convencional, em 2021 o protagonismo das políticas públicas voltou com a participação no PNAE. Em Verê, durante todo o período da pesquisa, o mercado institucional do PNAE e PAA foram mais expressivos que o mercado convencional.

Tabela 18 - Comercialização pelo PNAE e PAA e sua representação e vendas no mercado convencional em Dracena e Verê entre 2006 a 2021 (em mil reais)

	DRACENA					VERE				
	PAA	PNAE	%	Outros	Total	PAA	PNAE	%	Outros	Total
2006	94.000	0	80	24.067	118.067	160.400	0	74	56.233	216.633
2007	136.500	0	83	27.641	164.141	222.580	0	77	64.844	287.424
2008	157.500	0	84	30.190	187.690	246.162	0	84	46.289	292.451
2009	277.000	32.073	96	19.807	328.880	382.640	0	78	108.718	491.358
2010	517.222	87.866	85	65.976	671.064	708.183	166.822	85	159.302	1.034.307
2011	925.131	130.824	88	146.587	1.202.542	652.783	257.069	75	300.094	1.209.946
2012	960.581	175.852	89	139.490	1.275.923	1.031.898	302.015	78	377.970	1.711.883
2013	991.875	392.166	89	164.310	1.548.351	200.400	402.981	58	431.968	1.035.349
2014	691.081	291.855	83	196.961	1.179.897	60.060	575.301	83	131.409	766.770
2015	227.949	441.873	81	156.070	825.892	0	267.438	74	92.315	359.753
2016	0	567.342	69	252.200	819.542	151.943	387.991	82	121.838	661.772
2017	0	382.365	37	642.743	1.025.108	144.000	407.701	74	193.138	744.839
2018	241.474	428.621	44	843.480	1.513.575	0	366.243	65	193.139	559.382
2019	0	561.245	39	895.473	1.456.718	0	284.464	60	187.126	471.590
2020	0	183.238	21	675.391	858.629	135.998	301.251	84	86.387	523.636
2021	0	1.001.835	52	924.460	1.926.295	0	478.644	63	276.288	754.932
Total	4.987.688	4.909.780	66	5.204.846	15.102.314	4.097.047	4.197.920	75	2.827.058	11.122.025

Fonte: Relatórios de Venda, Livro Diário e Razão, Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

Até 2014, em Dracena, o PAA representava a maior parcela das receitas, em Verê, foi até 2012. Em 2015 e 2016 o PNAE assumiu o protagonismo das receitas em Dracena, em Verê o PNAE se destacou nas receitas a partir de 2014 até 2021, destaca-se que o ano de 2013, foi o único período que o mercado convencional foi protagonista em Verê. Em Dracena,

entre os anos de 2017 a 2020, o mercado convencional foi a principal fonte de renda, influenciada pelas operações da COOPADRA.

Segundo dados da pesquisa, a operacionalização com o PAA em Dracena e Verê se deu em 2006, em Dracena essa política pública representava 80% das receitas e em Verê representava 74%. Entre 2006 e 2014, o PAA foi acessado pelas organizações coletivas de Dracena e Verê, a operacionalização com essa política começou a perder força na composição das receitas das organizações sociais de Verê em 2013, após a deflagração da operação agrofantasma; e em Dracena em 2014, pelos cortes orçamentários em escala nacional. O impacto das medidas institucionais e orçamentárias do PAA após 2013, em Dracena e Verê, foram percebidas em comum em dois momentos distintos, pela diminuição dos recursos ofertados e a interrupção do acesso a política.

Em 2014, no município de Verê, a diminuição das receitas oriundas do PAA ocasionou uma retração nas vendas de 39%. Nesse ano, as organizações coletivas apresentaram bom desempenho no PNAE e mercado convencional e, embora tenha ocorrido queda no faturamento, esses outros mercados permitiram suavizar os impactos causados pela retração orçamentária do PAA. Nesse contexto, as políticas públicas passaram a representar 58% das receitas, no ano anterior, 2012, era 78%.

Em 2015, com outra queda acentuada de receitas provindas do PAA, o PNAE e o mercado convencional, sobretudo o PNAE, ganharam espaço em Verê. Esse ano marcou o segundo momento distinto do impacto das medidas institucionais e orçamentárias do PAA, a ausência de comercialização nesse mercado, que contribuiu para a redução das receitas em mais 26% se comparada ao ano anterior. Entretanto, diferente do ocorrido em 2014, a classificação das organizações no PNAE teve resultados aquém do esperado e a dinâmica das vendas no mercado convencional, nesse ano, foi insatisfatória, essas variantes permitiram às organizações sociais pesquisadas de Verê dificuldades econômicas, sociais e políticas.

Em Dracena, no ano de 2013, as receitas no PAA foram elevadas, diferentemente do ocorrido em Verê, as políticas públicas nesse ano representaram 89% das vendas, o protagonismo do PAA em Dracena se estendeu até 2014, diferente de Verê, que a partir de 2013 identificou no PNAE o destaque das receitas. Em 2015 enquanto as políticas públicas representavam 81% do faturamento das organizações coletivas de Dracena que correspondiam a R\$ 825.892,00, em Verê esse mercado representava 74% de um faturamento que correspondia R\$ 359.753,00.

A partir de 2016, com a descontinuidade operacional do PAA nas organizações sociais de Dracena, o protagonismo das vendas passou a ser o mercado convencional, entre

2016 a 2021, representou média de 64% das receitas obtidas pelas organizações sociais. Em Verê, nesse mesmo ano, 2016, o mercado institucional do PNAE voltou a ser destaque, entre os anos de 2016 a 2021, as políticas públicas representaram média de 71% do faturamento anual de suas organizações coletivas.

O bom desempenho das organizações coletivas de Dracena no mercado convencional, se comparada a Verê, se dá, sobretudo, pelas características econômicas e sociais da região onde o município está inserido. Dracena é um município com economia mais dinamizada, se compara a Verê, principalmente pelo setor de serviços, sua região possui maior público consumidor, além de que, o ganho por escala de produção é mais favorável em Dracena que Verê.

O desempenho nas políticas públicas também está correlacionado a região em que essas organizações estão inseridas. A comercialização no PNAE, em Verê, demanda mais gastos e investimentos logísticos, visto que o público consumidor dessa política, por questões regionais, é pulverizado em pequenas cidades da região que absorvem menor número de alunos, diferentemente de Dracena, que o público consumidor é mais concentrado.

Outros aspectos organizacionais e sociais também são relevantes quando se discute o impacto das políticas públicas do PNAE e PAA nas organizações coletivas de Dracena e Verê, em ambos os municípios, o quadro social das organizações coletivas, parecem estar sincronizados ao desempenho comercial destas, sobretudo nas políticas públicas do PNAE e PAA.

Em Verê, o colapso provocado pela descontinuidade do PAA, reduziu 71% do quadro social das organizações coletivas que trouxe reflexos negativos na produção e comercialização, sendo necessário uma reconfiguração político-administrativo e financeira que ainda está em consolidação. Em Dracena, mesmo com a diminuição do quadro social, após a descontinuidade do PAA, a promoção dos circuitos curtos de comercialização no PNAE e mercado convencional, a agregação de valor pela industrialização, somada a sua instalação em região favorável supriram a demanda do excedente produtivo da agricultura familiar, diferentemente de Verê, onde o mercado consumidor regional ainda não absorveu todo excedente produtivo das organizações coletivas.

É inegável a importância das políticas públicas de aquisição de produtos da agricultura familiar em Dracena e Verê. Em ambos municípios, as políticas públicas permitiram a organização produtiva e político-social, promoveram incentivos à diversificação de culturas e ganhos por escala para atendimento das redes receptoras dessas políticas. De forma conjunta, o PNAE e o PAA, desenvolveram ações que instigaram investimentos no

setor produtivo, comercial e logístico a fim de agregar valor à produção, além de facilitar a inserção dessas organizações no mercado convencional. No âmbito do território, esse movimento se funda na diversidade e na unidade (SAQUET, 2009) a identidade desses grupos pode ser entendida pelas interações recíprocas, nesse caso, de forma comum, a organização territorial por meio de mecanismos coletivos e articulados a políticas de Estado.

Percebeu-se ainda que, a fim de minimizar discrepâncias econômicos-sociais em contexto regional, os efeitos do PAA se mostraram eficientes quando se compara Dracena e Verê, visto que, no período em que essa política era acessível, a dinâmica produtiva, social e política, às organizações coletivas nesses municípios, mesmo em territórios diferentes e distintos, foram desenvolvidas e trouxeram benefícios equivalentes à agricultura familiar. O PNAE, como política pública que, dentre outros objetivos, promove a valorização da agricultura familiar, permitiu manutenção e renda as organizações coletivas, trazendo segurança de venda e recebimento, sobretudo em Verê, onde, de forma ampla, a agricultura familiar, como um todo, é mais expressiva e na economia local mais relevante e, de forma pontual, a organização política, social e produtiva que se reestrutura.

Segundo conceitos de território proposto por Raffestin (2009), o movimento incessante da sociedade cria processualidade e interações que permitem continuidade e descontinuidades nas relações múltiplas. Se tratando das transações comerciais, o movimento das relações coletivas em Dracena e Verê dependeu da construção história e a realidade do território onde essas organizações estão inseridas (SAQUET, 2009). Frente as rupturas das articulações territoriais impostas pelas relações comerciais, políticas e sociais, as organizações sociais de Dracena sobressaem as organizações sociais de Verê, devido as forças internas e externas de caráter histórico, econômico e político.

#### 5.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA EM DRACENA E VERÊ ENTRE 2006 A 2021

Com o intuito de completar a radiografia das organizações coletivas em Dracena e Verê, será apresentado aspectos relevantes à produção da agricultura familiar e suas relações com as políticas públicas do PNAE e PAA. O apêndice 47 apresenta os produtos comercializados pelas organizações coletivas em Dracena oriundos da produção de seus associados / cooperados entre os anos de 2006 a 2021.

Os dados mostram que a diversificação produtiva comercializada pelas organizações coletivas em Dracena no ano de 2006 era pouco dinamizada, havia 12 produtos sendo

comercializados, à medida que a política pública do PAA demandava novos produtos, as associações se organizavam para fornecê-los. Nesse contexto, a política pública do PNAE foi acessada, o que instigou ainda mais a procura por produtos da agricultura familiar, percebeu-se então que a diversificação da matriz produtiva foi sendo alcançada ao passo que as organizações sociais calcavam suas receitas nas políticas públicas do PNAE e PAA.

Até 2013, quando as receitas oriundas das políticas públicas do PNAE e PAA representavam 89% do faturamento das organizações coletivas de Dracena, a diversificação da matriz produtiva, para atendimento desse mercado, saltou de 12 produtos em 2006 para 56 produtos em 2013, aumento de 366%. Destaca-se, nesse período, a inserção da farinha de mandioca, demandada inicialmente pelo PAA e perdurou como fonte viável de renda até 2021, os minis processados, leite, a polpa de fruta que demandou investimentos industriais no ápice de comercialização do PAA, entre outros.

As políticas públicas do PNAE e PAA permitiram vislumbrar, em Dracena, um horizonte de construção social, que se constituiu como modelo alternativo para incentivo da diversificação produtiva. Sob a égide do território, a potencialização da produção de alimentos estabelece, conforme Saquet (2009), relações organizadas para que os atores sociais possam planejar e desenvolver suas ações. Nesse sentido, o território sendo o conceito central na implantação das políticas públicas no meio rural, tece, em Dracena, por meio da interação de seus atores, estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável.

Essa diversificação produtiva, calcado na segurança comercial do PNAE e PAA, além de favorecer cultivo de alimentos variados, rotação de culturas e respeito a sazonalidade, permite renda e autonomia ao produtor rural criando um ciclo virtuoso resultado das relações de poder no território.

Entre 2006 até 2014, o PAA demandou diversos produtos que fizeram com que a matriz produtiva de Dracena fosse diversificada, esse movimento atuou no sentido de diminuir riscos de não vender o excedente de uma determinada produção e possibilitar mensurar o retorno sobre os investimentos produtivos com maior segurança.

Produtos como o almeirão, cheiro verde, chicória e doce de leite foram introduzidos no PAA em 2007 e 2008, em 2009 com a inserção no PNAE, a quantidade de produtos demandados aumentou, e novos produtos como banana, graviola, ovo de galinha e queijos foram entregues. A diversificação permitiu a regularidade e equivalência de vendas de produtos em períodos de entressafra, além de promover a regularidade da renda, em termos ambientais estimulou a diversidade no manejo, diminuindo o impacto ambiental.

Após 2015, percebe-se que a diversificação da matriz produtiva começa a diminuir, e diversas frutas e verduras que eram demandadas pelo PAA deixaram de ser comercializadas pelas organizações coletivas, como a cavalinha, fruta do conde, quiabo, brócolis, abacaxi, pimentão, nabo, entre outros. Conforme apêndice 47, em 2021 a diversificação produtiva em Dracena reduziu 45% se comparada a 2013, segundo dados, em 2013 eram comercializados pelas organizações coletivas de Dracena 57 produtos, em 2021 eram 31 produtos. As entrevistas apontaram que o principal motivo dessa redução foi a descontinuidade do PAA, foi citado também o aumento da comercialização no mercado convencional que trouxe reflexos na diversidade da matriz produtiva, visto que, o atendimento a esses mercados demanda menor variedade de produtos, como a raiz de mandioca, melancia, banana, alface, acerola, manga, entre outros.

Para as organizações coletivas e seus produtores associados, a diminuição da diversificação produtiva pode trazer escassez de renda em períodos de entressafra, principalmente quando a produção é baseada em alimentos perecíveis como é o caso das organizações sociais em Dracena.

O desenvolvimento da matriz produtiva em Dracena foi baseado nas políticas públicas, sobretudo, do PAA, ao passo que essa política pública tornou inacessível aos produtores e suas organizações, os seus reflexos produtivos foram estendidos a questões econômicas e sociais. Isso faz entender que a relação do Estado com a sociedade civil organizada no âmbito do território pode ser marcada por conflitos, cuja complexidade permite divergências de diálogos, nesse sentido, são os movimentos de resistência que os sujeitos se valem para manterem suas identidades e autonomias.

Nesse sentido, a descontinuidade do PAA, uma política pública que favoreceu os atores locais, permitiu alterações nas bases produtivas em nível interno do território. Com isso, em virtude dessa dinâmica mercantil, o achatamento da diversificação produtiva, produziu uma ruptura nas relações materiais (produção e renda) e imateriais (autonomia) do território.

O apêndice 48 apresenta os produtos comercializados pelas organizações coletivas em Verê oriundos de seus associados / cooperados entre os anos de 2006 e 2021. Nela é possível identificar que, em 2006, a matriz produtiva em Verê, comercializada pelas organizações coletivas, eram mais diversificadas se comparada a Dracena, possuía 19 produtos. Assim como em Dracena, o aporte da política pública do PAA permitiu ampliação produtiva, que também foi demandada pelo PNAE. Em 2012, auge da comercialização junto ao PAA, a matriz produtiva continha 63 produtos, ampliação de 231% se comparada a 2006,

destaca-se que a comercialização para as políticas públicas, nesse período, representava 78% das receitas totais das organizações coletivas de Verê.

No ano seguinte, com a diminuição de recursos do PAA, a diversificação da matriz produtiva reduziu 24%, produtos como açúcar mascavo, ameixa, canjica de milho, cuca, manteiga de leite e pé-de-moleque imediatamente deixaram de ser comercializados. Em 2021 as organizações coletivas de Verê comercializaram 28 produtos, contabilizou-se a defasagem de 35 produtos, ou seja, 55% se comparado ao ano de 2012, ápice da comercialização com as políticas públicas do PNAE e PAA e da diversificação produtiva.

Os produtos que deixaram de ser comercializados até 2019 foram a bolacha, bolo caseiro, farinha de milho, fubá, panificados, entre outros, em geral, produtos transformados que tinham valor agregado. Por outro lado, alguns produtos que tiveram sua produção instigada pelo PAA, ainda compõe o rol de produtos comercializados pelas organizações coletivas de Verê, consideradas importantes para composição de receitas como doce de frutas, ovos de galinha, suco de uva integral, pepino em conserva, entre outros.

De forma comum, em Dracena e Verê, o PAA foi de suma importância para consolidação da diversificação da matriz produtiva e a mesma foi sendo ampliada à medida que essa política pública se difundia nas organizações sociais, boa parte dos produtos demandados pelo PAA eram empreendidos no PNAE gerando uma relação complementar.

A descontinuidade do PAA levou a diminuição da diversificação produtiva, e o aumento da comercialização com mercados convencionais que também provoca a retração da matriz produtiva, visto que não demandam tantas variedades de produtos. É possível olhar essa situação pela ótica social, visto que muitos produtores deixaram de fazer parte do quadro social dessas organizações, informações obtidas por meio de entrevistas, permitem afirmar que, nesse período, muitos associados de Dracena e Verê deixaram a atividade rural e outros, sobretudo em Verê, estão ofertando parte de sua produção de forma individualizada em outros mercados.

Nesse sentido, Saquet (2003) traz uma reflexão nos estudos de território, nele, o autor afirma que quando há descontinuidade nos processos de territorialização, no caso de Dracena e Verê, a ausência comercial com PAA e a diminuição da diversificação produtiva, há uma reprodução de elementos inerentes a vida dos sujeitos sociais, nesse sentido, que vai determinar se os sujeitos, em seus constantes movimentos, vão se reorganizar ou se deixarão seus territórios serão as forças econômicas, políticas e culturais.

No caso dos produtores rurais e as organizações sociais de Dracena e Verê, o impacto da descontinuidade na matriz produtiva, percebidas a partir do ano de 2013 ainda não

foram superadas, desta forma, acredita-se que no território as relações de poder político são suplantadas pela dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais.

Após apresentar as políticas públicas do PNAE e PAA no contexto das relações comerciais, produtivas e sociais das organizações coletivas de Dracena e Verê, bem como, suas variações nos períodos estudados, o próximo capítulo, responderá o objetivo que instiga verificar as dinâmicas políticas que desencadearam mudanças institucionais no PNAE e PAA e seus reflexos na agricultura familiar em Dracena e Verê.

Esse texto tem o intuito de complementar as informações do capítulo anterior, apresentando alguns elementos considerados causais das variações das receitas operacionais nas organizações coletivas estudadas, para isso, aspectos institucionais serão abordados com fins de justificar, em parte, os êxitos e crises da agricultura familiar nesses municípios.

## 6 OS EFEITOS TERRITORIAIS DAS MUDANÇAS POLÍTICO INSTITUCIONAIS DO PNAE E PAA: OS REFLEXOS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ

Ao longo de suas trajetórias, o PAA e o PNAE passaram por diversas mudanças e adequações do ponto de vista institucional, legal e orçamentário. Nessa seção serão apresentadas as principais mudanças institucionais que marcaram a evolução do PAA e PNAE e provocaram reflexos na agricultura familiar em Dracena e Verê. A análise se deu a partir do ano de 2006 quando esses programas se institucionalizaram nesses municípios estudados.

A título de organização do texto, os normativos do PAA e PNAE que mais impactaram a agricultura familiar foram agrupados em seis períodos de acordo com o quadro 9. Os reflexos percebidos em Dracena e Verê, de forma direta ou indireta, foram analisados sob a ótica econômica, social e produtiva.

Quadro 9 - Normativos do PAA e PNAE entre 2006 a 2021 que impactaram a agricultura familiar

Período	Governo	Programa	Normativo	Disposição
2006 2008	a Lula	PAA	Lei 11.326/06	Definiu princípios e instrumentos direcionados à agricultura familiar.
		PAA	Decreto GGPAA nº 5.876/06	Previu o aumento do limite de compra pública
		PAA	Decreto GGPAA nº 6.447/2008	Expandiu o escopo de atuação
2009 2010	a Lula	PAA	Decreto GGPAA nº 6.959/2009	Permitiu diversos ajustes nas modalidades e nos limites de compra
		PNAE	Lei Federal nº 11.947/2009	Direcionou, pelo menos, 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar
2011 2013	a Dilma	PAA	Lei 12.512/2011	Estabeleceu novas finalidades para o Programa
		PAA	Resolução GGPAA nº 44/2011	Estabeleceu ampliar a participação das mulheres no PAA
		PAA	Resolução GGPAA nº 59/2013	Estabeleceu prioridades de acesso
		PAA	Resolução GGPAA nº 62/2013	Delimitou o conceito de rede socioassistencial
		PNAE	Resolução do FNDE nº 25 de 2012	Elevou o valor máximo de venda individual por agricultor
		PNAE	Resolução/CD/FNDE nº 26 de 2012	Determinou a chamada pública para a agricultura familiar
2014 2015	a Dilma	PAA	Decreto GGPAA nº 8.293/2014	Alterou o papel da modalidade compra direta e aumentou os limites de compra.
		PNAE	Resolução CD/FNDE 4º de 02 de abril/2015	Tornou mais claros e objetivos e os critérios de definição de preços
2016 2018	a Temer	PAA	Decreto GGPAA no 8.293/2014	Introduziu o acesso de municípios no Programa
		PNAE	Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2017	Aumentou os valores <i>per capita</i> para a oferta da alimentação escolar
2019 2021	a Bolsonar o	PAA	Lei 13.844/2019	Limitação da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar
		PAA	MP nº 1.061/2021	Origem do Programa Alimenta Brasil
		PNAE	Resolução 6/2020 (CD/FNDE)	Instituiu que 75% dos recursos utilizados no PNAE sejam destinados a aquisição de alimentos <i>in natura</i> .
		PNAE	Lei 13.987/2020	Autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis
		PNAE	Resolução 21/2021 do CD/FNDE	Elevou o limite individual de venda ao agricultor familiar

Fonte: Dados da Pesquisa

Por intermédio das organizações coletivas, desde suas fundações, os produtores rurais de Dracena e Verê comercializam seus produtos em diversos canais, entre eles indústrias da região, supermercados, bares, lanchonetes, prefeituras, no mercado institucional constituído pelo PNAE e o PAA, feiras da agricultura familiar e, em Dracena, o PPAIS/SP (Programa Paulista da Agricultura e Interesse Social).

Em Dracena, até o ano de 2006, a Associação J. Marques e a Associação dos Produtores de Dracena operacionalizavam apenas junto a feiras e o comércio de Dracena e municípios limítrofes, sua função era basicamente juntar os produtos dos associados até o volume necessário de venda já programada. De forma específica, na Associação J. Marques, a fim de emissão de nota fiscal, quando a venda era expressiva e exigia produtos de diversos agricultores, a mesma era realizada no nome de um produtor apenas, por esse motivo não havia registro de receitas antes de 2006, todo excedente de produção era comercializado de forma individualizada pelos produtores rurais. Na Associação dos Produtores de Dracena, suas receitas eram contabilizadas apenas quando operacionalizava junto a Prefeitura Municipal de Dracena.

Em Verê, até 2006, a APAVE e a APROVIVE tinham caráter de representação política, a venda da produção, de forma geral, era realizada de forma individualizada em circuitos curtos de comercialização. O ajuntamento dos produtos, como a batata-doce, alface e laranja, se dava quando a venda era realizada para empresas de médio porte como supermercados e indústrias da região.

## 6.1 DO PROTAGONISMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS INCERTEZAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS: OS ANOS 2006 A 2013

Sob a ótica do território entende-se que a relação entre indivíduos e instituições são mobilizadas por iniciativas, no caso do Estado, essas iniciativas são dimensionadas por meio de aparatos institucionais, sobretudo, por meio de políticas públicas, produzem à agricultura familiar reflexos convergentes e divergentes a sua estrutura econômica, social e produtiva. O PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, no governo Lula, em 2006 apresentou dinâmicas políticas que permitiram mudanças institucionais que promoveram benefícios à agricultura familiar percebidos em Dracena e Verê que foram: a Lei 11.326/06 que definiu princípios e instrumentos direcionados à agricultura familiar e seus empreendimentos, e

posteriormente; e o Decreto nº 5.876/06 que previu o aumento do limite de compra pública de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.500,00.

Nos municípios estudados, as dinâmicas políticas orçamentárias também foram postas em destaque nesse período, vale a pena salientar que, em 2006, os recursos orçamentários aplicados no PAA, em escala nacional, foram de R\$ 200.667.394,00, cerca de 146% maior que em 2003, ano de sua criação (CONAB, 2022).

Essas dinâmicas institucionais de 2006 definiram qual o público seria enquadrado como agricultor familiar e as dinâmicas orçamentárias viabilizaram a sustentabilidade do modelo de cadeias curtas como referência no âmbito do Programa à agricultura familiar. Por esses atrativos institucionais, as organizações sociais de Dracena e Verê inseriram-se no mercado do PAA.

As especificidades territoriais de Dracena e Verê, a partir de 2006, mobilizadas pela política pública do PAA, estabeleceram nova relação e interação com Estado, conforme Saquet (2011) as trocas materiais entre os sujeitos, passam a dinamizar a vida regional e, de acordo com as diretrizes institucionais do programa, orientar um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com dados da tabela 19, em 2006, os 13 associados vinculados a Associação J Marques receberam por meio do PAA valor correspondente a R\$ 45.000,00 e 14 associados da Associação dos Produtores de Dracena receberam R\$ 49.000,00. Neste ano, essas organizações participaram do projeto na modalidade Compra Direta.

Tabela 19 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2006 a 2008.

	Tipo da Receita	2006	2007	2008
		R\$	R\$	
Associação J. Marques	PAA	45.000	66.500	77.000
	PNAE	-	-	-
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	45.000	66.500	77.000
	Associados	13	20	25
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	49.000	70.000	80.500
	PNAE	-	-	-
	Outro	24.067	27.641	30.190
	<b>Total</b>	73.067	97.641	110.690
	Associados	17	20	23

Fonte: Dados da Pesquisa

Nos anos subsequentes, 2007 e 2008, atraídos pela nova política nacional voltada à agricultura familiar, os valores acessados e o número de associados participantes no programa aumentam de forma contínua. O Decreto nº 6.447/2008, permitiu que o PAA expandisse seu

escopo de atuação, introduzindo o atendimento à alimentação escolar, demandando mais produtos da agricultura familiar, em escala nacional destaca-se que os recursos orçamentários à agricultura familiar aumentaram 19,5% de 2007 para 2008.

Salienta-se que na Associação J Marques, a política pública do PAA representava todo o faturamento da organização nos anos de 2006 a 2008, e na Associação dos Produtores de Dracena esse programa representava 71% em 2007 e 73% em 2008.

De 2006 para 2008, o impulso do PAA na Associação J Marques permitiu um aumento de sócios de 92% e o faturamento da associação percebeu crescimento de 71%. Nesses anos, os produtos que foram entregues por meio PAA foram alface, abobrinha, feijão, limão, berinjela, coco verde, quiabo, raiz de mandioca, couve flor, entre outros. Na Associação dos Produtores de Dracena, as receitas procedentes do PAA aumentaram, entre 2006 a 2008, 64%. Os produtos entregues nesse período foram rúcula, raiz de mandioca, limão, doce de leite, batata-doce, chicória, acerola, entre outros.

Os produtos demandados pelo PAA nesse período foram aumentando em quantidades e diversificação, destacando-se o cheiro verde, a chicória, o doce de leite que não foram demandados em 2006, mas foram solicitados entre 2007 e 2008. Produtos como a raiz de mandioca, batata-doce e almeirão dobraram as vendas no PAA.

Nesse período, em Dracena, percebe-se que as ações políticas que desenvolveram mudanças institucionais no PAA, numa abordagem territorial, como referência de apoio ao desenvolvimento rural, produziram condições para que os atores sociais pudessem desenvolver e planejar suas ações.

Em relação a Verê, a tabela 20 apresenta que, entre os anos de 2006 e 2008, as organizações sociais perceberam aumento em seu quadro social, bem como no faturamento, de forma geral, nota-se a importância do PAA na composição das vendas.

Tabela 20 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2006 a 2008.

	Tipo da Receita	2006	2007	2008
		R\$	R\$	
APAVE	PAA	124.400	132.650	143.647
	PNAE	-	-	-
	Outro	56.233	64.844	46.289
	<b>Total</b>	180.633	197.494	189.936
	Associados	36	39	42
APROVIVE	PAA	36.000	89.930	102.515
	PNAE			
	Outro			
	<b>Total</b>	36.000	89.930	102.515
	Associados	12	29	34

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2006, os 36 associados da APAVE participaram do PAA na modalidade Compra Direta e receberam R\$ 124.400,00 e a APROVIVE, na mesma modalidade, com 12 associados receberam R\$ 36.000,00. Em 2007, as receitas com o PAA na APAVE aumentaram 7% e em 2008 aumentaram 8%. Na APROVIVE, com o faturamento concentrado apenas no PAA, se percebeu aumento de 184% de 2006 a 2008.

Nesse período, pela APAVE, foram entregues no PAA produtos como abobrinha, acerola, batata-doce, banana, feijão, raiz de mandioca, repolho, entre outros, destaca-se que o PAA correspondia média de 69% do faturamento de todas as organizações em 2006, 67% em 2007 e, 76% em 2008. Em relação aos outros mercados, destaca-se a venda de frutas, verduras e legumes com a prefeitura municipal, mercados e indústrias locais.

Produtos como abacate, abobrinha, caqui, couve, mel de abelha e melancia foram inseridos após 2007 no PAA e todos os produtos ofertados em 2006 tiveram suas quantidades aumentadas em 2007.

Sendo o território o espaço de relações de poder (SAQUET, 2009), o estabelecimento de relações contratuais organizadas entre os atores sociais em Verê e o Estado, por meio do PAA, favoreceram não só a troca de informações e a conquista de um mercado, a princípio, pelo olhar do produtor rural, promissor, mas também uma relação de confiança de comercialização.

Os maiores desafios nesse período, de forma comum em Verê e Dracena, foram promover o planejamento e potencializar a organização da produção da agricultura familiar, favorecendo a regularidade, a diversificação da matriz produtiva, de forma a permitir o alcance de volumes e da condição de comercialização ao PAA. De forma específica, em Dracena, o maior desafio foi o acesso burocrático ao projeto bem como sua manutenção e em Verê, destaca-se o processo de migração do produto convencional para produção orgânica, bem como, promover o estímulo ao grupo de produtores que estavam desassistidos comercialmente. Mas, com os esforços das organizações rurais de Dracena e Verê e seus associados e com apoio de diversas entidades como Prefeitura Municipal, CAPA em Verê, que por meio de várias reuniões e cursos de capacitação, esses desafios foram minimizados.

No âmbito do território, nota-se que o acesso ao PAA se tornou objetivo comum dos atores sociais em Dracena e Verê, o estreitamento das relações sociais passa por dimensões políticas, econômicas e culturais. O conceito de poder, segundo Raffestin (2009), no âmbito do PAA em Dracena e Verê, passa a ser apropriado e construído socialmente num processo de apropriação e domínio social.

Entre os anos de 2009 e 2010, outras dinâmicas políticas no PAA foram consideradas importantes no contexto da agricultura familiar, o decreto nº 6.959/2009 que permitiu diversos ajustes nas modalidades e nos limites de compra de produtos da agricultura familiar no PAA, por exemplo, a modalidade de formação de estoque passou para R\$8.000,00 por ano civil, compra direta para R\$ 8.000,00 por ano civil, a modalidade de doação simultânea passou para 4.500,00 por ano civil.

No PNAE, advento da Lei Federal nº11.947/2009. Instituiu o direcionamento de, pelo menos, 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar com intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico, onde o empreendedor familiar rural ou suas organizações atuam.

Ressalta-se que, entre 2008 e 2010, o orçamento dispensado no PAA em nível nacional saltou de R\$ 272.929.439,00 para R\$ 379.735.466,00, aumento de 39%. No PNAE, os recursos do FNDE para execução do PNAE saltaram de R\$ 2.013.702.006,25 em 2009 para 3.034.584.357,68 em 2010.

Esses marcos institucionais e orçamentários nas políticas públicas do PNAE e PAA trouxeram aspectos inovadores no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural. Em Dracena, os pesquisados direcionaram como maior benefício a garantia de venda e recebimento pelo produto, em Verê foi destacado o conseqüentemente, aumento de renda e receita aos agricultores e suas organizações.

Em Dracena, de acordo com a tabela 21, em 2009, a Associação J Marques teve 43 associados, deste quantitativo, 36 participaram do PAA na modalidade doação simultânea, que receberam um montante de R\$ 165.000,00, em 2010, participaram do PAA o total de 65 produtores e receberam R\$ 274.928,00 na modalidade Doação Simultânea por meio do Ministério da Cidadania. Em relação ao PNAE, no ano de 2009 a associação comercializou R\$ 22.404,00 e em 2010 vendeu R\$ 48.895,00.

Tabela 21 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2009 a 2010.

Organização	Tipo da Receita	2009	2010
		R\$	R\$
Associação J. Marques	PAA	165.000	274.928
	PNAE	22.404	48.895
	Outro	-	-
	<b>Total</b>	<b>187.404</b>	<b>323.823</b>
Associação dos Produtores de Dracena	Associados	43	73
	PAA	112.000	242.294
	PNAE	9.669	38.971
	Outro	19.807	65.976
	<b>Total</b>	<b>141.476</b>	<b>347.241</b>

	Associados	24	76
--	------------	----	----

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Associação dos Produtores de Dracena, a tabela 21 aponta que, em 2009, os 24 associados participaram do PAA na modalidade doação simultânea, que apresentou uma receita de R\$ 112.000,00. Em 2010, participaram desse Programa 63 associados e receberam R\$ 242.294,00. No PNAE, em 2009, a associação comercializou R\$ 9.669,00 e em 2010 R\$ 38.971,00. Em relação a outros meios de comercialização, a Associação de Dracena apresentou uma receita de R\$ 19.807,00 e R\$ 65.976,00 nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, destacou-se nesse mercado a venda de produtos para Prefeitura Municipal de Dracena, supermercados locais, entre outros.

Na Associação J Marques, os produtos comercializados junto ao PAA e PNAE, nesse período foram frutas, verduras e legumes. Na Associação dos Produtores de Dracena junto ao PAA e PNAE, nesse período, destacou-se as frutas como abacate, acerola, banana, coco verde e os legumes e verduras como a abobrinha, batata-doce, mandioca e miniprocessados.

Em relação aos reflexos produtivos, os novos produtos demandados no PAA em Dracena foram o abacate, nabo, queijo muçarela, chicória entre outros, demandas como da batata-doce, abobrinha, coco verde, mandioca entre outras foram aumentadas de forma expressiva nesse mercado.

Nesse sentido, percebe-se que, nesse período, os recursos orçamentários dispendidos no PAA às organizações da agricultura familiar em Dracena foram aumentados de R\$ 165.000,00 em 2009, para R\$ 274.928 em 2010 (aumento de 66%) na Associação J Marques; e, de igual forma, aumentados de R\$ 112.000,00 em 2009, para R\$ 242.294,00 em 2010 (aumento de 116%) na Associação dos Produtores de Dracena. No PNAE, nos anos de 2009 e 2010, destaca-se o aumento de participação nessa política tanto da Associação J Marques aumento de 118% como da Associação dos Produtores de Dracena, com aumento de 773%.

Percebe-se que os reflexos financeiros do PAA e PNAE nas organizações da agricultura familiar entre 2009 e 2010 foram notórios, sobretudo, quando se diz na participação dessas políticas na composição do faturamento total. Na Associação J Marques, em 2009, o PAA representava 88% do faturamento e o PNAE 12%, em 2010 o PAA representou 85% e o PNAE 15%. Na Associação dos Produtores de Dracena, em 2009, o PAA representou 79% do faturamento total, o PNAE representou 7% e outros mercados representaram 14%, em 2010 as políticas públicas do PNAE e PAA representaram 81% do faturamento total da associação.

Esses reflexos também passam pelo aspecto social dessas organizações, no período de 2009 e 2010, percebe-se um aumento no número de sócios de 43 para 73 (aumento de 70%) na Associação J Marques, neste aspecto destaca-se que todos os associados acrescidos nesse período são residentes em Dracena. Na Associação dos Produtores de Dracena, em 2009, havia 24 sócios em 2010, esse número saltou para 76 associados (aumento de 216%), sendo que dos 52 novos associados, 65% pertencentes ao município de Dracena, 21% pertencentes a Mirandópolis e 14% Tupi Paulista.

Em Dracena, a coesão social, cultural e territorial se relaciona com os atributos econômicos e produtivos gerados pelo PNAE e PAA e suas determinações institucionais, nesse sentido, elementos como o aumento exponencial de produtores rurais vinculados as essas organizações coletivas, somada ao crescente faturamento, proporcionam conforme Raffestin (1993), movimentos sociais que permitem a construção da autonomia e identidades dos sujeitos.

Em Verê, entre os anos de 2009 e 2010, percebe-se o aumento no faturamento de todas as organizações coletivas. Em 2009 e 2010 as políticas públicas do PAA e PNAE representavam 100% do faturamento da APAVE e APROVIVE. Na COAFA, essas políticas públicas representaram 50% em 2010.

Tabela 22 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2009 a 2010.

Organização	Tipo da Receita	2009	2010
		R\$	R\$
APAVE	PAA	180.240	173.722
	PNAE	-	105.419
	Outro	28.614	-
	<b>Total</b>	<b>208.854</b>	<b>279.141</b>
	Associados	47	50
APROVIVE	PAA	202.400	216.000
	PNAE	-	61.403
	Outro	-	-
	<b>Total</b>	<b>202.400</b>	<b>277.403</b>
	Associados	43	48
COAFA	PAA	-	318.461
	PNAE	-	-
	Outro	80.104	159.302
	<b>Total</b>	<b>80.104</b>	<b>477.763</b>
	Associados	20	38

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2009 o município de Verê recebeu R\$ 382.640,00 de recursos do PAA, a APAVE R\$ 180.240,00 e a APROVIVE R\$ 202.400,00. Em relação ao PNAE, embora os aspectos legais permitissem de forma garantida a participação das organizações sociais de

Verê nessa política, devido as questões burocráticas de acesso ao programa, neste ano nenhuma organização coletiva acessou-a.

A APAVE em 2010 participou do PAA na modalidade CPR-Doação com participação de 43 associados, e recebeu R\$ 173.722. Os produtos entregues foram alface, laranja, milho, pepino em conserva, raiz de mandioca, tangerina, entre outros. A APROVIVE, em 2010, participou do PAA na modalidade CPR-Estoque, com 48 associados e receberam R\$ 216.000,00, foram entregues suco de uva integral. A participação no PNAE se deu em 2010 pela APAVE e APROVIVE com valores de R\$ 105.419,00 e R\$ 61.40,00, respectivamente.

A COAFA participou do PAA na modalidade CPR-Doação, com 38 associados que receberam R\$ 318.461,00 e entregaram batata doce, conserva de vegetais, raiz de mandioca, uva, entre outros. Nesse período, a COAFA teve expressivo aumento na sua participação em outros mercados, do ano de 2009 para o ano de 2010 esse segmento cresceu 98%, impulsionado, principalmente, pelas vendas às indústrias de farinha e comércio varejista.

Em relação aos associados, percebeu-se um aumento no quantitativo do ano de 2008 para 2010 de 19% na APAVE, 41% na APROVIVE e a COAFA, criada em 2009, teve aumento no quadro social de 47%. Em relação ao faturamento total, observa-se aumento entre os anos de 2008 e 2010, na APAVE de 46%, APROVIVE de 171% e COAFA de 496%. Nota-se que a política pública do PAA e PNAE nesse período foram muito expressivas, na APAVE em 2009, o PAA representou 86% das receitas totais e na APROVIVE 100% das receitas.

Em 2010, as políticas públicas do PNAE e PAA representavam a composição total das receitas da APAVE e APROVIVE, destacando a maior participação do PAA nesse contexto. Novos produtos foram demandados no PAA nesse período, destaca-se a inserção dos miniprocessados como a conserva de vegetais, a farinha de milho, geleia de frutas, manteiga de leite, melado, pepino em conserva, e outros produtos como milho de pipoca, ovos de galinha, pão colonial e polpa de frutas e o suco de uva tiveram aumento expressivo em suas quantidades demandadas.

Neste período, em Dracena e Verê, percebeu-se um grande impulso econômico e social em volta das políticas públicas rurais. Em virtude desse movimento plural, o PNAE e PAA passaram a compor o *processo histórico do território* (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, os desafios e ganhos que os movimentos políticos institucionalizados do Estado provocaram na agricultura familiar e em seu território passaram adotar um caráter estrutural relevante para o desenvolvimento sustentável.

Em 2011, no governo Dilma Rouseff, com a criação do Plano Brasil Sem Miséria (Decreto 7492/2011), o PAA acabou por assumir um papel importante de fomento à inclusão produtiva de agricultores familiares. Ainda nesse ano promulgou-se a Lei 12.512/2011 estabelecendo novas finalidades para o Programa, incluindo como beneficiários povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

E por meio da Resolução nº 44/2011 estabeleceu ampliar a participação das mulheres no PAA e definiu um percentual mínimo de 40% de mulheres como beneficiária fornecedora, além de estabelecer que o pagamento pelos alimentos comprados no âmbito do PAA fosse realizado diretamente na conta dos agricultores familiares ou suas organizações. Em 2012, paralelo a isso, a União e os Entes federativos assinaram um termo de cooperação com a Conab, válido até 2015, com previsão de repasse de recursos de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões (PORTO, 2014, p.111).

Após 2013, muitas alterações foram verificadas nas normas e nos procedimentos do PAA. A Resolução nº 59/2013 do GGPAE estabeleceu algumas prioridades de acesso em relação aos fornecedores de produtos, como a exigência de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), ser beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF), essa norma também priorizou produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e demais povos e comunidades tradicionais. A Resolução nº 62/2013 do GGPAE delimitou o conceito de rede socioassistencial e restringiu as entidades que poderiam receber os produtos do PAA.

Essas alterações de 2013 comprometeram conquistas importantes alcançadas pelo PAA, como a promoção das organizações sociais familiares, desestruturando o incentivo às cadeias produtivas, diversificação e a manutenção de redes locais entre produtores e suas organizações sociais, porém, seus reflexos na agricultura familiar, incluindo em Dracena e Verê, foram percebidos a partir de 2014.

No PNAE, a resolução do FNDE nº 25 de 2012 elevou o valor máximo de venda individual por agricultor e empreendedor familiar rural para a alimentação escolar de R\$9.000,00 (nove mil reais) para R\$20.000,00 (vinte mil reais) anuais. Em 2013, a Resolução/CD/FNDE nº 26, determinou a chamada pública para a agricultura familiar, como procedimento a ser utilizado pela Entidade Executora (EEx) dispensando o processo de licitação, o que não estava expressamente estabelecido na norma regulamentar de 2009, isso permitiu maior facilidade de acesso das associações e cooperativas familiares à política devido ao seu caráter menos burocrático.

Os recursos orçamentários, em nível nacional, aplicados no PAA em 2011 foi de R\$ 451.036.204,00, em 2012 R\$ 586.567.131,00, aumento de 30%, porém, no ano de 2013 os recursos orçamentários aplicados no PAA foram de R\$ 224.517.124,00, redução de 62%. No PNAE os recursos orçamentários aplicados pelo FNDE em 2011, 2012 e 2013 à agricultura familiar foram de R\$ 234.670.508,55, R\$ 366.611.838,48 e R\$ 637.722.661,32 respectivamente, aumento de 171% no período.

De acordo com a tabela 23, em 2011, a Associação J Marques possuía 106 associados, deste quantitativo, 93 participaram do PAA na modalidade doação simultânea, que receberam um montante de R\$ 360.279,00 e na modalidade formação de estoque R\$ 90.280,00. Em 2012, na Associação J Marques, participaram do PAA o total de 106 produtores e receberam R\$ 472.605,00 na modalidade Doação por meio do Ministério da Cidadania. Em 2013, participaram do PAA na modalidade Doação, 110 associados e receberam R\$ 495.888,00.

Tabela 23 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2011 a 2013.

Organização	Tipo da Receita	2011	2012	2013
		R\$	R\$	R\$
Associação J. Marques	PAA	450.559	472.605	495.888
	PNAE	53.949	73.350	139.628
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>504.508</b>	<b>545.955</b>	<b>635.516</b>
	Associados	106	117	124
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	474.572	487.976	495.987
	PNAE	76.875	102.502	252.538
	Outro	146.587	139.490	164.310
	<b>Total</b>	<b>698.034</b>	<b>729.968</b>	<b>912.835</b>
	Associados	129	136	149

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Associação dos Produtores de Dracena, em 2011, o total de 113 associados participaram do PAA na modalidade Doação Simultânea, que apresentou uma receita de R\$ 474.572,00. Em 2012, participaram desse Programa 118 associados e receberam R\$ 487.976,00. Em 2013 participaram do PAA 120 associados e receberam 495.987,00.

No PNAE, em 2011, a associação comercializou R\$ 76.875,00, em 2012 R\$ 102.502,00, em 2013 comercializou R\$ 252.538,00. Em relação a outros meios de comercialização, entre 2011 e 2013, a Associação de Dracena apresentou uma receita de R\$ 146.587,00; R\$ 139.490,00; R\$ 164.310,00 respectivamente. Nesse período, destaca-se nos outros meios de comercialização, operações com o PPAIS, venda de produtos para prefeitura

de Dracena e Mirandópolis, supermercados locais e regionais, indústrias da região, entre outros.

Na Associação J Marques, os produtos comercializados junto ao PAA e PNAE, entre 2011 e 2013, foram frutas, verduras e legumes. Na Associação dos Produtores de Dracena, junto ao PAA e PNAE, nesse período, além da comercialização de frutas, legumes, verduras, a partir de 2012, surgiram as polpas de frutas (maracujá, goiaba, acerola).

Percebe-se que, entre 2011 e 2013, os recursos financeiros do PNAE aumentaram 181% na Associação J Marques e 277% na Associação dos Produtores de Dracena. Percebe-se que, entre os anos de 2011 e 2013, um aumento nas receitas dessas organizações coletivas em operações com o PNAE, tal impacto teve relação com os normativos FNDE nº 25 de 2012 que elevou o valor máximo de venda individual por agricultor e a Resolução/CD/FNDE nº 26, que aumenta os valores por aluno em dia letivo e a dispensa de licitação para o caso dos 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE destinados à compra de produtos da agricultura familiar. Tais resoluções contribuíram para efetiva participação dessas organizações nessa política pública, com consequente aumento do quadro social.

Nas organizações sociais de Dracena, em 2011, os recursos recebidos do PAA foram em média 79% maior que o ano anterior. Nos anos de 2012 e 2013 houve um aumento nas receitas com o PAA, nota-se que pela Resolução nº 44/2011 que estabeleceu ampliação na participação das mulheres no PAA, o que possibilitou um aumento de 91% das mulheres no quadro social da Associação J Marques em 2012 e 220% da Associação dos Produtores de Dracena.

Os reflexos financeiros do PAA e PNAE nas organizações da agricultura familiar entre 2011 e 2013 foram importantes, nota-se que na Associação J Marques, as políticas públicas do PNAE e PAA representavam a totalidade do faturamento, o PAA de forma específica, representava média de 79% das receitas da associação nesse período. Na Associação dos Produtores de Dracena, as políticas públicas do PNAE e PAA representavam cerca de 79%, 81% e 82% das receitas nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

Esses reflexos também passaram pelo aspecto social dessas organizações, no período de 2011 a 2013, percebeu-se um aumento no número de sócios de 106 para 124 (aumento de 17%) na Associação J Marques, destaca-se que todos os associados acrescidos nesse período são residentes em Dracena. Na Associação dos Produtores de Dracena, em 2011, havia 129 sócios em 2013, esse número saltou para 149 associados (aumento de 20%), dos 20 novos sócios 14 pertenciam ao município de Dracena, 3 pertenciam a Mirandópolis, 1 pertencia a Tupi Paulista, 1 de Nova Guataporanga e 1 de Junqueirópolis. A participação das mulheres no

quadro social dessas organizações, sofreu influência da Resolução 44/2011, que estabelecia ampliar a participação das mulheres no PAA, pois em Dracena essa participação saltou da média 23% em 2011 para 48% em 2013.

Em relação aos aspectos produtivos, o que se nota é que até o ano de 2013 houve aumento da matriz produtiva em Dracena, ou seja, as organizações coletivas demandavam diversificação e escala de produção de seus associados para entrega nas políticas públicas do PNAE e PAA. Em 2013 eram 36 produtos demandados apenas no PAA, em 2011 eram 25 produtos, crescimento de 44%. Salienta-se que no ano de 2006, ano de inserção das organizações sociais de Dracena no PAA, eram apenas 12 produtos ofertados nossa política. Estima-se, de acordo com contratos e relatórios operacionais e financeiros das organizações coletivas de Dracena, aumento de cerca de 1.050% nas quantidades de produtos entregues ao PAA de 2006 a 2013.

No bojo das políticas públicas do PNAE e PAA, a busca por relações simétricas entre Estado e agricultura familiar foram compreendidas no âmbito do território em Dracena até 2013, embora conflitos fossem compreendidos nas relações (SAQUET, 2013), a percepção futura, por parte das organizações sociais, considerando as dinâmicas políticas que permeiam essas políticas, se dariam, a princípio, apenas pelas demandas públicas originadas no seio da sociedade civil.

Em Verê, conforme tabela 24, os anos de 2011 a 2013 foram marcados pela ascensão e decesso do PAA. Em 2011 essa política foi acessada em todas as organizações sociais existentes em Verê, totalizou R\$ 652.783,00, a APAVE comercializou R\$ 187.794,00, na modalidade CPR-Doação, com participação de 42 associados, entregou batata doce, conserva de vegetais, doce de fruta, fubá de milho, maçã orgânica, laranja, pão caseiro, entre outros, a APROVIVE participou na modalidade CPR-Estoque, comercializando R\$ 268.500,00 entre 60 associados, com o suco orgânico de uva. E a COAFA, por meio de 48 associados, comercializou no PAA o montante de R\$ 196.494,00, destaca-se a operacionalização com os produtos raiz de mandioca, uva, doce de abobora, pão caseiro, polpa de frutas entre outras.

Tabela 24 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2011 a 2013.

Organização	Tipo da Receita	2011	2012	2013
		R\$	R\$	R\$
APAVE	PAA	187.494	443.437	-
	PNAE	167.381	207.403	275.635
	Outro	77.218	104.238	121.247
	<b>Total</b>	<b>432.093</b>	<b>755.078</b>	<b>396.882</b>
	Associados	57	78	61
APROVIVE	PAA	268.500	270.000	200.400
	PNAE	89.688	94.612	127.346
	Outro	52.610	77.306	63.404
	<b>Total</b>	<b>410.798</b>	<b>441.918</b>	<b>391.150</b>
	Associados	60	64	60
COAFA	PAA	196.789	318.461	-
	PNAE	-	-	-
	Outro	170.266	196.426	247.317
	<b>Total</b>	<b>367.055</b>	<b>514.887</b>	<b>247.317</b>
	Associados	48	71	87

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2012, o PAA foi responsável por uma receita de R\$ 1.031.898,00, cerca de 71% de todas as receitas das organizações coletivas de Verê. A APAVE percebeu um crescimento de vendas no PAA, de 2011 para 2012, de 136%; a APROVIVE de 0,55% e a COAFA de 62%. As modalidades do PAA acessadas nessas organizações em 2012 foram: CPR-Estoque pela APROVIVE, no quantitativo de R\$ 270.000,00; na APAVE, no quantitativo de R\$ 194.140,00 e na modalidade CPR Doação a COAFA, no quantitativo de R\$ 318.461,00 e; a APAVE no quantitativo de R\$ 249.297,00.

Em 2013, após a operação Agrofantasma da Polícia Federal e a redução orçamentária do programa, as receitas das organizações coletivas de Verê sofreram imediata redução, a APAVE e COAFA, mesmos classificados na política pública, não operacionalizaram com o PAA em 2013, tiveram redução em suas receitas de 47% e 52% respectivamente. A APAVE, embora tenha participado do PAA em 2013, percebeu redução da receita nessa política de 26%. De forma pontual, a COAFA a partir do final de 2013, devido rumos da política brasileira em relação à política pública do PAA, entre outros motivos, passou a operacionalizar com Biodiesel.

Além da operação Agrofantasma, a diminuição na participação da política pública do PAA, foi um reflexo da restrição do público-alvo do programa, conforme Resolução nº 59/2013 do GGPA, a delimitação das entidades que poderiam receber os produtos do PAA e a migração de convênios para a implementação via termo de adesão pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, permitiram que, conforme dito, os recursos orçamentários empregados neste programa, em nível nacional, fossem reduzidos em 62% entre 2012 a 2013.

Em relação ao PNAE, a comercialização pela APAVE e a APROVIVE foram crescentes entre 2011 e 2013, de R\$ 167.381,00 para R\$ 275.635,00 na APAVE e, na APROVIVE de R\$ 89.688,00 em 2013 para R\$ 127.346,00. É importante mencionar que as políticas públicas representavam 82% do faturamento da APAVE em 2011, 86% em 2012, 69% em 2013. As vendas nesse período foram crescentes entre 2011 a 2012, porém do ano de 2012 para o ano de 2013 houve queda nas receitas de 47% devido não ter operacionalizado junto ao PAA.

Em relação aos associados, do ano de 2011 para 2012, a APAVE percebeu-se aumento no quantitativo de associados de 37%, a APROVIVE de 12% e a COAFA de 48%. Nesse período, orientado pela Resolução 44/2011 que prevê aumento na participação de mulheres no PAA, o quantitativo de mulheres também aumentou nas organizações sociais de Verê, na APAVE acresceu 83%, na APROVIVE 155% e na COAFA 27%. Em 2013, o quadro social diminuiu na APAVE e APROVIVE, em relação ao ano anterior, a ordem de 22% e 6%, respectivamente. Segundo dados da pesquisa, a operação agrofantasma levou à diminuição acentuada nas receitas das organizações coletivas provindas da redução orçamentaria do PAA na APROVIVE e ausência de participação nessa política na APAVE impactaram negativamente a produção e, por consequência, o quadro social.

Em relação à produção, o que se percebe é que até o ano de 2012 houve aumento da matriz produtiva em Verê, ou seja, as organizações coletivas demandavam diversificação e escala de produção de seus associados para entrega nas políticas públicas do PNAE e PAA. Em 2012 eram 40 tipos de produtos demandados apenas no PAA; em 2011 eram 36 produtos, crescimento de 11%. Salienta-se que no ano de 2006, ano de inserção das organizações sociais de Verê no PAA, eram apenas 19 produtos ofertados nessa política. Estima-se, de acordo com contratos e relatórios operacionais e financeiros das organizações coletivas de Verê, aumento de cerca de 661% nas quantidades de produtos entregues ao PAA de 2006 a 2012.

Em 2013, a matriz produtiva, em termos de diversificação de produção entregues pelos associados e cooperados às suas organizações coletivas reduziu 15 tipos de produtos, entre eles o açúcar mascavo, canjica de milho, cuca, macarrão, manteiga de leite, pé de moleque entre outros, a quantidade, em quilos entregue às organizações coletivas pelos produtores, se comparada a 2012, reduziu 35%.

Apesar da grande expectativa que as políticas públicas, sobretudo do PAA, trouxeram em Verê, há de se considerar que o território é um espaço onde os atores exercem funções de poder, o Estado que, por sua vez, detém o poder institucional das políticas

públicas, emana singularidades que dependem do contexto político e econômico que estão inseridas. O território, nesse sentido, como espaço social em contínua transformação, permite entender essas relações de poder, segundo Raffestin (2009) o âmbito do território permite a compreensão das diversidades e conflitualidades, em Verê, nelas emergem, por parte dos sujeitos, a necessidade de criação de estratégias que busquem a de solução dos problemas, ações resilientes e lutas pelo controle do espaço.

## 6.2 O PROTAGONISMO DO PNAE E A DESCONTINUIDADE DO PAA: OS ANOS DE 2014 A 2021

Em 2014, ainda no governo Dilma Rousseff, o Decreto no 8.293/2014 alterou o papel da modalidade compra direta, que passou a ter função secundária no contexto do PAA, apenas como política de sustentação de preços. A modalidade de Compra com doação simultânea passou a ter limite de R\$ 8.000,00 se acessado por grupo formal. Nesse decreto ainda, percebeu-se a possibilidade de migração de convênios para a implementação via termo de adesão pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios na modalidade de Compra com Doação Simultânea, a princípio com intuito de ampliar o campo de atuação do PAA, porém, anos após, com a diminuição de recursos orçamentários, o que se percebeu foi uma pulverização de recursos, visto que o número de municípios acessando o programa aumentou.

Em 2015, no PNAE a Resolução 4º de 02 de abril tornou mais claros e objetivos os critérios de definição de preços dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e a forma de seleção e classificação dos projetos de venda, redefinindo as condições de divulgação da chamada pública. Incluiu também, o limite individual de venda do agricultor familiar, que antes limitava o valor máximo de R\$ 20.000,00 por DAP/ano, e passou a limitar por entidade executora.

Os recursos orçamentários do PAA em escala nacional foram aumentados de R\$ 224.517.124,00 em 2013 para R\$ 338.004.942,00 em 2014 (aumento de 51%), no ano de 2015 foram reduzidos para R\$ 287.515.216,00, variação negativa de 25%. Em relação ao PNAE, os recursos do FNDE repassados à agricultura familiar saltaram 35% de 2013 para 2015.

Em Dracena, conforme tabela 25, as receitas da Associação J Marques somaram-se R\$ 443.259,00 em 2014 e R\$ 379.978,00 em 2015. Em 2014 e 2015 as receitas eram compostas em sua totalidade pelas políticas públicas do PAA e PNAE, o PAA representava 81% das vendas em 2014 e 60% em 2015. Percebe-se que os novos direcionamentos político-

institucionais do PAA, embora tenham reduzido as receitas desse mercado às organizações coletivas de Dracena, só foram descontinuadas em 2015, inicialmente, apenas na Associação dos Produtores de Dracena.

Tabela 25 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2014 a 2015

Organização	Tipo da Receita	2014	2015
		R\$	R\$
Associação J. Marques	PAA	358.736	227.949
	PNAE	84.523	152.029
	Outro	-	-
	<b>Total</b>	<b>443.259</b>	<b>379.978</b>
	Associados	104	98
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	332.345	-
	PNAE	207.332	289.844
	Outro	196.961	156.070
	<b>Total</b>	<b>736.638</b>	<b>445.914</b>
	Associados	127	104

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2014, o PAA operacionalizado pela Associação J Marques recebeu quantia de R\$ 358.736,00 na modalidade Doação Simultânea, tendo participado do projeto 72 associados que entregaram abobrinha, alface, berinjela, couve, melancia, pepino, raiz de mandioca, dentre outros. A Associação dos Produtores de Dracena participou do PAA na modalidade Doação Simultânea com participação de 61 associados, com isso receberam R\$ 332.345,00 e entregaram diversos produtos como abobrinha, banana, batata-doce, cheiro verde, mamão, uva, como verde, acerola, dentre outros.

Em 2015 só participou do PAA, a Associação J Marques, na modalidade Doação Simultânea, recebendo o quantitativo de R\$ 227.949,00, 28 associados participaram do projeto e entregaram 13 produtos como a rúcula, acerola, alface, banana, chicória, mamão, melancia, raiz de mandioca dentre outras.

Nos anos de 2014 e 2015, as duas organizações sociais de Dracena foram contempladas no PNAE. Em 2014, a Associação J Marques recebeu R\$ 84.523,00 e a Associação dos Produtores de Dracena R\$ 152.029,00; em 2015 receberam R\$ 207.332,00 e R\$ 289.844,00, respectivamente. Na comercialização com o PNAE, percebeu-se aumento de 79% do ano de 2014 para 2015 na Associação J Marques e 40% na Associação dos Produtores de Dracena.

Percebeu-se diminuição na composição total das vendas tanto na Associação J Marques como na Associação dos Produtores de Dracena a ordem de 14% e 39% respectivamente. Na Associação J Marques, embora tenha ocorrido aumento nas operações

junto ao PNAE, tal diminuição foi ocasionada pela grande redução na comercialização com o PAA. Na Associação dos Produtores de Dracena, a redução das vendas foi marcada, sobretudo, pela ausência de operação com o PAA.

Em relação ao quadro social, percebe-se diminuição na quantidade de sócios tanto na Associação J Marques quanto na Associação dos Produtores de Dracena a ordem de 6% e 18%, respectivamente. Em relação a produção, em termos de diversificação de produção entregues pelos associados e cooperados às suas organizações coletivas, os dados apontam redução de 7%, destacando os produtos cavalinha, ovo de codorna, pimenta verde e vagem, entre outros. Em 2015, a quantidade, em quilos, entregue às organizações coletivas pelos produtores rurais, se comparada a 2013, reduziu 23%.

Entre 2014 e 2015 as relações sociais no território em Dracena foram marcadas por diversos fatores que envolvem, sobretudo, a dinâmica econômica centrada nos agentes sociais. O poder do Estado como expressivo fator de renda às organizações sociais e os novos direcionamentos da política nacional, mobilizou-os a uma reflexão ligada a novos instrumentos e recursos comerciais até então pouco utilizados.

Em Verê, conforme tabela 26, no ano de 2014 as receitas da APAVE somaram R\$ 599.356,00 e da APROVIVE R\$ 167.414,00. Em 2015, o cadastro da APAVE como pessoa jurídica foi dada baixa, a partir desse ano sua função social e comercial foi assumida por outra personalidade jurídica a COOPERVEREDA que, em 2015, comercializou R\$ 359.753,00, a Aprovive, em 2015, devido reestruturação político-administrativo, não teve movimentação comercial.

Tabela 26 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2014 a 2015

Organização	Tipo da Receita	2014	2015
		R\$	R\$
APAVE	PAA	60.060	-
	PNAE	433.275	-
	Outro	106.021	-
	<b>Total</b>	<b>599.356</b>	-
	Associados	68	-
APROVIVE	PAA	-	-
	PNAE	142.026	-
	Outro	25.388	-
	<b>Total</b>	<b>167.414</b>	-
	Associados	47	41
COOPERVEREDA	PAA	-	-
	PNAE	-	267.438
	Outro	-	92.315
	<b>Total</b>	-	<b>359.753</b>
	Associados	-	32

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2014, o PAA foi operacionalizado apenas pela APAVE em Verê e recebeu quantia de R\$ 60.060,00 na modalidade CPR-Estoque, tendo participado do projeto 8 associados que entregaram conserva de vegetais. Em 2015, nenhuma organização social de Verê participou do PAA.

No ano de 2014 participaram do PNAE, a APAVE e a APROVIVE recebendo R\$ 433.275,00 e R\$ 142.026,00, respectivamente. Em 2015 apenas a COOPERVEREDA participou do PNAE e recebeu R\$ 267.438,00. Na comercialização com o PNAE percebeu-se aumento de 57% do ano de 2013 para 2014 na APAVE e 12% na APROVIVE.

Em relação ao quadro social, percebe-se aumento na quantidade de sócios na APAVE de 2013 para 2014. Na APROVIVE houve redução do quadro social de 13% de 2014 para 2015. Em relação a produção, em termos de diversificação de produção entregues pelos associados e cooperados às suas organizações coletivas, os dados apontaram redução de 37%, destacando os produtos como a bolacha, cheiro verde, couve, farinha de milho, fubá, mel de abelha, pão colonial entre outros. Em 2015, a quantidade, em quilos, entregue às organizações coletivas pelos produtores rurais, se comparada a 2013, reduziu 31%.

No governo do Presidente Temer, período entre 2016 e 2018, a execução do PAA foi marcada pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a queda expressiva de recursos aplicados no programa e os impactos do Decreto no 8.293/2014 que facilitou o acesso de municípios no Programa.

No PNAE, a Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2017, aumentou em 20% os valores *per capita* para a oferta da alimentação escolar para alunos do ensino fundamental e médio e 7% para os valores *per capita* destinados aos estudantes das outras etapas de ensino. As creches recebiam R\$ 0,60, passaram a receber R\$ 1,07 por aluno em dia letivo; a pré-escola recebia R\$ 0,30 passou a receber R\$ 0,53; No Ensino Fundamental e Médio recebiam R\$ 0,30 passaram a receber por aluno em dia letivo R\$ 0,36; Na Educação de Jovens e Adultos auferiam R\$ 0,30 passou a R\$ 0,32, e; no Ensino Integral de R\$ 0,90 saltou para R\$ 1,07 por aluno em dia letivo.

Os aspectos orçamentários dessas políticas também foram relevantes nesse período. No PNAE, os recursos orçamentários disponibilizados pelo FNDE à agricultura familiar saltaram de R\$ 858.777.920,55 em 2016, para R\$ 936.420.777,69, aumento de 9%. Em relação ao PAA, entre 2016 e 2018, os recursos orçamentários foram reduzidos drasticamente de R\$ 197.576.718,00 para R\$ 63.330.078,00, redução de 68%.

Num dimensionamento histórico, permite-se entender que as relações de poder e a busca por soluções para problemas territoriais no âmbito da agricultura familiar em Dracena e Verê passaram pelas políticas públicas do PNAE e PAA. Em 2014 e 2015, a descontinuidade do PAA influenciou as transformações até então ocorridas. No território, a manifestação dessa conflitualidade desencadeou a necessidade de mudanças e estudo de novas articulações, nesse sentido, conforme Saquet (2011) condicionantes materiais e imateriais dos sujeitos determinariam a sua reprodução no território.

A tabela 27, aponta que em 2016, 2017 e 2018 a Associação J Marques, Associação dos Produtores de Dracena e a Cooperativa dos Produtores de Dracena não participaram do PAA; no ano de 2018 apenas a Associação Nova Canaã comercializou junto ao PAA na modalidade doação simultânea, com 38 associados que receberam um montante de R\$ 241.474,00. Em relação ao PNAE, no 2016, a Associação J Marques comercializou R\$ 135.770,00, e em 2018 operou com R\$ 82.234.

Tabela 27 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2016 a 2018.

Organização	Tipo da Receita	2016	2017	2018
		R\$	R\$	R\$
Associação J. Marques	PAA	-	-	-
	PNAE	135.770	110.541	82.234
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>135.770</b>	<b>110.541</b>	<b>82.234</b>
	Associados	55	55	47
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	-	-	-
	PNAE	290.315	5.922	-
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>290.315</b>	<b>5.922</b>	-
	Associados	133	129	104
Cooperativa dos Produtores de Dracena	PAA	-	-	-
	PNAE	141.257	265.902	281.160
	Outro	252.200	642.743	843.480
	<b>Total</b>	<b>393.457</b>	<b>908.645</b>	<b>1.124.640</b>
	Associados	46	55	62
Associação Nova Canaã	PAA	-	-	241.474
	PNAE	-	-	65.227
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	<b>306.701</b>
	Associados	-	-	46

Fonte: Dados da Pesquisa

A Associação dos Produtores de Dracena operacionalizou junto ao PNAE nos anos de 2016 e 2017 com montante de R\$ 290.315,00 e R\$ 5.922,00, respectivamente. O ano de 2016 foi o primeiro ano que a Cooperativa dos Produtores de Dracena acessou a política pública do PNAE no montante de R\$ 141.257,00, em 2018 operacionalizou R\$ 281.160,00. A

Associação Nova Canaã foi constituída em 2017 e recebendo do PNAE em 2018 R\$ 65.227,00.

Nota-se que em 2015 as políticas públicas do PNAE e PAA representavam todo o faturamento da Associação J Marques que possuía 98 associados, em 2016 esse faturamento diminuiu 64%, motivado principalmente pela não operacionalização com o PAA, que em 2015 representava 60% do faturamento. Nos anos de 2017 e 2018 sua participação no PNAE reduziu em 25%.

Na Associação dos Produtores de Dracena, de igual maneira a Associação J Marques, de 2015 para 2016, teve queda no faturamento, porém numa proporção menor de 24% devido à ausência do PAA na composição das vendas, contudo, nessa organização social, devido a reestruturação administrativa, o grupo passou a operacionalizar com a cooperativa, que até então estava inativa, visto que essa oferecia melhor suporte para comercialização com outros mercados. Esse evento explica o aumento de cooperados na Cooperativa dos Produtores de Dracena entre 2016 e 2018, ao passo que as receitas com as políticas públicas do PNAE e PAA diminuíram na associação, a necessidade da busca por outros mercados aumentou, para continuidade de sua operação e atendimento ao produtor rural.

Os reflexos das dinâmicas políticas institucionais no PAA foram observados em todas as organizações sociais de Dracena entre 2016 e 2018, principalmente pela queda expressiva de recursos aplicados no programa, em nível nacional, de 78% de 2015 para 2018. Impacto se deu, não só na composição do faturamento, mas também no quadro social que sofreu diminuição de 47% na Associação J Marques, 22% na Associação dos Produtores de Dracena, mesmo com a migração de agricultores entre as organizações, estima-se que, pelo menos, 18 produtores rurais, deixaram a atividade no campo, além da necessidade de busca por outros mercados para desenvolvimento de sua reprodução social.

Nesse sentido, na COOPADRA, a operacionalização com supermercados, bares, lanchonetes e indústrias da região aumentou significativamente em 56% entre 2016 e 2017, evidenciando uma situação comercial dúbia: por um lado, ao passo que a Cooperativa se aproxima desse mercado, suas receitas aumentam e, por consequência, seu cooperado garante a entrega de seu produto, por outro lado, a insegurança quanto ao recebimento dos produtos, em algumas situações, se perfaz, além de que, o poder de produzir acordos comerciais de grande escala com grandes empresas, geralmente, ficava concentrado no cliente, isso fez com que a operacionalização com esses mercados reduzissem em 11% de 2017 para 2018.

Em relação ao quadro social, entre 2016 e 2018 percebe-se uma redução no quantitativo de produtores rurais associados nas Associações de Dracena e aumento do número de cooperados na Cooperativa. Na Associação J Marques a diminuição foi de 15%, na Associação dos Produtores de Dracena foi de 22% e na COOPADRA um aumento de 35%. Nas associações, essa diminuição de associados teve relação com a redução de receitas, retração na participação das políticas públicas e consequente queda no recebimento da produção por parte dos associados. Em relação a COOPADRA, o aumento no número dos cooperados se deu em função da migração de produtores rurais das outras organizações, que se viram motivados pelo aumento da participação da cooperativa na política pública do PNAE e em outros mercados.

Em relação à produção, em termos de diversificação de produção entregues pelos associados e cooperados as suas organizações coletivas, os anos de 2016 a 2018 foram marcados por uma redução quantitativa. Em 2016 as organizações coletivas de Dracena apresentavam um portfólio de 50 produtos recebidos pelos produtores e, posteriormente, comercializados, em 2018 foram entregues e comercializados 42 produtos, redução de 16%. Nesse período, os produtos que deixaram de ser comercializados foram o abacaxi, brócolis, couve-flor, jaboticaba, jiló, maxixe, entre outros. Destaca-se que, em 2018, a quantidade, em quilos, entregue às organizações coletivas pelos produtores rurais e comercializadas, se comparada a 2016, reduziu 22%.

Percebe-se que em Dracena a transformação econômica e social do território, por meio das políticas públicas do PNAE e PAA. Entretanto, as dinâmicas políticas, sobretudo, orçamentárias do PAA, levaram a adoção de medidas institucionais que prejudicaram a agricultura familiar em seu território. Nessa percepção, as forças políticas, econômicas e culturais que condicionam o território, levaram as organizações sociais a novos movimentos e relações.

Em Verê, entre os anos de 2016 e 2018 operacionalizam com o PAA apenas a COOPERVEREDA em 2016 e 2017. Em 2016, a composição das vendas na APROVIVE foi de 80% no PNAE e 20% em outros mercados; na COOPERVEREDA 82% do faturamento foi composto pelas políticas públicas do PNAE e PAA.

Em 2017 notou-se um aumento nas receitas da COOPERVEREDA de 2%, motivadas pelo aumento de operações com outros mercados. Nesse período, percebe-se diminuição na participação das políticas públicas do PAA e PNAE a ordem de 5% e 7%, respectivamente. A COOPERVIVE, criada nesse período para dar facilitar a comercialização

da APROVIVE, não apresentou comercialização junto ao PAA, enquanto o PNAE representou 72% das vendas da organização.

Tabela 28 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2016 a 2018.

Organização	Tipo da Receita	2016	2017	2018
		R\$	R\$	R\$
APROVIVE	PAA	-	-	-
	PNAE	185.344	-	-
	Outro	44.220	-	-
	<b>Total</b>	<b>229.564</b>	-	-
	Associados	38	38	29
COOPERVEREDA	PAA	151.943	144.000	-
	PNAE	202.647	189.335	138.542
	Outro	77.618	108.773	86.919
	<b>Total</b>	<b>432.208</b>	<b>442.108</b>	<b>225.461</b>
	Associados	48	54	46
COOPERVIVE	PAA	-	-	-
	PNAE	-	218.366	227.701
	Outro	-	84.365	106.220
	<b>Total</b>	-	<b>302.731</b>	<b>333.921</b>
	Associados	-	32	29

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2018 nenhuma organização coletiva de Verê acessou o PAA, por conta disso, na COOPERVEREDA, a redução da receita total foi de 49%, o que se nota é que a política pública do PNAE se destacou nas organizações que apresentaram movimentação econômica, na COOPERVEREDA representou 61% e na COOPERVIVE 68%. Na COOPERVEREDA a operacionalização com o PNAE reduziu 27% de 2017 para 2018 e na COOPERVIVE aumentou 26%. Em relação a participação da organização em outros mercados, notou-se que em 2018 a COOPERVEREDA retraiu-se e a COOPERVIVE ampliou-se.

Em relação ao quadro social, de 2016 para 2018, percebeu-se redução do quantitativo de sócios em todas as organizações coletivas de Verê estudadas. Na APROVIVE pela ausência de comercialização em 2017 e 2018 e migração de associados à COOPERVIVE, Na COOPERVEREDA, embora aumento de 12% no quantitativo de cooperados de 2016 para 2017, o mesmo reduziu 15% de 2017 para 2018.

Em relação à produção, em termos de diversificação de produção entregues pelos associados e cooperados às suas organizações coletivas e comercializados pelas mesmas, após sucessivas quedas desde 2013, de 2017 a 2018, os dados apontaram aumento da matriz produtiva pela reintrodução da comercialização de dois produtos, a cebolinha e a couve demandados originalmente pelo PAA e nesse período ofertado no PNAE. Em 2018, a

quantidade, em quilos, entregue às organizações coletivas pelos produtores rurais e posteriormente comercializadas, se comparada a 2016, reduziu 8%.

Entre o período de 2019 a 2021, no governo Bolsonaro, diversas dinâmicas políticas que desencadearam mudanças institucionais no PNAE e PAA tiveram reflexos na agricultura familiar. No PAA podem ser verificadas nos recursos orçamentários, em escala nacional, que em 2019 foram R\$ 41.380.857,00, destaca-se que o menor orçamento desde a instituição do programa. Ainda em 2019 a Lei 13.844/2019 desestrutura a atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), limitando a participação social nas deliberações no âmbito de PAA.

Em 2020, devido a pandemia provocada pela Covid-19 e seus impactos sociais e econômicos, o PAA se revelou como ferramenta estratégica no enfrentamento do combate à fome e a miséria, além de amenizar os danos a pobreza rural, nesse sentido a MP nº 957, de 24 de abril de 2020 previu um orçamento de R\$ 500 milhões ao programa, que em 2020 na prática foram executados R\$ 223.487.793,00 e 2021 foram R\$ 238.184.253,00.

Ainda em 2021, a MP nº 1.061/2021 extinguiu o PAA, dando origem ao Programa Alimenta Brasil, que manteve praticamente as mesmas diretrizes, com exceção das finalidades de constituir estoques públicos de alimentos por agricultores familiares, de fornecimento à alimentação escolar, além da exclusão da modalidade de aquisição de sementes. Destaca-se que nesta nova instrução normativa, finalidades importantes, antes previstas, como promover a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica e estimular o associativismo e o cooperativismo não foram incluídas.

No PNAE, as dinâmicas políticas que desencadearam mudanças institucionais que afetaram a agricultura familiar, podem ser verificadas a partir da Resolução 6/2020 (CD/FNDE) que institui que 75% dos recursos utilizados no PNAE sejam destinados a aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados, a redação contempla o aumento da obrigatoriedade da oferta semanal de frutas *in natura* e hortaliças. No artigo 29 é estabelecido que o não cumprimento de, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar por parte da Entidade Executora poderão acarretar a devolução do valor correspondente na prestação de contas.

Ainda em 2020, com advento o da pandemia da Covid, a lei 13.987/2020 autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas durante a suspensão das aulas presenciais. Em 2021, a resolução 21/2021 do CD/FNDE elevou o limite individual de venda ao agricultor familiar de R\$ 20 mil Dap/Ano para R\$ 40 mil Dap/Ano. Os recursos financeiros disponibilizados pelo

FNDE, em escala nacional, foram de R\$ 3.985.601.844,18 em 2019, para R\$ 4.284.264.351,04 em 2021, aumento de 7%. Destaca-se que a aquisição da agricultura familiar nesse período foi de 21%

De forma geral, entre 2019 e 2021, o que se percebe é a ausência na participação das organizações coletivas de Dracena na política do PAA, maior participação nas chamadas públicas do PNAE e, na Cooperativa dos Produtores de Dracena, maior efetividade na participação em outros mercados.

Tabela 29 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Dracena nos anos 2019 a 2021.

Organização	Tipo da Receita	2019	2020	2021
		R\$	R\$	R\$
Associação J. Marques	PAA	-	-	-
	PNAE	64.633	62.684	71.665
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>64.633</b>	<b>62.684</b>	<b>71.665</b>
	Associados	44	38	26
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	-	-	-
	PNAE	-	-	598.427
	Outro	-	-	81.604
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>680.031</b>
	Associados	97	93	93
Cooperativa dos Produtores de Dracena	PAA	-	-	-
	PNAE	298.491	120.554	331.743
	Outro	895.473	675.391	842.856
	<b>Total</b>	<b>1.193.964</b>	<b>795.945</b>	<b>1.174.599</b>
	Associados	95	84	79
Associação Nova Canaã	PAA	-	-	-
	PNAE	198.121	-	-
	Outro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>198.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	Associados	41	22	22

Fonte: Dados da Pesquisa

A Associação J Marques, nesse período, operacionalizou apenas no PNAE de forma crescente entre 2020 e 2021 na ordem de 14%. Na Associação dos Produtores de Dracena, após passar 2019 e 2020 sem receitas devido estratégia de concentrar esforços à participação em políticas públicas e outros mercados apenas com a Cooperativa, em 2021 participou do PNAE no montante de R\$ 598.427,00, neste ano o PNAE representou 87% das receitas da Associação. A Associação Nova Canaã participou do PNAE apenas em 2019, permanecendo inativa nos demais períodos.

Em relação ao PAA, entre os anos de 2019 a 2021, embora os recursos orçamentários federais disponibilizados nessa política fossem crescentes nesse período, nenhuma organização coletiva de Dracena a operacionalizou, embora tenham participado dos processos

de seleção nesse período, os critérios de classificação atendiam a organizações coletivas detentoras de quadro social majoritariamente composto por grupos rurais específicos, por exemplo, povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, o que inviabilizou a liberação de recursos a essas organizações. Percebe-se que, no Estado de São Paulo, em 2019, nenhuma organização coletiva foi selecionada no PAA, em 2020 foram 4 e em 2021 apenas 2, nota-se maior concentração dos recursos financeiros disponibilizados nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Nesse período, em relação aos associados, percebeu-se redução do quantitativo em todas as organizações coletivas de Dracena: na Associação J. Marques diminuição de 41%, na Associação dos Produtores de Dracena redução de 4%, na COOPADRA de 17% e na Associação Nova Canaã de 46%. De forma geral, os dados da pesquisa mostraram que o primeiro ano do período pandêmico apresentou diversos desafios comerciais às organizações coletivas e esses reflexos impactaram em aspectos produtivos dos associados fazendo com que muitos agricultores que desenvolviam outras atividades deixassem a agricultura.

Devido à ausência comercial junto ao PAA e comprometimento das vendas junto ao PNAE e mercado convencional, em 2020, a diversificação de produtos entregues pelos cooperados às suas organizações coletivas e comercializados por elas diminuiu 16% em relação ao ano de 2019. Em 2021 o aumento significativo das receitas junto a outros mercados permitiu concentrar a comercialização em produtos específicos como queijo, muçarela e leite, fazendo com que a diversificação da matriz produtiva fosse prejudicada, nesse sentido, diversificação de produtos entregues pelos cooperados às organizações coletivas e comercializados por elas reduziu 19%.

Em Verê, conforme tabela 30, notou-se aumento na receita da COOPERVEREDA no período de 2019 a 2020. Em 2019 destacou-se a participação do PNAE na composição total das vendas, em 2020 a participação no PAA e a ampliação comercial no PNAE permitiram, ainda que num período pandêmico, melhor desempenho econômico se comparado a 2019, em 2021 o aumento na participação no PNAE e as vendas em outros mercados garantiram receita de R\$ 708.674,00, ou seja, 46% maior que as receitas de 2020.

Tabela 30 - Composição social e faturamento das organizações sociais em Verê nos anos 2019 a 2021.

Organização	Tipo da Receita	2019	2020	2021
		R\$	R\$	R\$
COOPERVEREDA	PAA	-	135.998	-
	PNAE	177.326	301.251	478.644
	Outro	88.411	47.947	230.063

	<b>Total</b>	<b>265.737</b>	<b>485.196</b>	<b>708.674</b>
	Associados	42	53	54
COOPERVIVE	PAA	-	-	-
	PNAE	107.138	-	-
	Outro	98.715	38.440	46.225
	<b>Total</b>	<b>205.853</b>	<b>38.440</b>	<b>46.225</b>
	Associados	26	22	20

Fonte: Dados da Pesquisa

Em 2019 na COOPERVEREDA, o PNAE representou 33% das receitas, em 2020 o PAA e o PNAE representaram respectivamente 28% e 62% das receitas, no PAA a cooperativa participou da modalidade Doação Simultânea e recebeu R\$ 135.154,00 com participação de 17 cooperados e entregaram produtos como abacate, conserva de vegetais, doce de frutas, uva, entre outros. Em 2021 o PNAE correspondeu a 67% das vendas, destaca-se a comercialização no PNAE que foi crescente de 2019 a 2021, nesse período seu crescimento acumulado foi de 169%.

Na COOPERVIVE, a política pública do PAA não foi acessada em nenhum período entre 2019 e 2021 e no PNAE sua participação se deu apenas em 2019 que representou 52% das receitas, no primeiro ano do período pandêmico as receitas diminuíram 81%, a ausência de comercialização no PNAE foi o grande destaque dessa retração econômica.

Em relação ao quantitativo de associados, a COOPERVIVE sofreu diminuição de 23%, a COOPERVEREDA percebeu aumento de 29% de seu quadro social e, de acordo com dados da pesquisa, o desempenho no PNAE e acesso ao PAA foram fundamentais para manutenção do quadro social.

A produção, em termos de diversificação de produtos entregues pelos cooperados às suas organizações coletivas e comercializados por elas, os dados apontaram aumento de 4% do ano de 2019 para o ano de 2020, destacou-se a reintrodução de produtos demandados pelo PAA como a bolacha e a geleia de frutas, os dados também apontam que nesse período a quantidade, em quilos, entregue às organizações coletivas pelos produtores rurais e posteriormente comercializadas, especialmente pela COOPERVEREDA, se comparada a 2019, aumentou 12%.

Em 2021, sobretudo o bom resultado no PNAE permitiu aumento de 30% em quilos de produtos entregue pelos cooperados e comercializados pelas organizações de Verê, em especial a COOPERVEREDA. Embora esse aumento tenha sido expressivo, de 2020 para o ano de 2021, a diversificação produtiva retraiu em 9%, destaque para ausência de comercialização dos produtos reinseridos pelo PAA no ano anterior, como por exemplo o limão.

As mudanças institucionais do PNAE e PAA permitiu perceber os diversos reflexos à agricultura familiar em Dracena e Verê, os benefícios gerados em seus diferentes períodos mostraram que, ao longo de suas trajetórias, essas políticas públicas promoveram ganhos em termos econômicos, sociais, produtivos e ambientais, como o aumento da renda nas organizações coletivas, aquisição de equipamentos imobilizados e valorização da agricultura familiar que refletem na autoestima e autonomia das famílias rurais.

Evidenciaram a garantia da comercialização, aumento da diversificação da matriz produtiva, adoção de boas práticas de cultivo, estimulou a estruturação de cadeias produtivas, por fim, a comercialização por circuitos curtos de comercialização, fomentado pelos programas, fortaleceu as identidades e a economia local. Em especial o PAA, incentivou a criação de organizações sociais em Dracena e Verê e permitiu participação mais efetiva das mulheres.

O histórico das mudanças político institucionais no PNAE e PAA que acarretaram mudanças à agricultura familiar não configuraram em apenas benefícios, diversos desafios acometidos em Dracena e Verê oriundos de retrocessos políticos institucionais foram observados. A maior delas oriunda da redução dos recursos orçamentários disponibilizados para manutenção do PAA acompanhada de ajustes normativos para justificá-lo.

A restrição fiscal e mudança de agenda governamental permitiu que em Dracena e Verê a política pública do PAA fosse descontinuada, considerando um indicativo para as mudanças posteriormente verificadas, sobremaneira em aspectos sociais, econômicos e produtivos, ligados autonomia, a renda, diversificação, entre outros. Contudo, independente da estrutura e organização social, no âmbito territorial, o impacto dessas rupturas às organizações sociais em Dracena e Verê revelaram os riscos quanto a dependência dessas políticas.

Foi notório que alguns aspectos ligados as identidades das organizações coletivas de Dracena e Verê em seus territórios, em algum período de suas existências, acompanharam os reflexos políticos institucionais das políticas públicas, sobretudo, o PAA. Essas determinações foram verificadas na composição social e os aspectos produtivos demandados pelo programa e incorporado de maneira natural pelas organizações sociais.

Em seguida, após compreendermos os efeitos territoriais do PNAE e do PAA no fortalecimento da agricultura familiar em Dracena e Verê desde 2006 até 2021, bem como, as dinâmicas políticas que trouxeram reflexos a ela nesse período, no próximo capítulo, será abordado, na percepção dos produtores rurais e os presidentes das organizações coletivas

sobre as estratégias, desafios, oportunidades e limites enfrentados pelos agricultores familiares e suas organizações no acesso ao PNAE e PAA.

## 7 OS DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ACESSO AO PNAE E PAA EM DRACENA E VERÊ

De acordo com dados da pesquisa e análise de documentos foi possível observar que as políticas públicas do PAA e PNAE provocaram mudanças positivas aos agricultores familiares e suas organizações e cumprem sua função quanto estratégia pública social, visando à satisfação do interesse de uma coletividade (SECCHI, 2013). Essa seção apresenta a contextualização sobre os desafios, estratégias, oportunidades e os limites do PAA e PNAE à agricultura familiar em Dracena e Verê.

Vale a pena salientar que foram categorizados como **desafios** as situações adversas que são alheias ao controle da organização; as **oportunidades** foram entendidas como situações benéficas externas que permeiam a cooperativa ou associação; em relação aos **limites** aponta-se às condições internas da organização coletiva que carecem de atenção; e, por fim, as **estratégias** são as ações ou qualidades internas da organização que se sobressaem para o enfrentamento das adversidades.

Em relação aos presidentes participantes da pesquisa, em Dracena, os três entrevistados eram do sexo feminino, todos residiam em Dracena, a idade média era de 46 anos e todos declararam possuir ensino médio completo e declararam acessar o PNAE e PAA desde suas institucionalizações na organização social as quais são vinculados. Em Verê, os dois presidentes eram do sexo masculino, residiam em Verê, a idade era de 38 e 51 anos, e um declarou possuir ensino médio completo e o outro superior incompleto, um declarou acessar o PAA e PNAE desde sua institucionalização na organização social antecedente (APAVE) e o outro entrevistado informou ter acessado os PNAE e PAA na organização coletiva antecedente (APROVIVE) na qualidade de sócio titular apenas em 2009.

Dos 20 associados e cooperados entrevistados em Dracena, 71% eram do sexo masculino, a idade média era de 48 anos e 21% declarou ter ensino médio completo, 45% ensino fundamental completo e 34% informou possuir ensino fundamental incompleto. Em Verê dos 10 associados/cooperados entrevistados, 80% eram do sexo masculino, com a idade média de 51 anos e 40% declararam possuir ensino médio incompleto, 30% declararam ter ensino fundamental completo, 20% declararam possuir ensino médio completo e 10% informaram ter ensino fundamental incompleto.

Em Dracena, o entrevistado que informou menos tempo de vínculo com a organização social apontou 2009 como ano de seu ingresso, ou seja, todos entrevistados em Dracena tiveram atuação nas políticas públicas pesquisadas em, pelo menos, 81% do período

da pesquisa. Em Verê, todos informaram ter acessado o PNAE e PAA desde sua institucionalização na organização social.

### 7.1 DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Secchi (2013) atribui a política pública como estratégias de atuação pública que impactam a realidade de determinado local, nesse sentido, a pesquisa apresentou diversos benefícios das políticas públicas do PNAE e PAA à agricultura familiar no âmbito das organizações sociais em Dracena e Verê em seus territórios, com isso, observou-se também muitos desafios e limites a serem suplantados e oportunidades e estratégias a serem mantidas. No âmbito das organizações coletivas, os presidentes entrevistados apontaram diversos desafios, estratégias, oportunidades e limites do PAA e PNAE que foram sistematizadas em 04 grupos e 32 esferas, conforme sistematizado na tabela a seguir:

Tabela 31 - Desafios, estratégias, oportunidades e limites do PAA e PNAE para as organizações sociais de Dracena e Verê

Grupo	Esfera	Frequência Dracena	Frequência Verê
Desafios	Descontinuidade do PAA	4	2
	Acesso burocrático aos programas	2	1
	Limite de Compra	4	2
	Critérios de Classificação nos editais	4	2
	Aumento dos custos	3	2
	Atravessadores	1	2
	Êxodo Rural	4	2
	Concorrência	3	2
	Distância dos grandes centros consumidores	0	1
	Mudanças político-institucionais dos Programas	4	2
Desafios	Recursos financeiros operacionais e de investimentos	2	2
	Avanço descontrolado do Agronegócio	2	1
Oportunidades	Apoio do Poder Público local	4	1
	Parcerias	4	2
	Facilidade de diálogo com produtores	4	1
	Isenção de impostos estaduais	1	2
	Orientação à aquisição orgânica no PNAE	0	2
Limites	Planejamento da produção	3	2
	Infraestrutura produtiva	1	1
	Logística	4	2
	Dificuldade na assistência técnica	3	1
	Falta de participação dos associados	1	2
	Indisponibilidade de recursos financeiros		
	Dependência de órgãos para elaboração e acompanhamento do projeto	1	1
	Diminuição da diversificação produtiva	3	2
Estratégias	Atendimento as Normas Sanitárias	1	1
	Produção Orgânica	0	2

Diversificação da Produção	4	2
Processamento da produção	2	2
Intercooperação	4	1
Qualidade dos alimentos	3	2
Promoção de circuitos curtos de comercialização	6	2

Fonte: Dados da Pesquisa

### 7.1.1 Os Desafios da Agricultura Familiar no acesso do PNAE e PAA

As políticas públicas na agricultura familiar, segundo Grisa e Schneider (2015), visa corrigir as falhas que o sistema econômico capitalista gera, no caso da agricultura, o combate à pobreza rural, entretanto, o acesso a elas, conforme entrevistas em Dracena e Verê apresentam diversos desafios, entre eles: a descontinuidade do PAA, os critérios de classificação nos projetos, acesso burocrático, concorrência e as mudanças político-institucionais dos Programas.

Considerando a concepção de território como produto dos sujeitos sociais partindo da sua realidade (SAQUET, 2009), tanto em Dracena como em Verê, possuem realidades que se inter-relacionam, em se tratando de desafios no acesso as políticas públicas estudadas um ponto convergente foi como a descontinuidade do PAA que, segundo entrevistados em comum, foi visto como desmonte promovido pelos governos devido, principalmente, pelos grandes cortes orçamentários, citaram também, os critérios de classificação impostos pelas mudanças político-institucionais dos programas, situação que estende ao PNAE, segundo entrevistas.

“Mesmo aptos para ser contemplados [no PAA], os cortes orçamentários não permitiram nossa classificação, isso provocou diminuição na produção, diversos produtores saíram de suas propriedades em busca de uma renda mais estável” (F.B. COOPERVIVE, Verê, 2022).

Existem critérios definidos para que os agricultores e suas organizações se enquadrem e acessem os programas, além da burocracia que se inicia na elaboração dos projetos e segue pelas exigências de muitos documentos, acontece que existe uma assimetria informacional, em Verê, foi mencionado a dificuldade em obter documentos necessários básicos para participação e classificação no programa do PNAE, como por exemplo a DAP (que a partir de 2022 denominou-se CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), os critérios de classificação nos programas têm a exigência desse documento, entretanto, muitos produtores esbarram na falta de documentação de suas propriedades e na dificuldade em comprovar renda rural, devido venda em circuitos curtos de comercialização, como feiras e vendas ambulantes que dispensam o uso de nota fiscal. Dessa forma, dois presidentes de

Dracena e um de Verê, apontaram que, determinar a classificação em uma política pública com base em um documento que não considera as particularidades locais e o perfil da população rural, abre espaços para que a operacionalização por parte dos organismos promotores dessas políticas seja revista.

“Tenho a impressão que eles [formuladores dos critérios de classificação] não conhecem a realidade do pequeno agricultor, precisamos de critérios que possibilite o desenvolvimento de nossas atividades rurais, esses critérios nos desanimam da atividade rural” (E.B. Associação J. Marques - Dracena)

Nesse sentido, as relações de poder difusas entre o Estado, os indivíduos e sociedade civil organizada sob a ótica do território apresentada por Saquet e Sposito (2015) envolvem questões de ordem pública e políticas, cujo processo decisório, em Dracena e Verê, é composto de variáveis complexas que impactam a realidade de determinado local. Duas entrevistadas de Dracena, apontaram os critérios de classificações, o caráter burocrático e as mudanças político-institucionais afastaram da realidade de muitas localidades, a preferência por determinados grupos rurais, como quilombolas e assentados, por exemplo, fizeram com que muitas organizações sociais da agricultura familiar absorvessem essas comunidades, não por identidade, mas por estratégia, o que permite suas classificações em lugares que, por questões territoriais e identitárias, deveriam pertencer a outras organizações.

A concorrência posta desta maneira, assegurada por instrumentos institucionais, segundo as entrevistas, é uma ameaça ao acesso as políticas públicas do PNAE e PAA e, por conta de situações como essas, diversas organizações sociais, como de Dracena e Verê, perderam espaços em suas próprias áreas de ação. Nesse sentido, as políticas públicas como ações governamentais para enfrentamento de um problema público, se analisada sob a ótica pelas mudanças institucionais, sobretudo, do PAA, se relacionadas ao território, na concepção de poder proposta por Raffestin (1993), percebe-se que as relações do Estado e a agricultura familiar em Dracena e Verê são espaços de conflitos e, a dinâmica do desenvolvimento rural sustentável, por conta disso, implica a adoção de estratégias de desenvolvimento específicas.

O limite de compra pública foi outro desafio levantado entre os entrevistados que se relaciona a outros desafios como o aumento dos custos e comercialização com os atravessadores. O limite de compra no PAA, embora não acessado pelas organizações coletivas de Dracena e Verê, oscila dependendo da modalidade atualmente entre R\$ 6.500,00 a R\$ 8.000,00/ano, no PNAE apenas em 2021 a Resolução 21 do CD/FNDE elevou o limite individual de venda ao agricultor familiar de R\$ 20 mil Dap/Ano para R\$ 40 mil Dap/Ano,

essa legislação terá seus efeitos econômicos e sociais surtidos a partir de 2022, período que não abrange a pesquisa.

Segundo entrevistas, esse aumento foi muito aguardado pela comunidade rural familiar, além de promover a valorização e reconhecimento da importância da agricultura familiar, permitirá maior adesão às políticas públicas por parte dos produtores. Segundo entrevistas, o aumento considerou os efeitos da inflação, entretanto, carece de reflexões sobre seu alcance no aumento exponencial dos custos de produção ao agricultor e suas organizações.

Reiterando que todos entrevistados afirmaram que o aumento do limite da compra pública provocará benefícios econômicos na implementação da política pública do PNAE, porém, ainda não foi considerado suficiente para suprir as necessidades básicas dos agricultores. Segundo análise de um entrevistado de Verê, o valor diluído nos meses do ano daria média de R\$ 3.330,00 por produtor, se levar em conta os gastos de produção do agricultor e os custos de industrialização e logística por conta da organização coletiva, esse valor teria considerável diminuição. Quando a organização coletiva tem maior parte de suas receitas provindas de políticas públicas que repassam valores econômicos ao produtor nessa métrica, como em Verê, na política do PNAE, esse valor, frente as estruturas de custos e os fatores mercadológicos (potencial de mercado e intensidade competitiva), ainda estaria insatisfatório.

“Finalmente olharam para nós e aumentaram o limite da DAP, para nós que trabalhamos praticamente só com o PNAE e PAA estava quase impossível de trabalhar, [...] mas o aumento dos gastos com frete e insumos ainda não vai ser suficiente” (M.J. Coopervereda – Verê)

Nesse sentido, devido aos limites da compra pública, a fim de complementar o escoamento do excedente produtivo, as vendas no mercado convencional, intermediadas pelas organizações coletivas são importantes, ainda que, conforme dito pelos entrevistados de Dracena, não remuneram tão bem como no mercado institucional. Entretanto, agentes de comercialização intermediários, muitas vezes atuam de maneira especulativa, em Verê, os dois presidentes entrevistados apontaram experiências que trouxeram prejuízos financeiros aos produtores e as organizações coletivas pelo não pagamento do excedente vendido, segundo eles, atuação esporádica desses atravessadores não produzem efeitos estruturantes na produção da localidade.

Apenas os entrevistados de Verê, apontaram à distância de grandes centros consumidores como uma limitação que compromete o desempenho nas políticas públicas do PNAE e PAA. Esse desafio, conforme citado, tem relação com aumento de custos logísticos e de armazenamento, visto que a concentração dos beneficiários consumidores do PAA e do PNAE, neste caso os alunos, estão polarizados em grandes centros, distantes de Verê, inviabilizando financeiramente o fornecimento dos produtos.

Segundo entrevista, a limitação da distância de Verê com os grandes centros consumidores das políticas do PNAE e PAA, se dá até mesmo por questões institucionais dos programas, que priorizam grupos específicos de agricultores e a regionalização que a organização coletiva se insere, nesse caso, a atuação das organizações sociais de Verê, no fornecimento de produtos às instituições beneficiárias se dá de forma fragmentada em sua área de ação, composta por pequenos municípios, o que elevam os custos com logística.

Nesse sentido, considerando que o desenvolvimento sustentável de uma localidade deve ser entendido como um processo histórico e relacional, as políticas públicas, por meio de seus agentes institucionais criadores de redes, devem ser capazes de alcançar as especificidades locais. Sobretudo em Verê, os efeitos da política pública do PNAE e PAA que observasse as particularidades demográfica e econômica de uma localidade, promoveriam no território movimentos de resistência, projeção coletiva e fixação da identidade.

A limitação de recursos financeiros operacionais e para investimentos foram citados como limite no acesso ao PNAE e PAA. Segundo as entrevistas, a demanda por investimento na organização coletiva e propriedade rural, tanto em termos operacionais de custeio, como investimento para aquisição bens imobilizados, estão vinculadas não só ao resultado bem-sucedido da comercialização de seus produtos, pois, o sistema associativo e cooperativo, quando executado em prol do associado/cooperado, prevê que esse resultado seja revertido em benefício do mesmo. Acontece que, a maior parte das organizações sociais da agricultura familiar, não possuem capital de giro suficiente para subsidiar todas suas operações, principalmente, quando são operações de investimento para aquisição ou ampliação de bens imobilizados.

No âmbito do território, o desenvolvimento da agricultura familiar precisa de um conjunto de ações orientadas para o seu fortalecimento, garantia e comercialização da produção agrícola. As relações de força, inerentes nas trocas sociais, interligam a possibilidade de movimentos que permitem o acesso a recursos que dinamizam as forças produtivas. Nesse sentido, os créditos rurais, inclusive o PRONAF que tem objetivo de auxiliar os pequenos agricultores e suas organizações no investimento de sua produção,

segundo uma entrevistada de Dracena, são operacionalizados por instituições financeiras que, na maioria das vezes, privilegiam atividades que oferecem menores riscos, no caso, são orientados a subsidiar operações e investimentos no setor de *commodities*. Segundo entrevistado de Verê, que também identificou essa limitação, a valorização do campo, quando se trata de crédito, passa na perspectiva do agronegócio.

“Precisamos de capital de giro e não conseguimos taxas boas [juros] para isso, boa parte de nossos bens foram adquiridos pelo Coopera Paraná, e não podem ser dados em garantia, ficamos sem opção [...] se for ver, boa parte desses juros seriam revertidos ao cooperado” (M.J. Coopervereda – Verê).

Alguns apontamentos feitos pelos presidentes, em Dracena e Verê, comumente identificaram as principais dificuldades de acesso ao crédito empresarial: o excesso de burocracia, que exige, na maioria das vezes, auxílio de entidades parceiras para operacionaliza-lo; em muitas operações exige-se a necessidade de garantias, muitos bens conquistados pelas organizações sociais são provindos de emendas parlamentares ou recursos a fundo perdido e não podem ser ofertados em garantias, muitos bens adquiridos com recursos próprios já foram onerados em outras operações financeiras. Em Dracena, uma presidente informou a falta de informação como motivo principal da dificuldade de acesso a crédito pela agricultura familiar, segundo ela, muitas instituições bancárias oferecem o crédito que lhes convém, a maioria das vezes oneroso à cooperativa.

Segundo os presidentes das cooperativas de Verê, nos últimos anos houve redução da oferta de linhas de financiamento agropecuário no Brasil, sobretudo, à agricultura familiar, em situações emergenciais, as pequenas cooperativas e associações se veem a mercê de alternativas de crédito pouco atrativas financeiramente.

Para completar a análise dos desafios, a variável êxodo rural foi apontada por todos entrevistados. Segundo eles, é uma questão estrutural da agricultura familiar que envolve diversos fatores principalmente econômicos. Um entrevistado apontou que entre os mais jovens o abandono da atividade rural familiar se dá pela procura por alternativas de emprego e renda formais. Segundo ele, o capitalismo trouxe essa ideologia as camadas mais pobres da sociedade como a verdadeira e única premissa para o sucesso, desconsiderando questões ligadas a cultura e ao pertencimento.

Apontaram também, a descontinuidade do PAA, posterior reconfiguração da matriz produtiva, as incertezas sobre regularidade comercial e retorno sobre investimentos produtivos como aspectos ligados a fuga do campo pelo produtor rural. Em Verê, foi citado o aumento da produção de *comodities*, que por meio de arrendamento de terras, nesse caso, as

terras dos agricultores familiares, promoveram o abandono da atividade rural familiar e intensificam, na maioria das vezes, o processo migratório do campo para a cidade.

“A soja está tomando o espaço aqui em Verê, o medo de não se classificar bem no PNAE, o PAA que praticamente acabou, fez com que muitos produtores deixassem suas propriedades [...] Está sendo difícil reverter isso, estamos lutando para os que estão [na atividade rural] não desistam, mas isso só acontece se os produtores tiverem garantia de venda e preço justo” (M.J. Coopervereda – Verê).

Os dados da pesquisa mostram a diminuição do número total de produtores rurais vinculados as organizações coletivas, de 2015 a 2021: em Dracena essa diminuição foi de 15% e em Verê foi de 75%. Segundo entrevistas, comumente em Dracena e Verê, parte desses egressos deixaram a atividade agropecuária pois se aposentaram e não possuíam sucessores, relataram casos de arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, soja e milho, porém, a maioria deles foram absorvidos pelo trabalho formal, em Dracena, a mão de obra desses produtores foi direcionada ao setor de serviços e em Verê a maioria dos produtores foram absorvidos por empresas ligadas ao agronegócio da região.

Em entrevista com os presidentes, todos afirmaram que para reverter a situação do êxodo rural, na agricultura familiar, sobretudo, a fixação do jovem no campo, somente por meio das políticas públicas governamentais, entre elas o maior incentivo do PNAE e PAA, pois, o mercado não regulará a favor dos pequenos agricultores. Afirmam que a fuga dos jovens não é uma questão de escolha e sim falta de incentivos e oportunidades.

Compreende-se a forte relação do Estado e a agricultura familiar e seu potencial por meio das políticas públicas. Nesse sentido, reconstruir dinâmicas territoriais que ofereça instrumentos de poder à agricultura familiar, se fazem muito importante, pois, a reprodução social dos sujeitos interligados ao local em Dracena e Verê está vinculada aos conflitos de resistência aos movimentos em favor ao agronegócio (que favorecem o processo de desterritorialização), a capacidade de auto-organização da sociedade local e a criação e manutenção de redes que ofereça aos atores coesão nas relações econômicas, culturais e políticas em toda diversidade e riqueza.

### **7.1.2 As Oportunidades da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA**

No âmbito da agricultura familiar, Leite *et al.* (2007), discorre que as políticas públicas territoriais preveem a articulação das dinâmicas sociais locais, alinhando de capacidades instrumentais como recursos humanos, tecnológicos e orçamentários. Nesse sentido, segundo os presidentes entrevistados, o PNAE e PAA oferecem diversas

oportunidades, que conforme Sachs (2008) orientam o desenvolvimento rural sustentável, permitindo a participação dos atores locais objetivando agregar lugares unidos pela identidade cultural e interesses em comum. As oportunidades destacadas foram: o apoio do Poder Público local, as parcerias com instituições públicas e privadas, a facilidade de diálogo com produtores, a isenção de impostos estaduais na comercialização com o PNAE e, em Verê, de forma específica, a orientação à aquisição de produtos orgânicos no PNAE.

Em Dracena e Verê, segundo dados da pesquisa, a relação entre o poder público local e as demais instituições públicas e privadas permitiram, no processo histórico das organizações coletivas, o desenvolvimento de diversas iniciativas que se convergiram em prol do agricultor familiar. Em Dracena destaca-se a CATI e a Prefeitura Municipal de Dracena, na criação da Associação dos Produtores Rurais de Dracena, orientação sobre os diversos cultivos e organização produtiva, o governo estado de São Paulo que por meio do Programa Microbacias II permitiu a construção de um minilaticínio, e uma unidade de beneficiamento de produtos minimprocessados e ampliação de equipamentos para processamento de frutas, diversas prefeituras municipais da região que, no período pandêmico, absorveram parte da produção da COOPADRA.

Relações de parceria apresentam conflitos e limites, muitas vezes impostos pela dinâmica política local, na concepção de território, as relações entre indivíduos e instituições são influenciadas por diversos fatores materiais e imateriais. Em Dracena, a atuação pública local foi amplamente elogiada pelos presidentes pesquisados, entretanto, foram citados alguns conflitos que surgem pela necessidade de intermediação que vislumbrem o acesso a recursos públicos de outras esferas, citou-se também a falta de apoio às iniciativas da cooperativa para fomentar o desenvolvimento de novos produtos. Em relação ao PNAE, segundo uma presidente, ainda falta cumprir integralmente a lei que direciona, pelo menos, 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar. Segundo Ela isso ainda não aconteceu em Dracena.

“Repassamos milhões de reais aos produtores [rurais] de Dracena, esse dinheiro é todo gasto no município dinamizando a economia local, estamos fazendo a nossa parte, mas precisamos que a prefeitura faça a parte Dela, [...] que nos dê mais espaço para continuarmos trabalhando e que nos apoie em nossas brigas pela nossa cooperativa” (G. O. Coopadra – Dracena)

Em Verê a Prefeitura Municipal e o CAPA que auxiliaram no processo de formação da APAVE e as demais organizações coletivas, promoveram repasse de conhecimentos sobre manipulação de produtos agroecológicos e orgânicos, viabilizaram a organização produtiva e a transformação de alimentos, oportunizaram a primeira iniciativa de fabricação de doces e conservas. Como o apoio orçamentário parlamentar possibilitou a aquisição de espaço físico

para alavancar a transformação de frutas e legumes em doces e conservas, o governo federal, por meio do PRONAT, permitiu a aquisição de equipamentos para cozinha industrial.

Todas essas parcerias, somadas ao bom diálogo das associações e cooperativas com seus associados e cooperados, possibilitaram o acesso e desenvolvimento nas políticas públicas do PNAE e PAA. Em Dracena e Verê a parceria com diversas entidades tornaram a execução de projetos mais eficientes e proporcionam acesso a novas tecnologias, a parceria por meio da intercooperação entre as organizações coletivas da agricultura familiar da mesma localidade permitem reduzir despesas com produção e logística, o que melhora a competitividade e remuneração ao associado/cooperado. Essas parcerias, no âmbito territorial, conforme Saquet (2007), acontecem a partir da apropriação do espaço geográfico, é constituído mediante forças concretas, relações de poder, em Dracena e Verê, elas agem na ativação ou retração da vida comunitária, na construção de identidades e de distintas redes, impactando o espaço apropriado.

“O fato de termos entidades parceiras facilita muito o nosso caminho, o acesso ao PNAE e PAA, por exemplo, seria mais difícil se estivéssemos sozinhos” (M. B. Associação Nova Canaã – Dracena)

A isenção de impostos estaduais na comercialização com o PNAE foi apontada como fator positivo de acesso e manutenção a política pública. Segundo os presidentes pesquisados, principalmente aqueles que atuam de forma contínua no mercado convencional que têm seus produtos tributados pelo Estado, destacaram que o subsídio do Estado que regulamenta a isenção do imposto estadual incentiva a participação na política e criam mecanismos de competitividade.

Em Verê foi destacado que, muitas vezes, o grande diferencial dos resultados obtidos nas transações comerciais do mercado convencional e das políticas públicas do PNAE e PAA residem, não só no fato dos preços praticados no mercado institucional serem geralmente melhores, mas nas estruturas de custos que geram, que incluem a existência ou não de impostos. Segundo um entrevistado, alguns produtos como o suco de uva tem a incidência de 12% de imposto no mercado convencional quando vendido para empresas, no PNAE são isentos. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural em escala estadual é bastante ampla para tratar das especificidades locais, entretanto, sua mobilização em Verê, considerando o benefício de isenção de imposto estadual, produzem de reflexos econômicos que direcionam ao desenvolvimento sustentável.

Toda essa competitividade gera oportunidades que trazem benefícios econômicos e produtivos a organizações da agricultura familiar, permite também melhor remuneração ao associado/cooperado. E extensão desse benefício pode gerar um ciclo virtuoso a toda área de ação da organização coletiva, no âmbito do território, favorece suas manifestações de poder.

Quanto a oportunidade de inserção da produção orgânica no mercado no PNAE, os presidentes pesquisados de Verê destacaram a previsibilidade institucional dessa obrigatoriedade na merenda escolar estadual como fator relevante para promoção da alimentação saudável, sobretudo, o incentivo produtivo.

“O grande diferencial de nossa cooperativa é a produção orgânica certificada [...] o governo do Paraná [por meio do PNAE] tem incentivado essa iniciativa, a perspectiva é que nossa participação no PNAE aumente a cada ano” (M.J. Coopervereda – Verê).

De acordo com Brasil (2005), as políticas públicas territoriais apresentam inovações em relação às abordagens reacionárias do desenvolvimento rural, nesse sentido, o estímulo da produção orgânica, contempladas no decreto nº 4.211 de 2020 do Estado do Paraná tem determinada sua adoção integral à merenda escolar até 2030, nesse caso, em Verê, a prática da produção orgânica para manutenção e ampliação na participação da política pública do PNAE é vista como um diferencial competitivo. Embora, quando questionados sobre o decreto apresentar incentivo a alimentação saudável e o desenvolvimento dessa cultura, e não trazer detalhes sobre preferência de produtos, um presidente entrevistado de Verê manifestou boas perspectivas, visto que, a inserção progressiva de produtos orgânicos na alimentação escolar do Estado tem contemplado seus produtos de forma integral.

### **7.1.3 Os Limites da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE E PAA**

Em relação aos limites, as fragilidades internas apontadas pelos presidentes das organizações coletivas de Dracena e Verê no acesso e desenvolvimento do PNAE e PAA, incluem a variável logística que foi a única pactuada de forma unânime, questões derivadas de fragilidades produtivas que foram apontadas em metade dos limites identificados. Os outros limites destacados foram a indisponibilidade de recursos financeiros operacionais e para investimentos, falta de participação dos associados e a dependência de órgãos para elaboração e acompanhamento de projetos nas políticas públicas do PNAE e PAA.

Em relação aos limites internos da logística, em comum os presidentes entrevistados destacaram que, não há frota suficiente para o escoamento dos produtos. Foram citados

também, como componentes logísticos que dificultam a operacionalização do PNAE e PAA o elevado custo com combustível, que vem apresentando sucessíveis aumentos nos últimos anos, e os investimentos na manutenção dos veículos que não são baixos. Por conta da insuficiência logística, grande parte das operações de transporte de produtos em Dracena e Verê são operacionalizadas por terceiros, por conta disso, sentem-se limitados a comercializar seus produtos em transações que não envolvam altos desembolsos com frete.

“Gastos com frete são muito altos, em geral, para valer a pena, os locais de entrega no PNAE devem apresentar grandes quantidades, se não temos prejuízo [...] alguns produtos são entregues nas escolas da região pelos próprios associados” (F.B. COOPERVIVE - Verê).

Ambas as organizações coletivas citaram o escoamento da produção como um grande gargalo no processo de comercialização dos produtos agrícolas inclusive no PNAE e PAA. Em Verê, uma alternativa recente foi a busca por auxílio na aquisição de veículos concedidos pelo Projeto Coopera Paraná da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), a expectativa é que os custos com frete sejam diminuídos e, assim, os custos logísticos sejam suavizados. Esse fato corrobora com as considerações de Abramovay (2010) sobre os atores do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, o autor convida a abandonar o horizonte estritamente setorial, que considera os agricultores como os únicos atores do meio rural, sendo assim, percebe-se que o acesso a políticas públicas em Verê e Dracena instigam a atuação de outros atores no território, essa relação permite o acesso e manutenção de outras políticas públicas, como em Verê, a aquisição de veículos pela SEAB para subsidiar as entregas do PNAE.

Sobre as limitações derivadas da produção, que estão conexas a atuação das organizações sociais pesquisadas, as entrevistas mostraram que, no mercado institucional do PNAE e PAA, foram identificadas fragilidades ligadas ao planejamento da produção, a infraestrutura produtiva, a diminuição da diversificação da matriz produtiva e a assistência técnica.

A articulação entre o planejamento da produção, a infraestrutura produtiva, a diversificação da matriz produtiva e a assistência técnica são elementos que se correlacionam na atividade agrícola. Ao que tange o planejamento da produção foram citados aspectos ligados a imprevisibilidade por parte organização coletiva em relação as demandas produtivas do PNAE e suas oscilações em relação aos cenários político-institucionais que podem variar conforme os critérios de classificação, concorrência, previsão orçamentária, entre outras.

Segundo os presidentes entrevistados de Dracena, além da imprevisibilidade em relação a diversidade e quantidade de produtos demandados pela política pública do PNAE, os cronogramas de entregas, em algumas situações, desalinham-se do processo de cultivo e colheita dos produtores rurais, nesse sentido, a oferta produtiva planejada por parte da organização coletiva fica prejudicada, devido, principalmente, a perecibilidade e sazonalidade de seus produtos, podendo levar a uma escassez ou excesso de determinado produto.

Esse conflito entre o poder público local e as organizações sociais de Dracena e Verê estão presentes na vida cotidiana dos indivíduos envolvidos. No território, o poder é compreendido a partir dessas relações contraditórias, nelas, em Dracena e Verê, as redes de circulação e comunicação se desenvolvem interligando pessoas que articulam os territórios e as estratégias de desenvolvimento (SAQUET, 2009).

Sobre a diversificação produtiva, em Dracena e Verê, foi apontado que a organização da produção para demandas no mercado convencional, crescente nos últimos anos, geralmente é relacionada aos produtos tradicionais, o que, segundo os presidentes pesquisados, prejudica a ampliação da diversificação da matriz produtiva.

Esse fato, liga-se aos entraves históricos que produziram aumento e posterior retração da diversidade produtiva, como a descontinuidade do PAA, porém, outros reflexos dificultam a implantação, manutenção e expansão de novos produtos, que, segundo presidentes, tem ligação direta com aumento de custos, dificuldade de crédito, aumento de demandas por produtos tradicionais, a descapitalização e receio dos produtores e das organizações coletivas. Nesse sentido, em Dracena e Verê, o território como produto socioespacial do movimento, revela contradições sociais, forças econômicas e produtivas ativadas por forças exteriores ao próprio território.

Questões ligadas a falta ou insuficiência de infraestrutura produtiva que estão ligadas ao processamento e transformação e armazenamento de produtos, segundo presidentes entrevistados, é um dos fatores limitantes das organizações coletivas para ampliação da comercialização junto ao PNAE. Quando regularmente as organizações coletivas operacionalizavam junto ao PAA, dentre outras questões limitantes, as entrevistas mostraram que, fatores físico-estruturais impediam a ampliação da oferta de produtos nesse mercado, principalmente os processados de maior valor agregado. Por conta disso, questões relacionadas a infraestrutura produtiva eram revistas, reelaboradas e readaptadas a fim de manutenção e ampliação desse mercado.

Em Dracena, as fragilidades de estrutura produtivas citadas, além do espaço físico para condicionamento dos produtos na cooperativa, foram identificadas, a ampliação de

maquinários industriais para processamento de polpa de fruta e leite, câmaras frias para a estocagem de produtos que necessitam ser resfriados e congelados, equipamentos logísticos adequados, entre outros. Em Verê a infraestrutura logística, ampliação física da cozinha industrial, aquisição e renovação de diversos equipamentos que a compõe foram citados como limites infraestruturais para ampliação da comercialização na política pública do PNAE. De forma comum, em Dracena e Verê, foi identificado a necessidade de ampliação do espaço físico para as atividades administrativas que dão suporte ao setor produtivo com um todo.

Em Dracena, uma presidente apontou que na relação infraestrutura produtiva e diversificação da matriz produtiva, quando orientados aos mercados como do PNAE e PAA, viabiliza a geração de riqueza. A combinação entre a tecnologia e os processos de produção, processamento, armazenamento e logística é capaz de desencadear processos tanto induzidos como autônomos de desenvolvimento rural.

“Tudo que produzimos a gente vende, graças a Deus [...] o PNAE agora, e o PAA com mais força antigamente, gerava uma demanda para produtos diversificados e industrializados, com essa garantia [de venda e recebimento], os investimentos em tecnologia foram feitos [...] hoje somos capazes de perceber a importância do PAA na industrialização e agregação de valor em nossos produtos” (G. O. Coopadra, Dracena).

Em relação a assistência técnica, em Verê e Dracena, apontaram a dificuldade de manter um profissional na organização para promoção da assistência técnica, visto que os custos dessa mão de obra são demasiadamente caros. Ambos os casos, destacaram a importância de parcerias para o desenvolvimento desse trabalho. Entretanto, foram identificadas limitações em relação ao desequilíbrio do quantitativo de profissionais ligados a assistência técnica disponível por entidades públicas com o número de propriedades rurais a serem assistidas.

Em Dracena e Verê a parceria com prefeituras e organizações privadas são de suma importância para que esse trabalho, mesmo que considerado insuficiente, seja realizado. Em Dracena, por conta dessa limitação, reflexos como dificuldade em difundir tecnologias, modelos de gestão e planejamento das atividades agrícolas foram identificados.

Citada por todos os entrevistados, a limitação da assistência técnica, correlacionou-se com a variável dependência de órgãos para elaboração e acompanhamento do projeto, pois em duas organizações coletivas, uma de Dracena e outra em Verê, a falta de acesso à política do PNAE, em alguns períodos, e posterior deficiência de renda na organização, foi relacionada a falta de assistência técnica demandada por parte do poder público. Por conta disso, Saquet (2011) que afirma que os movimentos políticos reforçam o pensamento de que os atores

locais, no caso as organizações sociais e seus associados/cooperados, devem ser independentes e coordenar o desenvolvimento de seu próprio território.

Uma entrevistada de Dracena apontou que, a criação de vínculos de dependência excessiva de uma organização coletiva a órgãos da administração pública ou privadas para participação e manutenção nas políticas públicas, como do PNAE e PAA, podem gerar um efeito social e econômico negativo à organização coletiva da agricultura familiar quando, por algum motivo, esses órgãos se distanciam.

O desenvolvimento sustentável nos territórios está relacionado a dinâmicas ambientais, culturais, econômicas e políticas, em Dracena e Verê, percebe-se que essas dinâmicas nem sempre estão articuladas. Isso significa que, conforme Saquet (2009), os agentes sociais produzem relações econômicas entre si, entretanto, simultaneamente com elementos políticos internos e externos produzem múltiplas determinações que podem gerar contradições que refletem no território.

“É importante a criação de vínculos para transferência de conhecimento e tecnologia, mas a cooperativa deve apropriar-se desse conhecimento para andar com as ‘próprias pernas’, pois políticos mudam e a cooperativa continua” (G. O. COOPADRA, Dracena).

A limitação sobre a participação dos associados e cooperados citadas nas entrevistas por um presidente de Dracena e os dois entrevistados de Verê apontaram a baixa participação do quadro social em processos de base, como a construção, organização e manutenção conjunta da produção para entrega nas políticas públicas. Segundo entrevistas, a falta de entendimento dos associados sobre procedimentos básicos dos programas, como a forma de pagamento, monitoramento dos produtos e prestação de contas geram desgastes que poderiam ser evitados.

Problemas na fase da prestação de contas, como erros de digitação e impossibilidade de manutenção de certidões negativas geram atrasos nos pagamentos. Segundo entrevistados de Verê, quando o produtor desconhece esses detalhes políticos institucionais, podem se sentir inseguros quanto ao recebimento de seus produtos e dificuldade, por parte da cooperativa, de organizar o cronograma de entregas.

Em Verê, os entrevistados citaram dificuldades em elaborar projetos para participação no PNAE, pela ausência de regularização de documentos dos produtores necessários para classificação das propostas. Limitações relacionadas a qualidade dos produtos também foram pontuadas, de acordo com os entrevistados corriqueiramente são entregues produtos fora do padrão, por questões de manejo, quando são matérias primas de

outros produtos que sofrem transformação, esse produto é aceito e destinado a outros fins, como é o caso da uva que se transforma em suco, caso o produto não passe por industrialização, não é aceito. Segundo entrevistados de Verê, situações como essas atrapalham o cronograma de entregas no PNAE e produzem atrasos nas entregas às escolas e posterior no recebimento.

As relações territoriais estão centradas na atuação dos homens (SAQUET, 2009), a constante interação gera conflitos e disputas espaciais diversas, nesse sentido, a identidade e as relações de poder geram mecanismos e instrumentos internos que mediam as relações sociais entre organização coletiva e seus associados/cooperados em Dracena e Verê. Esse processo construído orienta a manutenção de projetos voltados ao desenvolvimento de base local.

#### **7.1.4 As Estratégias da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA**

Ao que tange as estratégias desenvolvidas, características e ações internas das organizações coletivas no enfrentamento das demandas econômicas, sociais, políticas e produtivas, na percepção dos presidentes, as relações que fomentam a participação e manutenção nas políticas públicas do PNAE e PAA, e são manifestas por meio do atendimento as normas sanitárias, produção orgânica, produção diversificada, processamento e industrialização da produção, intercooperação, qualidade dos produtos e promoção de circuitos curtos de comercialização.

Em relação a estratégia de atendimento as normas sanitárias, os presidentes entrevistados de forma comum informaram despender esforços para adequação sanitária dos seus sistemas produtivos para comercialização junto ao PNAE e PAA. Foi compreendido, que esta característica interna das organizações coletivas de Dracena e Verê é uma limitação para muitas organizações que operacionalizam no mercado institucional.

“Estar de acordo com a lei é fundamental, principalmente, com as normas sanitárias, pois é requisito mínimo para acesso ao PNAE e PAA [...] inicialmente parecia difícil adquirir licenças como do MAPA, pelo valor e exigências documentais, mas, creio que pelo próprio propósito do PAA, as regras foram simplificadas para pequenas agroindústrias familiares” (F.B. Coopervive - Verê).

Essa estratégia tem correlação com a qualidade dos alimentos, identificado por três presidentes de Dracena e todos de Verê, essa correlação está ligada aos padrões de qualidade impostos nas cadeias de valor que afetam o produto final comercializado. Nas políticas

públicas do PNAE e PAA, as normas propõem a qualidade dos alimentos em atenção ao atendimento as normas de higiene-sanitárias sob a ótica da segurança alimentar.

Segundo presidente de Verê, em 2006, quando aberta a agroindústria de suco, o atendimento à legislação e a obtenção de licenciamento sanitário e ambiental fugiam a realidade de muitos produtores e organizações coletivas. Em 2013, esses normativos adequaram a realidade da agricultura familiar, aliando a inclusão produtiva e segurança sanitária, quando a organização social passou a operar de forma regular.

Segundo os presidentes entrevistados, devido à diversidade de produtos direcionados ao PNAE e PAA, bem como o direcionamento produtivo voltado ao processamento e industrialização, foi necessária autorização e licenciamento em âmbito municipal, estadual e federal que, além de burocráticos, demandaram alto valor financeiro. Apesar do desafio, foi possível operacionalizar produtos no mercado institucional que outras cooperativas da área de ação não conseguiram, como farinha, leite, ovos, entre outros. Esse diferencial permitiu, em ambos os municípios, o acesso favorável às políticas públicas de comercialização, inserindo produtos diferenciados com alto potencial de valor agregado.

A produção orgânica citada em Verê, é vista pelos presidentes das organizações sociais, como diferencial estratégico para manutenção e ampliação comercial, principalmente no PNAE. A implementação estratégica dessa forma de produção já é consolidada e parte do princípio norteador das políticas públicas de acesso a alimentação adequada. O caráter voltado à sustentabilidade ambiental permitiu, segundo o presidente da COOPERVEREDA, aderência a quesitos políticos institucionais que surtiram reflexos positivos na participação da organização coletiva no PNAE nos últimos quatro anos.

Os sistemas produtivos diversificados foram apontados como estratégia econômica e ambiental na percepção de quase todos os presidentes entrevistados. A partir dessa afirmativa, percebe-se que, conforme Vasconcellos Sobrinho (2009), no território torna visível o papel e a forma como indivíduos, estão integrados para criação de estratégias de desenvolvimento para uma mudança social. Em Dracena e Verê, essa estratégia possui aderência aos aspectos ligados ao processamento e industrialização, procedimento que amplia a matriz produtiva e permite maior valor agregado.

Em Verê e Dracena, conforme dados da pesquisa, a participação nas políticas públicas, sobretudo do PAA, induziu à diversificação da matriz produtiva, embora essa diversificação tenha sofrido decréscimo nos últimos anos ainda é aliada no desempenho das políticas públicas e viabilidade no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

A diversificação da produção, segundo concepção dos presidentes, tem efeitos positivos na promoção da segurança alimentar, um dos objetivos das políticas públicas de comercialização da agricultura familiar. Em Dracena, a cultura da cana-de-açúcar e em Verê a soja, permitiram uma produção em larga escala que promove reflexos ambíguos, segundo presidenta da COOPADRA, por um lado, contribuem para o crescimento econômico, por outro, promovem desenvolvimento desordenado, ampliando desigualdades no campo e concentração fundiária, além de comprometer a segurança alimentar em escala local.

“A diversificação produtiva para nós agricultores familiares é fundamental, ainda mais num lugar onde só pensa em produtividade, desconsiderando o meio ambiente e as pessoas que moram ali [...] pedem para Eles [agronegócio] produzir verdura? Um alimento que eles comem pois é saudável, eles não vão produzir, pois eles só querem produtividade e dinheiro” (G. O. COOPADRA, Dracena).

A decisão do que produzir e quanto produzir é definido pelo produtor rural com auxílio de sua rede de apoio, no caso de Dracena e Verê, em comum, foi apontado pelos presidentes as organizações coletivas, as prefeituras do município e os institutos de desenvolvimento rural, vários fatores são analisados, como vantagens econômicas, oportunidades comerciais e riscos. Segundo a presidenta da COOPADRA, a estabilidade de um novo produto, a fim de compor a diversificação, é dado pela sua resistência e resiliência as diversas ameaças e abalos que lhes são investidas. Comumente, em Dracena e Verê, essa lógica foi percebida por fatores econômicos, sob a ótica dos presidentes, com a descontinuidade do PAA, onde diversos produtos deixaram de ser objetos de comercialização.

De forma consistente todos entrevistados confirmaram que, para acesso as políticas institucionais e demandas do mercado convencional na agricultura familiar, a diversidade do uso da terra, por meios diferentes formas de produção, proporciona melhores retornos em comparação a uma única forma de uso produtivo da terra, além de que, a viabilidade se estende em relação aos riscos ambientais, incertezas climáticas e pragas que podem atacar violentamente a produção.

Em Dracena e Verê, a diversificação produtiva promove condições de competitividade na manutenção das políticas públicas do PNAE e PAA, essa conexão transforma os recursos dispersos em processos dinâmicos que alimentam, simultaneamente, as relações econômicas e sociais entre os indivíduos e as relações de poder no território, em outras palavras, permite interagir as estratégias de desenvolvimento territorial numa perspectiva sustentável.

Em relação a estratégia de intercooperação, os presidentes entrevistados de Verê e Dracena, frisaram a parceria de associações e cooperativas locais, se destacou pela ajuda mútua em tempos de crise, como do PAA e da Covid-19, no sentido de suporte a comercialização dos produtos de sócios que são comuns entre si. Percebe-se a substituição da clássica concorrência do capitalismo pela cooperação e a busca de objetivos comuns.

Na formação de propostas para atendimento das políticas públicas, em Dracena, ficou muito claro a dinâmica da intercooperação, o diálogo para angariar benefícios comuns se perpetua, as organizações coletivas mais consolidadas geralmente coordenam o processo atentas às identidades e especificidades, potencialidades e limites, de cada grupo. Essa estratégia permite redução de custos, uma vez que os processos comerciais geralmente ocorrem simultâneos, além de estreitarem as relações de confiança entre o produtor rural e as organizações coletivas. Em Verê, as relações de intercooperação atualmente são mais simples, uma organização operacionaliza uva e seus derivados produtivos e a outra os demais produtos agroecológicos, sob a ótica das políticas públicas, as organizações coletivas se relacionam em aspectos sociais, por possuírem sócios em comum e logísticos quando acessam simultaneamente o PNAE.

Sob a ótica do território de Raffestin (1993), a relação de intercooperação em Dracena e Verê, estabelece relações que permitem a criação e manutenção de poder, seja na forma política, cultural ou econômica, considerando fatores que o fundamentam a identidade, poder e gestão a partir das vinculações entre o local e regional.

E, por fim, a promoção de circuitos curtos de comercialização na forma de estratégia econômica foi citada por todos os presidentes entrevistados. A principal vantagem destacada foi a relação dos custos com o fator preço, o que constitui oportunidade para criar valor ao produto.

“O PNAE e PAA permite a entrega da produção rural direto ao consumidor final, sem relação comercial intermediária, além saberem [do cliente e consumidor] quem está fornecendo o alimento sabem que aquele produto é de sua cidade, além do preço final não ser diluído entre outros comerciantes” (G. O. COOPADRA, Dracena).

A proximidade geográfica possibilita relações entre o produtor do alimento e o consumidor final. Segundo os presidentes entrevistados, essa relação promove a valorização da agricultura familiar, visto que, o fato de possuir no máximo um intermediário, no caso de Dracena e Verê, as organizações coletivas, permite que o preço não se dilua pelas diversas cadeias de comercialização e o custo não aumente nas fases distributivas.

No PNAE e PAA, essa relação se configura por meio da qualidade do alimento, rastreabilidade aos produtos e dinamização da economia local. Em Dracena e Verê, esse

circuito permitiu a absorção de receitas econômicas, por meio do PNAE e PAA, desde 2006, promovendo o desenvolvimento de relações sociais no território. Em Dracena, uma presidenta destacou a importância de as crianças saberem que estão consumindo, no ambiente escolar, um produto de origem local, segundo ela, valoriza a agricultura familiar, reforça a identidade do território e cria um sentimento de pertencimento.

No território as relações econômicas, culturais e políticas entranham-se nas relações afetivas e de pertencimento (SAQUET, 2011), em Dracena e Verê, são por meio dessas relações que movimentos de cooperação, coesão e resistência se desenvolveram, nas singularidades como a identidade e a criação de redes, a partir das relações sociais, que o poder é compreendido.

## 7.2 DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS PRODUTORES RURAIS

No âmbito dos agricultores familiares de Dracena e Verê, os produtores entrevistados apontaram diversos desafios, estratégias, oportunidades e limites do PAA e PNAE e foram sistematizadas em 04 grupos e 16 esferas, conforme tabela a seguir:

Tabela 32 - Desafios, oportunidades, limites e estratégias do PAA e PNAE para os agricultores familiares de Dracena e Verê

<b>Grupo</b>	<b>Esfera</b>	<b>Frequência Dracena</b>	<b>Frequência Verê</b>
Desafios	Aumento de custos	18	9
	Acesso a Crédito	15	7
	Critérios de Classificação nos editais	11	5
	Desmonte do PAA	18	8
Oportunidades	Clima e solo favoráveis	8	4
	Parcerias	20	10
	Demanda por produtos agroecológicos	19	7
	Produtores rurais resistentes	6	4
Limites	Receio na promoção de investimentos	9	7
	Mão de Obra	5	8
	Envelhecimento da população rural	12	7
	Assistência Técnica	15	6
Estratégias	Produção orgânica	0	10
	Diversificação	20	10
	Processamento/Industrialização	12	7
	Organização Coletiva	15	4

Fonte: Dados da pesquisa.

### 7.2.1 Desafios da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA

Em relação aos desafios de acesso e manutenção nas políticas do PNAE e PAA, os agricultores pesquisados apontaram aspectos que foram relacionados aos aumentos de custos, acesso a crédito, critérios de classificação nos editais e o desmonte do PAA.

De acordo com a maioria dos entrevistados, o aumento dos custos, sobretudo nos últimos anos, tem apresentado um desafio, não só na manutenção das políticas públicas do PNAE e PAA, mas sobre a reprodução social da agricultura familiar no território. Segundo entrevistados de forma comum, o aumento dos gastos abrangeu todas as etapas do processo de produção.

De forma comum, em Dracena e Verê, operacionalmente, o aumento de custos levou a uma redução no resultado produtivo agrícola, estruturalmente o aumento dos custos impactaram o investimento na manutenção da diversificação da matriz produtiva. Segundo produtor de Verê, a diversificação dos sistemas produtivos tem correlação com esse desafio, visto que, por meio da diversificação o déficit financeiro deixado por uma atividade pode, em momentos distintos, ser suprido pelo resultado favorável de outra atividade.

“Em geral, os custos aumentaram e [com isso] nosso lucro diminuiu, mas, por exemplo, a uva, nessa safra, teve um bom preço, compensou o prejuízo pelo aumento de custo inesperado que temos com o pepino” (C.A.S, Coopervive, Verê).

Segundo produtores, além do aumento do dólar e conflitos internacionais, a pandemia foi uma das causas que mais impactaram os gastos com as atividades agrícolas, sobretudo, os insumos básicos como, energia, ração para os animais, combustíveis e outros. No período pandêmico, esse impacto, segundo produtores de Verê, foi suavizado pelas vendas no PNAE, entretanto, reflexos econômicos e produtivos, foram percebidos como, o excedente produtivo não escoado completamente, alguns recursos financeiros derivados da comercialização dos produtos não foram recebidos e a impossibilidade de repassar o aumento dos custos integralmente no preço de seus produtos, o que impactou um resultado econômico e financeiro negativo.

“Com a pandemia ficamos sem vender e produzir bastante coisas, [...] como verduras e legumes, a continuidade [da comercialização] do PNAE nesse período foi muito importante, principalmente, pelos preços praticados [...] os preços acompanharam o aumento dos custos” (G.R.C. Coopervereda, Verê).

O desafio da falta créditos ou de recursos financeiros próprios se apresentou como fator limitante ao desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo entrevistas, de forma

comum, em Verê e Dracena, grande parte dos produtores se encontram descapitalizados carecendo de investimentos nas suas atividades, somada a isso, os produtores apontaram dificuldade de acesso a políticas agrícolas de crédito, essas limitações impedem a modernização das atividades agrícolas, pode ser um fator limitante para o aumento da produtividade e diversificação de culturas demandadas, inclusive, pelo PNAE e PAA.

As entrevistas permitiram identificar que, o Estado oferece poucas linhas de crédito nesse sentido, sendo o PRONAF a linha mais expressiva, um entrevistado de Verê pontuou que, os critérios que permeiam a concessão desses recursos são burocráticos e ineficazes, e, segundo sua percepção e experiência, existe uma defasagem entre a liberação de recursos e o período solicitado.

Para um produtor de Dracena, os créditos rurais deveriam ter prazos compatíveis com o retorno das atividades agrícolas para não causar estrangulamento financeiro, foi destacado haver condicionantes para liberação de crédito como a aquisição de bens ou serviços específicos, prática considerada desrespeitosa pelo entrevistado que citou.

O desafio a respeito de critérios de classificação no edital de chamamento público do PNAE e PAA, foi citado por onze agricultores de Dracena e metade dos agricultores pesquisados de Verê. Essa variável diz a respeito a critérios de classificação que delimitam determinados grupos sociais como público prioritário para acesso a essas políticas, a crítica traz o questionamento por parte dos agricultores e se direcionam as instituições que promovem o chamamento que não possuem meios ou aparato institucional que identifique e coíba a prática de estratégias consideradas oportunistas por parte de algumas organizações coletivas para acesso à política e, mesmo de outras localidades, acabam por inviabilizar a participação de cooperativas e associações em sua própria área de ação.

“É revoltante ver uma associação se classificar no PNAE melhor que nós por ter maior número percentual de assentados, por exemplo, quando na verdade, esses sócios mal participam da associação [...] são oportunistas e só atrapalham o processo” (S.F.P. Associação J. Marques, Dracena)

A necessidade de criar reações estratégicas que beneficiem a produção e comercialização da agricultura familiar, que gere renda ao produtor rural e que auxiliem no enfrentamento das constantes adversidades estão na base de cada território. O desenvolvimento de ações que visem estimular o território dependeu da relação dos sujeitos de Dracena e Verê com as estruturas sociais, políticas e econômicas que interagem. Apesar da interação entre os sujeitos, sobretudo no acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural, como o PNAE e PAA, a pesquisa mostrou a existência de diferenças e conflitualidades

sociais, não só em relação ao Estado que regulam essas políticas, mas, também, por parte de agentes materiais e imateriais que, se articulados entre si, contribuiria para transformar democraticamente o território e mobilizar o desenvolvimento dos sujeitos locais.

O termo “desmonte” do PAA, foi literalmente tratado por quase todos entrevistados, segundo uma entrevistada de Verê, a primeira ação do desmonte do PAA que se lembra foi um decreto publicado pelo governo federal onde informava que os produtos processados a serem entregues no PAA pelos agricultores familiares teriam que ser totalmente oriundos da agricultura familiar, caso fosse um pão, produto que a produtora entrevistada entregava no PAA, todos os ingredientes incluindo açúcar, a farinha de trigo e outros deveriam ser provenientes da agricultura familiar.

Um produtor de Verê, que faz parte do conselho fiscal de uma organização coletiva, argumentou que a agenda neoliberal, motivadas por políticas ideológicas ligadas ao governo Temer e Bolsonaro promoveram a aniquilação de políticas federais de apoio à agricultura familiar, sobretudo o PAA. Segundo entrevistados, o Programa Alimenta Brasil, programa que substituiu o PAA é mais burocrático, possuía recursos orçamentários escassos e restringem à agricultura familiar.

“Fizeram um verdadeiro desmonte com o PAA, tiraram a agricultura familiar, diminuíram os recursos financeiros, é um governo do agronegócio” (N. M. C. Coopadra, Dracena). “Meu marido faz praticamente todo o trabalho na lavoura, quando me senti incluída [no processo produtivo] entregando panificados no PAA, fui surpreendida que não podia mais, pois para me encaixar [nas novas regras do programa] tinha que fabricar a farinha, açúcar [...], nessa crise econômica do país, de onde tiraria recursos para fazer esses investimentos?” (C.V.S.G. Coopervereda, Verê)

De forma comum para todos os produtores, estratégias adaptativas tiveram que ser incorporadas a realidade das famílias rurais que se sentiram economicamente e socialmente vulneráveis por conta do desmonte do PAA. Em Verê e Dracena, as estratégias para segurança da reprodução social foi imediatamente a busca por novos mercados. Para dois produtores de Verê, essa ação trouxe benefícios, mas também significou retrocessos, por retomarem operações intensas com atravessadores que pagavam valores inferiores aos praticados no mercado, além de que, incitavam relações comerciais sem a participação da cooperativa.

Outras estratégias para o enfrentamento da ausência do PAA, com vistas a estabilizar a renda, foram citadas, que incluem desde a venda ambulante até trabalho externo. A evasão de agricultores, a diminuição dos volumes de comercialização e variedade produtiva foram percebidas em suas propriedades rurais após a descontinuidade do PAA. Citaram também a

falta da política do PAA no contexto pandêmico, segundo eles, a instrumentalização dessa política nesse contexto traria muitos benefícios aos receptores dos alimentos e a agricultura familiar, porém sua ausência, somada aos meses que o PNAE não operou, trouxe dificuldades financeiras e muita vulnerabilidade no contexto rural.

Nota-se que a relação de proximidade da agricultura familiar e o Estado são fundamentais para fortalecer as organizações coletivas e seus associados. A reprodução de políticas públicas como o PNAE e PAA influenciaram sua capacidade organizativa constituindo instrumento de poder no território. As interações políticas que cercaram essas políticas públicas, sobretudo o PAA com sua descontinuidade, a partir de 2013, promoveram constantes conflitos e disputas em escalas espaciais diversas, impactando negativamente as relações comerciais, econômicas, produtivas e sociais no nível local.

No âmbito territorial, a fim de superar as dificuldades apresentadas e mobilizar suas relações de poder, estratégias de desenvolvimento e a necessidade de construir novos vínculos que estabelecem novas redes foram consideradas. Em Dracena e Verê, reconstruir dinâmicas de *re-territorialização* se tornaram importantes compreendendo fortalecer as relações econômicas, produtivas e sociais. A identidade territorial, correspondida por um processo social historicamente construída (SAQUET, 2009) e influenciada pelas políticas públicas do PNAE e PAA, passaram a ser mediadas por um processo de resistência e reconstrução.

### **7.2.2 As Oportunidades da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA**

Em relação as oportunidades, os produtores rurais entrevistados identificaram diversas variáveis externas favoráveis para manutenção da operacionalização com as políticas públicas do PNAE e PAA, como clima e solos favoráveis à produção de frutas, verduras e legumes, as parcerias com instituições que apoiam a agricultura familiar, a demanda regional por produtos agroecológicos produzidos por eles e a resistência dos produtores em relação à promoção da agricultura familiar.

Características essas, interpretadas pelos produtores rurais entrevistados, atribuídas como fatores oportunos no acesso ao PNAE e PAA passam pela perspectiva do clima e solo favoráveis da região de Dracena e Verê. Na visão dos produtores, essa variável de natureza física (clima, solo, topografia, recursos hídricos) se correlaciona com aspectos produtivos locais.

Na percepção dos produtores em comum, a apresentação bem definida das estações do ano relacionada aos bons índices pluviométricos favorece o desenvolvimento da

agricultura, sobretudo, o cultivo de frutas, verduras e legumes, atividades comuns em Dracena e Verê e demandadas nas políticas públicas do PNAE e PAA. Em relação ao solo, foi atribuído bons índices de fertilidade que resulta em ganhos de produtividade.

Fatores correlacionados a parceria foram citados nessa característica, segundo entrevistados de Dracena, foi ressaltado que as ações de entidades parceiras inibem o desenvolvimento e expansão de atividades, as quais poderiam não ser beneficiadas pelas circunstâncias relacionadas ao clima e solo. Nesse sentido, é possível acreditar que essas atuações promovem maior segurança produtiva ao pequeno agricultor, que conforme pesquisa, a maioria descapitalizados, tornando seus investimentos menos propensos a riscos os quais não tem controle.

“Temos muitas entidades que nos ajudam [...] o CAPA por exemplo, trouxe todas informações necessárias para iniciarmos a produção orgânica, esse diferencial nos trouxe competitividade no PNAE, sem eles e sem apoio da prefeitura municipal, não teríamos o quantitativo produtivo que temos” (M.H.C. Coopervereda, Verê).

Quando foram instigados sobre a promoção da conscientização ambiental no desenvolvimento de técnicas de conservação de solo e práticas de proteção aos recursos hídricos, nos depoimentos, de forma comum em Dracena e Verê, percebe-se que há compromisso dos produtores em compreender o meio ambiente em sua totalidade e são cientes das consequências que as ações não sustentáveis podem causar a ele. Segundo produtor de Dracena entrevistado, o cumprimento e compromisso com as leis ambientais são necessárias e que a sobrevivência dos ecossistemas depende de ações conjuntas e seus reflexos são diretamente vinculados à reprodução social e econômica da agricultura familiar.

Nesse sentido, acredita-se que em Dracena e Verê, princípios importantes da agroecologia são efetivados como a preservação da biodiversidade e conservação ambiental, no âmbito do território, a preservação dessa identidade cultural e a participação dos atores nos processos sustentáveis de produção sinaliza, conforme Saquet (2009) a utilização da natureza como elemento intrínseco do território fazendo dela um instrumento de poder.

A parceria, vista como oportunidade para manutenção das políticas públicas, foi percebida por todos os agricultores entrevistados. O trabalho de instituições de apoio e fomento à agricultura familiar foram citadas por meio de universidades, escolas agro técnicas, escritórios do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), SENAR, CAPA, destacaram-se no cenário formativo. Entidades de fomento à aquisição de bens a fundo perdido para organizações coletivas, as quais são vinculados também foram identificadas

como parceiras, pois, por meio de projetos e inserção de recursos orçamentários, possibilitou competitividade dos produtores principalmente no mercado institucional.

As parcerias com organizações públicas e privadas para promoção da assistência técnica rural foram destacadas, pelo poder de estimular novas formas de produção, potencializar fatores favoráveis e reduzir os fatores limitantes demandados, inclusive, pelas políticas públicas do PNAE e PAA.

Alves e Guivant (2010) reforçam a ideia sobre importância de vincular redes e experiências para superar as diversas problemáticas do desenvolvimento local. Nessa perspectiva, em Verê e Dracena, por meio de processos que envolvem os sujeitos territoriais, a sociedade e instituições diversas, o território se perpetua como unidade que dimensiona os laços de proximidade que se convertem em trunfo para o estabelecimento de oportunidades que mobilizam estratégias econômicas, sociais e ambientais em prol da agricultura familiar.

Nesse contexto, coerentemente, abordam, de forma síncrona os elementos políticos e culturais dos territórios. As características específicas de cada sujeito social enfatizam a promoção econômica, produtiva e política das organizações sociais da agricultura familiar e seus atores em Dracena e Verê. Suas articulações permitem, no âmbito das políticas públicas do PNAE e PAA, compreender as relações sociais, comerciais e ambientais (natureza) que, mesmo em condições conflituosas, somam forças que interagem entre si induzindo o desenvolvimento territorial.

A demanda regional por produtos agroecológicos produzidos pelos produtores locais foi identificada amplamente pelos produtores entrevistados de Dracena como característica favorável para manutenção e acesso ao PNAE e PAA, tendo em vista que, essas políticas favorecem a promoção da cultura e hábitos alimentares locais, entretanto, nos últimos anos essa demanda regional é estendida ao mercado convencional.

Em Dracena, consideram que os produtos comercializados como o queijo, a muçarela, o iogurte e a polpa de frutas são mais valorizados na região quando comparado aos produtos semelhantes produzidos em outras regiões. Instigados nesse sentido, em Verê, percebeu-se que demanda regional e valorização é promovida, sobretudo, pela política pública do PNAE, no mercado convencional essa oportunidade se dá em âmbito local por meio dos circuitos curtos de comercialização, como feiras e mercados locais.

“O PNAE valoriza os produtos que a gente tem, reconhecem que nossos produtos são de qualidade [...] eu me sinto mais tranquilo quando vendo nesse mercado que em outros mercados e outros lugares” (J.B.C. Coopadra, Dracena).

O fator localização pode ser uma variável explicativa em relação a esse antagonismo, uma vez que Dracena possuiu a sua volta grandes centros consumidores, nos quais, a população possui renda *per capita* mais elevada. Em Verê, a avaliação dos produtores pesquisados é que a demanda regional pelos produtos locais no mercado convencional poderia ser mais instigada, sobretudo, pelo diferencial orgânico, visto risco de rupturas das políticas públicas, como caso do PAA, são passíveis de ocorrência.

Segundo entrevistados, a manutenção da comercialização junto ao PNAE e PAA permite o incentivo a resistência dos produtores na promoção da agricultura familiar. De acordo com os produtores de Dracena e Verê, fatores culturais presentes nos produtores correspondem com suas posturas resilientes no enfrentamento das dificuldades. Segundo produtores de Dracena e Verê, traços ligados a vocação, representados pelo domínio das práticas na atividade agropecuária são características da agricultura familiar local.

Em Verê, sobretudo, a trajetória histórica marcada por conflitos agrários sinaliza a luta e resiliência pelo direito ao território, corrobora com a entrevista de um produtor, conselheiro fiscal, que afirma a promoção da agricultura familiar, fortalecidas por essas políticas públicas do governo (PNAE e PAA), foram somadas as condições naturais do território por herança sócio histórica.

“Nossa região foi marcada por muita luta [...] há uma predisposição familiar para enfrentamento das dificuldades [...] sempre lutamos para produzir, vender e continuar na propriedade [rural] por isso brigamos por mais espaço no PNAE e PAA” ((M.J. Coopervereda – Verê).

Em Dracena e Verê, as políticas do PNAE e PAA colaboram para produtores rurais e suas organizações manterem suas identidades em seus territórios, as múltiplas dimensões dessas políticas públicas permitem não caracterizar a agricultura familiar como símbolo de atraso ou mentalidade a ser superada, imposto pelo processo de urbanização e capitalismo, respectivamente, e sim como um ambiente a ser valorizado e necessário para a sociedade como um todo.

### **7.2.3 Os Limites da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA**

Diversos limites foram apontados na promoção do PNAE e PAA pelos produtores rurais entrevistados, as características internas percebidas como fatores limitantes foram, o receio de promover investimentos produtivos e infraestruturais em suas propriedades, redução

da mão de obra, envelhecimento da população rural local e fatores ligados ao acesso restrito da assistência técnica.

Um dos limites levantado pelos produtores rurais pesquisados para o acesso ao PNAE e PAA, foi o receio de promover investimentos na propriedade rural, os produtores afirmaram que essa variável tem relação com resistência ao risco, à diversificação e a inovação. Percebe-se que os produtores estão preferindo desenvolver atividades convencionais, visto que, os arranjos comerciais dispostos por suas organizações coletivas estão cada vez menos demandando novos produtos.

De forma geral, em Dracena e Verê, esses receios têm relação com atividades produtivas demandadas num determinado período e que, por motivos comerciais ou proveniente de situações climáticas adversas, tiveram retração, fazendo com que o segmento fosse inviabilizado. Essa determinante tem grande relação com o fator social de permanência do produtor na atividade rural, uma vez que, o investimento que não angaria retornos pode trazer uma série de adversidades financeiras.

Em Dracena, uma produtora citou a descontinuidade do PAA como exemplo dessa retração, segundo ela, o resultado de investimentos e esforços na produção da pinha e vagem foram impossibilitados após essa ruptura, trazendo, por tempos, consequências limitantes no âmbito produtivo e econômico familiar.

Segundo entrevistados de Verê, as atividades que estão estruturadas comercialmente no PNAE pelas organizações coletivas proporcionam maior segurança econômica e envolvem técnicas de produção já conhecidas, normalmente, quando é apresentado alguma novidade produtiva nesse mercado, que aparenta ser adaptável a realidade social e produtiva local, prefere observar se aquela nova atividade terá resultados positivos com outro produtor para depois implantar em sua propriedade.

“Vários produtos comercializados no PAA foram descontinuados. Mesmo tentando outros mercados, diversas vezes os produtos não eram vendidos [...] com tempo e dinheiro perdidos a melhor solução foi deixar de produzir para venda e produzir apenas para consumo próprio” (C.A.S. Coopervereda, Verê).

Ainda nessa questão, em Dracena e Verê, foi destacado que todo investimento carece de recursos financeiros, que a maioria dos produtores não têm, o fator da dificuldade no acesso a créditos que contemplem a realidade econômica dos agricultores impede a promoção de investimentos e desestimulam o crescimento produtivo.

Percebe-se, por meio das entrevistas, que diversas incertezas permeiam o ambiente da agricultura familiar em Dracena e Verê. No âmbito do território, compreende-se que as

relações sociais e produtivas sofrem influências históricas (SAQUET, 2009), onde, as relações de forças, por parte dos produtores rurais, operam em meio a dinâmicas complexas no interior e fora do território e, por vezes, adversas a suas próprias perspectivas. Desta forma, é no contexto do território que essas incertezas são geradas e nele, por meio de ações dos sujeitos, são superadas ou reprocessadas no nível objetivo e subjetivo.

A obtenção de mão de obra para o trabalho na agricultura familiar em Dracena e Verê foi apontada como fator limitante para acesso ao PNAE e PAA. Segundo entrevistas, a agricultura familiar, pela sua característica produtiva que, envolve na sua maioria aqueles que residem na propriedade rural, não absorve mão de obra externa permanente e, na atual condição, os custos inerentes ao trabalho formal seriam inviáveis aos agricultores.

Nesse sentido, os produtores avaliam que a emigração dos moradores da zona rural à cidade está tornando o fator mão de obra, quando necessário, escasso. Em comum, em Dracena e Verê, a população jovem, incluindo aqueles que compõe o quadro familiar rural, está procurando oportunidades de emprego e renda na cidade, visto que o espaço rural, segundo eles, não está oferecendo as condições de vida que consideram ideal.

Essa limitação está intrinsecamente ligada aos limites destacados pela metade dos produtores entrevistados de Dracena e Verê ao que tange envelhecimento da população rural e seu reflexo na sustentabilidade desse modelo rural de produção. Os dados da pesquisa revelaram que em 2021, a faixa etária que concentra maior número de associados/cooperados em Dracena e Verê é de 40 a 49 anos, entretanto, vale destacar que a idade média dessa população era de exatos 49 anos.

Se considerarmos a média de idade dos produtores rurais pesquisados em 2021 que era de 49 anos e população jovem dessas organizações coletivas, numa prospecção de 10 a 15 anos, quando, segundo aspectos demográficos, essa população passará a ser não economicamente ativa e, com base na legislação atual, terão possibilidades de estar se aposentando, a possibilidade de defasagem do quadro social dessas organizações e da composição social da agricultura familiar em Dracena e Verê é muito grande. Nesse sentido, a limitação e preocupação apontada pelos associados entrevistados sobre o envelhecimento da população rural em seus locais é relevante e, portanto, considerável.

“Estamos ficando velhos, a cultura gerada pelo capitalismo aos nossos filhos é que trabalhar na pequena propriedade é sinal de atraso e pobreza, acho que o Estado deve criar políticas para equilibrar esse desnível que, a décadas atrás, Ele mesmo ajudou a provocar” (G.O. Coopadra, Dracena).

O conceito de território, proposto por Saquet (2009) cada vez mais se relaciona com a problemática do desenvolvimento e Sachs (2008) relaciona essa problemática à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades, nesse contexto, os fatores escassez de mão de obra, envelhecimento da população rural familiar e fluxo migratório à cidade, apresentados pelos entrevistados, expõe uma problemática territorial em Dracena e Verê que pode comprometer o desenvolvimento sustentável e a reprodução social da agricultura familiar local.

Os produtores rurais familiares de Dracena e Verê, ligados a seu território, visivelmente, lutam para preservar sua história, cultura e patrimônio. Segundo a percepção dos produtores rurais, a problemática citada acima é, sobretudo, instigada pelo capitalismo histórico e falta (descontinuidade e achatamento) de políticas públicas rurais de Estado, como PNAE e PAA, que estimule a reprodução da agricultura familiar. No contexto do território, essa situação revela que os mecanismos de poder da agricultura familiar, ao que tange fatores sociais de trabalho, ficando cada vez mais fragilizadas, em outros aspectos, a produção agroecológica e seus sujeitos em Dracena e Verê podem, por forças econômicas, políticas e culturais, sofrer mudanças profundas em sua organização territorial e sucumbir-se aos impactos multiescalares do capitalismo.

A assistência técnica foi apontada como características limitantes no acesso ao PNAE e PAA, segundo os produtores rurais pesquisados, a impossibilidade de absorver esse trabalho de forma privada devido aos altos custos permitem sua execução por parte de instituições, na maioria das vezes, públicas, porém, devido instituições como IDR e prefeituras possuem quadro funcional e/ou infraestrutura para aportarem técnicos em extensão agrícola limitados, não conseguem atender a todos agricultores envolvidos de forma eficaz.

“A prefeitura e IDR, em conjunto com nossa cooperativa, têm ajudado muito na assistência técnica, mas são muitos produtores e a maioria das vezes a assistência é coletiva, para um acompanhamento individualizado e contínuo seria necessário arcar com os custos, mas são muito altos” (F.F. Coopervive, Verê).

Produtores de Verê destacaram que organizações privadas de outras localidades oferecem apoio à assistência técnica, entretanto, nem sempre contemplam a realidade territorial e, muitas vezes, o trabalho acaba sendo oferecido como moeda de troca, no sentido de exclusividade na compra de insumos para repasse ao cooperado.

#### **7.2.4 As Estratégias da Agricultura Familiar no Acesso ao PNAE e PAA**

Em relação as estratégicas para acesso e manutenção do PNAE e PAA, os produtores rurais pesquisados citaram a produção orgânica, a diversificação produtiva e a organização coletiva como recursos positivos de impacto econômico, social e ambiental.

A agricultura orgânica foi apontada apenas pelos produtores de Verê como fator favorável aos produtores, foi enaltecida como alternativa sustentável que cada vez mais está sendo valorizada no âmbito das políticas públicas de comercialização da agricultura familiar. Segundo entrevistas, sua inserção nas políticas públicas propõe a troca dos produtos convencionais por causa dos impactos positivos a saúde e meio ambiente. Sinalizaram que a agricultura orgânica apresenta potencial de desenvolvimento, pois, diversos meios de divulgação sobre o consumo consciente, incluindo por parte do governo, resultam o aumento da demanda desses produtos, além de resultar no acréscimo do preço, no PNAE gera uma agregação de valor de cerca de 30%.

Em Verê a estrutura produtiva orgânica está consolidada, inclusive atestada pela certificadora Ecovida e foi fruto de trabalho das organizações sociais e parceiros como o CAPA, a adaptação pelos produtores emergiu de forma espontânea, os canais de comercialização para essa produção estão estruturados e as perspectivas no mercado no PNAE estadual são positivas, conforme mencionou um produtor. O estímulo da produção orgânica visa o atendimento às políticas públicas, pois, decretos do Estado do Paraná tem determinado sua adoção integral à merenda escolar até 2030, nesse caso, em Verê, a prática da produção orgânica para manutenção das políticas públicas é vista como um grande diferencial competitivo.

“Acho que a produção orgânica é uma tendência mundial, nesse assunto estamos a frente de muitas cooperativas aqui do estado [...] o regulamento do PNAE prevê essa exigência, se o governador não mudar, acredito que nossa produção para o PNAE vai aumentar bastante” (C.A.S. Coopervive, Verê).

As iniciativas produtivas determinadas pelos agentes sociais que compõem o território em Verê se articulam nas complexas redes de produção e consumo, difundindo nessa relação sua identidade pelas práticas de conservação da natureza e saberes culturais que operam e fomentando sua estratégia de desenvolvimento sustentável no território.

Em Dracena, a produção orgânica está em desenvolvimento e não há nenhum credenciamento por certificadora, requisito obrigatório para comercialização desses produtos no PNAE e PAA. Segundo os produtores entrevistados, a ausência de apoio, inclusive de entidades públicas, e falta de conhecimento sobre o manejo da agricultura orgânica inibem o

avanço dessa produção. Os produtores consideram questões como preço e exigência de certificação como são fatores limitantes para a oferta desse segmento de produtos ao PNAE. Segundo entrevista, a ampliação da comercialização no mercado convencional nos últimos anos, têm demandado produtos convencionais, de forma específica, um produtor de Dracena afirmou que, em sua perspectiva, os consumidores, em geral, no mercado convencional, ainda têm resistência ao produto orgânico, pois aparenta possuir qualidade inferior.

A diversificação produtiva foi uma estratégia apontada por todos os produtores entrevistados em Dracena e Verê, de forma geral, foi correlacionada como um fator favorável ao campo econômico e sustentável. De acordo com a experiência dos produtores, em comum, foi citado que a prática de diversas atividades produtivas, permite que os produtores fiquem menos suscetíveis às oscilações de um único mercado, minimizando os riscos econômicos.

No campo sustentável, os produtores afirmaram que, quando a diversificação produtiva é bem orientada, passa a ser um sistema de manejo adequado para os recursos naturais. Entretanto, apesar do grande potencial de Dracena e Verê no desenvolvimento dessa estratégia, os dados da pesquisa mostram que a diversificação vem sendo explorada de forma parcial, visto que, questões relacionadas a descontinuidade do PAA, demanda pouco diversificada do mercado convencional e situações de conflitos interno entre produtores rurais e suas organizações, sobretudo em Verê, tem dificultado essa ação.

“Para trabalhar no PNAE e PAA a diversificação [produtiva] permite maior ganho e continuidade da renda em períodos de entressafra [...] depois que o PAA ‘caiu’ [descontinuou] boa parte dos produtos diversificados passaram a ser vendidos em feiras sem intermédio da cooperativa” (S.R. Coopervive, Verê).

As políticas públicas como instrumento dinamizador da diversificação produtiva em Dracena e Verê, subsidia a argumentação compreendendo o território como uma construção histórica dos sujeitos sociais que, por meio de movimentos e relações coletivas, permitem transformações sucessivas. A descontinuidade do PAA, apontada como componente de influente na diminuição da matriz produtiva, revela, conforme Saquet (2011), não necessariamente uma ruptura da continuidade histórica do território, mas uma condição para que outras estratégias, movimentos e relações se concretizem de maneira histórica e multiescalar.

Compreender essa continuidade histórica a partir da descontinuidade do PAA, permite entender que forças políticas e econômicas efetivam o território (SAQUET, 2011), os sujeitos sociais em Dracena e Verê, nesse campo de poder, criaram mecanismos comerciais para manterem-se no território, o fato é, que essa reconstrução territorial, a partir dos aspectos

produtivos, econômicos e sociais, se tornou um movimento constante de resistência na vida cotidiana que, com o tempo, vinculou-se a novos formatos e interações que foram se moldando, nesse contexto, a realidade social dos sujeitos territoriais consolidava-se afastada do que tinham por ideal.

O processamento/industrialização foi apontado como estratégia econômica pelo fato de gerar renda e estratégia social por permitir maior autonomia. Em relação as políticas públicas do PNAE e PAA foi compreendido, entre os entrevistados, que se deu por condições naturais em função das demandas desses programas, somado, na maioria das vezes, as outras políticas públicas de subsídios infraestruturais que permitiram melhor dinamismo produtivo e econômico das propriedades rurais e organizações coletivas que os cercam.

Faz compreender que a própria reprodução da agricultura familiar, em contato com as políticas públicas como um todo, sobretudo, as que permitem autonomia e renda regulares, como o PNAE e PAA, geram uma série de oportunidades para dinamização do ambiente econômico local, ainda mais em Verê, onde a agricultura familiar exerce um papel central no desenvolvimento do município. Segundo entrevistas, o processamento e industrialização da produção familiar se correlaciona com a promoção da identidade da agricultura familiar fortalecendo a resistência do produtor rural pelo valor agregado que gera. Nas políticas públicas do PNAE e PAA, o processo de industrialização forma uma perspectiva em identificar o ambiente agrícola familiar como espaço para competitividade, formação de redes e desenvolvimento das relações de trabalho, produção e consumo.

Essas ações se deram por iniciativas homogêneas em Dracena e Verê, porém, o desenvolvimento e o desempenho, nas políticas públicas e mercado convencional, dependeram da realidade rural em que as propriedades rurais e suas organizações estavam inseridas. A agricultura familiar de Dracena percebeu uma agroindustrialização mais difusa em abordagens diversificadas, com redes de comercialização mais longas e escalas sujeitas as dinâmicas econômicas da região. Fatores determinantes da realidade rural de Verê permitiram estratégia de processamento produtivo conectadas a redes curtas de comercialização e focada no grau de especialização entre as unidades familiares, no caso, o orgânico.

As estratégias de desenvolvimento em Dracena e Verê permitiram construir dinâmicas econômicas e comerciais em prol da agricultura familiar. O processamento e transformação do alimento, independentemente do território, ofereceu novos fluxos, circulações e alianças, sobretudo no PNAE e PAA, reposicionou os recursos disponíveis em um novo patamar, nesse sentido, para o território, novos conflitos se estabeleceram,

entretanto, o empoderamento adquirido permitiu um enfrentamento mais efetivo diante das instabilidades e disputas já difundidas no território.

A Organização Coletiva foi defendida como alternativa adequada para agricultores que possuem poucos recursos, seu caráter duplo de promover intermediação econômica e representação social, permite o trabalho integrado e troca de experiências. Em Dracena e Verê essas características permitiram identificar as associações e cooperativas como forte aliado dos agricultores para acesso ao PNAE e PAA.

Na perspectiva do território, a organização social permitiu, politicamente, dinamizar as singularidades em favor do desenvolvimento local nos municípios estudados. Os princípios organizativos de uma sociedade, no caso, por meio de associações ou cooperativas rurais, facilitaram o diálogo entre atores que, democraticamente, transformam o território. Isso é evidente ao analisar a evolução das associações, nota-se que, com impulso do PNAE e PAA, após o ano de 2006, houve uma efetiva transição de economias domésticas para economias de mercado.

Nesse sentido, as organizações coletivas em Dracena e Verê, dentro do território se constituem como instrumentos de poder para mobilização social; externamente, esse poder é manifesto pela intermediação nas relações comerciais, entre elas, no PNAE e PAA e na representatividade nos movimentos de luta e resistência em benefício da agricultura familiar.

Segundo entrevistados, as organizações coletivas possuem estrutura que facilitam a comercialização e permitem ganho de escala pela junção de produtos comuns, ampliando o poder de barganha. De acordo com a pesquisa, em Dracena e Verê, traços comuns, como o movimento de resistência, levaram as práticas associativas, detalhes históricos como o acesso as políticas públicas permitiram sua difusão e consolidação, entretanto, peculiaridades impostas pelos desafios e limites históricos levaram a um certo antagonismo dessa prática em Dracena e Verê. Em Dracena as características econômicas e sociais da região permitiram um enfrentamento comunitário e, em Verê, os conflitos trouxeram, por parte da comunidade rural, um pensamento pouco mais individualista.

Após ser apresentado as estratégias, desafios, oportunidades e limites enfrentados pelos agricultores familiares e suas organizações no acesso ao PNAE e PAA, no próximo capítulo será apresentado as contribuições que essas políticas públicas trouxeram à agricultura familiar de Verê e Dracena, sob a ótica dos produtores rurais e presidentes das organizações coletivas, comum a isso, será apresentado e analisado de que forma a compra governamental nessas políticas públicas tem contribuído para a melhoria de renda aos agricultores familiares pesquisados.

## 8 AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E DO PAA PARA OS SUJEITOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ

Essa seção apresenta uma contextualização sobre as contribuições do PAA e PNAE à agricultura familiar em Dracena e Verê. No âmbito das organizações coletivas, os presidentes entrevistados apontaram diversas contribuições do PAA e PNAE para a agricultura familiar em Dracena e Verê, que foram sistematizadas em quatro grupos e vinte esferas conforme tabela 33.

Destaca-se que essas esferas foram analisadas de forma correlacionada, pois, conforme dados apresentados até agora, foi percebido que essas políticas públicas permitem a promoção social, econômico e produtivo no território, orientadas ao desenvolvimento rural sustentável.

### 8.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E PAA À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Segundo dados das entrevistas com os 4 presidentes das organizações coletivas da agricultura familiar em Dracena e 2 presidentes em Verê, foi possível identificar a grande importância da sociedade civil organizada para operacionalização do PNAE e PAA. A contribuição dessas políticas públicas para as organizações sociais, tem reflexos econômicos, produtivos, sociais e ambientais.

Tabela 33 - Contribuições do PAA e PNAE para as organizações sociais de Dracena e Verê

Grupos	Esferas	Frequência Dracena	Frequência Verê
Econômico	Comercialização	4	2
	Preços justos	4	2
	Oportunidade a outros mercados	2	2
	Autonomia	4	2
	Demandas por investimentos	2	2
Produtivo	Processamento / Industrialização	4	2
	Diversificação Produtiva	4	2
	Aumento da Produção	4	2
	Melhoria na qualidade dos produtos	4	2
	Agregação de Valor	4	2
	Planejamento da Produção	3	2
Social	Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo	3	2
	Inclusão de mulheres	3	2
	Parcerias	4	2
	Participação na organização social	4	2
	Respeito as identidades	2	1
	Geração de empregos	1	1
	Valorização da agricultura familiar	4	2
Ambiental	Estímulo à produção orgânica	0	2
	Adoção de boas práticas de produção	4	2

Fonte: Dados da Pesquisa

### **8.1.1 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise na Perspectiva Econômica e Produtiva**

Foram identificadas cinco contribuições de cunho econômico: a comercialização, preços justos, oportunidade de acesso a outros mercados, autonomia e demandas por investimentos. Em relação a comercialização todos entrevistados apontaram que a política pública do PNAE e PAA tem grande influência na comercialização de suas organizações.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o reflexo histórico, a partir da institucionalização do PAA em 2006 nas organizações coletivas de Dracena e Verê e do PNAE em 2009 em Dracena e, 2010 em Verê, mostrou que, em Dracena, até 2015, média de 86% do faturamento era composto pelo PNAE e PAA, entre 2015 a 2021 essa média foi de 49%. Em Verê, até 2012 as políticas públicas do PNAE e PAA representavam média de 69% do faturamento das organizações coletivas, entre 2013 a 2021 essa média foi de 71%.

Em Dracena e Verê, o PNAE e PAA como uma estratégia de ação pública, refletiu na realidade dos agricultores familiares. Percebe-se que sua influência na economia das organizações sociais e na composição de renda do associado/cooperado revelou ações articuladas entre si permitiram gerar um processo de transformação estrutural no território, sobretudo, em unidades produtivas que estavam economicamente fragilizadas.

Segundo entrevistas, em 2006, o PAA começou a criar condições para aumento da comercialização e diversificação de mercados via associação, e permitiu organização produtiva e autonomia para acessarem outros programas públicos de acesso a crédito e investimentos a fundo perdido, que promoveram expansão comercial, em Verê e Dracena, esse círculo virtuoso impulsionou a comercialização via cooperativa em 2009 e 2016, respectivamente.

“A comercialização no PAA, em 2018, trouxe à Associação, logo de imediato, muita autonomia. A partir de então, a produção aumentou e o número de associados dobrou [...] os contratos trouxeram segurança de venda e recebimento” (M.B. Associação Nova Canaã, Dracena)

Em relação ao benefício de preços justos, foi destacado que a implementação de preços nas políticas públicas do PNAE e PAA são decorrentes de pesquisas de mercados regionais como mercados e pontos de vendas. Todos entrevistados afirmaram que o valor pago pelos produtos nas políticas públicas do PNAE e PAA são melhores se comparados aos preços praticados no mercado convencional. A presidente entrevistada da COOPADRA, por exemplo, citou que, um dos produtos mais comercializados pela cooperativa, a polpa de fruta,

recebe um quantitativo no PNAE de R\$ 19,50 (kg) e no mercado convencional a média é comercializada a R\$ 17,45, e se houvesse comercialização desse produto no PAA, o Kg seria vendido por R\$ 20,90.

Em geral, em Dracena e Verê, foi apontado que a política de preços no mercado convencional tende a flutuar segundo interesses alheios à organização social e as condições de negociação nem sempre são satisfatórias. Diferentemente do ocorrido no PNAE e PAA onde a estabilidade de preços ao longo do contrato, segundo entrevistados em Dracena, colaborou principalmente para manter o produto da associação ou cooperativa valorizado e, em Verê, destacou-se a viabilidade na segurança de renda à organização social.

Segundo dados da pesquisa, a relação entre a comercialização e percepção de preços justos, se evidencia pelos resultados econômicos repassados ao produtor rural, em Dracena e Verê, a consolidação dessas estratégias promovem a manutenção das operações comerciais entre produtor, organização coletiva e o mercado do PNAE e PAA. No mercado convencional, em Dracena, esta evidência está um pouco mais difundida se comparada a Verê, por isso, acredita-se que o PNAE e o PAA se apresentam como fontes de renda essenciais para economia dos pequenos municípios, onde a produção rural ocupa o escopo da economia local, como é o caso de Verê.

Com intuito de promover a valorização dos recursos territoriais, o Estado, por meio das políticas públicas, mediou as relações comerciais pelo PNAE e PAA permitindo a superação de problemas e conflitos existentes em sua rede e articulação. Com isso, a relação passiva e individual dos produtores rurais frente os mercados deram lugar a ações coletivas e, conforme Raffestin (1993), as forças econômicas, políticas e culturais reciprocamente relacionadas efetivaram o território.

As evidências sobre a autonomia, no acesso das políticas públicas do PNAE e PAA, foram citadas em correlação a garantia de venda, recebimento e independência produtiva. No âmbito do território, de forma comum, em Dracena e Verê, a autonomia fez referência ao aumento de receitas possibilitadas pelo PNAE e PAA, seus reflexos na diversificação produtiva e capacidade processamento e industrialização com garantia de comercialização, além da possibilidade de novos mercados. Em Verê, autonomia foi citada pelos presidentes pesquisados quando ligam essas políticas a fidelização dos cooperados, foi possível perceber que as associações e cooperativas, no ápice da comercialização com PNAE e PAA, passaram a não operacionalizar com atravessados que, em boa parte, geravam insegurança em relação ao recebimento dos produtos.

“Diversas vezes vendemos nossos produtos [a atravessadores] e não recebemos, a cooperativa arca com o ônus, para que o produtor continue entregando [sua produção] na cooperativa, esse pagamento ao produtor sofreu grandes atrasos, isso gera um desconforto muito grande entre a cooperativa e o cooperado” (F.B. Coopervive, Verê).

Segundo entrevistas, a autonomia econômica, tem relação com as demandas por investimentos, visto que o acesso as políticas públicas do PNAE e PAA permitiram a realização de diversos investimentos nas organizações coletivas em Dracena e Verê que, em sua maioria, geraram agregação de valor ao produto. Percebeu-se ainda que, por mais que, boa parte das demandas por investimentos originassem das políticas públicas do PNAE e PAA, esses benefícios são estendidos aos outros mercados de forma permanente, possibilitando ainda, que o excedente de produção seja ampliando.

Na COOPADRA, a presidenta citou, como exemplo de autonomia, a ampliação no quadro de colaboradores, investimentos em equipamentos para estocagem e armazenamento de produtos, aquisição de veículos para transporte dos produtos. Em Verê, o responsável pela COOPERVEREDA citou o Projeto Coopera Paraná – SEAB, que, em 2021, permitiu a aquisição de um carro para assistência técnica e um caminhão para logística, que seria utilizado para escoação de produtos próprios e para mercados comuns com a COOPERVIVE, a contrapartida financeira desse projeto por parte da COOPERVEREDA foi de R\$ 51.520,00, cerca de 15% do valor de aquisição dos bens.

A autonomia indica o estabelecimento do poder material e imaterialmente, nesse sentido, percebe-se que o PNAE e o PAA permitiram que a identidade e as experiências sociais e produtivas locais fossem convertidas em instrumentos que orientassem o desenvolvimento sustentável em Dracena e Verê. Entretanto, frisa-se que, essa autonomia no território se conjuga em movimentos constantes, pois, nas políticas públicas, sujeitos territoriais (produtores rurais e organizações coletivas) e o Estado tecem suas articulações e os interesses, que pressupõe as formas de poder, numa dimensão política, podem sofrer influências pelas diferentes estratégias de gestão e controle.

As contribuições do PNAE e PAA, em caráter produtivo, citados por todos os presidentes entrevistados, foi identificado pela possibilidade de processamento e industrialização, a diversificação da matriz produtiva, aumento da produção, melhoria na qualidade dos produtos, agregação de valor e o planejamento da produção.

Os dados da pesquisa, citados no capítulo anterior, permitiram notar que a diversificação produtiva em Dracena de 2006 até o ano de 2013, auge do PAA, foi crescente nas organizações pesquisadas em 264%. Entre 2013 e 2021 a diversificação dos produtos

comercializados pelas organizações coletivas reduziu 46%. Em Verê, no ano de 2006, havia 19 produtos comercializados via associação de produtores, esse dado foi crescente até 2012, auge do PAA, em 231%. Entre os anos 2012 a 2021 a diversificação dos produtos comercializados pelas organizações coletivas reduziu 55%.

“Nossos produtores, antes do PAA e PNAE, comercializavam poucos produtos, depois, principalmente, do PAA, os produtores se animaram e começaram a produzir mais tipos de frutas, verduras e legumes” (S.F.P. Associação J. Marques, Dracena).

A diversificação fomentada, sobretudo pelo PAA, nas organizações coletivas de Dracena e Verê, foi atrelada a aspectos econômicos e ambientais. Em relação ao aporte econômico, a diversificação produtiva para comercialização junto ao PNAE e PAA atuou no sentido de diminuir riscos de não vender o excedente da nova produção e possibilitar mensurar o retorno sobre os investimentos produtivos com maior segurança.

Em comum, foi dito que a diversificação para o PNAE e PAA permite a regularidade e equivalência de vendas de produtos em períodos de entressafra. Essa variável é muito importante, principalmente para organizações coletivas de Dracena e Verê que, em comum, comercializam produtos de alta perecibilidade, para as associações que não possuem nenhum processo e industrialização e estocagem, como é o caso da Associação J Marques, Nova Canaã em Dracena e COOPEREREDA em Verê, para regularidade da renda, obrigatoriamente, os produtos em entressafra devem ser substituídos pelos produtos que estão em colheita. Em relação ao aporte ambiental, citou-se a modificação da matriz produtiva que estimula a diversidade no manejo de outros tipos de legumes, vegetais e frutas diminuindo o impacto ambiental.

O aumento produtivo, endereçado ao PNAE e PAA foi apontado como instrumento de alavancagem para ganho econômico por meio da escala, ou seja, o aumento da produção de forma individualizada pelos cooperados e posterior a junção de produtos nas organizações coletivas, somada a garantia de venda permitem a redução de custos e conseqüente aumento de lucros. Nesse sentido, as políticas públicas do PNAE e PAA promovem a possibilidade de um posicionamento mais competitivo no mercado, incluindo a ampliação das possibilidades de comercialização.

Segundo dados da pesquisa, foi possível identificar que a comercialização das organizações sociais de Dracena e Verê se dá, sobretudo, em nível local. Segundo os presidentes entrevistados nesse circuito curto de comercialização os custos com transportes são reduzidos e os sistemas locais de produção são fomentados. Em Dracena, uma presidenta

diz acreditar que, trabalhar o PNAE e PAA, em circuitos curtos de comercialização permite diálogo direto entre os atores – agricultores e consumidores.

Conforme Saquet (2009) a identidade territorial é determinada por dimensões econômicas, políticas e culturais, nesse sentido, questões que envolvem processo histórico, especificidades locais e projeções futuras estão na base do território. Em comum, as especificidades locais em Dracena e Verê apontaram um movimento econômico e produtivo, a partir de 2006, baseado nas políticas públicas do PNAE e PAA, as determinações territoriais oriundas de movimentos provindos dessas políticas públicas provocaram relações sociais de poder reorganizando a sociedade local, desse modo, delimitando e modelando uma nova identidade. As contribuições desse movimento, no âmbito econômico e produtivo, passaram pelo aumento e diversificação da estrutura produtiva, regularidade na comercialização, preços justos, entre outros.

### **8.1.2 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Social**

No caráter social, 83% dos presidentes entrevistados apontaram que o PNAE e o PAA estimulam o associativismo e o cooperativismo como agente dinamizador de redes e agregação social. O acesso aos programas, o planejamento da produção, logística e entrega exigem interação entre os atores envolvidos. Nas organizações sociais de Dracena e Verê, em comum, essa agregação social, em volta das políticas públicas do PNAE e PAA, geram práticas solidárias e redes de reciprocidade, visto que, uma organização auxilia a outra em termos sociais, logísticos, produtivos.

Em Dracena, a participação das organizações sociais foi incentivada, pelo fato de que, no PAA, o acesso às algumas modalidades exige que os produtores estejam vinculados institucionalmente a uma organização, destacou também, que as operações comerciais nessa política são mais bem remuneradas quando praticado por meio de organizações formais.

A participação das mulheres foi citada como benefício social por 5 entrevistados, acredita-se que as dinâmicas políticas institucionais do PAA tenham provocado esse benefício por meio da Resolução GGPA n° 44/2011, esse normativo permitiu aumento de mulheres no quadro social das organizações coletivas de Dracena em 142%, em Verê esse incremento foi de 78%. Esse benefício, segundo a presidenta da COOPADRA, permitiu maior autonomia econômica para as mulheres, suscitou o aumento na autoestima desse público, visto que, na maioria das vezes, elas também desempenham papel ativo na produção.

“Eu nunca tinha visto algo, na comercialização de produtos rurais, que beneficiasse as mulheres tão diretamente como PAA, produzindo, principalmente, panificados e bolachas, nós pagávamos diretamente as mulheres e elas começaram a participar mais da cooperativa, fazer parte dos conselhos” (G.O. Coopadra, Dracena).

A interação entre sujeitos no território propugna movimentos nas dimensões econômica, política e cultural no local em que pertencem, o Estado, por meio de políticas de desenvolvimento, implanta ações que visem estabelecer a participação de sujeitos que, por forças culturais e ambientais diversas, são afastados do processo ativo de construção do território. Nesse sentido, o PAA, como política de desenvolvimento rural, previu a participação ativa de mulheres no processo produtivo e comercial que, em conjunto com o PNAE, ampliou a participação social como um todo nas organizações coletivas e movimentos de resistência em Dracena e Verê.

Desse modo, pensar em desenvolvimento no território permite refletir em um movimento orientado para os indivíduos em suas diversas dimensões econômica, social e ambiental. Nesse sentido, o fortalecimento do tecido social por meio de aparatos institucionais do Estado reconhece que, embora conflitos aconteçam, as políticas públicas do PNAE e PAA, se conduzidas em benefício da agricultura familiar, promovem bases de um desenvolvimento rural sustentável, pois efetiva a pluralidade dos sujeitos e os projeta a atuar no seu território a qual pertencem.

A interação entre instituições públicas, privadas, e outros órgãos fortalecem o desempenho das políticas públicas do PNAE e PAA no âmbito das organizações coletivas da agricultura familiar, de acordo com todos os presidentes entrevistados. Em Dracena destaca-se a parceria com a Prefeitura Municipal local e de municípios da região, Universidades entre outras, em Verê o CAPA, a prefeitura municipal, o IDR entre outros.

Em Verê, foi destacado por um presidente, a importância da parceria com Conselho de Alimentação Escolar – CONSEA municipal e estadual, que são instâncias importantes para manutenção do PNAE, segundo o entrevistado, é de suma importância o diálogo a fim de manter a alimentação saudável nas escolas, respeitando hábitos, culturas e tradições alimentares locais, promover o consumo de produtos oriundos da região, além de acompanhar se, pelo menos, o mínimo estipulado por lei de compras da agricultura familiar, está sendo cumprido.

A geração de empregos diretos em função da operação com o PNAE e PAA foram citadas por 2 entrevistados como benefício social dessas políticas públicas. Em Dracena, segundo a presidenta entrevistada, atualmente todos os 17 funcionários registrados trabalham,

mesmo que de forma indireta ou alocada, para consecução dos objetivos do PNAE e assim era também quando operacionalizava com o PAA. Em Verê, da mesma forma, todos 2 os funcionários registrados trabalham na comercialização e entrega do PNAE e comumente para outros mercados. Quando foram questionados se haveria diminuição no quadro de colaboradores caso houvesse interrupção do fornecimento ao PNAE, em Dracena, a presidenta informou que sim, no mínimo 2 funcionários, em Verê a resposta foi não.

Em relação ao PAA, foi questionado se houve diminuição do quadro de colaboradores quando a organização coletiva foi afetada pela descontinuidade da política a resposta foi positiva em Dracena e Verê. Em Dracena, no ano de 2015, pela Associação de Produtores de Dracena, o quadro diminuiu 32%, eram 22 funcionários e a descontinuidade do programa causou a demissão de 7 funcionários. Em Verê, pela APAVE, a descontinuidade do programa ocasionou o afastamento definitivo de 50% dos colaboradores registrados, eram 4 funcionários e se mantiveram 2.

“Não temos um funcionário específico para o PNAE, mas ele é responsável pelo pagamento da folha de salários” (M.J. Coopervereda, Verê).

O território, possuindo suas particularidades locais, se vale de movimentos entre os agentes sociais e seus sujeitos para dinamizar suas potencialidades (ABRAMOVAY, 2010), nesse sentido, o uso de seus ativos [*ou instrumentos de poder*] podem estabelecer seu potencial de desenvolvimento. No território, esses ativos podem ter características diversas, inclusive, sob forma de recursos humanos. Em Dracena e Verê, percebe-se que as políticas públicas do PNAE e PAA, além de construir dinâmicas de coesão social entre o produtor rural e o mercado institucional, estabeleceu outros vínculos econômicos, por meio de emprego e renda, a outros indivíduos situados no mesmo espaço e território.

Por outro lado, conforme Saquet (2009) a atuação do Estado deriva as estratégias de controle e domínio, condiciona comportamentos por meio da comunicação e relações de poder, nesse sentido, as condições de poder do Estado com a agricultura familiar, quase nunca favoráveis à agricultura familiar, após estratégias econômicas, trouxeram enormes desafios por conta das particularidades produtivas em Dracena e Verê e regionais, sobretudo em Verê. Essas estratégias permitiram a desconstrução de ativos territoriais na agricultura familiar e, conseqüentemente, descontinuou diversos vínculos com outros indivíduos inseridos no mesmo espaço e território.

De acordo com as entrevistas, os benefícios dos programas do PAA e PNAE incita a participação social, o respeito as identidades e a valorização da agricultura familiar a partir

dos instrumentos institucionais que os regem que instigam a produção e consumo em atenção as características e costumes locais. Em Verê, um entrevistado, de forma específica, ponderou que essas políticas públicas, sob a ótica da política agrícola, minimiza a concentração de renda no meio rural, é importante destacar que essa observação se faz pertinente, visto que, conforme dados dos capítulos anteriores, a redução do espaço físico da agricultura familiar, o êxodo rural e a diminuição da produção familiar contribuem para o processo de desenraizamento da agricultura familiar dando lugar ao fortalecimento de diversas *comodities* do agronegócio em Dracena e Verê, conforme está apontando os dados do censo agropecuário de 2006 e 2017.

“As grandes fazendas crescem cada vez mais, e agora estão ocupando o espaço da produção familiar, quanto mais opção de mercado para nós, melhor é [...] para nós e a cooperativa as políticas públicas é um caminho para nos mantermos vivos” (M.J. Copervereda, Verê).

### **8.1.3 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Ambiental**

No aspecto ambiental, os entrevistados citaram o estímulo à produção orgânica em Verê e a adoção de boas práticas de produção citada por todos investigados. Nesse sentido, as diretrizes do PNAE e PAA se conectam à percepção apresentada pelos presidentes das organizações coletivas, pelo objetivo de promover ações de segurança alimentar e nutricional.

Ainda, segundo objetivos do PNAE e PAA, procura-se promover uma mudança de hábitos alimentares por fornecer ao público consumidor alimentos *in natura* e minimamente processados e, especialmente no estado do Paraná, preferencialmente sem resíduos de agrotóxico. Nesse sentido, os produtores de Verê com a produção orgânica, se alinham aos desígnios dos programas em todos esses sentidos, em Dracena, ainda que o fornecimento de alimentos *in natura* e minimamente processados seja compreendido no âmbito dos programas, de acordo com as entrevistas, a prática do manejo biológico, embora crescente entre os produtores, ainda apresenta fragilidades em sua implementação.

As diversas abordagens do território permitem correlacioná-lo com vários elementos inerentes a vida, inclusive, o meio ambiente. Para isso, sobre a relação poder e território, Saquet (2009) apresenta o exercício da soberania do sujeito social sobre o uso do *lugar*, nesse contexto, o *lugar* assume a ideia de ambiente/local que apreende uma perspectiva política, cultural ambiental e econômica, nesse sentido, é possível correlacionar o acesso ao PNAE e

PAA pelos sujeitos sociais numa perspectiva ambiental com múltiplas dimensões do território, como as dimensões econômicas e sociais.

Na dimensão econômica, o meio ambiente se evidencia por meio da transformação dos recursos naturais como meios de trocas mercantis, na dimensão social o meio ambiente pode reproduzir as relações de pertencimento, enfatizando a identidade de seus sujeitos sociais. A relação dessas dimensões, em Dracena e Verê, se dá pela capacidade de auto-organização e autorreprodução, sendo assim, o acesso as políticas públicas do PNAE e PAA nas condições ambientais e físico territoriais são evidenciadas por meio de boas práticas de produção, sobretudo em Verê com a produção orgânica, na viabilização do uso do solo em suas diversas operações comerciais, na identidade da agricultura familiar e na vida das gerações futuras.

## 8.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E PAA À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRODUTORES RURAIS

Em relação aos agricultores familiares pesquisados, as contribuições do PAA e PNAE apontadas foram sistematizadas em três grupos: econômico, social e ambiental, e subcategorizados em treze esferas, conforme tabela abaixo:

Tabela 34 - Contribuições do PAA e PNAE para os produtores rurais vinculados as organizações sociais pesquisadas de Dracena e Verê

<b>Grupo</b>	<b>Esfera</b>	<b>Frequência Dracena</b>	<b>Frequência Verê</b>
Econômico	Garantia de venda	20	10
	Garantia de recebimento	18	10
	Aumento da produção	20	10
	Aquisição de bens	10	4
	Aumento de renda	20	10
	Diversificação produtiva	20	10
	Ampliação das possibilidades de comercialização	20	5
	Preços satisfatórios	20	10
	Promoção da qualidade dos produtos	10	4
Social	Combate o êxodo rural	15	6
	Fortalecimento de vínculos com a organização coletiva	19	10
	Melhoria da autoestima	13	6
Ambiental	Redução ou eliminação de insumos químicos	18	10

Fonte: Dados da Pesquisa

### 8.2.1 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Econômica

De acordo com os produtores pesquisados, em comum, em Dracena e Verê, o aumento da renda, garantia de venda, aumento da produção e a diversificação produtiva são os principais benefícios do PNAE e PAA sob o aspecto econômico. O aumento da renda é uma consequência da garantia de venda e recebimento por meio de preços justos e da possibilidade do aumento produtivo.

Segundo dados da pesquisa, quando as organizações sociais apresentam baixo desempenho, ou não acessam as políticas do PNAE e PAA, em muitas situações deixam de produzir determinados produtos ou não produzem em maiores quantidades, pois, nem sempre conseguem escoar tudo o que produziram por falta de canais de comercialização.

Em Dracena, de forma correlacionada, metade dos produtores rurais entrevistados condicionaram o aumento da renda gerado pela comercialização no PAA e PNAE a capacidade de investimentos na produção e aquisição de bens, nesse sentido, além da obtenção de máquinas e equipamentos, foi mencionado por alguns produtores, inclusive, a aquisição e utilização de novas áreas para aumento produtivo.

O fortalecimento do território está associado com fatores sociais e naturais, locais e extra-locais (RAFESTTIN, 1993) as ações que mobilizam a coletividade, como o acesso ao PNAE e PAA, fortalecem as redes sociais, instigam o planejamento e execução das ações. O resultado dessas políticas públicas de desenvolvimento rural em Dracena e Verê instigaram elementos relacionados a geração de riqueza, conhecimento, cooperação e outros.

Conforme dados da pesquisa, as esferas apresentadas no grupo de beneficiários econômicas, permitem ao produtor a diversificação de culturas, em Dracena e Verê, como vimos no capítulo anterior, percebeu-se que quando, em um período, o desempenho no PNAE, sobretudo PAA, se apresentava satisfatório a diversificação de culturas era ampliada. Em Verê, os produtores citaram o PNAE e o PAA responsáveis pela inserção e ampliação de diversos produtos em suas propriedades como a mandioca, uva, diversos vegetais, em Dracena a ampliação da produção de frutas, leite e amendoim foram citados.

“Eu tenho alguns produtos que consigo vender, para gerar boa renda, apenas no PNAE [...] a mandioca e o leite eram culturas que trabalhava há anos, o maracujá e o pepino, que deram certo [para produção e comercialização], foram incluídos especialmente para elas [políticas do PNAE e PAA]” (F.R.S. Coopadra, Dracena)

De forma comum, em Dracena e Verê, essa diversificação de culturas promoveu o desenvolvimento de agregação de valores à produção, seja por meio de miniprocessamento ou industrialização. Em Verê a agregação de valores à produção se deu pela inserção de produtos

como bolos, bolachas, pão, suco de uva e conservas de vegetais; em Dracena a farinha de mandioca, miniprocessados, o leite pasteurizado e polpa de frutas.

A diversificação de culturas na produção rural permitiu redução do risco de perdas, como por exemplo, por alteração de preços e condições climáticas. Em Dracena e Verê, nas vendas com mercado institucional do PNAE e PAA, os agricultores citaram a possibilidade de troca de produtos em caso de forças fortuitas, o que permite segurança financeira aos produtores familiares.

De acordo com a pesquisa, todos produtores entrevistados de Dracena e Verê, apontaram melhores preços na comercialização com PNAE e PAA se comparado com os preços praticados por outros mercados, impactando diretamente na composição da renda do agricultor. Esse reflexo induziu cada vez mais o desejo de participação nessas políticas, sobretudo no PAA, que permitiu promoção e o planejamento da produção, favorecendo a regularidade, a diversificação da matriz produtiva e o processamento, de forma a permitir o alcance de volumes e da condição de comercialização, demandados inclusive pelo PNAE e outros mercados.

O caráter elementar do PAA e PNAE de promover a ênfase do poder territorial, à participação social e ao desenvolvimento sustentável que, conforme Raffestin (1993, p. 145) “uma conjugação entre aspectos políticos, econômicos e culturais”, valoriza a grande diversidade econômica, social, política e cultural dos territórios e permite o fortalecimento de ações e iniciativas que geraram, em Dracena e Verê, investimentos nas propriedades rurais e organizações sociais, ocupação, emprego e renda, além de promover estímulos à qualidade da produção.

### **8.2.2 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Social**

Do ponto de vista social, 75% dos produtores rurais entrevistados de Dracena e 60% de Verê, apontaram que as políticas públicas do PNAE e PAA tem suas contribuições no combate ao êxodo rural. O entendimento se dá principalmente em função do viés econômico dessas políticas públicas de garantia de venda, recebimento, diversificação produtiva, ampliação das possibilidades de comercialização, desenvolvimento de agroindústrias para agregação de valor e conseqüente melhoria de renda aos produtores.

“O que faz o produtor rural permanecer no campo é a possibilidade a conciliar um estilo de vida tranquilo e, claro, um retorno financeiro [de suas atividades] que dê

pra manter uma vida digna, e isso acontece quando há boa comercialização de nossos produtos, acredito que o PNAE e PAA me possibilita comercialização de produtos por um preço justo e certeza de receber o que vendi” (C.G.M. Associação J. Marques, Dracena)

Segundo dados da pesquisa, em Dracena, dois produtores apontaram que o aumento produtivo desencadeado pelo PAA, possibilitou manutenção e abertura de estradas vicinais, facilitando o escoamento e deslocamento das pessoas. De forma comum, foi citado que, após implementação dessas políticas públicas, houve maior formação de redes que possibilitaram melhoria na assistência técnica e extensão rural, acesso a novos conhecimentos, e grande parte desses benefícios foram adquiridos face a interação social, ligadas a conjuntura do associativismo e cooperativismo que esses produtores estavam arrolados, dessa forma, em Dracena e Verê, os vínculos com a organização coletiva foram fortalecidos.

Cerca de 70% dos produtores rurais pesquisados em Dracena e Verê, não teriam investido em suas propriedades e talvez não atuariam na produção rural se não fosse pelo estímulo das políticas públicas do governo, incluído o PNAE e PAA. Isso demonstra que essas políticas públicas se apresentam como agentes que auxiliam no combate ao êxodo rural em Dracena e Verê.

Sob o ponto de vista do produtor rural, é possível identificar que a diminuição do êxodo rural está diretamente vinculada ao ganho econômico provindos da atividade rural, mas não apenas a esses fatores foram citados, de forma secundária, a permanência de muitos produtores rurais no campo, em Dracena, sobretudo em Verê, pela perspectiva do território, se deu também pela pertença, valores, aspirações entre outros.

Efetivamente, no território, sob o viés social, Saquet (2011) enfatiza o processo constituído em movimentos que se materializa na vida cotidiana dos indivíduos, nesse sentido, as políticas públicas do PNAE e PAA, em Dracena e Verê, indicaram o resgate da pertença, combate a exclusão social e êxodo rural, melhoria da autoestima na agricultura familiar, participação efetiva das mulheres e promoção do conhecimento.

### **8.2.3 As Contribuições do PNAE e PAA para Agricultura Familiar: Análise sob a Perspectiva Ambiental**

Do ponto de vista ambiental, foram citados a redução e/ou eliminação de insumos químicos, nesse contexto, as entrevistas apontaram que as políticas públicas do PNAE e PAA se difundem em uma produção agroecológica e orgânica. Em Dracena, embora as organizações coletivas não possuam certificação específica, a produção comercializada nos

mercados institucionais e convencional vêm sendo incentivada ao manejo alternativo, por meio de controle biológico.

“Nosso grupo não possui nenhum produtor orgânico certificado, mas temos compromisso com o meio ambiente, por exemplo, utilizamos produtos fitossanitários nas frutas, o que faz oferecer um produto mais saudável ao cliente, especialmente na merenda escolar, pelo PNAE” (J. P. Associação Nova Canaã, Dracena)

Em Verê, quase toda produção tem certificação orgânica, de forma específica, em Verê, políticas institucionais do governo estadual apontam que até 2030 toda compra de produtos para merenda escolar por meio do PNAE será efetivada na produção orgânica, além do ganho ambiental e social a manutenção desse posicionamento por parte das organizações coletivas poderá garantir a sustentação e melhoria nesse mercado.

No aspecto ambiental, a produção controlada por meio de manejo alternativo e orgânica, traz benefícios para quem produz e quem consome além de preservar o solo e a água. Dessa maneira, a diversificação promovida pelo PNAE e PAA, além de promover ganhos econômicos e sociais, de acordo com dados da pesquisa, permite diminuição do desgaste do solo, além de evitar proliferação de pragas e doenças.

Conceitos de meio ambiente subsidiando as relações entre desenvolvimento rural sustentável e território permite inferir as considerações de Alves e Guivant (2010) que propõe sistemas de produção rural que integre elementos sociais, econômicos e ambientais que conectem as diversas dimensões de vida no campo. Nesse sentido, relações que envolvam trabalho, saberes, identidades e políticas institucionais são fatores basilares para o desenvolvimento do território.

Nessa perspectiva, em Dracena e Verê, as políticas públicas do PNAE e PAA por meio de seus múltiplos aparatos institucionais, proporcionam bases escalares que apontam intrínseca relação entre território e o desenvolvimento sustentável. Essa evidenciação na perspectiva ambiental se dá pela redução e/ou eliminação de insumos químicos e pela identidade territorial fomentada em princípios sustentáveis.

### 8.3 PNAE E PAA COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO E MELHORA DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A importância atribuída às políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo, aquelas que promovem regularidade produtiva e comercialização dos produtos da agricultura familiar, como o PNAE e PAA, permitem uma concepção positiva em diversos enfoques,

conforme apresentado nas seções anteriores. Uma delas é inclusão social e econômica por meio da formação e melhora de renda para o pequeno produtor.

Em Dracena e Verê a política pública do PAA está presente desde 2006 e a do PNAE desde 2009 e 2010 respectivamente, e tem gerado emprego e renda. Os preços praticados nesse mercado institucional, bem como a regularidade comercial e demandas produtivas diversificadas, dentre outros benefícios, tem trazido segurança sob diversos aspectos aos produtores rurais e suas organizações. Embora, as dinâmicas políticas institucionais que cercam algumas políticas públicas, sobretudo o PAA, nos últimos anos tem provocado diversos desmontes no território, criando um cenário marcado por rupturas e adaptações políticas, econômicas e sociais. Porém, é inegável que a manutenção dessas políticas, de forma complementar, promoveu diversos benefícios à agricultura familiar, sobretudo, ao que tange geração de renda que será apresentado adiante.

Em Dracena, as organizações coletivas foram responsáveis pelo repasse de R\$ 11.737.981,00 entre 2006 a 2021, desse valor cerca de 66% foram advindos das políticas públicas do PNAE e PAA, reforçando a tese dos efeitos territoriais na agricultura familiar, a partir das políticas no PNAE e PAA, podem orientar o desenvolvimento rural sustentável e que o desenvolvimento desses programas depende das particularidades territoriais, mas sobretudo, das estratégias e limites dos agricultores familiares e suas organizações políticas. A tabela 35 apresenta os valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Dracena entre os anos de 2006 a 2021.

Tabela 35 - Valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Dracena entre os anos de 2006 a 2021

DRACENA								
	Associação dos Produtores de Dracena	%	Associação J Marques	%	COOPADRA	%	Associação Nova Canaã	%
2006	58.904	81	37.980	84	-	-	-	-
2007	79.656	82	55.335	83	-	-	-	-
2008	90.834	82	66.736	87	-	-	-	-
2009	273.249	78	154.263	74	-	-	-	-
2010	290.179	84	264.037	87	-	-	-	-
2011	584.840	84	429.643	85	-	-	-	-
2012	626.314	86	471.152	86	-	-	-	-
2013	772.465	85	559.413	88	-	-	-	-
2014	617.793	84	382.079	86	-	-	-	-
2015	366.920	82	299.839	79	0,00	0	-	-
2016	237.942	82	110.422	81	279.391	71	-	-
2017	5.017	85	87.526	79	621.402	68	0,00	-
2018	0,00	-	62.868	76	778.133	69	250.115	82
2019	0,00	-	47.279	73	796.046	67	161.833	82
2020	0,00	-	45.549	73	495.426	62	0,00	-

2021	583.060	86	60.641	85	816.151	69	0,00	-
------	---------	----	--------	----	---------	----	------	---

Fonte: Diário e Razão 2015 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria

A tabela 35, aponta que, em 2006, a Associação dos Produtores de Dracena pagou aos produtores rurais R\$ 58.904,00, que representaram 81% das vendas. A Associação J Marques, nesse mesmo período, remunerou o produtor em R\$ 37.980,00 que correspondeu 84% das receitas. Em 2016, a COOPADRA pagou aos seus cooperados R\$ 279.391,00 que representou 71% das receitas. A Associação Nova Canaã, em 2018, repassou aos seus associados R\$ 250.115,00 que representou 82% das vendas.

Na Associação do Produtores de Dracena, entre os anos de 2006 e 2021, foi pago aos produtores rurais média anual de R\$ 340.363,00 que representou a média de 83% das vendas. Na Associação J Marques a média paga ao produtor rural, nesse período, foi de R\$ 194.72,00 que representou 82% das vendas. Na COOPADRA a média anual paga ao produtor rural foi de R\$ 631.091,00 que representou 68% das vendas. A Associação Nova Canaã pagou média de 205.974,00 ao produtor rural que representou 82% das vendas.

Destaca-se que a Associação J Marques, foi a organização social de Dracena que ofereceu maior retorno ao associado em relação a compras de produtos, a COOPADRA, ofereceu menos retorno mediante relação comercial, porém, seus aspectos societários, diferente das associações, permitem captação de sobras e formação de reservas, destaca-se também, a sua alta estrutura de custos para manutenção das operações de industrialização, estocagem e logísticas, embora, recompensada pela agregação de valor que o processo oferece ao produto.

O apêndice 49 apresenta de forma mais específica os valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar em Dracena por tipo de mercado entre os anos de 2006 e 2021. O apêndice mostra que, em 2006, na política pública do PAA foi pago ao produtor rural R\$ 39.759,00, o mercado convencional o produtor recebeu R\$ 19.145,00, a Associação J Marques pagou ao produtor rural R\$ 37.980,00. Em 2009, introdução do PNAE, a Associação dos Produtores de Dracena pagou ao produtor rural por meio do PAA R\$ 93.262,00, no PNAE pagou R\$ 202.315,00 e no mercado convencional pagou ao produtor rural 15.220,00, na Associação J Marques o produtor recebeu no PAA R\$ 136.026 e no PNAE R\$ 18.237,00.

Ao fim de 2021, o PNAE distribuiu aos cooperados uma receita de R\$ 515.425,00, os mercados convencionais pagaram R\$ 67.633, na Associação J Marques o PNAE repassou aos associados R\$ 60.641,00 e na COOPADRA foi pago ao produtor por meio da política pública do PNAE e mercado normal R\$ 280.854 e R\$ 535.298, respectivamente.

Geralmente, no sistema associativo ou cooperativo, o valor pago pelas compras aos cooperados em cada mercado, reflete a variação ocorrida pelas vendas de cada mercado, ou seja, quando a venda é mais expressiva em determinado mercado, em tese, o produtor rural recebe na proporção equivalente.

No território, o efeito das políticas públicas na composição das receitas nas organizações sociais e na renda do produtor rural, entre 2006 e 2021, advém de relações associativas, conflitualidades e resistências, conforme Raffestin (1993) o território é marcado por relações sociais complexas e conflituosas. Entretanto, esses efeitos econômicos, por meio da renda, permitiram a reprodução da agricultura familiar e se efetivaram como maneira de valorizar a pluralidade dos sujeitos, que se sentiram motivados a permanecer no seu território, desenvolvendo suas atividades em seu campo de poder.

De forma pontual, na Associação dos Produtores de Dracena, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA foi acessado em 9 anos e, conforme apêndice 49, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 1.969.260,00, média de R\$ 218.806,67 por ano, o repasse econômico ao produtor rural, nessa política, representou em média 85% das vendas ocorridas nessa política. No PNAE, durante o período da pesquisa, foi acessado em 10 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 1.576.025,00, média de R\$ 157.602,50 por ano, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 83% das receitas ocorridas nessa política. O mercado convencional, durante o período da pesquisa, foi acessado em 11 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 850.854,00, média de R\$ 77.350,36 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 80% das vendas ocorridas nesse mercado.

Na associação J Marques, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA foi acessado em 10 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 2.242.952,00, média de R\$ 224.295,00 por ano, o repasse econômico ao produtor rural, nessa política, representou em média 85% das vendas ocorridas nessa política. O PNAE, durante o período da pesquisa, foi acessado em 13 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 891.812,00, média de R\$ 68.601,00 por ano, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 81% das receitas ocorridas nessa política.

Na COOPADRA, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA não foi acessado. O PNAE, foi acessado em 6 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 1.171.613,00, média de R\$ 195.269,00 por ano, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 81% das receitas ocorridas nessa política. No mercado convencional, durante o período da pesquisa, assim como o PNAE, foi acessado em 6 anos e,

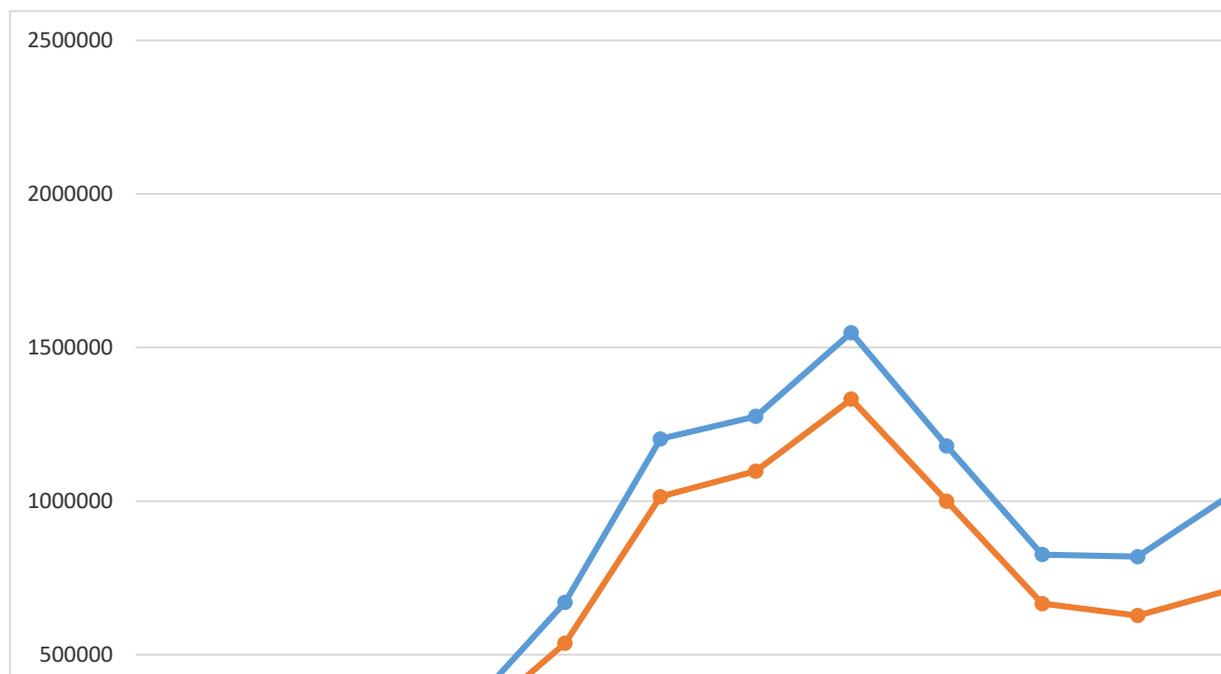
quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 2.614.936,00, média de R\$ 435.823,00 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 64% das vendas ocorridas nesse mercado.

Na associação Nova Canaã o PAA foi acessado apenas em 2018 e remunerou o produtor em R\$ 198.298,00 e o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 82% das receitas ocorridas nessa política. O PNAE foi acessado em 2018 e 2019, remunerou o produtor rural em R\$ 213.649,00, média de R\$ 106.825,00 por ano, e o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 81% das receitas ocorridas nessa política.

De forma geral, em Dracena, os dados do apêndice 49 mostram que a política pública do PAA, em 10 anos de operação, permitiu maior remuneração ao produtor rural R\$ 4.227.440,00, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 87% das receitas ocorridas nessa política. O PNAE, em 13 anos de operação em Dracena, permitiu remuneração total de R\$ 4.047.073,00, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 82% das receitas ocorridas nessa política. E, por fim, o mercado convencional, que teve operação em todos os 16 anos da pesquisa, permitiu remuneração de R\$ 3.464.790,00, o repasse econômico ao associado, nesse mercado, representou em média 71% das receitas ocorridas nesse mercado.

As políticas públicas do PNAE e PAA repassaram para os sócios de Dracena R\$ 8.274.513,00. O período de 2007 e 2015, foi marcado pela difusa operacionalização nessas políticas, o ápice se deu em 2013. Em 2021, o PAA não foi acessado por nenhuma organização social de Dracena, apenas o PNAE, pela Associação dos Produtores de Dracena, Associação J Marques e COOPADRA, que juntas repassaram aos produtores rurais R\$ 856.920,00, participaram do projeto 85 produtores rurais, cerca de 46% do total de associados aptos à compra pública, em média receberam no ano R\$ 10.081,00, valor abaixo do limite individual de DAP, que, em 2021, na celebração do contrato ainda era R\$ 20.000,00 / ano.

Gráfico 3 – Comportamento das receitas e das compras de produtores rurais em Dracena entre 2006 e 2021



Fonte: Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria

O gráfico 3, evidencia o comportamento das vendas totais e a variação das compras totais realizadas junto aos produtores rurais entre 2006 e 2021. Foi possível identificar graficamente que, quanto mais o eixo determinante das vendas se aproxima do eixo que determina as compras, significa que o produtor rural está sendo mais bem remunerado.

É possível notar que, entre 2006 e 2010, os eixos são muito próximos, ou seja, o produtor rural tinha receita expressiva em relação ao produto entregue à organização social, nesse período, as operações comerciais com as políticas públicas representavam média de 85%. Entre 2011 e 2015, período característico do aumento dos investimentos produtivos em Dracena, tanto por parte do produtor rural como das organizações coletivas a eles vinculadas, esses eixos começam a se afastar sutilmente.

Após 2016, sobretudo em 2018 e 2019, percebe um maior afastamento do eixo que simboliza as vendas com o eixo das compras, indicando menor repasse econômico das organizações coletivas aos associados. Destaca-se que o mercado convencional, nesse período, passou a protagonizar a composição das receitas, ou seja, nesse mercado, a política de preços praticados nas vendas com o mercado convencional são menores que as praticadas no mercado institucional do PNAE e PAA, ou também pode significar que a estrutura de custos para manutenção das vendas no mercado convencional é maior que no mercado do PAA e PNAE.

Essa característica enseja, no contexto do território, a importância da manutenção das políticas públicas de desenvolvimento rural para o fortalecimento da agricultura familiar em Dracena, nas palavras de Hespanhol (2013) o PNAE e PAA, como política pública que instiga a valorização da agricultura familiar e considera, por meio de suas diretrizes, a pluralidade dos atores e sua relação econômica e social com o território.

Assim, a ampliação do poder foi evidenciada em Dracena quando, por meio dessas políticas, os recursos territoriais foram potencializados permitindo sua projeção nas relações sociais, econômicas e produtivas. Os elos entre redes intra e extraterritoriais elevou os sujeitos sociais em Dracena a atuarem no mercado institucional a partir de sua própria identidade e os aspectos ligados a renda não apenas instigou a competitividade, mas também estabeleceram confiança para fortalecer suas experiências produtivas e suas práticas cooperativas.

Em Verê as organizações coletivas foram responsáveis pelo repasse de R\$ 8.492.969,00 entre 2006 e 2021, desse valor cerca de 75%, foram advindos das políticas públicas do PNAE e PAA, assim como em Dracena, mostrando que efeitos territoriais, na agricultura familiar, a partir do PNAE e PAA, podem orientar o desenvolvimento rural sustentável, nesse caso, na captação e geração de renda. A tabela 36 apresenta os valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Verê entre os anos de 2006 e 2021.

Tabela 36 - Valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar de Verê entre os anos de 2006 e 2021

VERÊ										
	APAVE	%	APROVIVE	%	COAFA	%	COOPERVEREDA	%	COOPERVIVE	%
2006	139.304	77	28.874	80						
2007	153.980	78	73.950	82						
2008	158.724	84	83.682	82						
2009	174.767	84	171.624	85	49.406	62				
2010	227.148	81	227.442	82	386.267	81				
2011	337.301	78	319.360	78	292.954	80				
2012	614.122	81	340.631	77	407.584	79				
2013	298.092	75	303.578	78	172.044	70				
2014	450.822	75	125.518	75						
2015			0				252.091	70		
2016			174.744	76			323.641	75		
2017			0	0			342.742	78	221.190	73
2018			0	0			159.296	71	237.880	71
2019			0	0			187.498	71	149.539	73
2020			0	0			360.184	74	27.045	70
2021							487.347	69	32.598	71

Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria

A tabela 36, aponta que, em 2006, a APAVE pagou aos produtores rurais R\$ 139.304,00 que representaram 77% das vendas. A APROVIVE, nesse mesmo período

remunerou o produtor em R\$ 28.874,00 que correspondeu 80% das receitas. Em 2009 a COAFA pagou aos seus cooperados R\$ 49.406,00 que representou 62% das receitas. A COOPERVEREDA, em 2015, repassou aos seus associados R\$ 252.091,00 que representou 70% das vendas e a COOPERVIVE, em 2017, pagou aos produtores rurais R\$ 221.190,00 que representaram 73% das vendas.

Na APAVE, entre os anos de 2006 a 2021, foi pago aos produtores rurais R\$ 2.554.260,00, média anual de R\$ 283.806,00 que representou cerca de 79% das vendas totais. Na APROVIVE, durante o período da pesquisa, repassou ao produtor rural R\$ 1.849.403,00, a média anual paga ao produtor rural foi de R\$ 184.940,00, que representaram média de 79% do faturamento. Na COAFA o pagamento ao produtor rural entre 2009, sua constituição, até 2013, quando operacionalizava com produtos agroecológicos, foi de R\$ 1.308.255,00, média anual paga ao produtor rural foi de R\$ 261.651,00 que representou 74% das vendas. A COOPERVEREDA, desde sua constituição até 2021, pagou ao produtor rural cooperado R\$ 2.212.799,00, média anual de R\$ 301.828,00, que representou 72% das vendas. E a COOPERVIVE que entre 2009 e 2021, pagou ao produtor R\$ 668.252,00, média anual de R\$ 133.650,00, que representou 71% das vendas.

Destaca-se que entre 2006 e 2021 a APAVE, foi a organização social de Verê que repassou maior número de valores aos seus produtores, porém, a maior média em relação às vendas, ou seja, a organização coletiva que melhor pagou aos produtores foi a APROVIVE. O apêndice 50, apresenta de forma mais específica os valores pagos aos produtores rurais vinculados as organizações sociais da agricultura familiar em Verê por tipo de mercado entre os anos de 2006 a 2021. Esse apêndice mostra que, em 2006, na APAVE, por meio da política pública do PAA, foi pago ao produtor rural R\$ 102.280,00, o mercado convencional o produtor recebeu R\$ 37.024,00, a APROVIVE pagou ao produtor rural R\$ 28.874,00. Em 2010, APAVE pagou ao produtor rural R\$ 148.057,00 no PAA, no PNAE pagou R\$ 79.091,00, na APROVIVE o produtor recebeu no PAA R\$ 182.538,00 e no PNAE R\$ 44.904,00 e, na COAFA, pelo PAA repassou ao produtor rural R\$ 278.110,00 e por meio de outros mercados repassou ao seu cooperado R\$ 108.157,00.

Ao fim de 2021, na COOPERVEREDA, o PNAE remunerou aos cooperados uma renda de R\$ 344.156,00, os mercados convencionais pagaram R\$ 143.191,00 pela COOPERVIVE o PNAE não foi acessado em 2021, e pelo mercado normal o produtor rural recebeu R\$ 32.598,00.

Em Verê, os vínculos econômicos advindos do PNAE e o PAA promoveram mudanças produtivas no território, em outras palavras, articulações e movimentos territoriais

enalteceram a atuação dos sujeitos na organização territorial (SAQUET, 2009). Estratégias de produção sustentáveis mantiveram as organizações coletivas e seus produtores rurais ativos nas compras públicas do PNAE. As articulações e movimentos comerciais, gerado pelo PAA, complementarmente no PNAE, permitiram, no período da pesquisa, diversificação da matriz produtiva, investimentos na propriedade rural e, conseguinte, fonte de trabalho e renda.

De forma pontual, de acordo com o apêndice 50, na APAVE, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA foi acessado em 8 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 1.236.312,00, média de R\$ 154.539,00 por ano, o repasse econômico ao produtor rural, nessa política, representou em média 85% das vendas ocorridas nessa política. No PNAE, durante o período da pesquisa, foi acessado em 5 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 914.381,00, média de R\$ 182.876,00 por ano, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 77% das receitas ocorridas nessa política. O mercado convencional, durante o período da pesquisa, foi acessado em 8 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 403.567,00, média de R\$ 50.446,00 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 67% das vendas ocorridas nesse mercado.

Na APROVIVE, de acordo com o apêndice 50, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA foi acessado em 8 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 1.158.910,00, média de R\$ 144.864,00 por ano, o repasse econômico ao produtor rural, nessa política, representou em média 83% das vendas ocorridas nessa política. O PNAE, durante o período da pesquisa, foi acessado em 6 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 531.692,00, média de R\$ 88.615,00 por ano, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 75% das receitas ocorridas nessa política. O mercado convencional, durante o período da pesquisa, foi acessado em 5 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 158.801,00, média de R\$ 31.760,00 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 61% das vendas ocorridas nesse mercado

Na COAFA, de acordo com o apêndice 50, entre 2006 e 2021, período da pesquisa, o PAA foi acessado em 3 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 727.251,00, média de R\$ 242.417,00 por ano, o repasse econômico ao produtor rural, nessa política, representou em média 87% das vendas ocorridas nessa política. O PNAE, não foi acessado e no mercado convencional, durante o período da pesquisa, foi acessado em 5 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 581.004,00, média de R\$ 116.201,00

por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 67% das vendas ocorridas nesse mercado.

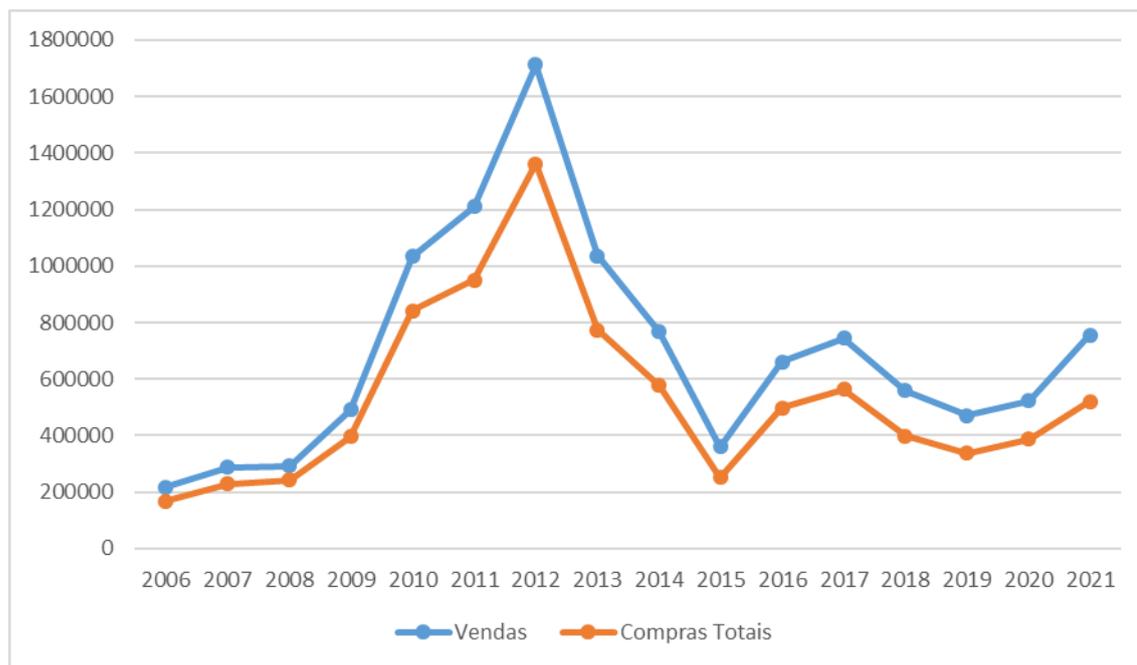
Na COOPERVEREDA o PAA foi acessado em 3 anos, 2016, 2017 e 2020 e remunerou o produtor em R\$ 354.568,00 e o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 82% das receitas ocorridas nessa política. O PNAE foi acessado em 7 anos, remunerou o produtor rural em R\$ 1.277.845,00, média de R\$ 182.549,00 por ano, e o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 73% das receitas ocorridas nessa política. O mercado convencional foi acessado em 7 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 480.386,00, média de R\$ 68.627,00 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 66% das vendas ocorridas nesse mercado.

Na associação COOPERVIVE, o PAA não foi acessado, o PNAE foi acessado em 3 anos, remunerou o produtor rural em R\$ 410.645,00, média de R\$ 136.882,00 por ano, e o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 75% das receitas ocorridas nessa política. O mercado convencional foi acessado em 5 anos e, quando acessado, remunerou o produtor rural em R\$ 257.607,00, média de R\$ 51.521,00 por ano, o repasse econômico ao agricultor representou em média 69% das vendas ocorridas nesse mercado.

De forma geral em Verê, os dados mostraram que a política pública do PAA, em 12 anos de operação, permitiu maior remuneração ao produtor rural R\$ 3.477.041,00, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 84% das receitas ocorridas nessa política. O PNAE, em 12 anos de operação em Verê, permitiu remuneração total de R\$ 3.134.563,00, o repasse econômico ao associado, nessa política, representou em média 75% das receitas ocorridas nessa política. E por fim, o mercado convencional, que teve operação em todos os 16 anos da pesquisa, permitiu remuneração de R\$ 1.881.365,00, o repasse econômico ao associado, nesse mercado, representou em média 66% das receitas ocorridas nesse mercado.

Juntas, as políticas públicas do PNAE e PAA repassaram para os sócios de Verê, entre 2006 e 2021, o montante de R\$ 6.611.604,00. Em 2021, o PAA não foi acessado, apenas o PNAE, pela COOPERVEREDA, que repassou aos produtores rurais R\$ 344.156,00, nesse ano participaram do projeto 44 produtores rurais, cerca de 81% do total de associados aptos à compra pública, em média receberam no ano R\$ 7.821,00, valor abaixo do limite individual de DAP, que, em 2021, na celebração do contrato ainda era R\$ 20.000,00 / ano.

Gráfico 4 – Comportamento das receitas e das compras de produtores rurais em Verê entre 2006 e 2021



Fonte: Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria

Em relação a Verê, no gráfico 4 é possível verificar que, até 2009, os eixos que exprimem as vendas e as compras totais estão aproximados, indicando melhor remuneração do produtor rural em comparação ao montante das vendas. Nesse período, observou-se que as vendas no PNAE e PAA foram mais expressivas. Em 2011, percebe-se um ligeiro afastamento entre esses dois eixos, que se acentua em 2012 e 2013, destaca-se que, nesse período, se deu os maiores volumes de venda no mercado convencional, ou seja, em 2012 e 2013 há uma fração maior de recursos financeiros que estão alocados para manutenção de custos das associações e cooperativas.

Em Verê, assim como em Dracena, a ampliação do poder foi evidenciada pela participação das organizações sociais e seus sujeitos no PNAE e PAA. A identidade cultural e produtiva em favor da agroecologia permitiu que, por meio dessas políticas, os sujeitos sociais instigassem movimentos que permitiram a criação de mecanismos que, em prol do território, por meio da diversificação cadeia produtiva, iniciativas de agroindustrialização, geração de emprego e renda, esses efeitos proporcionaram o fortalecimento de laços horizontais e verticais e combate à exclusão social. Nesse sentido, esses efeitos econômicos das políticas públicas no território, compreendidos por Saquet (2009) preveem articulações sociais entre Estado, organizações civis e indivíduos que produzem um processo de estruturação do território.

É possível perceber que em todos os períodos, o volume econômico de compra dos produtos dos agricultores acompanha a dinâmica das vendas nas organizações sociais de

Dracena e Verê. A política do PAA em Dracena foi acessada por 10 anos, quando em Verê em 12 anos. Em Dracena o PAA, em 10 anos de operacionalização, remunerou o produtor rural em R\$ 4.227.440,00 representando 87% das receitas ocorridas nessa política, em Verê o PAA remunerou o produtor em R\$ 3.477.041,00 e representou média 84% das receitas ocorridas nessa política.

A política pública do PAA em Dracena, apesar de ser operacionalizada em menos anos se comparada a Verê, angariou maior relevância econômica pelo fato de participarem do projeto com maior número de associados aptos à compra pública, destaca-se também que, nessa política, em Dracena, a demanda por produtos processados e industrializados como a mussarela e a polpa de fruta, que geram valor agregado, foram maiores. Além de que, em Dracena, a própria quantidade de produtos em si demandados, pelas características sociais, econômicas e demográficas de Dracena e região, serem superiores às de Verê.

Percebeu-se que, em Dracena, a entrega da produção no PAA permitiu maior remuneração ao produtor rural se comparada a Verê, ponderando o período de acesso das organizações sociais a essa política, permite-se afirmar que o produtor rural em Dracena recebeu pelos seus produtos entregues média de 3% superior que o produtor rural de Verê. Considerando a remuneração do produtor rural pelo PAA, que é concebida no âmbito das organizações coletivas, e absorvem para si os diversos custos operacionais, é possível afirmar que, em Verê, essas estruturas de custos sejam superiores as estruturas de custos de Dracena.

O PNAE em Dracena foi operacionalizado desde 2009 e somaram 13 anos de operação, em Verê foram 12 anos, seu ingresso na política pública se deu em 2010. Essa política pública permitiu remuneração total de R\$ 4.047.073,00 em Dracena e o repasse econômico ao associado representou em média 82% das receitas ocorridas nessa política. Em Verê o PNAE remunerou o produtor em R\$ 3.134.563,00 e representou em média 75% das receitas ocorridas nessa política.

O PNAE, após sua instituição nos municípios pesquisados, permitiu regularidade e renda ao produtor em todos os períodos da pesquisa. Em Verê, sua influência na composição das vendas totais é superior se comparada a Dracena. Entretanto, percebeu-se que, em Verê, o valor recebido nessa política, acumuladamente entre 2010 e 2021, foi menor que Dracena, logo, o pagamento ao produtor nessa política segue essa particularidade.

Para compararmos o desempenho do PNAE entre Dracena e Verê, além dos fatores mencionados acima ocorridos no PAA, em Verê, especificamente, destacou-se o aumento da concorrência com outras cooperativas da agricultura familiar nesse mercado, o que influencia no desempenho das organizações coletivas estudadas nessa política.

Considerando o período de acesso das organizações sociais nessas políticas públicas, assim como no PAA, percebeu-se que a entrega da produção no PNAE permitiu menor remuneração ao produtor rural de Verê, se comparado ao produtor de Dracena, a diferença média foi calculada com base no valor médio recebido resultou em 7%.

Esse fato, de acordo com as entrevistas, pode estar ligado ao valor agregado da produção que se comercializa nessas políticas, no caso em Verê, por exemplo, além das estruturas de custos logísticos serem mais significativos que Dracena, destacou-se também, a influência de despesas onerosas (juros) adquiridas para manutenção dessas políticas que se perpetuam em períodos pré-determinados. Esses foram fatores destacados e considerados determinantes para que o repasse de valores ao produtor de Verê fossem inferiores aos de Dracena.

E, por fim, o mercado convencional que, em Dracena e Verê, teve operação em todos os 16 anos da pesquisa. Em Dracena permitiu remuneração ao produtor rural de R\$ 3.464.790,00, em Verê essa remuneração foi de R\$ 1.881.365,00 e o repasse econômico ao associado, nesse mercado, representou em média 71% das receitas ocorridas nesse mercado em Dracena e 66% em Verê.

Percebeu-se que, em média, o PAA e o PNAE remuneraram melhor o produtor rural, a título de interpretação, a cada R\$ 100,00 vendidos no PAA pelas organizações coletivas de Dracena R\$ 87,00 são repassados ao produtor rural, em Verê esse valor é de R\$ R\$ 84,00. No PNAE, a cada R\$ 100,00 vendidos nesse mercado, as organizações sociais de Dracena remuneraram o produtor rural a média de R\$ 82,00 e em Verê R\$ 75,00. Por fim no mercado convencional a cada R\$ 100,00 comercializados, média de R\$ 71,00 são repassados ao produtor rural de Dracena e R\$ 66,00 para o produtor rural de Verê.

Conforme percebido, o aumento de comercialização no mercado convencional, que vem ocorrido, principalmente em Dracena, é importante e promove renda ao produtor, porém, a manutenção da comercialização por meio das políticas públicas do PNAE e PAA podem potencializá-las. A descontinuidade do PAA, percebido como melhor mercado e remuneração ao produtor rural e suas organizações coletivas, apresentou reflexos estruturais negativos na produção, comercialização e renda.

Em Dracena e Verê, as políticas públicas do PNAE e PAA efetivaram os sujeitos sociais em seus territórios, ampliando seus instrumentos de poder. A autonomia instigada pela valorização da identidade local, conforme Saquet (2011) induz o sujeito a atuar e se projetar no seu lugar (território) que se sente pertencente. A vivência e história das organizações sociais e seus produtores rurais podem ser fortalecidas por meio de ações e movimentos de

redes (incluindo, principalmente, a atuação do Estado) que, mesmo em condições conflituosas, promovam interações comerciais que garantam autonomia, emprego e renda, reconhecendo a agricultura familiar como agente de desenvolvimento sustentável no seu território.

Acredita-se que é necessário avançar na reestruturação política e orçamentária, sobretudo do PAA, que historicamente tanto contribuiu para renda da agricultura familiar. A garantia de maiores recursos nessas políticas públicas e a manutenção de um posicionamento político institucional adequado à agricultura familiar contribuiria maiormente a reprodução social e econômica dos agricultores familiares e suas organizações se solidificando como instrumentos de resistência no território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, por meio de reflexões teóricas e análise de dados, intentou-se investigar os efeitos territoriais do PNAE e do PAA no fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Dracena/SP e Verê/PR, a partir da sua institucionalização nessas localidades, no ano de 2006 até a ano de 2021. A tese que se defende é a de que os efeitos territoriais na agricultura familiar, verificados a partir das políticas do PNAE e PAA no município de Dracena e Verê, podem orientar o desenvolvimento rural sustentável e que, o desenvolvimento dos programas, a título de comparação nos dois municípios, depende das particularidades territoriais, mas sobretudo, das estratégias, oportunidades e criatividade dos agricultores familiares e suas organizações políticas.

Por meio de uma análise comparativa realizada entre os municípios de Dracena e Verê, se mostrou relevante por apontar que os resultados obtidos com a pesquisa dependeram das particularidades locais, sobretudo das estratégias adotadas pelos agricultores familiares por meio das suas organizações políticas e territoriais. Onde a mobilização e organização familiar está consolidada, como em Dracena o enfrentamento foi mais forte, criando-se também outras estratégias de comercialização por meio dos circuitos curtos. Já onde a organização política é mais frágil, as dificuldades ainda não foram superadas de forma satisfatória como o caso de Verê.

Para verificar as dinâmicas políticas que desencadearam mudanças institucionais no PNAE e PAA e seus reflexos na agricultura familiar em Dracena e Verê entre os anos de 2006 e 2021, como se pretendia no primeiro objetivo específico da pesquisa, verificou-se que as dinâmicas políticas desencadearam mudanças institucionais ao PNAE e PAA e os benefícios gerados em seus diferentes períodos mostraram que, ao longo de suas trajetórias, essas políticas públicas promoveram ganhos em termos econômicos, sociais, produtivos e ambientais.

Entretanto, o histórico das mudanças político institucionais no PNAE e PAA que acarretaram movimentos à agricultura familiar não configuraram em apenas benefícios, diversos desafios e conflitualidades acometidos em Dracena e Verê, oriundos de retrocessos políticos institucionais, foram observados. A maior delas, oriunda da redução dos recursos orçamentários disponibilizados para manutenção do PAA acompanhada de ajustes normativos para justificá-lo.

A restrição fiscal e mudança de agenda governamental permitiu que em Dracena e Verê a política pública do PAA fosse descontinuada, considerando um indicativo para as

mudanças posteriormente verificadas, sobretudo em aspectos sociais, econômicos e produtivos, ligados a autonomia, a renda, a diversificação, entre outros. Contudo, independente da estrutura e organização social, o impacto dessas rupturas às organizações sociais em Dracena e Verê revelaram os riscos quanto a dependência dessas políticas.

Percebeu-se que, no período analisado, as características das organizações sociais como quantitativo de sócios, sobretudo, a participação das mulheres, receitas, e produção foram influenciadas pelas mudanças institucionais no PNAE e, sobretudo, PAA.

Para analisar e comparar as estratégias, desafios, oportunidades e limites enfrentados pelos agricultores familiares e suas organizações no acesso ao PNAE e PAA nos municípios de Dracena e Verê, conforme se visava no segundo objetivo específico da pesquisa, percebe-se que entre o Estado e os indivíduos envolvem questões de ordem pública e políticas cujo processo decisório é composto de variáveis complexas que impactam positivamente ou não a realidade de determinado local, fatores limitantes nesse sentido foram citados a descontinuidade do PAA, os critérios de classificação nos projetos, acesso burocrático, concorrência e as mudanças político-institucionais dos Programas se inter-relacionam. Limitações derivadas de recursos econômicos, produtivos e sociais também foram levantadas

Questões ligadas o apoio do Poder Público local, as parcerias com instituições públicas e privadas, a facilidade de diálogo com produtores, a isenção de impostos estaduais na comercialização com o PNAE e, em Verê, de forma específica, a orientação à aquisição de produtos orgânicos no PNAE foram apontados como oportunidades no acesso a essas políticas públicas. Em relação as estratégias, foram citadas o atendimento as normas sanitárias, produção orgânica, produção diversificada, processamento e industrialização da produção, intercooperação, qualidade dos produtos e promoção de circuitos curtos de comercialização.

O terceiro objetivo específico da pesquisa se constituiu em analisar de que forma a compra governamental do PNAE e PAA tem contribuído para a melhoria de renda, comercialização de alimentos pelos agricultores familiares e o desenvolvimento rural sustentável de Dracena e Verê, observou-se que essas políticas públicas permitem a promoção social, econômico e produtivo no territórios orientados ao desenvolvimento rural sustentável.

As contribuições de cunho econômicos destacados foram a comercialização, preços justos, oportunidade de acesso a outros mercados, autonomia e demandas por investimentos nas organizações sociais e propriedades dos associados e cooperados. Sob o viés produtivo, a contribuição do PNAE e PAA se deu pela possibilidade de processamento e industrialização,

a diversificação da matriz produtiva, aumento da produção, melhoria na qualidade dos produtos, agregação de valor e o planejamento da produção.

Em relação as contribuições sociais, foi apontado que o PNAE e PAA estimulam o associativismo e o cooperativismo como agente dinamizador de redes e agregação social. Destacaram também, a interação entre os atores envolvidos, a geração de práticas solidárias e redes de reciprocidade. Sob a análise ambiental os entrevistados citaram o estímulo à produção orgânica em Verê e a adoção de boas práticas de produção citada por todos investigados, além de promover uma mudança de hábitos alimentares por fornecer ao público consumidor alimentos *in natura* e minimamente processados.

O reflexo histórico, a partir da institucionalização do PNAE e PAA nas organizações coletivas de Dracena e Verê, trouxe o caráter elementar dessas políticas públicas de promover a ênfase do poder territorial, à participação social e ao desenvolvimento sustentável, valorizando a grande diversidade econômica, social, política e cultural dos territórios, permitiu o fortalecimento de ações e iniciativas não só econômicas, mas de cunho social e ambiental.

A importância atribuída às políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo, aquelas que promovem regularidade produtiva e comercialização dos produtos da agricultura familiar, como o PNAE e PAA, permitiram formação e melhora de renda para o pequeno produtor, bem como, a organização produtiva e político-social, promoveram incentivos à diversificação de culturas e ganhos por escala para atendimento das redes receptoras dessas políticas. Entretanto, as dinâmicas políticas institucionais, sobretudo o PAA, nos últimos anos tem provocado diversos desafios à agricultura familiar, impondo-lhes reflexos no âmbito econômico, produtivo e social, como a diminuição da diversificação produtiva, operação com atravessadores e êxodo rural.

O desempenho dessas políticas públicas, a título de comparação entre os dois municípios pesquisados, foi influenciado pelas particularidades territoriais e os aspectos econômicos, sociais e políticos da região onde essas organizações estão inseridas. A comercialização no PNAE e PAA, em Verê, demanda mais gastos e investimentos logísticos, visto que o público consumidor dessas políticas, por questões regionais, é pulverizado em pequenas cidades da região que absorvem menor número de consumidores, diferentemente de Dracena, que o público consumidor é mais concentrado.

Percebeu-se que, no âmbito do território, em Dracena e Verê, traços comuns, como o movimento de resistência, levaram as práticas associativas, detalhes históricos, como o acesso as políticas públicas do PNAE e PAA, permitiram sua difusão e consolidação. Entretanto, os

conflitos impostos pelos desafios históricos, como a descontinuidade do PAA, levaram a uma reação antagônica dessas práticas em Dracena e Verê. Em Dracena as características econômicas e sociais da região permitiram um enfrentamento comunitário e em Verê os conflitos trouxeram, por parte da comunidade rural, um pensamento pouco mais individualista.

O uso do conceito de território durante a pesquisa foi de grande importância pois identificamos sua influência em relação a implantação e manutenção das políticas públicas do PNAE e PAA em Dracena e Verê. Os interesses próprios e coletivos, interligados as formas de poder foram evidenciados na pesquisa por meio da relação entre os atores envolvidos, seja pelos produtores rurais, suas organizações, parceiros entre outros.

Assim, os efeitos territoriais do PNAE e PAA em Dracena e Verê foram percebidos pela ampliação do poder quando, por meio dessas políticas públicas, os recursos territoriais foram potencializados, permitindo sua projeção nas relações sociais, econômicas e produtivas. Os conflitos derivados das relações sociais nessas políticas também foram efeitos observados, sobretudo, pelos reflexos das mudanças políticas institucionais e orçamentárias desses programas nas organizações sociais e agricultores. Na relação com essas políticas a necessidade de auto-organização e resistência por parte da comunidade rural foram efeitos verificados.

Diante do exposto, levando em conta a atual conjuntura política e econômica do país somadas aos resultados da pesquisa, foi apontado a importância socioeconômica do PAA para a agricultura familiar, desde a produção, geração de renda até a permanência do produtor rural no campo, a descontinuidade do programa deixa claro as implicações negativas aos produtores rurais e suas organizações. Fica claro a grande influência das políticas públicas do PNAE e PAA para composição de renda dessas organizações sociais e seus associados, para muitas delas essas políticas públicas é o requisito de existir ou não. Em Dracena, o fato de uma economia mais dinamizada, permite que o excedente produtivo da agricultura familiar seja escoado para canais convencionais de comercialização, entretanto, em Verê, onde a agricultura familiar é mais expressiva, existe maior dependência dessas políticas públicas.

Independente dos desafios e limites de acesso ao PNAE e PAA apontados na pesquisa, as contribuições dessas políticas públicas é significativa para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Dracena e Verê, por meio dos diálogos com os entrevistados permitiu-se tecer sugestões de melhoria dessas políticas públicas em benefício do agricultor familiar como a redução da burocracia para acesso a essas políticas públicas, aumento dos recursos orçamentários para manutenção do PAA, para melhoria da logística e

diminuição de custos às organizações, sobretudo em Verê, a criação de centrais de recebimentos para o PNAE, melhoria da assistência técnica ao produtor familiar dando ênfase a condução, comercialização, industrialização de produtos, rigor para cumprimento da legislação ao que tange os 30% dos recursos do FNDE da merenda escolar, específicos à agricultura familiar.

Em fase de término desta pesquisa, algumas limitações foram encontradas ao longo do estudo, podem ser incluídas o tamanho da amostra o que não se permite fazer generalizações significativas a partir dos dados. Aponta-se também como fatores limitantes da pesquisa, a falta de pesquisas anteriores que abordasse o tema, dentro do período estudado, sobretudo, em Dracena e Verê.

Reforça-se que essa pesquisa, por seus limites metodológicos e complexidade, não se esgota, cria oportunidades para descrever a necessidade de pesquisas futuras, instiga a procurar explicações com ênfase em outras áreas do conhecimento, estimula a criação de outros paralelos como estudos de gênero, orçamento público e outros. Nesse sentido, novos contextos permitirão a construção de um conhecimento cada vez mais interdisciplinar.

Por fim, acredita-se que em um contexto de encolhimento de políticas públicas e fragilização de direitos, a mobilização social e o fortalecimento dos movimentos de luta são instrumentos de suma importância para frear retrocessos e alavancar conquistas. No contexto do território, o PNAE e PAA são políticas públicas importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e fatores econômicos, sociais e ambientais instigados por essas políticas, na prática, podem orientar um desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos** 87, p. 97-113, 2010.
- ALVES, Adilson Francelino. GUIVANT, Júlia Silvia. Redes e interconexões: Desafios para a construção da agricultura sustentável. **Interthesis**, Florianópolis, Vol. 07, nº 01, Jan/Jun. 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175601.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2021
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA. **Livro Diário**. Dracena, 2022.
- ASSOCIAÇÃO J MARQUES DOS TRABALHADORES DE JACIPORÃ. **Livro Diário**. Dracena, 2022
- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ. **Livro Diário**. Dracena, 2022.
- ASSOCIAÇÃO DOS VITIVINICULTORES DE VERÊ. Verê, **Livro Diário**, 2022
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DE VERÊ. Verê, **Livro Diário**, 2022.
- BRASIL. Companhia nacional de Abastecimento (CONAB). **Agricultura familiar: Execução do PAA**. Brasília: 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento e Orçamento. IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- \_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Histórico**. 2018. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> >. Acesso em: 22 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Notas Técnicas, Pareceres e Relatórios**. 2019, 2020 e 2021. Disponível em: < <http://https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnaenotastecnicaspareceresrelatorios>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documento institucional n. 3. Brasília, setembro de 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Programa de aquisição de alimentos**: manual operativo .2018. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/manualPAA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 7.775/12**, de 02 de julho de 2012. Casa Civil. 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20O%20Minist%C3%A9rio%20de,rede%20socioassistencial%20e%20de%20equipamentos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20O%20Minist%C3%A9rio%20de,rede%20socioassistencial%20e%20de%20equipamentos)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 11.326/06**, de 24 de julho de 2006. Casa Civil. 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Casa Civil. 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de aquisição de alimentos**: legislação básica. CONAB. Brasília: Conab, 2018.

\_\_\_\_\_. **Dispêndios de Estudos CONAB – 2016 a 2020**. CONAB, Brasília: Conab, 2020. Disponível em < <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/compendio-execucao-do-paa> > Acesso em: 05 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sumário Executivo do PAA. CONAB – 2003 a 2015**, Brasília: Conab, 2020. Disponível em < <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/historico-de-execucao-do-paa> > Acesso em: 05 mar. 2021

\_\_\_\_\_. **Módulos Fiscais**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília: Embrapa. 2021. Disponível em < <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 10 jun. 2021

BUENO, P. H. C. O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões. In: IV Jornada Internacional de políticas públicas, São Luís (MA), **Anais...**São Luís (MA): Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2009, 10 p. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10\\_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2016

CAPA. Centro de Apoio e Formação da Agroecologia. **Site Institucional**. Verê. 2022 <<https://capa.org.br/historico-vere/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir. Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 23-48, dez. 2006.

CASARIL, C.C. Formação Sócio-Espacial Sudoeste Paranaense. **Marcator**, Fortaleza, v. 16. EFCE. 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/mercator/a/shfT6dS7n7XqzvWyNbzRPyj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2012.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, 2016. pp. 49-79.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE DRACENA. **Livro Diário**. Dracena, 2022.

COOPERVIVE COOPERATIVA DE SUCOS E ALIMENTOS DE VERÊ. **Livro Diário**. Verê, 2022.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS DO SUDOESTE DO PARANÁ. **Livro Diário**. Verê, 2022.

COOPERATIVA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERÊ. **Livro Diário**. Verê. 2021

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/375/Desenvolvimento%20Territorial\\_articula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20e%20atores%20sociais.pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/375/Desenvolvimento%20Territorial_articula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20e%20atores%20sociais.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DINIZ, Raphael Fernando. NETO, Carlos de Castro Neves, HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: Agricultura Familiar e segurança alimentar nutricional. **GEO**. UERJ. Rio de Janeiro. 2016.

ECHEVERRI, R. **Identidades e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/b2219p/B2219p.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. **Planejamento e Políticas públicas**. N. 21, junho de 2000. pp. 211-259.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, supl. I, 2015. pp.125-146.

HERTZ, Carla. HESPANHOL, Rosangela A. M. O programa de aquisição de alimentos – PAA: evolução de uma política pública múltipla. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72,

p. 415-434, mai./ago. 2019. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/19825153.2019v34n72p415/4014>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HESPANHOL, R. A. de M. Programa de Aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-45132013000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132013000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25/03/2021>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico de Verê**. 2021. Disponível em: <  
<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85585>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LEITE, S. P. FLEXOR, G.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N.G.; MALUF, R. **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel das policy makers**. Redes: Rede, Desenvolvimento, Ensino e Sociedade. Rio de Janeiro, 2007.

MIELITZ, Carlos. **Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia Nacional de Segurança Alimentar**. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAGA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 58-73, 2014.

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Verê, **Site Institucional**. Verê. 2021. Disponível em:< [https:// vere.pr.gov.br/municipio/](https://vere.pr.gov.br/municipio/)>. Acesso em: 20 abr. 2021

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. PNUD, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAFFESTIN, C. 2009. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: M.A. SAQUET; E.S. SPOSITO (orgs.), Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo, **Expressão Popular**, p. 17-35.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* (Org.) **Pesquisa Social**. 3. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90 – 103.

SACHS, J. **A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

SÃO PAULO. Prefeitura municipal de Dracena. Dracena. **Site institucional**. 2021. Disponível em:< [https:// www.dracena.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-do-municipio/](https://www.dracena.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-do-municipio/)>. Acesso em: 20 abr. 2021

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate** - vol. XIX, Nº 21 - jan./jun. 2011 - p. 5-15.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2. ed. Porto Alegre: Editora da URGs, 2009. p. 21-49.

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Site Disponível em: < <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 20 abr. 2021

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TUDE, João Martins. **Conceitos gerais de políticas públicas**. Disponível em: <<http://www2.videolivrvia.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Aprendizagens territoriais na Amazônia Paraense: o que as experiências nos ensinam?** In: VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (Org.). O desafio Político da Sustentabilidade Urbana: Gestão Socioambiental de Belém. Belém: Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), 2009, p. 315- 331.

VEIGA, J. E. **Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira**. In: TEÓFILO, E. (Org.). Distribuição de riqueza e crescimento econômico. Brasília: NEAD/MDA. (Estudos NEAD, 2), 2001, p. 173-200.

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUÁRIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do Estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo – SP, v. 16, n. 1, p. 223 - 226, 2013. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v16n1/1415-790X-rbepid-16-01-0223.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

## APÊNDICES

### APENDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTORES RURAIS

Data:

Número do Questionário:

Nome do entrevistado:

Local da entrevista:

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Idade

1.2 Escolaridade

1.3 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

1.4 Situação Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra \_\_\_\_\_

1.5 Renda mensal aproximada:

( ) Menos de 1 Salário Mínimo

( ) Entre 1 e 2 salários mínimos

( ) Entre 2 e 3 salários mínimos

( ) Entre 3 a 4 Salários mínimos

( ) Entre 4 a 5 salários mínimos

( ) Mais de 5 salários mínimos

1.6 Quanto tempo de vínculo com a organização social

#### 2 – CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

2.1 Condição do produtor rural quanto a propriedade da terra:

( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( ) Outro \_\_\_\_\_

2.2 Área total da propriedade

2.3 Há utilização de mão de obra de terceiros na produção agropecuária

( ) Sim, Quantos \_\_\_\_\_

( ) Não

2.4 Quais principais atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade rural

2.5 Como é feita a comercialização da produção

#### 3 – RELAÇÕES COM O PNAE E PAA

3.1 Quanto tempo de acesso ao PNAE e PAA

3.2 Quais fontes o apresentaram ao PNAE e PAA

3.3 Quais canais de comercialização disponíveis a acessados antes do PNAE e PAA

3.4 O PNAE e PAA geraram mudanças produtivas na sua propriedade rural? Quais?

3.5 Considera o PNAE e o PAA um bom mercado para retorno financeiro? Por quê?

3.6 Os valores pagos no PNAE e PAA são melhores que outros canais de comercialização?

3.7 Houve aumento na renda familiar após ingresso no PNAE e PAA?

3.8 O PNAE e PAA impulsionaram investimentos na propriedade rural? Quais?

3.9 Do ponto de vista econômico e produtivo quais maiores contribuições do PNAE e PAA para o agricultor familiar?

3.10 Do ponto de vista social quais contribuições do PNAE e PAA para o agricultor familiar?

3.11 Do ponto de vista ambiental o PNAE e PAA apresentam contribuições ao agricultor familiar? Quais?

3.11.1 Possui certificação orgânica?

3.12 Quais os impactos gerados pelo PNAE e PAA na sua propriedade?

#### **4 – DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA**

4.1 Quais maiores desafios que você considera para o acesso ao PNAE e PAA?

4.2 Quais oportunidades você considera ter para o acesso ao PNAE e PAA?

4.3 Em relação aos limites, quais fatores limitantes você possui para acesso ao PNAE e PAA?

4.4 Quais estratégias ou diferenciais você possui para acesso ao PNAE e PAA?

4.5 Tem sugestões para melhoria do PNAE e PAA? Quais?

4.6 Na sua opinião, você considera que algo deveria ser mudado nos programas do PNAE e PAA? O quê?

## APENDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTES

Data:

Número do Questionário:

Nome do entrevistado:

Local da entrevista:

### **1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

1.1 Idade

1.2 Escolaridade

1.3 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

1.4 Situação Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra \_\_\_\_\_

1.5 Cidade de residência:

1.6 Quanto tempo de vínculo com a organização social

### **2 – A ORGANIZAÇÃO COLETIVA**

2.1 Faça um breve relato sobre a formação da organização coletiva

2.2 Relate sobre como foi o surgimento do PNAE e PAA na organização Coletiva

### **3 - RELAÇÕES COM O PNAE E PAA**

3.1 Quais fontes o apresentaram ao PNAE e PAA

3.2 Quais canais de comercialização disponíveis a acessados antes do PNAE e PAA

3.3 O PNAE e PAA geraram mudanças econômica, produtivas e sociais na organização coletiva? Quais?

3.4 Considera o PNAE e o PAA um bom mercado para retorno financeiro? Por quê?

3.5 Os valores pagos no PNAE e PAA são melhores que outros canais de comercialização?

3.6 Houve aumento de receitas após ingresso no PNAE e PAA?

3.7 O PNAE e PAA impulsionaram investimentos na organização coletiva? Quais?

3.8 Do ponto de vista econômico e produtivo quais maiores contribuições do PNAE e PAA para a organização coletiva?

3.9 Do ponto de vista social quais contribuições do PNAE e PAA para a organização coletiva?

3.10 Do ponto de vista ambiental o PNAE e PAA apresentam contribuições para a organização coletiva? Quais?

3.11 Quais os impactos gerados pelo PNAE e PAA na organização coletiva?

### **3 – DESAFIOS, OPORTUNIDADES, LIMITES E ESTRATÉGIAS NO ACESSO AO PNAE E PAA**

4.1 Quais maiores desafios que você considera para o acesso ao PNAE e PAA?

4.2 Quais oportunidades você considera ter para o acesso ao PNAE e PAA?

4.3 Em relação aos limites, quais fatores limitantes você possui para acesso ao PNAE e PAA?

4.4 Quais estratégias ou diferenciais você possui para acesso ao PNAE e PAA?

4.5 Tem sugestões para melhoria do PNAE e PAA? Quais?

4.6 Na sua opinião, você considera que algo deveria ser mudado nos programas do PNAE e PAA? O quê?

APÊNDICE 3 - RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELO FNDE PARA EXECUÇÃO DO PNAE EM ESCALA NACIONAL E AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2021.

<b>Ano</b>	<b>Valores Totais Repassados (R\$)</b>	<b>Aquisição da Agricultura Familiar</b>	<b>% da Aquisição da Agricultura Familiar</b>
2009	2.013.702.006,25	-	
2010	3.034.584.357,68	-	
2011	2.990.297.175,20	234.670.508,55	8%
2012	3.218.920.826,00	366.611.838,48	11%
2013	3.539.356.603,40	637.722.661,32	18%
2014	3.329.109.837,20	719.384.367,45	22%
2015	3.762.308.428,56	858.570.675,61	23%
2016	3.882.673.284,31	858.777.920,55	22%
2017	3.918.241.887,80	846.788.086,68	22%
2018	4.045.475.488,22	936.420.777,69	23%
2019	3.985.601.844,18	814.547.590,68	20%
2020	4.293.488.244,65	947.326.287,66	22%
2021	4.284.264.351,04	899.976.285,22	21%

Fonte: BRASIL. FNDE (2017); BRASIL. FNDE (2022); BRASIL. FNDE dados da prestação de Contas SIGPC (2022); Valores atualizados pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Organização própria.

APÊNDICE 4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PESSOAS ATENDIDAS, NÚMERO DE UNIDADES RECEBEDORAS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, EM ESCALA NACIONAL, ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2021.

<b>Ano</b>	<b>Nº de municípios atendidos</b>	<b>Nº de Pessoas atendidas</b>	<b>Nº de Unidades Recebedoras</b>	<b>Recursos orçamentários aplicados (R\$)</b>
2003	104	145.987	0	81.541.207,00
2004	293	540.027	0	107.185.826,00
2005	528	2.079.937	0	112.791.660,00
2006	950	4.290.986	0	200.667.394,00
2007	976	7.580.948	0	228.352.996,00
2008	976	10.643.207	0	272.929.439,00
2009	963	8.129.258	11.572	363.964.228,00
2010	1076	14.292.020	17.744	379.735.466,00
2011	1177	16.290.738	17.222	451.036.204,00
2012	1180	18.208.960	17.988	586.567.131,00
2013	524	7.981.161	4.449	224.517.124,00
2014	619	11.460.634	3.968	338.004.942,00
2015	541	10.960.664	2.829	287.515.216,00
2016	476	9.306.019	2.619	197.576.718,00
2017	543	6.186.098	1.092	124.708.502,00
2018	382	3.166.503	656	63.330.078,00
2019	254	2.065.442	350	41.380.857,00
2020	869	11.174.389	2.535	223.487.793,00
2021	912	10.395.228	2.764	238.184.253,00

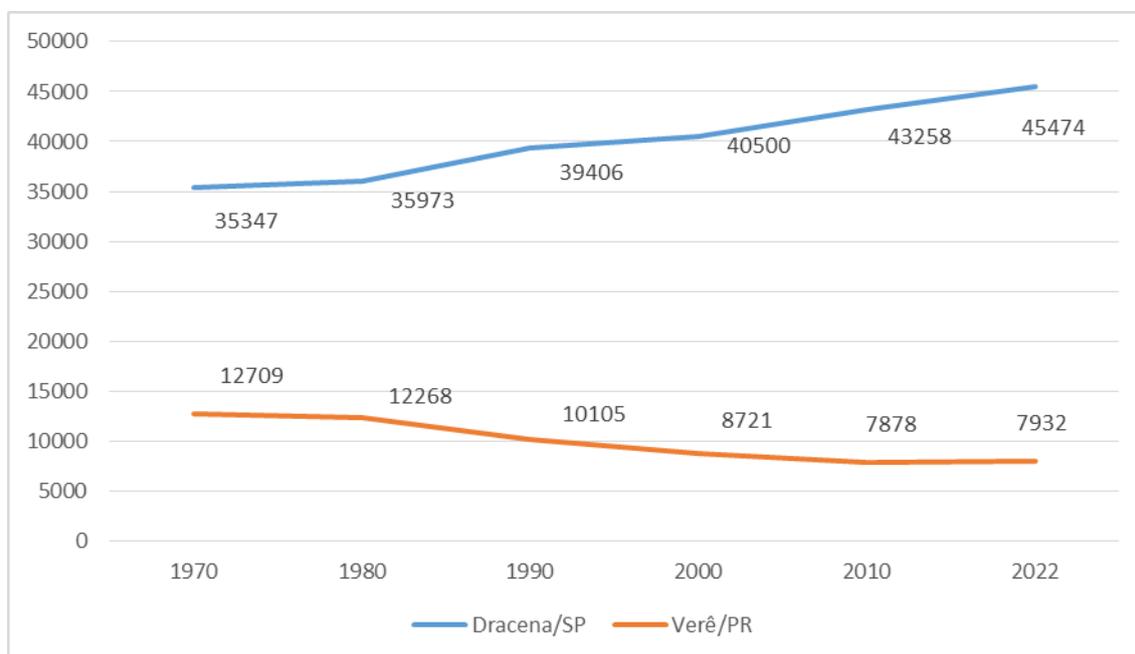
Fonte: BRASIL. CONAB (2022); Valores atualizados pelo IGP-M. Organização própria.

APÊNDICE 5 - NÚMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS  
FORNECEDORES DO PAA POR REGIÕES DO BRASIL, ENTRE OS ANOS  
DE 2003 A 2020.

<b>Ano</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Total</b>
2003	5.015	19.803	5.603	3.141	7.166	40.728
2004	13.757	20.439	1.608	3.806	10.182	49.792
2005	8.544	16.315	2.656	6.091	18.369	51.975
2006	8.620	22.366	4.450	13.520	37.587	86.543
2007	9.036	22.334	2.881	18.608	39.513	92.372
2008	5.130	27.135	3.154	25.161	30.054	90.634
2009	5.386	29.064	3.855	22.041	37.994	98.340
2010	7.270	32.146	5.625	20.889	28.465	94.395
2011	7.175	38.595	7.480	26.935	26.415	106.600
2012	8.089	37.194	9.558	32.001	41.962	128.804
2013	4.319	13.509	4.629	11.435	7.520	41.412
2014	5.930	12.096	4.841	19.542	8.819	51.228
2015	5.139	11.845	3.821	10.284	7.705	38.794
2016	4.581	13.111	2.905	5.560	3.161	29.318
2017	3.201	7.514	1.548	2.819	3.606	18.688
2018	2.002	4.049	942	1.714	968	9.675
2019	1.107	1.900	619	1.737	522	5.885
2020	5.868	13.848	2.678	5.829	2.974	31.197

Fonte: CONAB. Cadernos de Aquisições (2003 a 2020)

APÊNDICE 6 – VARIAÇÃO POPULACIONAL TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE  
DRACENA E VERÊ ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2022



Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria

APÊNDICE 7 - POPULAÇÃO DE DRACENA E VERÊ DISTRIBUÍDAS POR  
FAIXA ETÁRIA NOS ANOS DE 2000 E 2010

Faixas	Dracena				Verê			
	2000		2010		2000		2010	
	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.
00 a 09 anos	2.885	2.790	2.322	2.279	809	735	469	496
10 a 14 anos	1.761	1.644	1.468	1.424	479	417	331	324
15 a 19 anos	1.950	1.909	1.618	1.572	478	480	390	346
20 a 29 anos	3.052	3.247	3.817	3.220	628	585	579	538
30 a 39 anos	2.979	3.213	3.378	3.266	652	683	529	523
40 a 49 anos	2.587	2.926	3.093	3.258	576	551	618	634
50 a 59 anos	1.876	2.104	2.502	2.897	419	377	483	484
60 a 64 anos	809	958	920	1.078	136	132	194	183
Acima de 65	1.812	1.633	2.287	2.859	270	314	345	412
<b>Total</b>	<b>19.771</b>	<b>20.424</b>	<b>21.405</b>	<b>21.583</b>	<b>4.447</b>	<b>4.274</b>	<b>3.938</b>	<b>3.940</b>

Fonte: IBGE Cidades (2021); Atlas Brasil (2022). Organização Própria

APÊNDICE 8 – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE DRACENA E VERÊ  
SEGUNDO COR OU RAÇA SEGUNDO CENSO DE 2010

<b>Característica</b>	<b>Dracena</b>		<b>Verê</b>	
	Amarelo	1.549	3,58%	41
Branco	30.063	69,49%	6.396	81,18%
Indígena	8	0,01%	0	0
Parda	10.517	24,33%	1.310	16,62%
Preta	1.121	2,59%	131	1,68%
Total	43.258	100%	7.878	100%

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria

APÊNDICE 9 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E  
VERÊ - 2010

<b>Indicadores habitacionais</b>	<b>Dracena</b>			<b>Verê</b>		
	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
Número de Domicílios	13.535	731	14.266	1.075	1.376	2.451
% Relativa	94,87%	5,13%	100%	43,83%	56,17%	100%

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria

APÊNDICE 10 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA  
E VERÊ SEGUNDO CENSO DE 2000 E 2010

<b>Município/Estado</b>	<b>Habitantes km<sup>2</sup></b>	
	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Dracena	88,21	88,64
São Paulo	164,15	166,23
Verê	27,33	25,27
Paraná	50,94	52,40

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria

APÊNDICE 11 - NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 2010 E 2021.

Modalidade de Ensino	Dracena				Verê			
	Matrículas		Escolas		Matrículas		Escolas	
Ensino	2010	2021	2010	2021	2010	2021	2010	2021
Infantil	1.640	1.838	19	19	221	359	6	6
Fundamental	4.961	4.643	16	17	1.109	889	3	3
Médio	1.891	1.677	7	8	366	317	1	1
Total	8.492	8.158	42	44	1.696	1.565	10	10

Fonte: Ministério da Educação (2021). Organização Própria

APÊNDICE 12 - IDEB DOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL E MÉDIO DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS  
ANOS DE 2011 E 2019

IDEB	2011		2019	
	Dracena	São Paulo	Dracena	São Paulo
IDEB/Anos iniciais	6,4	5,4	6,6	6,5
IDEB/Anos finais	4,6	4,4	5,4	5,2
Ensino Médio	4,3	-	4,7	-
	Verê	Paraná	Verê	Paraná
IDEB/Anos iniciais	6,2	5,4	6,9	6,4
IDEB/Anos finais	4,8	4,1	6,1	5,1
Ensino Médio	4,0	-	4,4	-

Fonte: INEP/MEC (2021). Organização Própria

APÊNDICE 13 - TAXA DE OCUPAÇÃO SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA  
NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 2000 E 2010.

<b>Município</b>	<b>Dracena</b>		<b>Verê</b>	
	<b>2000 (%)</b>	<b>2010 (%)</b>	<b>2000 (%)</b>	<b>2010 (%)</b>
Agropecuária	8,9	6,68	56,80	45,14
Indústria	9,32	12,91	7,69	11,97
Construção	8,23	7,53	4,96	4,23
Comércio	19,84	19,79	7,21	10,54
Serviços	53,71	53,09	23,34	28,12

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

APÊNDICE 14 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR CLASSE DE RENDIMENTO  
 NOMINAL MENSAL DOMICILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E  
 VERÊ EM 2010

<b>Município</b>	<b>Dracena</b>	<b>%</b>	<b>Verê</b>	<b>%</b>
Sem rendimento	168	1,17	43	1,75
Até 1/2 salário mínimo*	86	0,60	123	5,01
Mais de 1/2 salário até 1 salário mínimo	1.030	7,21	195	7,95
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2.691	18,86	627	25,58
Mais de 2 a 5 salários mínimos	6.118	42,88	888	36,23
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2.950	20,67	429	17,50
Mais de 10 a 20 salários mínimos	848	5,94	127	5,18
Mais de 20 salários mínimos	375	2,67	19	0,80
Total de domicílios	14.266	100	2.451	100

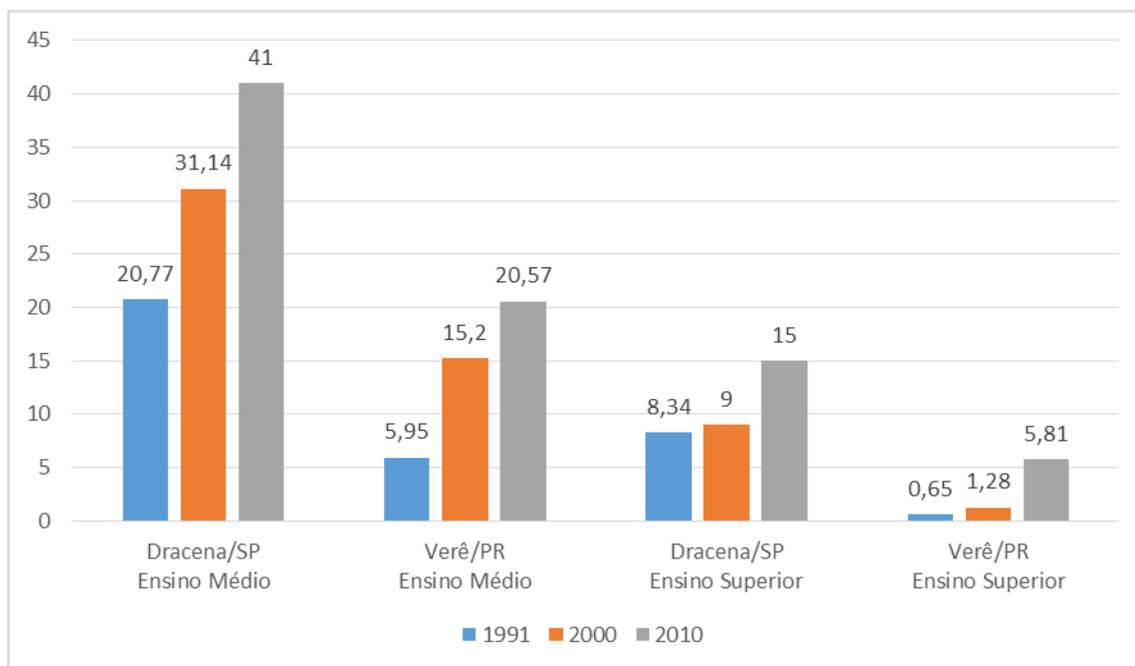
Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria. \*Salário Mínimo nominal em 2010 R\$ 510,00.

APÊNDICE 15 - RECEITAS, DESPESAS E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS  
MUNICÍPIOS EM DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 2013 E 2017

Receitas	Dracena		Verê	
	2013**	2017**	2013**	2017**
Receitas Orçamentárias realizadas*	100.987	119.375	19.786	34.659
Despesas Orçamentárias*	86.613	109.360	15.881	31.170
Fundo de Participação dos municípios*	19.456	23.946	6.511	7.947

Fonte: IBGE Cidades (2021). Organização Própria. \*(x 1.000); \*\* Atualizada pelo IGP-M. Calculadora do Cidadão.

APÊNDICE 16 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE 18 ANOS QUE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE 25 ANOS QUE CONCLUIU O ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.



Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

APÊNDICE 17 - INDICADORES DE POBREZA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA  
E VERÊ EM 1991, 2000 E 2010

	1991		2000		2010	
	Dracena	Verê	Dracena	Verê	Dracena	Verê
% de Pobres	16,46	64,51	10,48	22,84	2,40	9,29
Renda <i>Per Capta</i> pobres*	92,59	60,71	90,85	75,47	116,81	82,10

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria. \* Renda Per Capta pobres em (R\$). Atualizada pelo IGP-M. Calculadora do Cidadão.

APÊNDICE 18 - ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM  
1991, 2000 E 2010

	1991		2000		2010	
	Dracena	Verê	Dracena	Verê	Dracena	Verê
Índice de Gini	0,52	0,57	0,59	0,51	0,44	0,47

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

APÊNDICE 19 - IDM – M DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2010.

Microrregião de Dracena		Verê e municípios do entorno	
Município	IDH-M	Município	IDH-M
1º <b>Dracena</b>	<b>0,776</b>	1º Francisco Beltrão	0,774
2º Tupi Paulista	0,769	2º Dois Vizinhos	0,767
3º São João do Pau-D'Alho	0,75	3º Enéas Marques	0,752
4º Junqueirópolis	0,745	4º Renascença	0,733
5º Monte Castelo	0,741	5º Marmeleiro	0,722
6º Santa Mercedes	0,739	6º São Jorge D'oeste	0,722
7º Nova Guataporanga	0,726	7º <b>Verê</b>	<b>0,720</b>
8º Panorama	0,722	8º Salto do Lontra	0,718
9º Paulicéia	0,711	9º Nova Prata do Iguaçu	0,716
10º Ouro Verde	0,692	10º Nova Esperança do Sudoeste	0,714
		11º Cruzeiro do Iguaçu	0,709
		12º Barracão	0,706
		13º Boa Esperança do Iguaçu	0,7
		14º Salgado Filho	0,7
		15º Bom Jesus do Sul	0,697
		16º Pinhal de São Bento	0,695
		17º Flor da Serra do Sul	0,682
		18º Santo Antônio do Sudoeste	0,671
		19º Manfrinópolis	0,645

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

APÊNDICE 20 - ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E DE VERÊ E ENTORNO NO ANO DE 2010.

Microrregião de Dracena		Verê e municípios do entorno	
Município	Índice	Município	Índice
1º Panorama	0,51	1º Enéas Marques	0,6
2º Tupi Paulista	0,49	2º Renascença	0,58
3º <b>Dracena</b>	<b>0,44</b>	3º Barracão	0,54
4º Paulicéia	0,44	4º Santo Antônio do Sudoeste	0,52
5º Junqueirópolis	0,43	5º Cruzeiro do Iguaçu	0,51
6º Nova Guataporanga	0,41	6º Marmeleiro	0,51
7º Santa Mercedes	0,4	7º Nova Esperança do Sudoeste	0,5
8º Ouro Verde	0,39	8º Dois Vizinhos	0,47
9º Monte Castelo	0,38	9º Francisco Beltrão	0,47
10º São João do Pau-D'Alho	0,33	10º Manfrinópolis	0,47
		11º São Jorge D'Oeste	0,47
		12º <b>Verê</b>	<b>0,47</b>
		13º Bom Jesus do Sul	0,46
		14º Flor da Serra do Sul	0,46
		15º Nova Prata do Iguaçu	0,46
		16º Salgado Filho	0,46
		17º Salto do Lontra	0,46
		18º Boa Esperança do Iguaçu	0,44
		19º Pinhal de São Bento	0,37

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria

APÊNDICE 21 - RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO  
DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2010

Microrregião de Dracena			Verê e municípios do entorno		
	Município	R\$*		Município	R\$*
1º	São João do Pau-D'Alho	915,13	1º	Enéas Marques	948,7
2º	Tupi Paulista	914,36	2º	Francisco Beltrão	895,36
3º	<b>Dracena</b>	<b>862,86</b>	3º	Dois Vizinhos	836,1
4º	Junqueirópolis	737,14	4º	Renascença	831,49
5º	Panorama	722,51	5º	Marmeleiro	751,42
6º	Nova Guataporanga	652,36	6º	Barracão	688,92
7º	Monte Castelo	646,15	7º	Nova Esperança do Sudoeste	678,29
8º	Paulicéia	592,42	8º	Nova Prata do Iguaçu	668,06
9º	Santa Mercedes	561,64	9º	<b>Verê</b>	<b>661,18</b>
10º	Ouro Verde	504,63	10º	São Jorge D'Oeste	652,15
			11º	Salto do Lontra	650,57
			12º	Cruzeiro do Iguaçu	636,1
			13º	Santo Antônio do Sudoeste	585,95
			14º	Salgado Filho	557,15
			15º	Flor da Serra do Sul	549,7
			16º	Boa Esperança do Iguaçu	527,03
			17º	Pinhal de São Bento	514,89
			18º	Manfrinópolis	435,85
			19º	Bom Jesus do Sul	430,51

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria. \*Valores Nominais

APÊNDICE 22 - PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DRACENA E VERÊ NO ANO DE 2019.

Microrregião de Dracena			Verê e municípios do entorno		
	Município	R\$*		Município	R\$*
1º	Junqueirópolis	28,66	1º	Dois Vizinhos	41,24
2º	<b>Dracena</b>	<b>27,57</b>	2º	<b>Verê</b>	<b>39,17</b>
3º	Monte Castelo	23,38	3º	Renascença	37,96
4º	São João do Pau-D'Alho	21,92	4º	Francisco Beltrão	36,11
5º	Paulicéia	21,81	5º	Enéas Marques	36,07
6º	Tupi Paulista	20,16	6º	Boa Esperança do Iguaçu	35,25
7º	Santa Mercedes	18,91	7º	São Jorge D'Oeste	31,71
8º	Panorama	17,41	8º	Nova Prata do Iguaçu	30,31
9º	Nova Guataporanga	14,36	9º	Marmeleiro	29,58
10º	Ouro Verde	13,58	10º	Cruzeiro do Iguaçu	27
			11º	Salgado Filho	26,17
			12º	Flor da Serra do Sul	25,79
			13º	Barracão	25,65
			14º	Salto do Lontra	25,16
			15º	Santo Antônio do Sudoeste	24,89
			16º	Nova Esperança do Sudoeste	22,38
			17º	Manfrinópolis	21,15
			18º	Pinhal de São Bento	20,08
			19º	Bom Jesus do Sul	19,82

Fonte: PNUD. Atlas Brasil (2021). Organização Própria. \* (x1000); Valores Nominiais.

APÊNDICE 23 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS  
AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO A  
CONDIÇÃO DE USO EM 2006 E 2017.

Condição Legal	Anos / Áreas e Estabelecimentos							
	Dracena				Verê			
	2006		2017		2006		2017	
	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.
Condomínio	1.697	54	11.856	210	1.793	28	12.129	442
Individual	15.335	437	13.928	351	25.825	1.255	15.678	568
Sociedade	26.167	161	16.625	7	131	30	27	1
Governo		2		2	69	3		
Utilidade Pública		2		2	25	6		
<b>TOTAL</b>	<b>43.169</b>	<b>656</b>	<b>42.409</b>	<b>572</b>	<b>27.843</b>	<b>1.322</b>	<b>27.834</b>	<b>1.011</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 24 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS  
AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ SEGUNDO O  
USO DA TERRA EM 2006 E 2017.

Uso da Terra	Anos / Áreas e Estabelecimentos							
	Dracena				Verê			
	2006		2017		2006		2017	
	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.
Proprietário	41.873	662	40.711	466	26.020	1.092	26.538	928
Concessionário			165	34				
Arrendatário	690	17	1.412	45	644	50	594	30
Parceria e outros	606	17	121	27	1.287	180	815	53
<b>TOTAL</b>	<b>43.169</b>	<b>656</b>	<b>42.409</b>	<b>572</b>	<b>27.951</b>	<b>1.322</b>	<b>27.947</b>	<b>1.011</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 25 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS  
AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017

Sexo	Anos / Quantidade							
	Dracena				Verê			
	2006	%	2017	%	2006	%	2017	%
Masculino	1.927	69	1.269	74	2.063	62	1.618	63
Feminino	867	31	446	26	1.257	38	943	37
<b>Total</b>	2.794		1.715		3.320		2.561	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 26 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE DRACENA  
NOS ANOS DE 2006 E 2017

Utilização das Terras	Anos / Características			
	2006		2017	
Lavouras	Permanentes	Temporárias	Permanentes	Temporárias
Ha	1.514	11.746	990	17.895
Pastagens	Boas Condições	Más Condições	Boas Condições	Más Condições
Ha	13.404	202	18.496	268
Matas	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas
Ha	3.170	308	2.748	236

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2011). Organização Própria.

APÊNDICE 27 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE VERÊ NOS ANOS DE 2006 E 2017

Utilização das Terras	Anos / Características			
	2006		2017	
Lavouras	Permanentes	Temporárias	Permanentes	Temporárias
Ha	1.247	14.666	332	17.334
Pastagens	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas
Ha	835	5.687	1.274	3.101
Matas	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas
Ha	4.125	359	4.443	253

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2011). Organização Própria.

APÊNDICE 28 - PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES NO MUNICÍPIO DE  
DRACENA E VERÊ EM 2017

Cultura	Anos / Estabelecimentos e Áreas							
	Dracena				Verê			
	Estab.	Área	Ton.	R\$*	Estab	Área	Ton.	R\$*
Acerola	22	29	259	256,9				
Banana	12	136	397	605,3	4	3	3	6,69
Borracha	6	25	10	24,6				
Café	50	338	212	949,7				
Laranja					8	10	27	42,5
Limão	5	12	32	58,9				
Manga	28	62	211	112,0				
Maracujá	3	5	2	3,4				
Urucum	30	248	15	153,0				
Uva	5	35	88	272	12	28	98	198,8

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2017). Organização Própria.

\*(x 1000), valores nominais

APÊNDICE 29 - PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE  
DRACENA E VERÊ EM 2017

Cultura	Anos / Estabelecimentos e Áreas							
	Dracena				Verê			
	Estab	Área	Ton.	R\$*	Estab	Áreas	Ton.	R\$*
Abobora	5	4	4	11,4	4	1	1	2,34
Amendoim	3	1.461	7.009	11.898	3	1	1	0,03
Aveia					8	51	63	43,2
Batata					6	3	7	21,42
Cana-de-açúcar	50	12.273	718.711	52.196	5	14	465	929,2
Feijão	14	82	80	235,5	190	2.818	3.096	4.230,17
Fumo					11	29	48	392,23
Mandioca	34	34	237	226,1	58	11	68	118,75
Melancia	5	15	351	197,9	4	17	117	40,11
Milho	19	101	877	148,2	752	8.853	66.693	24.336,1
Tomate	3	0	6	5,1				
Soja					549	12.605	45.333	46.875,3
Trigo					157	4.216	7.186	3.686,72

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2011). Organização Própria. \*(x 1000), valores nominais.

## APÊNDICE 30 - PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE DRACENA E VERÊ EM 2017

<b>Pecuária</b>				
<b>Produção</b>	<b>Dracena</b>		<b>Verê</b>	
	<b>Estab.</b>	<b>Quant</b>	<b>Estab</b>	<b>Quant</b>
Bovinos	415	31.771	707	18.761
Caprinos	5	51	29	512
Codornas			10	16
Equinos	117	667	25	49
Galináceos	40	13*	644	4.115*
Muare	5	15		
Ovinos	22	927	48	626
Patos	3	28	31	608
Perus			14	159.040
Suínos	32	627	547	2.981

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2017). Organização Própria. \*(x 1000)

APÊNDICE 31 - ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR EM DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017

Tipo de agricultura	Estabelecimentos							
	Dracena				Verê			
	2006	%	2017	%	2006	%	2017	%
Agricultura Familiar	382	58	410	71	1.209	91	886	87
Agricultura não Familiar	274	42	162	29	113	9	125	13
Total	656		572		1.322		1.011	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 32 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA  
 AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR POR GRUPOS DE  
 ATIVIDADES ECONÔMICAS EM DRACENA NO ANO DE 2017

Cultura	Agricultura Familiar				Agricultura não Familiar			
	Estab.	%	Área	%	Estab.	%	Área	%
Temporárias	38	9,27	300	4,84	23	14,2	22.433	62,0
Horticultura	18	4,28	2	3,0	3	1,7	1	0,00
Permanentes	65	15,8	608	9,72	21	12,9	525	1,59
Pecuária	286	69,7	5.344	82,4	109	67,5	13.191	36,4
Florestas	2	0,49	1	0,02	4	2,47	2	0,01
Aquicultura	1	0,24	1	0,02	2	1,23	1	0,00
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100</b>	<b>6.256</b>	<b>100</b>	<b>162</b>	<b>100</b>	<b>36.153</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 33 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA  
 AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR POR GRUPOS DE  
 ATIVIDADES ECONÔMICAS EM VERÊ NO ANO DE 2017

Cultura	Agricultura Familiar				Agricultura não Familiar			
	Estab.	%	Área	%	Estab.	%	Área	%
Temporárias	505	57	11.071	66,29	78	62,4	9.548	84,9
Horticultura	8	0,97	1	0,01	1	0,8	1	0,01
Permanentes	9	1,02	3	0,02	1	0,8	1	0,01
Pecuária	363	40,9	5.624	33,67	44	35,2	1.695	15,07
Florestas	1	0,11	2	0,01				
Aquicultura	0	0		0	1	0,8	1	0,01
<b>Total</b>	<b>886</b>	<b>100</b>	<b>16.701</b>	<b>100</b>	<b>125</b>	<b>100</b>	<b>11.246</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 34 - QUANTIDADES PRODUZIDA NA HORTICULTURA E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017

Cultura	Dracena						Verê					
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Quant.*	R\$*	Quant.*	R\$*	Quant.*	R\$*	Quant.*	R\$*	Quant.*	R\$*	Quant.*	R\$*
Alface	75	303	108	97	182	400	338	95	1	1	339	96
Almeirão	17	88	9	18	26	106						
Beterraba							1	1			1	1
Brócolis							50	9			50	9
Cebolinha	8	75	2	18	10	93	7	1			7	1
Cenoura							2	1			2	1
Espinafre	2	10			2	10						
Pimenta	1	4			1	4						
Quiabo	5	13			5	13						
Rúcula							77	9			77	9
Salsa	2	18	1	5	3	23	4	1			4	1
Vagem							6	2			6	2
Outros produtos							19	5			19	5

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria. \* Toneladas. \*\* Em mil.

APÊNDICE 35 - QUANTIDADES PRODUZIDAS NA CULTURA PERMANENTE E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017.

Cultura	Dracena						Verê					
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**
Acerola	259	397			259	397	64	98			64	98
Banana	24	105	373	501	394	606	16	70	24	105	40	175
Borracha	6	18			6	18	4	14			4	14
Café	133	451	79	499	212	950						
Laranja							3	7			3	7
Limão	2	9			2	9	1	8		6	0	4
Manga	39	5	2	8	11	13	44	8	6	2	80	10
Maracujá												
Urucum	2	26		8	5	54						
Uva mesa	8	39			8	39	4	64			4	64
Uva vinho							99	8			99	8

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria. \* Toneladas. \*\* Em mil.

APÊNDICE 36 - QUANTIDADES PRODUZIDA NA CULTURA TEMPORÁRIA E VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DE DRACENA E VERÊ EM 2017.

Cultura	Dracena						Verê					
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**	Quant.*	R\$**
Amendoim			7.009	11.898	7.009	11.898						
Abóbora	14	11			14	11	2	1			2	1
Cana-de-açúcar			716.406	52.400	716.406	52.400	929	465			929	465
Feijão preto							943	869	1.286	732	2.229	1.601
Feijão de cor	12	29	68	207	80	236	1.253	888	748	607	2.001	1.495
Fumo							392	48			392	48
Mandioca	172	160	65	66	237	226	114	65	5	3	1196	68
Melancia	351	198			351	198						
Milho			74	46	74	46	14.253	30.395	8.963	20.216	23.216	50.611
Soja	32	29			32	29	25.051	24.374	21.824	20.958	46.875	45.332
Trigo							2.030	3.972	1.656	3.394	3.686	7.366
Tomate rasteiro	6	2			5	5						
Milho forrageiro							760	12.276	360	3.086	1.120	16.082
Cana forrageira	1.901	129	405	28	2.306	157						

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria. \*Kg. \*\* Em mil.

APÊNDICE 37 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E VERÊ EM 2006 E 2017

<b>Pessoal ocupado</b>								
<b>Tipo de agricultura</b>	<b>2006</b>				<b>2017</b>			
	<b>Dracena</b>		<b>Verê</b>		<b>Dracena</b>		<b>Verê</b>	
	<b>Quant</b>	<b>%</b>	<b>Quant</b>	<b>%</b>	<b>Quant</b>	<b>%</b>	<b>Quant</b>	<b>%</b>
Agricultura Familiar	679	47	2.961	89	780	45	2.129	83
Agricultura não Familiar	754	53	359	11	935	55	432	17
<b>Total</b>	<b>1.433</b>	<b>100</b>	<b>3.320</b>	<b>100</b>	<b>1.715</b>	<b>100</b>	<b>2.561</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, SIDRA (2021). Organização Própria.

APÊNDICE 37 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO  
DE DRACENA, 1991 A 2001

<b>ANO</b>	<b>NUMERO DE ASSOCIADOS</b>
1991	21
1992	26
1993	29
1994	27
1995	27
1996	25
1997	20
1998	17
1999	17
2000	17
2001	17

Fonte: Associação de Dracena, 2022. Elaboração própria.

**APÊNDICE 38 - QUANTITATIVO DE ASSOCIADOS OU COOPERADOS EM  
DRACENA E VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2021**

Ano	DRACENA			VERÊ		
	Número de Sócios		Total	Número de Sócios		Total
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
2006	25	5	30	42	6	48
2007	35	6	41	55	12	68
2008	41	7	48	63	13	76
2009	73	22	95	92	18	110
2010	141	36	177	104	28	132
2011	147	45	192	123	42	165
2012	120	99	219	138	75	213
2013	127	104	231	141	67	208
2014	141	112	253	214	77	291
2015	143	116	259	242	59	301
2016	172	62	234	58	28	86
2017	208	77	285	87	37	124
2018	191	68	259	74	30	104
2019	205	72	277	67	27	94
2020	171	66	237	67	30	97
2021	153	67	220	50	24	74

Fonte: Livros de Matrícula. Elaboração do Autor

APÊNDICE 39 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM  
DRACENA NO ANO DE 2021

Faixa Etária	Associação J Marques		Associação dos Produtores de Dracena		Cooperativa dos Produtores de Dracena		Associação Nova Canaã	
	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%
Até 21 anos	0		2	2	5	6	0	0
Entre 21 a 29 anos	1	3	4	4	11	13	3	13
Entre 30 a 39 anos	4	15	19	20	16	20	4	18
Entre 40 a 49 anos	13	50	26	27	20	25	7	31
Entre 50 a 59 anos	6	23	29	31	19	24	6	27
Acima de 60 anos	2	7	13	13	8	10	2	9
Total	26		93		79		22	

Fonte: Livro de Matrícula. Dados da Pesquisa

APÊNDICE 40 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS EM VERÊ  
NO ANO DE 2021

Faixa Etária	COOPERVEREDA		COOPERVIVE	
	Sócios	%	Sócios	%
Até 21 anos	4	7	0	0
Entre 21 a 29 anos	7	13	2	10
Entre 30 a 39 anos	12	22	6	30
Entre 40 a 49 anos	16	30	8	40
Entre 50 a 59 anos	9	17	3	15
Acima de 60 anos	6	11	1	5
Total	54	100	20	100

Fonte: Livro de Matrícula. Dados da Pesquisa

APÊNDICE 41 - QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS  
EM DRACENA NO ANO DE 2021

Área de Produção	Associação J Marques		Associação dos Produtores de Dracena		Cooperativa dos Produtores de Dracena		Associação Nova Canaã	
	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%
Até 3 há	18	67	54	59	39	49	22	100
3,01 a 5 ha	7	24	31	33	28	36		
5,01 a 10 ha	1	3	7	7	9	11		
10,01 a 20 ha			1	1	2	3		
Mais que 20,01 ha					1	1		
<b>Total</b>	<b>26</b>		<b>93</b>		<b>79</b>		<b>22</b>	

Fonte: Ficha de Matrícula. Dados da Pesquisa

APÊNDICE 42 - QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS E COOPERADOS  
EM VERÊ NO ANO DE 2021

Área de Produção	COOPERVEREDA		COOPERVIVE	
	Sócios	%	Sócios	%
Até 3 há	27	50	14	70
3,01 a 5 ha	18	33	2	10
5,01 a 10 ha	7	13	2	10
10,01 a 20 ha	2	4	1	5
Mais que 20,01 ha	0	0	1	5
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Ficha de Matrícula. Dados da Pesquisa

APÊNDICE 43 - NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA DOS ASSOCIADOS  
E COOPERADOS EM DRACENA NO ANO DE 2021

Número de Pessoas	Associação J Marques		Associação dos Produtores de Dracena		Cooperativa dos Produtores de Dracena		Associação Nova Canaã		
	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%	Sócios	%	
Apenas pessoa	1	2	7	1	1	1	1	2	9
De 2 a 3 pessoas	3	18	69	59	63	43	54	8	36
De 4 a 5 pessoas	5	5	19	24	25	29	36	10	45
De 6 a 7 pessoas	7	1	3	8	8	6	7	2	9
Mais que 8 pessoas	8	-	-	1	1	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>26</b>		<b>93</b>		<b>79</b>		<b>22</b>	

Fonte: Ficha de Matrícula e Dados da Pesquisa.

**APÊNDICE 44 - NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA DOS ASSOCIADOS  
E COOPERADOS EM VERÊ NO ANO DE 2021**

Número de Pessoas	COOPERVEREDA		COOPERVIVE	
	Sócios	%	Sócios	%
Apenas 1 pessoa	1	2	0	0
De 2 a 3 pessoas	33	61	12	60
De 4 a 5 pessoas	19	35	8	40
De 6 a 7 pessoas	1	2	0	0
Mais que 8 pessoas	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Ficha de Matrícula e Dados da Pesquisa.

APÊNDICE 45 - COMERCIALIZAÇÃO POR TIPOS DE MERCADOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DE DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

<b>Organização Social</b>	<b>Mercados</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	49.000	70.000	80.500	112.000	242.294	474.572	487.976	495.987	332.345	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	9.669	38.971	76.875	102.502	252.538	207.332	289.844	290.315	5.922	-	-	-	598.427
	Outro	24.067	27.641	30.190	19.807	65.976	146.587	139.490	164.310	196.961	156.070	-	-	-	-	-	81.604
	<b>Total</b>	<b>73.067</b>	<b>97.641</b>	<b>110.690</b>	<b>141.476</b>	<b>347.241</b>	<b>698.034</b>	<b>729.968</b>	<b>912.835</b>	<b>736.638</b>	<b>445.914</b>	<b>290.315</b>	<b>5.922</b>	-	-	-	<b>680.031</b>
Associação J Marques	PAA	45.000	66.500	77.000	165.000	274.928	450.559	472.605	495.888	358.736	227.949	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	22.404	48.895	53.949	73.350	139.628	84.523	152.029	135.770	110.541	82.234	64.633	62.684	71.665
	Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>45.000</b>	<b>66.500</b>	<b>77.000</b>	<b>187.404</b>	<b>323.823</b>	<b>504.508</b>	<b>545.955</b>	<b>635.516</b>	<b>443.259</b>	<b>379.978</b>	<b>135.770</b>	<b>110.541</b>	<b>82.234</b>	<b>64.633</b>	<b>62.684</b>	<b>71.665</b>
COOPADRA	PAA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.257	265.902	281.160	298.491	120.554	331.743
	Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252.200	642.743	843.480	895.473	675.391	842.856
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>393.457</b>	<b>908.645</b>	<b>1.124.640</b>	<b>1.193.964</b>	<b>795.945</b>	<b>1.174.599</b>
Associação Nova Canaã	PAA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.474	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.227	198.121	-	-
	Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>306.701</b>	<b>198.121</b>	-	-

Fonte: Relatórios de Venda, Livro Diário e Razão, Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

APÊNDICE 46 - COMERCIALIZAÇÃO POR TIPOS DE MERCADOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DE VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

Organização Social	Mercados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>APAVE</b>	PAA	124.400	132.650	143.647	180.240	173.722	187.494	443.437	-	60.060	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	105.419	167.381	207.403	275.635	433.275	-	-	-	-	-	-	-
	Outro	56.233	64.844	46.289	28.614	-	77.218	104.238	121.247	106.021	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	180.633	197.494	189.936	208.854	279.141	432.093	755.078	396.882	599.356	-	-	-	-	-	-	-
<b>APROVIVE</b>	PAA	36.000	89.930	102.515	202.400	216.000	268.500	270.000	200.400	-	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	61.403	89.688	94.612	127.346	142.026	-	185.344	-	-	-	-	-
	Outro	-	-	-	-	-	52.610	77.306	63.404	25.388	-	44.220	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	36.000	89.930	102.515	202.400	277.403	410.798	441.918	391.150	167.414	-	229.564	-	-	-	-	-
<b>COAFA</b>	PAA	-	-	-	-	318.461	196.789	318.461	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outro	-	-	-	80.104	159.302	170.266	196.426	247.317	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	80.104	477.763	367.055	514.887	247.317	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>COOPERVEREDA</b>	PAA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151.943	144.000	-	-	135.998	-
	PNAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267.438	202.647	189.335	138.542	177.326	301.251	478.644
	Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.315	77.618	108.773	86.919	88.411	47.947	230.063
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	359.753	432.208	442.108	225.461	265.737	485.196	708.674
<b>COOPERVIVE</b>	PAA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PNAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218.366	227.701	107.138	-	-
	Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.365	106.220	98.715	38.440	46.225
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	302.731	333.921	205.853	38.440	46.225

Fonte: Relatórios de Venda, Livro Diário e Razão, Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

APÊNDICE 47 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS ORGANIZAÇÕES  
COLETIVAS EM DRACENA ORIUNDOS DE SEUS ASSOCIADOS /  
COOPERADOS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

	DRACENA															
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abacate				4.559	5.380	42.000	45.780	10.004	4.704	4.602	2.708	2.407	2.520			
Abacaxi						1.886	2.491	3.000	1.463	688	838	273				
Abobrinha	11.669	15.912	19.448	31.117	35.360	71.808	64.318	68.220	48.593	20.301	19.428	11.209	6.890	4.382	1.264	3.415
Acelga	12.650	19.587	21.627	34.685	40.805	30.080	28.576	22.531	17.304	13.820	10.620	8.328	6.418	5.177	2.418	1.844
Acerola	7.503	9.004	14.506	21.009	25.010	25.380	20.996	23.023	38.870	34.735	19.215	15.315	19.266	18.344	10.428	10.263
Alface	6.310	8.922	13.274	18.714	21.760	37.520	24.292	21.380	32.638	11.994	10.706	4.261	2.302	2.049	1.318	1.008
Almeirão		7.359	12.394	17.042	19.366	12.856	12.150	23.064	26.510	12.001	8.320	7.515	7.411	6.716	3.647	3.574
Amendoim				7.206	4.396	2.022	2.127	3.629	2.615	1.846	1.066	2.011	1.614	2.415	922	1.816
Banana				9.622	4.619	5.265	28.551	40.848	23.682	69.350	38.391	35.111	32.847	33.612	24.206	10.955
Batata Doce	7.616	7.997	20.563	30.464	38.080	68.088	47.210	19.000	16.534	18.775	15.613	12.816	8.315	8.153	3.102	2.613
Berinjela	6.244	6.958	9.991	15.521	17.840	52.824	37.900	30.710	26.918	20.314	14.229	10.615	6.414	4.209	1.417	1.380
Brócolis				1.006	2.160	3.330	6.120	9.000	5.051	4.322	2.602	855				
Cavalinhas						51	38	7								
Cenoura				2.116	508	3.457	4.888	11.922	7.204	4.601	4.288	2.388	2.280	1.982		
Cheiro Verde		1.321	1.321	1.993	2.402	17.198	11.712	12.688	9.800	10.045	10.687	6.219	4.385	3.715	1.003	
Chicória		4.707	5.491	7.256	9.806	7.648	7.170	6.300	9.178	10.110	6.281	2.347	1.769	2.006		
Chuchu							166	193	260	402	866	1.413	2.719	4.627	5.542	7.813
Coco Verde	7.691	14.586	15.382	20.420	26.520	57.000	48.802	37.454	34.838	20.312	12.833	4.874	3.361	3.289		
Couve						2.721	2.580	6.001	11.200	8.603	3.406	1.715	992			
Couve Flor								9.000	400		562	209				2.395
Danone												6.348	6.355	7.106	5.614	5.041
Doce de leite		2.322	3.263	4.581	6.275	7.690	11.632	12.679	11.538	9.115	9.215	7.414	6.371	4.617	2.318	1.719
Farinha de mandioca				27.540	31.620	102.000	146.880	158.630	151.366	171.382	156.413	136.220	127.041	133.073	124.622	108.344
Feijão	2.921	3.152	7.505	10.722	12.614	11.226	9.374	8.327	6.203	5.404	4.106	4.358	3.218	3.519	3.166	3.216
Fruta do conde							304	406	509		333					
Graviola				78	63	55	49	53	51		37					
Jaboticaba				484	411	307	127	84	45		82	18				
Jiló						577	1.086	1.836	2.705	1.608	507					
Leite						7.315	16.322	17.265	19.320	21.618	18.999	21.349	28.618	30.184	35.610	40.056
Laranja				2.699	2.888	2.064	1.467	1.058	560	747	605	744	1.108	1.404		
Limão	1.207	1.688	2.426	3.370	12.480	32.000	26.240	10.105	14.961	16.620	21.601	19.329	17.312	15.610	6.408	4.612
Mamão				13.439	20.464	30.544	26.268	10.222	14.200	15.938	10.413	6.254	5.320	4.602	1.619	416
Manga				4.236	7.783	16.920	20.920	23.306	18.162	17.440	16.312	16.289	9.871	8.400	4.312	2.641
Maracujá				7.179	8.348	20.360	11.198	9.000	3.210	1.608	2.822	1.896	1.062	577		
Maxixe				6.244	7.305	26.248	20.473	10.356	11.240	8.413	6.201					
Melancia				7.975	15.951	36.252	46.252	107.494	119.494	26.000	26.410	23.482	22.347	17.355	8.618	7.700
Milho Verde				5.315	2.179	4.863	3.114	2.161	600	609	844	672	1.055			
Mini Processados				7.494	7.944	10.962	19.830	22.384	11.227	10.744	5.305	9.251	10.613	9.637	4.346	3.601
Ovo de Codorna							663	500	460							
Ovo de Galinha				944	982	1.188	1.381	1.440	1.195	992	1.621	2.008	2.693	3.415	3.671	3.663
Panificaos e Bolachas						648	815	964	1014	920	644	712	1006	960	385	683
Pepino				8.314	6.404	30.544	23.519	23.584	24.196	20.370	16.315	6.512	7.382	5.412	3.155	2.415
Piau							406	898	898	975						
Pimentão				487	498	757	1.244	1.655	1.280	1.054	865	457				
Pimenta verde								550	193							
Pinha							1.636	2.500	506	106						
Polpa de Fruta							16.790	18.469	22.322	22.747	20.413	20.618	18.350	19.381	10.618	9.602
Nabo				2.008	7.854	6.210	5.520	4.020	2.604	1.582	682					
Quiabo	6.426	7.283	7.997	13.566	14.280	9.936	8.832	3.432	7.500	2.666	1.712	1.255				
Queijos										3.124	2.477	2.128	1.314	1.944	958	209
Queijo Mussarela				992	3.201	4.673	5.889	6.065	5.155	4.382	6.388	10.648	8.314	7.859	3.218	6.418
Raiz de Mandioca	15.558	22.630	20.155	35.006	35.360	100.382	94.928	98.880	76.805	71.047	68.751	65.474	60.495	53.872	40.361	2.675
Repolho				6.206	2.118	3.389	8.642	11.020	7.298	6.404	2.611	2.593	2.625	2.826	2.518	3.988
Rúcula	1.998	1.887	3.385	3.662	5.549	5.120	4.864	12.240	7.775	7.650	3.988	2.111	1.913			
Tangerina				2.677	1.820	2.112	2.691	3.000	4.300	4.418	4.324	2.133	2.660	2.199		
Tomate				1.772	2.599	23.625	30.004	31.560	17.068	11.717	8.391	4.283	4.824	5.644	6.488	6.790
Urucum						3.624	8.713	7.418	9.352	8.570	6.971	7.017	4.720	4.618	2.111	
Uva				1.744	1.151	12.144	18.060	28.291	28.701	28.202	30.324	36.271	30.240	27.394	20.753	10.612
Vagem								148	385							
<b>TOTAL</b>	<b>87.793</b>	<b>135.313</b>	<b>178.728</b>	<b>401.465</b>	<b>472.154</b>	<b>954.870</b>	<b>992.000</b>	<b>1.009.974</b>	<b>922.160</b>	<b>772.007</b>	<b>638.554</b>	<b>547.498</b>	<b>496.330</b>	<b>472.284</b>	<b>346.136</b>	<b>271.477</b>

Fonte: Diário e Razão, 2006 a 2021. Controles internos. Elaboração própria.

APÊNDICE 48 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS ORGANIZAÇÕES  
COLETIVAS EM VERÊ ORIUNDOS DE SEUS ASSOCIADOS /  
COOPERADOS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

	VERÊ																
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Abacate Orgânico		226	297	310	347	944	2.020	815	604				619	788	889	1.085	
Abobrinha Organica		233	311	544	567	564	613	514	618					1.077	821	1.497	
Açúcar Mascavo			617	1.897	2.489	590	345										
Alface	1.107	1.615	2.001	2.712	3.363	5.624	6.460	2.618	2.105	1.820	1.000	2.157	1.979	1.318	1.612	1.319	
Almeirão	89	163	221	355	461	252	186	415	1.213	1.319	1.494	1.588	1.619	1.470	827	1.124	
Ameixa						52	170				616	428	322	413			
Amendoim				864	1.483	1.670	1.380	766	1.155	1.411	2.007	2.481	3.415	3.617	5.124	7.447	
Banana	2.014	2.313	2.406	2.267	1.806	1.964	1.750	1.519	2.051	1.913	1.999	2.430	2.688	2.915	5.816	8.315	
batata Doce	3.602	4.615	4.630	5.715	9.181	7.180	11.780	6.403	4.312	4.265	3.826	2.680	2.251	6.444	8.333	11.638	
Beterraba	144	466	847	1.609	1.906	917	1.089				206						
Bolacha			1.064	1.414	2.314	547	1.846	615	418						219		
Bolo caseiro				135	219	301	391	22									
Brocolis			257	360	435	259	482	306	667	749	948	1.156	1.044	1.616	774	1.044	
Caqui		819	935	572	513	496	120			606	626	495	811	824	613	1.387	
Canjica de milho					962	417	312										
Cebolinha		599	729	913	1.118	1.565	1.700	918	618					213	361	220	416
Cenoura		517	830	915	940	718	615	614	641	482	392			620	613	828	936
Cheiro Verde	1.018	1.556	2.019	2.861	3.943	3.863	2.718	1.610	1.128								
Chicória				201	300	656	751										
Chuchu	169	209	235	166	287	1.440	900	741	957								
Conserva de Vegetais				7.619	14.200	11.742	24.220	18.613	14.000	6.384	1.218	420	861	1.645	3.917	4.447	
Couve		371	415	577	660	369	227	55	516				586	718	967	1.615	
Cuca					2.807	414	1.728										
Doce de frutas				555	787	25.705	35.120	16.415	13.684	8.482	5.139	1.500	1.690	1.869	2.084	3.447	
Doce de Leite						500	672	312	211								
Escarola							400										
Farinha de milho			718	1.322	1.951	2.032	1.718	1.113	1.448								
Feijão preto	1.213	1.452	1.613	1.906	2.157	2.400	2.813	1.109	2.377	4.220	5.614	6.641	5.619	6.411	9.312	10.386	
Fuba					219	370	125	87	298								
geleia de frutas					4.247	4.016	6.315	2.530	4.618	1.306	1.216	840	828		618		
Laranja	2.182	6.629	7.305	8.769	10.038	10.477	10.823	10.315	12.615	13.440	15.072	15.513	11.425	8.615	11.155	15.618	
Limão	55	63	77	80	86	107	311							661	514		
Maçã						2.069	2.650										
Macarrão				1.015	2.449	3.418	2.615										
Manteiga de leite					585	425	166										
Maracujá	214	289	408	406	465	612	1.020	618	815								
Melado				1.219	3.478	3.605	5.082	2.220	728								
Mel de abelha		271	322	355	567	695	650	266	419								
Melancia		956	815	2.114	3.229	3.471	4.100	5.315	7.433	10.951	10.885	18.452	12.135	10.315	8.609	16.616	
Melão				955	1.087	1.218	2.318	2.011	2.042	3.423	4.107	4.386	3.691	3.418	3.615	4.711	
Milho de pipoca	863	1.012	1.444	1.619	2.107	2.315	3.222										
milho verde	2.461	3.948	4.600	8.915	18.251	13.214	14.200	13.615	11.350	14.392	13.626	18.315	15.564	12.770	16.414	18.697	
Ovos de galinha		873	708	507	542	2.098	392	455	1.241	849	1.366	1.006	836	1.017	1.433	1.618	
Pão Colonial				1.693	9.209	7.951	6.325	4.119	3.250								
pão de Milho				422	1.797	1.514	1.667	647									
Pe-de-Muleque				55	1.355	916	512										
Pepino em conserva				1.413	3.075	3.961	1.830	528	388	311	123	233	427	688	844	1.162	
Pepino organico	284	428	632	620	863	2.150	1.300	1.246	979	947	1.166	1.107	966	713	972	1.719	
Pessego							1.465	648	917								
Pimentão						462	1.134	296									
polpa de Uva				1.261	3.034	1.505	1.206	421									
Quirera de Milho				60	64	108	602	78	408								
Radiche				30	111	128	55										
Raiz de mandioca	12.620	15.314	13.620	12.722	28.798	19.360	22.750	19.315	18.315	21.377	18.315	27.497	20.337	13.715	13.223	19.647	
Repolho organico	1.006	1.216	1.205	1.213	1.480	2.072	6.252	4.419	4.028	6.260	4.668	2.231	2.015	1.684	2.693	3.074	
Repolho roxo				65	435	620	741	284	281								
Rucula					92	117	335	419									
Salsa						936	3.835	2.249	2.411	1.304	1.261	672	613	462	213	412	
suco de uva integral		5.619	6.414	26.412	61.059	56.960	51.175	33.400	26.619		11.404	12.615	13.206	9.612	1.744	2.046	
Tangerina	2.408	4.612	4.995	8.449	14.818	14.748	28.481	19.418	15.612	8.314	993	1.473	906	1.022	1.524	2.619	
Tomate	4.081	5.418	5.318	7.315	15.456	11.728	4.315	4.634	6.206								
Uva	4.613	5.091	5.447	7.019	10.665	18.600	13.900	12.963	16.720	20.355	18.613	15.772	10.619	14.216	18.456	17.714	
Vagem				306	409	934	1.006	426									
<b>TOTAL</b>	<b>40.143</b>	<b>66.892</b>	<b>73.455</b>	<b>130.798</b>	<b>255.264</b>	<b>266.061</b>	<b>305.401</b>	<b>198.435</b>	<b>186.416</b>	<b>135.582</b>	<b>128.696</b>	<b>142.953</b>	<b>118.774</b>	<b>111.007</b>	<b>124.383</b>	<b>161.756</b>	

Fonte: Diário e Razão, 2006 a 2021. Controles internos. Elaboração própria.

APÊNDICE 49 - VALORES PAGOS AOS PRODUTORES RURAIS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPO DE MERCADO EM DRACENA ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

Organização Social	Mercados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Associação dos Produtores de Dracena	PAA	39.759	57.750	67.805	93.262	191.411	391.759	424.051	422.631	280.832							
	PNAE				8.341	32.857	63.530	87.742	213.556	168.146	243.469	237.942	5.017				515.425
	Outro	19.145	21.906	23.029	15.220	48.981	110.424	114.521	136.729	168.815	123.451						67.633
	<b>Total</b>	<b>58.904</b>	<b>79.656</b>	<b>90.834</b>	<b>116.823</b>	<b>273.249</b>	<b>565.713</b>	<b>626.314</b>	<b>772.465</b>	<b>617.793</b>	<b>366.920</b>	<b>237.942</b>	<b>5.017</b>	-	-	-	<b>583.059</b>
Associação J Marques	PAA	37.980	55.335	66.736	136.026	223.132	385.318	408.283	436.977	309.051	184.114						
	PNAE				18.237	40.906	44.324	62.868	122.440	73.028	115.724	110.422	87.526	62.868	47.279	45.549	60.641
	<b>Total</b>	<b>37.980</b>	<b>55.335</b>	<b>66.736</b>	<b>154.263</b>	<b>264.037</b>	<b>429.643</b>	<b>471.152</b>	<b>559.416</b>	<b>382.079</b>	<b>299.839</b>	<b>110.422</b>	<b>87.526</b>	<b>62.868</b>	<b>47.279</b>	<b>45.549</b>	<b>60.641</b>
COOPADRA	PAA																
	PNAE											113.514	217.348	224.683	239.241	95.973	280.854
	Outro											165.877	404.054	553.449	556.805	399.453	535.298
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>279.391</b>	<b>621.402</b>	<b>778.133</b>	<b>796.046</b>	<b>495.426</b>	<b>816.151</b>
Associação Nova Canaã	PAA													198.298			
	PNAE													51.816	161.833		
	Outro																
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>250.115</b>	<b>161.833</b>	-

Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria

APÊNDICE 50 - VALORES PAGOS AOS PRODUTORES RURAIS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPO DE MERCADO EM VERÊ ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2021

Organização Social	Mercados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
APAVE	PAA	102.280	111.066	126.701	155.450	148.057	154.621	388.942		49.195								
	PNAE					79.091	130.427	159.179	218.081	327.603								
	Outro	37.024	42.914	32.023	19.317		52.253	66.001	80.011	74.024								
	<b>Total</b>	<b>139.304</b>	<b>153.980</b>	<b>158.724</b>	<b>174.767</b>	<b>227.148</b>	<b>337.301</b>	<b>614.122</b>	<b>298.092</b>	<b>450.822</b>								
APROVIVE	PAA	28.874	73.950	83.682	171.624	182.538	223.070	225.287	169.885									
	PNAE					44.904	66.055	69.641	95.530	108.805		146.757						
	Outro						30.235	45.703	38.163	16.713		27.987						
	<b>Total</b>	<b>28.874</b>	<b>73.950</b>	<b>83.682</b>	<b>171.624</b>	<b>227.442</b>	<b>319.360</b>	<b>340.631</b>	<b>303.578</b>	<b>125.518</b>		<b>174.744</b>						
COAFA	PAA					278.110	172.994	276.147										
	PNAE																	
	Outro				49.406	108.157	119.960	131.437	172.044									
	<b>Total</b>				<b>49.406</b>	<b>386.267</b>	<b>292.954</b>	<b>407.584</b>	<b>172.044</b>									
COOPERVEREDA	PAA											122.620	120.281			111.667		
	PNAE											191.163	148.124	146.113	100.930	128.972	218.387	344.156
	Outro											60.928	52.897	76.348	58.366	58.526	30.130	143.191
	<b>Total</b>											<b>252.091</b>	<b>323.641</b>	<b>342.742</b>	<b>159.296</b>	<b>187.498</b>	<b>360.184</b>	<b>487.347</b>
COOPERVIVE	PAA																	
	PNAE												164.102	164.218	82.325			
	Outro												57.088	73.662	67.214	27.045	32.598	
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>221.190</b>	<b>237.880</b>	<b>149.539</b>	<b>27.045</b>	<b>32.598</b>								

Fonte: Diário e Razão 2006 a 2021. Relatórios financeiros. Elaboração Própria